



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bourdieu, Pierre, 1930-2002.

Ofício de sociólogo : metodologia da pesquisa na sociologia / Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon, Jean-Claude Passeron ; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ISBN 978-85-326-1775-0

Título original: Le métier de sociologue.

Título anterior: A profissão de sociólogo : preliminares epistemológicas.

1. Sociologia como profissão 2. Sociologia – Metodologia 3. Sociologia – Teoria I. Chamboredon, Jean-Claude. II. Passeron, Jean-Claude. III. Título.

03-7053

CDD-301.023

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia como profissão 301.023

2. Sociólogos : Profissão 301.023

Pierre Bourdieu
Jean-Claude Chamboredon
Jean-Claude Passeron

Ofício de sociólogo

Metodologia da pesquisa na sociologia

TRADUÇÃO DE
Guilherme João de Freitas Teixeira



Petrópolis

© 1968, *École des Hautes Études en Sciences Sociales e Mouton Éditeur*
Título original: *Le métier de sociologue. Préalables épistémologiques*

Direitos de publicação em língua portuguesa no Brasil:

1999, Editora Vozes Ltda.

Rua Frei Luís, 100

25689-900 Petrópolis, RJ

Internet: <http://www.vozes.com.br>

Brasil

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

Nas primeiras edições este livro se apresentou com o título
A profissão de sociólogo

Diretor editorial

Frei Antônio Moser

Editores

Ana Paula Santos Matos

José Maria da Silva

Lídio Peretti

Marilac Loraine Oleniki

Secretário executivo

João Batista Kreuch

Editoração e org. literária: Orlando dos Reis

Projeto gráfico: Victor Mauricio Bello

Capa: André Gross

ISBN 978-85-326-1775-0 (edição brasileira)

ISBN 90-279-6964-4 (edição francesa)

Editado conforme o novo acordo ortográfico.

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda.

Sumário

Prefácio da segunda edição, 7

Introdução: Epistemologia e metodologia, 9

PRIMEIRA PARTE – A RUPTURA

1. O fato é conquistado contra a ilusão do saber imediato, 23
 - 1.1. Prenições e técnicas de ruptura, 23
 - 1.2. A ilusão da transparência e o princípio da não consciência, 25
 - 1.3. Natureza e cultura: substância e sistema de relações, 30
 - 1.4. A sociologia espontânea e os poderes da linguagem, 31
 - 1.5. A tentação do profetismo, 36
 - 1.6. Teoria e tradição teórica, 38
 - 1.7. Teoria do conhecimento sociológico e teoria do sistema social, 42

SEGUNDA PARTE – A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

2. O fato é construído: as formas da demissão empirista, 45
 - 2.1. “As abdições do empirismo”, 48
 - 2.2. Hipóteses ou pressupostos, 52
 - 2.3. A falsa neutralidade das técnicas: objeto construído ou artefato, 54
 - 2.4. A analogia e a construção das hipóteses, 64
 - 2.5. Modelo e teoria, 68

TERCEIRA PARTE – O RACIONALISMO APLICADO

3. O fato é conquistado, construído, constatado: a hierarquia dos atos epistemológicos, 73
 - 3.1. A implicação das operações e a hierarquia dos atos epistemológicos, 73
 - 3.2. Sistema de proposições e verificação sistemática, 80
 - 3.3. Os pares epistemológicos, 83

Conclusão: Sociologia do conhecimento e epistemologia, 87

Textos de ilustração, 99

Lista dos textos, 299

Leituras complementares, 303

Índices

– Onomástico, 307

– Analítico, 311

– Geral, 337

Os textos de ilustração que se encontram no segundo bloco desta obra (p. 99-297) devem ser lidos paralelamente às análises no decorrer das quais são utilizados ou explicados. As chamadas para esses textos são indicadas, ao longo do primeiro bloco do livro, por uma anotação entre colchetes, que compreende o nome do autor e o número do texto – Para identificá-los, pode-se recorrer à lista dos textos p. 299s. ou ao índice geral, p. 325.

Prefácio da segunda edição

A preparação desta segunda edição resumida constituiu o pretexto para modificar o projeto inicial de dar continuidade ao volume dedicado às Preliminares epistemológicas com um segundo tomo que teria tratado da construção do objeto sociológico e com um terceiro que teria apresentado um repertório crítico das ferramentas, tanto conceituais quanto técnicas, da pesquisa. Afinal de contas, pareceu-nos que não teríamos a possibilidade de realizar nesses campos o equivalente do trabalho de construção que se tornou possível e necessário pela inexistência de uma epistemologia das ciências sociais: impossibilitados de nos limitarmos, em um terreno tão manifestamente ocupado, até mesmo atravancado, à opinião preconcebida da ingenuidade, também não foi possível resignar-nos à discussão moderada das teorias e conceitos em vigor, cuja tradição universitária estabelece as condições prévias de qualquer discussão teórica.

Estariamos, de preferência, inclinados a submeter tais Preliminares epistemológicas a uma revisão que visasse subordinar, de forma mais completa, o discurso à intenção pedagógica que, no estado atual da obra, estava bem longe de ter sido alcançada. Assim, cada um dos princípios teria sido transformado em preceitos ou, pelo menos, em exercícios de interiorização da postura; por exemplo, para colocar em evidência todas as virtualidades heurísticas que estão implicadas em um princípio tal como o do primado das relações, teria sido necessário demonstrar com trabalhos práticos – como é possível fazê-lo em um seminário, ou melhor, em um grupo de pesquisa, ao ser examinada a construção de uma amostra, a elaboração de um questionário ou a análise de uma série de quadros estatísticos – a maneira como esse princípio orienta as escolhas técnicas do trabalho de pesquisa (construção de séries de populações separadas por diferenças pertinentes no que diz respeito às relações consideradas, elaboração das perguntas que, secundárias para a sociografia da própria população, permitem situar o caso considerado em um sistema de casos em que o mesmo adquire todo seu sentido, ou, ainda, mobilização das técnicas gráficas e mecanográficas que permitam apreender,

de forma sinóptica e exaustiva, o sistema das relações entre as relações reveladas por um conjunto de quadros estatísticos). Entre outras razões, abandonamos o projeto com receio de que tal esforço de clarificação pedagógica levasse, em decorrência dos limites da comunicação por escrito, à própria negação do ensino da pesquisa como pedagogia da invenção, encorajando a canonização dos preceitos banalizados de uma nova metodologia ou, pior ainda, de uma nova tradição teórica. O risco não é fictício: a crítica do empirismo positivista e da abstração metodológica, considerada em seu tempo como herética, tem todas as possibilidades de ser, hoje, confundida com os discursos eternamente preliminares de uma nova vulgata que ainda consegue diferir a ciência, substituindo a obsessão da impecabilidade metodológica pelo ponto de honra da pureza teórica.

Setembro de 1972

Introdução

Epistemologia e metodologia

“O método, escreve Augusto Comte, não pode ser estudado separadamente das pesquisas nas quais é utilizado; ou, pelo menos, não passa de um estudo morto, incapaz de fecundar o espírito que se entrega a ele. Tudo o que se pode dizer de real, quando o consideramos abstratamente, reduz-se a generalidades de tal forma imprecisas que estas não poderiam exercer qualquer influência sobre o regime intelectual. Quando estabelecemos firmemente, como tese lógica, que todos os nossos conhecimentos devem ser baseados na observação, que devemos proceder a partir dos fatos para chegar aos princípios ou a partir dos princípios para chegar aos fatos, e alguns outros aforismos semelhantes, ficamos conhecendo o método muito menos nitidamente do que aquele que, de maneira um pouco aprofundada, estudou uma única ciência positiva, mesmo sem intenção filosófica. É por ter desconhecido esse fato essencial que nossos psicólogos são levados a considerar seus devaneios como ciência, acreditando ter compreendido o método positivo por terem lido os preceitos de Bacon ou o *Discours* de Descartes. Ignoro se, mais tarde, será possível fazer *a priori* um verdadeiro curso de método completamente independente do estudo filosófico das ciências; mas estou bem convencido de que, hoje, isso é inexequível, na medida em que os grandes procedimentos lógicos ainda não podem ser explicados com a precisão suficiente, separadamente de suas aplicações. Além disso, ousou acrescentar que, mesmo sendo possível realizar, posteriormente, tal empreendimento – o que, com efeito, é concebível –, é somente graças ao estudo das aplicações regulares dos procedimentos científicos que será

possível chegar à formação de um bom sistema de hábitos intelectuais; aliás, esse é o objetivo essencial do método”¹.

Nada haveria a acrescentar a esse texto que, recusando estabelecer uma dissociação entre método e prática, rejeita de antemão todos os discursos do método, se não já existisse um verdadeiro discurso em volta do método que, na falta de contestação séria, ameaça impor aos pesquisadores uma imagem desdobrada do trabalho científico. Como profetas que invectivam a impureza original da empiria – mas não se sabe se consideram as mesquinhas rotinas da rotina científica como atentados à dignidade do objeto que pretendem abordar ou do sujeito científico que pretendem encarnar – ou sumos sacerdotes do método que, naturalmente, levariam todos os pesquisadores, durante a vida, a ficar presos aos bancos do catecismo metodológico, os que dissertam sobre a arte de ser sociólogo ou a maneira científica de fazer a ciência sociológica têm em comum, muitas vezes, a característica de estabelecer a dissociação entre o método, ou a teoria, e as operações da pesquisa, quando não é entre a teoria e o método ou entre a teoria e a teoria. Surgido da experiência da pesquisa e de suas dificuldades cotidianas, nosso objetivo limita-se a explicitar, como prova, um “sistema de hábitos intelectuais”: destina-se àqueles que, “tendo embarcado” na prática da sociologia empírica e não precisando que lhes seja lembrada a necessidade da medida e de toda a sua parafernália teórica e técnica, concordam, de imediato, conosco sobre aquilo em que estamos de acordo – porque isso é evidente – por exemplo, na necessidade de levar em consideração todas as ferramentas conceituais ou técnicas que permitem dar todo o seu vigor e toda a sua força à verificação experimental. Somente aqueles que não têm ou não pretendem fazer a experiência da pesquisa poderão ver nesta obra, que visa colocar a prática sociológica em questão, um questionamento da sociologia empírica².

¹ COMTE, A. *Cours de philosophie positive*. T. Paris: Bachelier, 1830 (citado a partir da edição Garnier, 1926, p. 71-72) [N.T.: Cf. COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 15]. [Trad. de José Arthur Giannotti, col. “Os Pensadores”]. Com G. Canguilhem, poderíamos observar que não é fácil superar as solicitações do vocabulário que “nos levam, incessantemente, a conceber o método como suscetível de ser separado das pesquisas em que está em ação: [A. Comte] ensina na primeira lição do *Cours de philosophie positive* que ‘o método não pode ser estudado separadamente das pesquisas nas quais é utilizado’, o que subentende que a utilização de um método pressupõe que este seja, previamente, conhecido” (CANGUILHEM, G. *Théorie et technique de l’expérimentation chez Claude Bernard* – Colloque du centenaire de la publication de l’introduction à l’étude de la médecine expérimentale. Paris: Masson, 1967, p. 24).

² A divisão do campo epistemológico, segundo a lógica dos pares (cf. 3ª parte), e as tradições intelectuais que, identificando toda reflexão com pura especulação, impedem a percepção da função técnica de uma reflexão sobre a relação às técnicas e conferem ao mal-entendido, contra o qual tentamos aqui nos precaver, uma probabilidade muito forte: com efeito, nessa organização dualista das posições epistemológicas, qualquer tentativa feita no sentido de reinserir as operações técnicas na hierarquia dos atos epistemológicos será, quase inevitavelmente, interpretada como uma acusação contra a técnica e os técnicos; a despeito do que tem sido nossa postura e reconhecermos, aqui, a contribuição capital dos metodólogos – e, em particular, Paul F. Lazarsfeld – no sentido da racionalização da prática sociológica, sabemos que corremos o risco de sermos classificados ao lado de *Fads and Foibles of American Sociology* e não ao lado de *The Language of Social Research*.

Se é verdade que o ensino da pesquisa requer – tanto dos seus idealizadores quanto dos seus receptores – uma referência direta e constante à experiência *na primeira pessoa*, “a metodologia em moda que multiplica os programas em favor de uma pesquisa sofisticada, mas hipotética, os exames críticos de pesquisas feitas por outros [...] ou os veredictos metodológicos”³, não poderia tomar o lugar de uma reflexão sobre a justa relação às técnicas e de um esforço, até mesmo arriscado, para transmitir princípios que não podem se apresentar como simples verdades de princípio porque são o princípio da busca das verdades. Além disso, se é verdade que os métodos se distinguem das técnicas, pelo menos, no sentido em que são “bastante gerais para terem valor em todas as ciências ou em uma parte importante delas”⁴, essa reflexão sobre o método ainda deve assumir o risco de encontrar, de novo, as mais clássicas análises da epistemologia das ciências da natureza; no entanto, talvez seja necessário que os sociólogos estejam de acordo a respeito dos princípios elementares que são considerados truísmos pelos especialistas das ciências da natureza ou da filosofia das ciências para abandonar a anarquia conceitual à qual são condenados por sua indiferença em relação à reflexão epistemológica. Na realidade, o esforço para interrogar uma ciência particular com a ajuda dos princípios gerais, fornecidos por esse saber epistemológico, justifica-se e impõe-se, em particular, no caso da sociologia: aqui, tudo se inclina, com efeito, para ignorar tal conhecimento adquirido, desde o estereótipo humanista da irredutibilidade das ciências humanas até às características do recrutamento e formação dos pesquisadores, passando pela existência de um conjunto de metodólogos especializados na reinterpretação seletiva do saber das outras ciências. Portanto, é necessário submeter as operações da prática sociológica à polêmica da razão epistemológica para definir e, se possível, inculcar uma atitude de vigilância que encontre no conhecimento adequado do erro e dos mecanismos capazes de engendrará-lo um dos meios de superá-lo. A intenção de dar ao pesquisador os meios de assumir por si próprio a vigilância de seu trabalho científico opõe-se às chamadas à ordem dos censores,

³ NEEDHAM, R. *Structure and Sentiment – A Test-case in Social Anthropology*. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 1962, p. VII.

⁴ KAPLAN, A. *The Conduct of Inquiry: methodology of Behavioral Science*. San Francisco: Chandler Publishing Company, 1964, p. 23 [N.T.: KAPLAN A. *A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo: Herder/Editora da Universidade de São Paulo, 1972 - Trad. de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota]. O mesmo autor deplora que o termo “tecnologia” já tenha recebido um sentido especializado, observando que o mesmo se aplicaria com exatidão a inúmeros estudos ditos “metodológicos” (ibid., p. 19).

cujo negativismo peremptório só pode suscitar o terror em relação ao erro e o recurso resignado a uma tecnologia investida da função de exorcismo.

Como mostra toda a obra de Gaston Bachelard, a epistemologia distingue-se de uma metodologia abstrata por se esforçar em apreender a lógica do erro para construir a lógica da descoberta da verdade como polêmica contra o erro e como esforço para submeter as verdades próximas da ciência e os métodos que ela utiliza a uma retificação metódica e permanente [G. Canguilhem, texto n. 1]. No entanto, não seria possível dar toda a força à ação polêmica da razão científica sem prolongar a “psicanálise do espírito científico” por uma análise das condições sociais nas quais são produzidas as obras sociológicas: o sociólogo pode encontrar um instrumento privilegiado da vigilância epistemológica na sociologia do conhecimento, meio de aumentar e dar maior precisão ao conhecimento do erro e das condições que o tornam possível e, por vezes, inevitável [G. Bachelard, texto n. 2]. Na sequência, o que pode sobrar aqui das aparências de uma polêmica *ad hominem* tem a ver unicamente com os limites da compreensão sociológica das condições do erro: uma epistemologia que faz apelo a uma sociologia do conhecimento tem menos condições do que qualquer outra para atribuir os erros a sujeitos que nunca são totalmente seus autores. Se, para parafrasear um célebre texto de Marx, “não pintamos de cor-de-rosa” o empirista, o intuicionista ou o metodólogo, também nunca pensamos nas “pessoas a não ser pelo fato de que são a personificação” de posições epistemológicas que se deixam compreender completamente apenas no campo social no qual elas se afirmam.

A pedagogia da pesquisa

O objetivo desta obra é exatamente definir sua forma e conteúdo. Um ensino da pesquisa que tenha como projeto expor os princípios de uma prática profissional e inculcar, simultaneamente, uma certa atitude em relação a essa prática, isto é, fornecer os instrumentos indispensáveis ao tratamento sociológico do objeto e, ao mesmo tempo, uma disposição ativa para utilizá-los de forma adequada, deve romper com as rotinas do discurso pedagógico para restituir a força heurística aos conceitos e operações mais completamente “neutralizados” pelo ritual da apresentação canônica. É a razão pela qual esta obra que visa ensinar os atos mais práticos da prática sociológica começa com uma reflexão que se esforça por lembrar, sistematizando-as, as implicações de qualquer prática, boa ou má, e especificar

em preceitos práticos o princípio da vigilância epistemológica (Primeiro Livro)⁵. Em seguida, poderemos tentar definir a função e as condições de aplicação dos esquemas teóricos aos quais deve recorrer a sociologia para construir seu objeto sem pretender apresentar esses primeiros princípios da interrogação propriamente sociológica como uma teoria acabada do conhecimento do objeto sociológico e, menos ainda, como uma teoria geral e universal do sistema social (Segundo Livro)⁶. A pesquisa empírica não tem necessidade de investir em tal teoria para escapar ao empirismo, com a condição de realizar efetivamente, em cada uma de suas operações, os princípios que a constituem como ciência, dando-lhe um objeto dotado de um mínimo de coerência teórica. Com tal condição, os conceitos ou métodos poderão ser tratados como *ferramentas* que, arrancados de seu contexto original, se oferecem para novas utilizações (Terceiro Livro)⁷. Ao associar a apresentação de cada instrumento intelectual a exemplos de sua utilização, empenhar-nos-emos em evitar que o saber sociológico possa aparecer como uma soma de técnicas ou como um capital de conceitos, separados ou separáveis de sua utilização na pesquisa.

Se decidimos extrair da ordem das razões na qual os princípios teóricos, assim como os procedimentos técnicos legados pela história da ciência sociológica, se encontravam inseridos, não foi somente para quebrar os encadeamentos de natureza didática que só renunciam à complacência erudita em relação com a história das doutrinas ou dos conceitos para se submeterem ao reconhecimento diplomático dos valores consagrados pela tradição ou sagrados pela moda, nem tampouco para liberar virtualidades heurísticas, quase sempre, mais numerosas do que poderiam levar a acreditar os costumes acadêmicos; mas, antes de tudo, em nome de uma concepção da teoria do conhecimento sociológico que a transforma no sistema dos princípios que definem as condições de possibilidade de todos os atos e de todos os discursos propriamente sociológicos e somente destes, sejam quais forem as teorias do sistema social peculiares dos que produzem ou produziram obras sociológicas em nome de tais princípios⁸. A questão da filiação de uma pesquisa sociológica a uma teoria particular do social – por exemplo, a de Marx, Weber ou Durkheim – é sempre secundária em relação à questão de saber se tal pesquisa tem a ver com a ciência sociológica: com efeito, o único critério para responder a tal pergunta reside

⁵ Cf. supra, o prefácio da segunda edição.

⁶ *Ibid.*

⁷ *Ibid.*

⁸ Cf. infra.

na aplicação dos princípios fundamentais da teoria do conhecimento sociológico que, como tal, não estabelece qualquer separação entre autores que, em princípio, estariam separados no terreno da teoria do sistema social. Se a maior parte dos autores foi levada a confundir com sua teoria particular do sistema social a teoria do conhecimento do social que utilizavam – pelo menos implicitamente – em sua prática sociológica, o projeto epistemológico pode servir-se dessa distinção prévia para aproximar autores cujas oposições doutrinárias dissimulam o acordo epistemológico.

O receio de que o empreendimento leve a um amálgama de princípios extraídos de tradições teóricas diferentes ou à constituição de um conjunto de fórmulas dissociadas dos princípios que as fundamentam é uma forma de esquecer que a reconciliação – cujos princípios temos intenção de explicitar – opera-se realmente no exercício autêntico da profissão de sociólogo ou, mais exatamente, na “profissão” do sociólogo, esse *habitus* que, sendo um sistema de esquemas mais ou menos controlados e mais ou menos transponíveis, é simplesmente a interiorização dos princípios da teoria do conhecimento sociológico. À tentação sempre renascente de transformar os preceitos do método em receitas de cozinha científica ou em engenhocas de laboratório só podemos opor o treino constante na vigilância epistemológica que, subordinando a utilização das técnicas e conceitos a uma interrogação sobre as condições e limites de sua validade, proíbe as facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados e ensina que toda operação, por mais rotineira ou rotinizada que seja, deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função do caso particular. É somente por uma reinterpretação mágica das exigências da medida que podemos superestimar a importância de operações que, afinal de contas, não passam de habilidades profissionais e, simultaneamente – transformando a prudência metodológica em reverência sagrada, com receio de não preencher cabalmente as condições rituais –, utilizar com receio, ou nunca utilizar, instrumentos que apenas deveriam ser julgados pelo seu uso. Os que levam a preocupação metodológica até a obsessão nos fazem pensar nesse doente, mencionado por Freud, que passava seu tempo a limpar os óculos sem nunca colocá-los.

Levar a sério o projeto de transmitir metodicamente uma *ars inveniendi* é ver que ele implica uma coisa completamente diferente e muito mais do que a *ars probandi* proposta por aqueles que confundem a mecânica lógica, desmontada

posteriormente, das constatações e provas com o funcionamento real do espírito de invenção; é ver também, com a mesma evidência, que existe uma grande diferença entre as trilhas, ou melhor, os atalhos que, atualmente, possam ser traçados por uma reflexão sobre a pesquisa e a progressão lenta, sem lamentos nem rodeios, proposta por um verdadeiro discurso do método sociológico.

Diferentemente da tradição que se limita à lógica da prova, não consentindo por princípio entrar nos arcanos da invenção e que, assim, fica condenada a oscilar entre uma retórica da exposição formal e uma psicologia literária da descoberta, gostaríamos de fornecer os meios de adquirir uma disposição mental que é a condição, tanto da invenção quanto da prova. Por não termos operado tal reconciliação, renunciamos a fornecer qualquer ajuda ao trabalho de descoberta e encontramos-nos reduzidos, em companhia de tantos metodólogos, a invocar ou evocar, como é costume invocar os espíritos, os milagres da iluminação criadora, veiculados pela hagiografia da descoberta científica, ou os mistérios da psicologia das profundezas⁹. Se é evidente que os automatismos adquiridos podem permitir a economia de uma invenção permanente, devemos nos abster de deixar crer que o sujeito da invenção científica é um *automaton spirituale*, obedecendo aos mecanismos bem ajustados de uma programação metodológica constituída uma vez por todas, e confinar dessa forma o pesquisador na submissão cega ao programa que exclui o retorno reflexivo ao mesmo, condição da invenção de novos programas¹⁰. “Da mesma forma que o conhecimento da anatomia não é a condição suficiente de um procedimento correto”, assim também a metodologia, dizia Weber, “não é

⁹ Ao definir o objeto da lógica das ciências, a literatura metodológica toma sempre cuidado em afastar explicitamente a consideração dos *ways of discovery* em benefício dos *ways of validation* (cf., por exemplo, HEMPEL, C. *Aspects of Scientific Explanation and Other Essays in the Philosophy of Science*. Nova York: Free Press, 1965, p. 82-83). K.R. Popper retorna, frequentemente, a essa dicotomia que parece abranger, para ele, a oposição entre a vida pública e a vida privada: “A questão ‘como descobriu, pela primeira vez, sua teoria?’ toca, por assim dizer, uma questão extremamente pessoal, contrariamente à questão ‘como verificou sua teoria?’” (POPPER, K.R. *Misère de l'historicisme*. Paris: Plon, 1956, p. 132 [Trad. H. Rousseau]). Ou ainda: “Não existe nada que se pareça com um método lógico para ter ideias ou com uma reconstituição lógica desse processo. Segundo a minha opinião, qualquer descoberta contém ‘um elemento irracional’ ou uma ‘intuição criadora’ no sentido de Bergson” (POPPER K.R., *The Logic of Scientific Discovery*. Londres: Hutchinson, 1959, p. 32). Pelo contrário, desde que, por exceção, tomamos explicitamente como objeto o “contexto da descoberta” (por oposição ao “contexto da prova”), somos obrigados a romper com inúmeros esquemas rotineiros da tradição epistemológica e metodológica, e, em particular, com a representação do procedimento da pesquisa como sucessão de etapas distintas e predeterminadas (cf. HAMOND, P.E. (org.). *Sociologist at Work - Essays on the Craft of Social Research*. Nova York: Basic Books, 1964).

¹⁰ Basta pensar, por exemplo, na facilidade com a qual a pesquisa pode se reproduzir a si mesma sem nada produzir, segundo a lógica da *pump-hondle research*.

a condição de um trabalho fecundo”¹¹. No entanto, se é inútil esperar descobrir uma ciência da maneira de fazer a ciência e esperar da lógica algo diferente de uma forma de controlar a ciência em vias de se fazer ou validar a ciência já constituída, ocorre que, como observava Stuart Mill, “a invenção pode ser cultivada”; o mesmo é dizer que uma explicitação da lógica da invenção, por mais parcial que seja, pode contribuir para a racionalização da aprendizagem da aptidão para inventar.

Epistemologia das ciências do homem e epistemologia das ciências da natureza

A maior parte dos erros a que está exposta tanto a atividade sociológica quanto a reflexão sobre tal atividade encontra sua raiz na representação falsa da epistemologia das ciências da natureza e da relação que ela mantém com a epistemologia das ciências do homem. Assim, epistemologias tão opostas em suas afirmações patentes quanto o dualismo de Dilthey – que só consegue apresentar a especificidade do método das ciências do homem, opondo-o a uma imagem das ciências da natureza suscitada pela mera preocupação de estabelecer distinções – e o positivismo que se esforça por imitar uma imagem da ciência natural fabricada pela necessidade dessa imitação têm em comum o fato de ignorar a filosofia exata das ciências exatas. Semelhante equívoco levou não só a forjar distinções forçadas entre os dois métodos para agradar às nostalgias ou aos desejos piedosos do humanismo, mas também a aplaudir ingenuamente as redescobertas que se ignoram como tais, ou ainda participar da supervalorização positivista que, de forma escolar, copia uma imagem redutora da experiência como cópia do real.

No entanto, podemos nos aperceber de que o positivismo só retoma por sua conta uma caricatura do método das ciências exatas sem ter acesso *ipso facto* a uma epistemologia exata das ciências do homem. E, de fato, trata-se de uma constante da história das ideias que a crítica do positivismo mecanicista sirva para afirmar o caráter subjetivo dos fatos sociais e sua irredutibilidade aos métodos rigorosos da ciência. Assim, percebendo que “os métodos que os cientistas ou pesquisadores fascinados pelas ciências da natureza tentaram, muitas vezes, aplicar à força às ciências do homem nem sempre foram necessariamente os que os cientistas seguiam, de fato, em seu próprio campo, mas antes os que eles acreditavam utilizar”¹², Hayek conclui daí imediatamente que os fatos sociais diferem “dos fatos das ciências fisi-

¹¹ WEBER, M. *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Plon, 1965, p. 220 [Trad. J. Freund].

¹² HAYEK, F.A. von *Scientisme et sciences sociales - Essai sur le mauvais usage de la raison*. Paris: Plon, 1953, p. 3 [Trad. M. Barre].

cas porque são crenças ou opiniões individuais” e, por consequência, “não devem ser definidos a partir do que poderíamos descobrir a seu respeito por meio dos métodos objetivos da ciência, mas a partir do que a pessoa que age pensa a seu respeito”¹³. A contestação da imitação automática das ciências da natureza associa-se tão automaticamente à crítica subjetivista da objetividade dos fatos sociais que todo esforço para tratar dos problemas específicos, levantados pela transposição do saber epistemológico das ciências da natureza para as ciências do homem, corre o risco de aparecer sempre como uma reafirmação dos direitos imprescritíveis da subjetividade¹⁴.

A metodologia e o deslocamento da vigilância

Para ultrapassar esses debates acadêmicos e as maneiras acadêmicas de superá-los, é necessário submeter a prática científica a uma reflexão que, diferentemente da filosofia clássica do conhecimento, aplica-se não à ciência já constituída, ciência *verdadeira* em relação à qual seria necessário estabelecer as condições de possibilidade e de coerência ou os títulos de legitimidade, mas à ciência *em vias de se fazer*. Semelhante tarefa, propriamente epistemológica, consiste em descobrir no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições nas quais é possível tirar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro a um conhecimento mais verdadeiro, ou melhor, como afirma Bachelard, “próximo, isto é, retificado”. Transposta para o caso das ciências do homem, essa filosofia do trabalho científico como “ação polêmica incessante da Razão” pode propiciar os princípios de uma reflexão capaz de inspirar e controlar os atos concretos de uma atividade verdadeiramente científica, definindo no que têm de específico os princípios do “racionalismo regional” peculiar à ciência sociológica. O racionalismo fixista que inspirava as interrogações da filosofia clássica do conhecimento exprime-se, hoje, mais facilmente nas tentativas de

¹³ Ibid., p. 21 e 24.

¹⁴ E, no entanto, bastaria todo o projeto de Durkheim para mostrar que é possível escapar à alternativa da imitação cega e da recusa, igualmente cega, de imitar: “A sociologia surgiu à sombra das ciências da natureza e em contato íntimo com elas. [...] É evidente que, entre os primeiros sociólogos, alguns estavam enganados ao exagerarem tal aproximação ao ponto de desconhecem a origem das ciências sociais e a autonomia de que elas devem desfrutar em relação às outras ciências que as precederam. No entanto, tais excessos não devem levar a esquecer tudo o que há de fecundo nesses núcleos principais do pensamento científico” (DURKHEIM, E. “La sociologie et son domaine scientifique”. In: *Rivista italiana di Sociologia*, tomo IV, 1900, p. 127-159, apud CUVILLIER, A. *Où va la sociologie française?* Paris: Marcel Rivière, 1953, p. 177-208).

certos metodólogos que tendem a reduzir a reflexão sobre o método a uma lógica formal das ciências. No entanto, como observa P. Feyerabend, “qualquer fixismo semântico encontra dificuldades desde que se trata de justificar completamente o progresso do conhecimento e as descobertas que contribuem para o mesmo”¹⁵. Mais precisamente, mostrar interesse pelas relações intemporais entre proposições abstratas, em detrimento dos processos pelos quais cada proposição ou cada conceito foi estabelecido e engendrou outras proposições ou outros conceitos, é impedir prestar uma assistência real aos que estão envolvidos nas arriscadas peripécias do trabalho científico, relegando o desenrolar da intriga para os bastidores e colocando em cena somente os desfechos. Inteiramente empenhados na busca de uma lógica ideal da pesquisa, os metodólogos só podem, com efeito, dirigir-se a um pesquisador definido abstratamente pela aptidão em realizar essas normas da perfeição, em suma, a um pesquisador impecável, isto é, impossível ou infecundo. A obediência incondicional a um *organon* de regras lógicas tende a produzir um efeito de “fechamento prematuro”, fazendo desaparecer, para falar como Freud, “a elasticidade nas definições”, ou, como diz Carl Hempel, “a disponibilidade semântica dos conceitos” que, pelo menos em certas fases da história de uma ciência ou do desenrolar de uma pesquisa, constituem uma das condições da invenção.

Não se trata de negar que a formalização lógica considerada como um meio de colocar à prova a lógica em ato da pesquisa e a coerência de seus resultados constitui um dos instrumentos mais eficazes do controle epistemológico; no entanto, essa utilização legítima dos instrumentos lógicos serve, frequentemente, de caução à paixão perversa por exercícios metodológicos que têm como única finalidade discernível permitir a exibição do arsenal dos meios disponíveis. Diante de certas pesquisas concebidas como prova lógica ou metodológica, não é possível deixar de pensar, com Abraham Kaplan, na conduta do ébrio que, tendo perdido a chave de casa, procura-a obstinadamente ao pé de um lampião, sob o pretexto de que aí está mais claro [A. Kaplan, texto n. 3].

O rigorismo tecnológico que se apoia na fé em um rigor definido uma vez por todas e para todas as situações, isto é, em uma representação fixista da verdade ou, por consequência, do erro como transgressão de normas incondicionais, opõe-se diametralmente à busca dos rigores *específicos* que se apoia em uma teoria da ver-

¹⁵ FEYERABEND, P. In: FEIGL, H. & MAXWELL, G. (orgs.). “Scientific Explanation, Space and Time”. *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*. Vol. III. Minneapolis, 1962, p. 31.

dade como teoria do erro retificado. “O conhecer, afirma ainda Gaston Bachelard, deve evoluir com o conhecido”. O mesmo é dizer que seria inútil procurar uma lógica anterior e exterior à história da ciência em vias de se fazer. Para apreender os procedimentos da pesquisa é necessário examinar como ela procede, em vez de confiná-la na observância de um decálogo de processos que só devem, talvez, parecer avançados em relação à prática real na medida em que são definidos de antemão¹⁶. “Fascinado pelo fato de que, em matemática, evitar o erro é uma questão de técnica, há quem pretenda definir a verdade como o produto de uma atividade intelectual que satisfaça certas normas; há quem pretenda considerar os dados experimentais como são considerados os axiomas da geometria; há quem espere determinar regras do pensamento que desempenhariam o papel que a lógica desempenha na matemática. Há quem pretenda fazer, a partir de uma experiência limitada, uma teoria em uma única vez. Ora, o cálculo infinitesimal não conheceu seus fundamentos a não ser progressivamente; a noção do número só atingiu sua clareza ao fim de dois milênios e meio. Os procedimentos que instauram o rigor surgem como respostas a perguntas que não sabemos formular *a priori*, que somente o desenvolvimento da ciência faz emergir. A ingenuidade perde-se lentamente. Isso, verdadeiro na matemática, o é *a fortiori* nas ciências da observação nas quais cada teoria refutada sugere novas exigências de rigor. Portanto, é inútil pretender apresentar *a priori* as condições de um pensamento autenticamente científico”¹⁷.

Mais profundamente, a insistente exortação em prol da perfeição metodológica corre o risco de levar a um deslocamento da vigilância epistemológica. Assim, em vez de nos interrogarmos, por exemplo, sobre o objeto da medição e nos perguntarmos se ele merece ser medido, em vez de questionarmos as técnicas de medição e de nos interrogarmos sobre o grau de precisão desejável e legítimo, considerando as condições particulares da medida, ou até mesmo de examinarmos, mais simplesmente, se os instrumentos medem o que se pretende medir, podemos – levados pelo desejo de transformar a ideia pura do rigor metodológico em tarefas realizáveis – perseguir, com a obsessão das decimais, o ideal contraditório

¹⁶ Os autores de um longo estudo consagrado às funções do método estatístico em sociologia confessam *in fine* que “suas indicações relativas às possibilidades de aplicar a estatística teórica à pesquisa empírica caracterizam somente o estado atual da discussão metodológica, sendo que a prática permanece na retaguarda” (SCHEUCH E.K. & RÖSCHMEYER, D. “Soziologie und Statistik, über den Einfluss der modernen Wissenschaftslehre auf ihr gegenseitiges Verhältnis”. In: *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozial-Psychologie*, VIII, 1956, p. 272-291).

¹⁷ RÉGNIER, A. *Les infortunes de la raison*. Paris: Éd. du Seuil, 1966, p. 37-38.

de uma precisão intrinsecamente definível; nesse caso, esquecemos que, como lembra A.D. Richtie, “fazer uma medição mais precisa do que é necessário não deixa de ser menos absurdo do que fazer uma medição não suficientemente precisa”¹⁸, ou ainda que, como observa N. Campbell, quando fica estabelecido que todas as proposições compreendidas entre certos limites são equivalentes e que a proposição definida de maneira aproximada situa-se nesses limites, a utilização da forma aproximada é perfeitamente legítima¹⁹. Compreende-se que, ao engendrar uma casuística do erro técnico, a ética do dever metodológico possa conduzir – pelo menos indiretamente – a um ritualismo dos procedimentos que, sendo talvez a caricatura do rigor metodológico, é, com toda a certeza, exatamente o contrário da vigilância epistemológica²⁰. Particularmente significativo é o fato de que a estatística – ciência do erro e do conhecimento próximo que, em procedimentos tão usuais quanto o cálculo do erro ou dos limites de confiança, coloca em ação uma filosofia da vigilância crítica – possa ser correntemente utilizada como álibi científico da submissão cega ao instrumento.

Da mesma forma, sempre que os teóricos fazem comparecer a pesquisa empírica com os respectivos instrumentos conceituais diante do tribunal de uma teoria cujas construções eles recusam medir pelo saber da ciência que ela pretende refletir e dominar, ficam devendo somente ao prestígio, indistintamente ligado a qualquer empreendimento teórico, o fato de receberem a homenagem forçada e verbal dos profissionais de campo. E se a conjuntura intelectual permitir que os puros teóricos imponham aos cientistas seu ideal, lógico ou semântico, da coerência integral e universal do sistema dos conceitos, eles poderão até mesmo paralisar a pesquisa na medida em que conseguem inspirar a obsessão de pensar em tudo, de todas

¹⁸ RICHTIE, A.D. *Scientific Method: An Inquiry into the Character and Validity of Natural Laws*, Littlefield, Adams, Paterson (N.J.), 1960, p. 113. Analisando essa busca da “precisão mal fundada” que consiste em acreditar “que o mérito da solução está no número de decimais indicadas”, Bachelard observa “que a precisão em um resultado, quando vai além da precisão nos dados experimentais, significa exatamente a determinação do nada [...] essa prática lembra a piada de Dulong a respeito de um experimentador: ‘Tem a certeza do terceiro algarismo depois da vírgula, mas é do primeiro que tem dúvida’” (BACHELARD, G. *La formation de l'esprit scientifique*. 4. ed. Paris: Vrin, 1965, p. 214) [N.T.: Cf. BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 262s. [Trad. de Estela dos Santos Abreu.]

¹⁹ CAMPBELL, N.R. *An Account of the Principles of Measurement and Calculation*. Londres/Nova York: Longmans/Green, 1928, p. 186.

²⁰ O interesse ansioso pelas doenças do espírito científico pode ter um efeito tão depressivo quanto as inquietações hipocondríacas dos frequentadores do *Larousse médical*.

as formas e sob todos os ângulos ao mesmo tempo, ignorando que, nas situações reais da atividade científica, só é possível esperar construir problemáticas ou novas teorias com a condição de renunciar à ambição impossível, desde que ela não seja escolar ou profética, de dizer tudo sobre tudo e de forma ordenada²¹.

A ordem epistemológica das razões

No entanto, essas análises sociológicas ou psicológicas da perversão metodológica e da diversão especulativa não poderiam tomar o lugar da crítica propriamente epistemológica para a qual servem de introdução. Se é necessário prevenir com um vigor particular contra as advertências dos metodólogos é porque, ao chamar a atenção exclusivamente para os controles formais dos procedimentos experimentais e dos conceitos operatórios, elas têm tendência a desviar a vigilância em relação a perigos mais ameaçadores. Os instrumentos e apoios, sem dúvida muito poderosos, que a reflexão metodológica proporciona à vigilância voltam-se contra a mesma sempre que não são preenchidas as condições prévias de sua utilização. A ciência das condições formais do rigor das operações, apresentando as aparências de uma formalização “operatória” da vigilância epistemológica, pode parecer fundada na pretensão de garantir automaticamente a aplicação dos princípios e preceitos que definem a vigilância epistemológica, de modo que é necessário um acréscimo de vigilância para evitar que venha a se produzir, automaticamente, esse efeito de deslocamento.

Seria necessário, dizia Saussure, “mostrar ao linguista o que ele faz”²². A questão de saber o que é fazer ciência ou, mais precisamente, o esforço dispendido para saber o que faz o cientista, quer ele saiba ou não o que faz, não é somente uma indagação sobre a eficácia e o rigor formal das teorias e métodos disponíveis, mas um questionamento dos métodos e teorias em sua própria utilização para determinar o que fazem aos objetos e os objetos que fazem. A ordem segundo a qual

²¹ Certas dissertações teóricas sobre todas as coisas conhecidas ou cognoscíveis preenchem, sem dúvida alguma, uma função de anexação antecipada análoga à das profecias astrológicas sempre aptas a digerir, retrospectivamente, o acontecimento: “Existem pessoas, afirma Claude Bernard, que, a propósito de uma questão, dizem tudo o que é possível dizer a fim de reclamarem quando, mais tarde, for feita qualquer experiência sobre o assunto. É como aqueles que traçam planetas em todo o firmamento a fim de reclamarem que se trata do planeta que tinham previsto” (*Principes de médecine expérimentale*. Paris: PUF, 1947, p. 255).

²² BENVENISTE, E. “Lettres de Ferdinand de Saussure à Antoine Meillet”. *Cahiers Ferdinand de Saussure*, 21, 1964, p. 92-135.

deve ser conduzida essa interrogação é imposta tanto pela análise propriamente epistemológica dos obstáculos do conhecimento quanto pela análise sociológica das implicações epistemológicas da sociologia atual que definem a hierarquia dos perigos epistemológicos e, por consequência, das urgências.

Defender juntamente com Bachelard que o *fato científico é conquistado, construído, constatado*, é recusar, ao mesmo tempo, o empirismo que reduz o ato científico a uma constatação e o convencionalismo que lhe opõe somente as condições prévias da construção. À força de lembrar o imperativo da constatação, contra toda a tradição especulativa da filosofia social da qual tem de se liberar, a comunidade sociológica tende, atualmente, a esquecer a hierarquia epistemológica dos atos científicos que subordina a constatação à construção e a construção à ruptura: tratando-se de uma ciência experimental, a simples referência à prova experimental não passa de uma tautologia, enquanto não for acompanhada por uma explicação dos pressupostos teóricos que servem de base a uma verdadeira experimentação; ora, tal explicitação permanece em si mesma desprovida de virtude heurística enquanto não for acompanhada da explicitação dos obstáculos epistemológicos que se apresentam, sob uma forma específica, em cada atividade científica.

A ruptura

1. O fato é conquistado contra a ilusão do saber imediato

A vigilância epistemológica impõe-se, particularmente, no caso das ciências do homem nas quais a separação entre a opinião comum e o discurso científico é mais imprecisa do que alhures. Ao concedermos, com demasiada facilidade, que a preocupação com uma reforma política e moral da sociedade levou os sociólogos do século XIX a abandonar, muitas vezes, a neutralidade científica e, até mesmo, que a sociologia do século XX renunciou, eventualmente, às ambições da filosofia social sem ter ficado isenta de contaminações ideológicas de outra natureza, dispensamo-nos quase sempre de reconhecer, para tirar daí todas as consequências, que a familiaridade com o universo social constitui, para o sociólogo, o obstáculo epistemológico por excelência porque ela produz continuamente concepções ou sistematizações fictícias ao mesmo tempo que as condições de sua credibilidade. O sociólogo nunca conseguirá acabar com a sociologia espontânea e deve se impor uma polêmica incessante contra as evidências ofuscantes que proporcionam, sem grandes esforços, a ilusão do saber imediato e de sua riqueza insuperável. Sua dificuldade em estabelecer, entre a percepção e a ciência, a separação que, para o físico, exprime-se por uma oposição nítida entre o laboratório e a vida cotidiana, é tanto maior pelo fato de não conseguir encontrar, em sua herança teórica, os instrumentos que lhe permitiriam recusar radicalmente a linguagem corrente e as noções comuns.

1.1. Preensões e técnicas de ruptura

Na medida em que têm como função reconciliar, a qualquer preço, a consciência comum consigo mesma ao propor explicações, até mesmo contraditórias, a

respeito do mesmo fato, as opiniões primeiras sobre os fatos sociais apresentam-se como uma coletânea falsamente sistematizada de julgamentos com uso alternativo. Essas prenoções, “representações esquemáticas e sumárias” que são “formadas pela prática e para ela”, retiram sua evidência e “autoridade”, como observa Durkheim, das funções sociais que desempenham [É. Durkheim, texto n. 4].

A influência das noções comuns é tão forte que todas as técnicas de objetivação devem ser utilizadas para realizar efetivamente uma ruptura que, na maior parte das vezes, é mais professada do que concretizada. Assim, os resultados da medida estatística podem, pelo menos, ter a virtude negativa de desconcertar as impressões primeiras. Da mesma forma, não temos verificado, com frequência, a função de ruptura que Durkheim conferia à definição prévia do objeto como construção teórica “provisória” destinada, antes de tudo, a “substituir as noções do senso comum por uma primeira noção científica”¹ [M. Mauss, texto n. 5]. Com efeito, na medida em que a linguagem corrente e determinadas utilizações eruditas das palavras banais constituem o principal veículo das representações comuns da sociedade, é sem dúvida uma crítica lógica e lexicológica da linguagem comum que aparece como a condição indispensável para a elaboração controlada das noções científicas [J.H. Goldthorpe e D. Lockwood, texto n. 6].

Pelo fato de que, no momento da observação ou experimentação, o sociólogo estabelece uma relação com o objeto que, enquanto relação social, nunca é puro conhecimento, os dados apresentam-se-lhe como configurações vivas, singulares e, em poucas palavras, humanas demais, que tendem a se impor como estruturas do objeto. Ao fragmentar as totalidades concretas e patentes que são dadas à intuição para substituí-las pelo conjunto dos critérios abstratos que as definem do ponto de vista sociológico – profissão, remuneração, nível de instrução, etc. – impedindo as induções espontâneas que, por um efeito de halo, levam a estender a uma classe inteira os traços marcantes dos indivíduos mais “típicos” na aparência, em suma, dilacerando a rede de relações que se tece continuamente na experiência, a análise estatística contribui para tornar possível a construção de novas relações, capazes

¹ FAUCONNET, P. & MAUSS, M. verbete “Sociologie”. *Grande Encyclopédie Française*, t. XXX. Paris, 1901. [s. e.], p. 173. Não é um acaso se os que pretendem encontrar em Durkheim, e, mais precisamente, em sua teoria da definição e do indicador (cf., por exemplo, MERTON, R.K. *Éléments de théorie et de méthode sociologique* 2. ed. aumentada. Paris: Plon, 1965, p. 61 [Trad. H. Mendras]), a origem e caução do “operacionalismo” ignoram a função de ruptura que Durkheim conferia à definição: com efeito, inúmeras definições ditas “operatórias” são simplesmente uma formalização, logicamente controlada, das ideias do senso comum.

de impor, por seu caráter insólito, a busca das relações de natureza superior que lhe serviriam de justificativa.

Em resumo, a invenção nunca se reduz a uma simples leitura do real, por mais desconcertante que seja, já que pressupõe sempre a ruptura com o mesmo e com as configurações que ele propõe à percepção. Por insistir demais no papel do acaso na descoberta científica, como faz Robert K. Merton na análise da *serendipity*, expomo-nos a despertar as representações mais ingênuas da invenção, resumidas no paradigma da maçã de Newton: a apreensão de um fato inesperado pressupõe, pelo menos, a decisão de prestar uma atenção metódica ao inesperado e sua virtude heurística depende da pertinência e coerência do sistema de indagações que ele coloca em questão². Sabe-se que o ato da invenção que conduz à solução de um problema sensório-motor ou abstrato deve quebrar as relações mais aparentes, por serem as mais familiares, para fazer surgir o novo sistema de relações entre os elementos. Em sociologia como alhures, “uma pesquisa séria leva a reunir o que o vulgo separa ou a distinguir o que o vulgo confunde”³.

1.2. A ilusão da transparência e o princípio da não consciência

Todas as técnicas de ruptura, tais como a crítica lógica das noções, a comprovação estatística das falsas evidências, a contestação decisória e metódica das aparências, não de permanecer impotentes enquanto a sociologia espontânea não for atacada em seu próprio âmago, isto é, na filosofia do conhecimento do social e da ação humana que lhe serve de suporte. A sociologia só pode se constituir como ciência realmente separada do senso comum, com a condição de opor às pretensões sistemáticas da sociologia espontânea a resistência organizada de uma teoria do conhecimento do social cujos princípios contradizem, ponto por ponto, os pressupostos da filosofia primeira do social. Por não existir tal teoria, o sociólogo pode recusar ostensivamente as prenoções, ao mesmo tempo que edifica a aparência de um discurso científico sobre os pressupostos assumidos inconscientemente a partir dos quais a sociologia espontânea engendraria essas prenoções. Como representação ilusória da gênese dos fatos sociais segundo a qual o cientista poderia compre-

²MERTON, R.K. *Éléments de théorie et de méthode sociologique*. Op. cit., p. 47-51.

³“Por exemplo, a ciência das religiões reuniu, em um mesmo gênero, os tabus de impureza e os de pureza porque todos eles são tabus; pelo contrário, estabeleceu uma cuidadosa distinção entre os ritos funerários e o culto dos antepassados” (FAUCONNET, P. & MAUSS, M. “Sociologie”. Op. cit., p. 173).

ender e explicar tais fatos “unicamente pelo esforço de sua reflexão particular”, o artificialismo apoia-se, em última análise, no pressuposto da ciência infusa que, enraizado no sentimento da familiaridade, serve de base também para a filosofia espontânea do conhecimento do mundo social: a polêmica de Durkheim contra o artificialismo, o psicologismo ou o moralismo é apenas o avesso do postulado segundo o qual os fatos sociais “têm uma forma de ser constante, uma natureza que não depende da arbitrariedade individual e de onde derivam relações necessárias” [É. Durkheim, texto n. 7]. O mesmo afirmava Marx quando defendia que, “na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade”, ou ainda Weber quando não aceitava reduzir o sentido cultural das ações às intenções subjetivas dos atores. Ao exigir do sociólogo que penetre no mundo social como em um mundo desconhecido, Durkheim reconhece a Marx o mérito de ter rompido com a ilusão da transparência: “Julgamos ser fecunda a ideia de que a vida social deve ser explicada, não pela concepção que têm a seu respeito os que participam nela, mas por causas profundas que escapam à consciência”⁴ [É. Durkheim, texto n. 8].

Semelhante convergência explica-se facilmente⁵: o que poderíamos designar por princípio da não consciência, concebido como condição *sine qua non* da constituição da ciência sociológica, é simplesmente a reformulação na lógica dessa ciência do princípio do determinismo metodológico que nenhuma ciência poderia negar sem se negar como tal⁶. É o que dissimulamos quando exprimimos o princípio da não consciência com o vocabulário do inconsciente e, assim, transformamos um postulado metodológico em tese antropológica, chegando à substância a partir

⁴ DURKHEIM, É., Resenha de A. Labriola. “Essais sur la conception matérialiste de l’histoire”. In: *Revue Philosophique*, dez. de 1897, vol. XLIV, 22º ano, p. 648.

⁵ A acusação de sincretismo, que poderia ser suscitada pela aproximação entre os textos de Marx, Weber e Durkheim, apoiar-se-ia na confusão entre a teoria do conhecimento do social como condição de possibilidade de um discurso sociológico verdadeiramente científico e a teoria do sistema social [sobre esse ponto, p. e., e infra, G. Bachelard, texto n. 2, p. 108-111]. No caso em que não fosse reconhecida tal distinção, ainda seria necessário examinar se a aparência de discordância não é devida ao fato de estarmos ligados à representação tradicional de uma pluralidade de tradições teóricas; ora, tal representação é contestada precisamente pelo “ecletismo apaziguante” da teoria do conhecimento sociológico que, a partir da experiência da atividade sociológica, recusa determinadas oposições que se tornaram rituais em outra atividade, a do ensino da filosofia.

⁶ Se, como escreve Claude Bernard, um fenômeno se apresentasse em uma experiência com uma aparência de tal modo contraditória que não pudesse ser associado de forma necessária a determinadas condições de existência, a razão deveria repelir o fato como um fato não científico. [...] porque a aceitação de um fato sem causa, isto é, indeterminado em suas condições de existência, não é nem mais nem menos do que a negação da ciência” (BERNARD, C. *Introduction à l’étude de la médecine expérimentale*. Paris: J.-B. Baillière et fils, 1865, cap. II, § 7).

do substantivo ou servindo-nos da polissemia desse termo para reconciliar o apego aos mistérios da interioridade com os imperativos do distanciamento⁷ [L. Wittgenstein, texto n. 9]. De fato, a única função do princípio da não consciência é afastar a ilusão que a antropologia possa se constituir como ciência reflexiva e, ao mesmo tempo, definir as condições metodológicas que a tornem uma ciência experimental⁸ [É. Durkheim, texto n. 10; F. Simiand, texto n. 11].

Com parte murcha

Se a sociologia espontânea ressurgir com tal insistência e sob disfarces tão diferentes na sociologia erudita é, sem dúvida, porque os sociólogos que pretendem conciliar o projeto científico com a afirmação dos direitos da pessoa, direito à ação livre e direito à consciência clara da ação, ou, simplesmente, evitam submeter sua prática aos princípios fundamentais da teoria do conhecimento sociológico, voltam a encontrar, inevitavelmente, a filosofia ingênua da ação e da relação do sujeito à sua ação aplicada na sociologia espontânea por sujeitos preocupados em defender a verdade vivida de sua experiência da ação social. A resistência que suscita a sociologia quando pretende despossar a experiência imediata de seu privilégio gnoseológico inspira-se na mesma filosofia humanista da ação humana de determinada sociologia que, servindo-se de conceitos como, por exemplo, o de "motivação" ou dedicando-se por predileção às questões de *decision-making*, realiza, à sua maneira,

⁷ Embora tivesse permanecido confinado na problemática da consciência coletiva pelos instrumentos conceituais peculiares às ciências humanas de sua época, Durkheim teve a preocupação de estabelecer a distinção entre o princípio pelo qual o sociólogo cria a existência de regularidades não conscientes e a afirmação de um "inconsciente" dotado de caracteres específicos. Ao discutir a relação entre as representações individuais e as representações coletivas, ele escreve o seguinte: "Tudo o que pretendemos dizer, com efeito, é que se passam fenômenos em nós que são de natureza psíquica e, no entanto, não são conhecidos do ego que nós somos. Quanto a saber se são percebidos por algum ego desconhecido ou o que podem ser fora de qualquer apreensão, isso não nos importa. Admitamos apenas que a vida representativa se estende além de nossa consciência atual" (DURKHEIM, É. "Représentations individuelles et représentations collectives". *Revue de Métaphysique et de Morale*, IV, maio de 1898. Apud *Sociologie et Philosophie*, Paris: F. Alcan, 1924; citado a partir da 3. ed. Paris: PUF, 1967, p. 25) [N.T.: Cf. DURKHEIM, É. "Representações individuais e representações coletivas". In: *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Forense, 1970, p. 31-32 - Trad. de J.M. de Toledo Camargo].

⁸ É o que sugere C. Lévi-Strauss quando estabelece a distinção entre o emprego que Mauss faz da noção de inconsciente e a noção junguiana de um inconsciente coletivo "repleto de símbolos e, até mesmo, de coisas simbolizadas que para ele formam uma espécie de substrato" e quando reconhece a Mauss o mérito "de ter feito apelo ao inconsciente como ao fornecedor do caráter comum e específico dos fatos sociais" (LÉVI-STRAUSS, "Introduction". In: MAUSS, M. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: PUF, 1950, p. XXX e XXXII) [N.T.: Cf. LÉVI-STRAUSS, C. "Introdução à obra de Marcel Mauss". In: *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Pedagógica e Universitária/Editora da Universidade de São Paulo, 1974, p. 20 e 18-19 [Trad. de Lamberto Puccinelli]. É ainda nesse sentido que ele reconhece em Tylor a afirmação, sem dúvida confusa e equívoca, do que faz a originalidade da etnologia, a saber, "a natureza inconsciente dos fenômenos coletivos"... "Mesmo quando encontramos interpretações, estas têm sempre o caráter de racionalizações ou elaborações secundárias: não há sombra de dúvida de que as razões que nos levam a praticar um costume, compartilhar uma crença, estão muito afastadas das razões que invocamos para justificar tal atitude" (*Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958, p. 25).

o desejo ingênuo de todo sujeito social: pretendendo permanecer senhor e possuidor de si mesmo e de sua própria verdade, desejando conhecer apenas o determinismo de suas próprias determinações (embora as considere inconscientes), o humanista ingênuo que existe em todos os homens sente profundamente como uma redução “sociologista” ou “materialista” qualquer tentativa para estabelecer que o sentido das ações mais pessoais e mais “transparentes” não pertence ao sujeito que as realiza, mas ao sistema completo das relações nas quais e pelas quais elas se realizam. As falsas profundezas prometidas pelo vocabulário das “motivações” (ostensivamente distinguidas dos simples “motivos”) têm, talvez, como função salvaguardar a filosofia da escolha, ornamentando-a com prestígios científicos que estão associados à busca das escolhas inconscientes. A prospecção superficial das funções psicológicas, tais como elas são vividas – “razões” ou “satisfações” –, impede, quase sempre, a busca das funções sociais que as “razões” dissimulam e cuja plena realização proporciona, por acréscimo, as satisfações experimentadas diretamente⁹.

Contra esse método ambíguo que permite a troca indefinida de serviços entre o senso comum e o senso comum erudito, é necessário apresentar um segundo princípio da teoria do conhecimento do social que é simplesmente a forma positiva do princípio da não consciência: as relações sociais não poderiam ser reduzidas a relações entre subjetividades animadas por intenções ou “motivações” porque se estabelecem entre condições e posições sociais, e porque, ao mesmo tempo, são mais reais do que os sujeitos que estão ligados por elas. As críticas que Marx opunha a Stirner dirigem-se aos psicossociólogos e sociólogos que reduzem as relações sociais à representação que os sujeitos têm delas e acreditam, em nome de um artificialismo prático, que é possível modificar as relações objetivas transformando essa representação: “Sancho não deseja que dois indivíduos estejam ‘em contradição’ entre si, como burguês e proletário [...], mas gostaria de vê-los estabelecer uma relação pessoal de indivíduo a indivíduo. Não considera que, no quadro da divisão do trabalho, as relações pessoais se tornem, necessária e inevitavelmente, relações de classes e se cristalizem como tais; assim, todo o seu palavrório reduz-se a um desejo piedoso que ele pensa concretizar exortando os indivíduos dessas classes a

⁹ Tal é o sentido da crítica que Durkheim dirigia a Spencer: “Os fatos sociais não são o simples desenvolvimento dos fatos psíquicos, mas os segundos não passam, em grande parte, do prolongamento dos primeiros no interior das consciências. Essa proposição é muito importante porque o ponto de vista contrário expõe, a cada instante, o sociólogo a tomar a causa pelo efeito e reciprocamente” (*De la division du travail social*. 7. ed. Paris: PUF, 1960, p. 341).

expulsar de seu espírito a ideia de suas “contradições” e de seu ‘privilégio’ particular [...] Para destruir a ‘contradição’ e o ‘particular’, bastaria modificar a ‘opinião’ e a ‘vontade’¹⁰. Independentemente das ideologias da “participação” e da “comunicação” a serviço das quais, muitas vezes, elas estão, as técnicas clássicas da psicologia social inclinam-se, em decorrência de sua epistemologia implícita, a privilegiar as representações dos indivíduos em detrimento das relações objetivas nas quais estes estão envolvidos e que definem a “satisfação” ou a “insatisfação” que os mesmos experimentam, os conflitos que enfrentam ou as expectativas e ambições que exprimem. Pelo contrário, o princípio da não consciência impõe que seja construído o sistema das relações objetivas nas quais os indivíduos se encontram inseridos e que se exprimem mais adequadamente na economia ou morfologia dos grupos do que nas opiniões e intenções declaradas dos sujeitos. Não é a descrição das atitudes, opiniões e aspirações individuais que tem a possibilidade de proporcionar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas a apreensão da lógica objetiva da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações¹¹. Esse objetivismo provisório que é a condição da apreensão da verdade objetivada dos sujeitos é também a condição da compreensão completa da relação vivida que os sujeitos mantêm com sua verdade objetivada em um sistema de relações objetivas¹².

¹⁰ MARX, K. *Idéologie allemande*. In: *Oeuvres Philosophiques*. T. IX: A. Costes, Paris: 1947, p. 94 [Trad. J. Molitor].

¹¹ Essa redução à psicologia encontra um de seus modelos prediletos no estudo dos pequenos grupos, ou seja, grupos isolados de ação e interação abstraídos da sociedade global. Perdeu-se a conta das pesquisas em que o estudo, em sistema fechado, dos conflitos psicológicos entre bandos toma o lugar da análise das relações objetivas entre forças sociais.

¹² Se foi necessário, para defesa da causa pedagógica, colocar toda a ênfase na condição prévia da objetivação que se impõe a qualquer procedimento sociológico quando este pretende romper com a sociologia espontânea, não se tratava de reduzir a tarefa da explicação sociológica às dimensões de um objetivismo: “Por sua própria existência, a sociologia pressupõe a superação da oposição fictícia que subjetivistas e objetivistas fazem surgir arbitrariamente. Se a sociologia como ciência objetiva é possível, é porque existem relações exteriores, necessárias, independentes das vontades individuais e, se quisermos, inconscientes (no sentido em que elas não se apresentam pela simples reflexão) que só podem ser apreendidas passando pela observação e experimentação objetivas. [...] No entanto, diferentemente da ciência da natureza, uma antropologia total não pode se limitar a uma construção das relações objetivas porque a experiência das significações faz parte da significação total da experiência: a sociologia menos suspeita de subjetivismo recorre a conceitos intermediários e mediadores entre o subjetivo e o objetivo, tais como alienação, atitude ou *ethos*. Cabe-lhe, com efeito, construir o sistema de relações que englobe, não só o sentido objetivo das condutas organizadas segundo regularidades mensuráveis, mas também as relações singulares que os sujeitos mantêm com as condições objetivas de sua existência e com o sentido objetivo de suas condutas, sentido que os possui porque estão desapossados dele. Dito por outras palavras, a descrição da subjetividade objetivada reenvia à descrição da interiorização da objetividade” (BOURDIEU, P. *Un Art moyen*. 2. ed. Paris: Éd. de Minuit, 1970, p. 18-20; 1. ed., 1965).

1.3. *Natureza e cultura: substância e sistema de relações*

Se o princípio da não consciência não passa do avesso do princípio do clima das relações, este último deve por si levar a recusar todas as tentativas para definir a verdade de um fenômeno cultural independentemente do sistema das relações históricas e sociais nas quais ele está inserido. Condenado inúmeras vezes, o conceito de natureza humana, a mais simples e mais natural das naturezas simples, sobrevive sob as espécies de conceitos que são como sua moeda corrente, por exemplo, as “tendências” ou as “propensões” de certos economistas, as “motivações” da psicologia social ou as “necessidades” e os “pré-requisitos” da análise funcionalista. A filosofia essencialista que era solidária com a noção de natureza continua ainda em ação em determinada utilização ingênua de critérios de análise, tais como o sexo, idade, raça ou aptidões intelectuais, quando essas características são concebidas como dados naturais, necessários e eternos, cuja eficácia poderia ser apreendida independentemente das condições históricas e sociais que os constituem em sua especificidade para determinada sociedade e em determinado momento do tempo.

De fato, o conceito de natureza humana está em ação sempre que é transgredido o preceito de Marx que proíbe eternizar, em uma natureza, o produto de uma história, ou o preceito de Durkheim exigindo que o social seja explicado pelo social e unicamente pelo social [K. Marx, texto n. 12; É. Durkheim, texto n. 13]. A fórmula de Durkheim conserva todo o seu valor com a condição de que não exprima a reivindicação de um “objeto real”, realmente distinto do objeto das outras ciências do homem, nem a pretensão sociologista em justificar, do ponto de vista sociológico, todos os aspectos da realidade humana, mas somente a lembrança da decisão metodológica de não abdicar prematuramente do direito à explicação sociológica ou, dito por outras palavras, não recorrer a um princípio de explicação tirado de outra ciência, quer se trate da biologia ou psicologia, enquanto não tiver sido completamente comprovada a eficácia dos métodos de explicação propriamente sociológica. Além do fato de que, ao recorrer a fatores que são por definição trans-históricos e transculturais, corremos o risco de dar como explicação isso mesmo que deve ser explicado, ficamos condenados, na melhor das hipóteses, a explicar somente o aspecto em que as instituições se assemelham, deixando escapar, como afirma Lévi-Strauss, o que faz sua especificidade histórica ou originalidade cultural: “Uma disciplina cujo objetivo principal, se não o único, é analisar e interpretar as diferenças evita todos os problemas levando em conside-

ração apenas as semelhanças. No entanto, ao mesmo tempo, perde todos os meios de estabelecer a distinção entre o geral, que é o seu objetivo, e o banal com o qual ela se contenta”¹³ [M. Weber, texto n. 14].

No entanto, não basta que as características atribuídas ao homem social em sua universalidade se apresentem como “resíduos” ou invariantes colocados em evidência por uma análise de sociedades concretas para que seja afastada, decisivamente, essa filosofia essencialista que deve a maior parte de sua sedução ao esquema de pensamento segundo o qual “não há nada de novo sob o sol”: de Pareto a Ludwig von Mises não faltam análises, aparentemente históricas, que se limitam a designar com um nome sociológico determinados princípios explicativos tão pouco sociologizados, tais como a “inclinação a criar associações”, “a necessidade de manifestar sentimentos por meio de ações exteriores”, o ressentimento, a busca do prestígio, a insaciabilidade da necessidade ou a *libido dominandi*¹⁴. Não seria possível compreender que, tão frequentemente, os sociólogos possam negar-se como tais, ao proporem sem outra justificativa determinadas explicações que eles só deveriam acolher como último recurso, se a tentativa de se justificarem pelas opiniões declaradas não fosse reforçada pela sedução genérica da explicação pelo simples, cuja “ineficácia epistemológica” foi denunciada incansavelmente por Bachelard.

1.4. A sociologia espontânea e os poderes da linguagem

Se a sociologia é uma ciência como as outras que encontra somente uma dificuldade particular em ser uma ciência como as outras, é, fundamentalmente, em decorrência da relação particular que se estabelece entre a experiência erudita e a experiência ingênua do mundo social e entre as expressões ingênua e erudita de tais

¹³ LÉVI-STRAUSS, C. *Anthropologie structurale*. Op. cit., p. 19.

¹⁴ Para estabelecer que o azedume crítico contra o capitalismo só poderia ser inspirado pelo ressentimento peculiar a indivíduos frustrados em sua ambição social, Von Mises deve servir-se, independentemente de qualquer especificação sociológica, da propensão à autojustificação duplicada pela aspiração à ascensão social. É porque teriam perdido sua oportunidade de ascensão, na sequência de alguma inferioridade natural (“as qualidades biológicas de um homem limitam, de forma bastante estrita, o campo no interior do qual ele poderá prestar serviços aos outros”), que numerosas pessoas dirigiariam contra o capitalismo o ressentimento surgido de sua ambição frustrada. Em suma, como, segundo Leibniz, está inscrito desde toda a eternidade na essência de César que ele há de atravessar o Rubicão, assim também o destino de cada sujeito social estaria contido em sua natureza (definida pelo seu aspecto psicológico e, por vezes, biológico). O essencialismo conduz, logicamente, a uma “sociodiceia” (VON MISES, L. *The Anti-capitalistic Mentality*. Princeton (N.J.) Toronto/Londres/Nova York: Van Nostrand, 1956, p. 1-33).

experiências. Com efeito, não basta denunciar a ilusão da transparência e adotar princípios capazes de romper com os pressupostos da sociologia espontânea para acabar com as construções ilusórias que ela propõe. “Herança de palavras, herança de ideias”, segundo o título de Brunschvicg, a linguagem corrente que, pelo fato de ser corrente, passa despercebida, contém, em seu vocabulário e sintaxe, toda uma filosofia petrificada do social sempre pronta a ressurgir das palavras comuns ou das expressões complexas construídas com palavras comuns que, inevitavelmente, são utilizadas pelo sociólogo. Quando aparecem dissimuladas sob as aparências de uma elaboração erudita, as prenoções podem abrir caminho no discurso sociológico sem perderem, de modo algum, a credibilidade que lhes é conferida pela sua origem: as advertências contra a contaminação da sociologia pela sociologia espontânea não passariam de exorcismos verbais se não fossem acompanhadas por um esforço feito no sentido de fornecer à vigilância epistemológica as armas indispensáveis para evitar a contaminação das noções pelas prenoções. Sendo, muitas vezes, prematura, a ambição de jogar fora a linguagem comum para adotar em seu lugar, pura e simplesmente, uma linguagem perfeita, por ser inteiramente construída e formalizada, corre o risco de desviar da análise, mais urgente, a lógica da linguagem comum: somente essa análise pode dar ao sociólogo o meio de redefinir as palavras comuns no interior de um sistema de noções expressamente definidas e metodicamente depuradas, ao mesmo tempo que submete à crítica as categorias, problemas e esquemas, retirados da língua comum pela língua erudita, que ameaçam sempre se reintroduzir na linguagem sob os disfarces eruditos da língua mais formal possível. “O estudo do emprego lógico de uma palavra, escreve Wittgenstein, permite-nos escapar à influência de certas expressões típicas [...]. Essas análises procuram desviar-nos das opiniões preconcebidas que nos impelem a acreditar que os fatos devem estar de acordo com determinadas imagens que florescem em nossa linguagem”¹⁵. Por não submetermos a linguagem comum, principal instrumento da “construção do mundo dos objetos”¹⁶, a uma crítica metódica, expomo-nos a considerar como dados determinados objetos pré-construídos na e pela linguagem comum. A preocupação com a definição rigorosa continua sendo inútil e, até

¹⁵ WITTEGENSTEIN, L. *Le cahier bleu et le cahier brun*. Paris: Gallimard, 1965, p. 89 [Trad. G. Durand].

¹⁶ Cf. CASSIRER, E. “Le langage et la construction du monde des objets”. In: *Journal de psychologie normale et pathologique*, vol. 30, 1933, p. 18-44; e “The Influence of Language upon the Development of Scientific Thought”. *The Journal of Philosophy*, vol. 33, 1936, p. 309-327.

mesmo, enganadora enquanto o princípio unificador dos objetos submetidos à definição não tiver sido submetido à crítica¹⁷. Como os filósofos que deixam que lhes seja imposta a busca de uma definição essencial do “jogo”, sob pretexto de que a linguagem corrente utiliza um único substantivo comum para dizer “jogos infantis, jogos olímpicos, jogos de matemática ou trocadilhos”, assim também os sociólogos que organizam sua problemática científica em torno de termos pura e simplesmente tirados do vocabulário familiar obedecem à linguagem que lhes é fornecida pelos objetos no momento em que julgam estar submetidos apenas ao “dado”. As divisões operadas pelo vocabulário comum não são as únicas pré-construções inconscientes e incontroladas que ameaçam insinuar-se no discurso sociológico, e essa técnica de ruptura que é a crítica lógica da sociologia espontânea encontraria, sem dúvida, um instrumento insubstituível na nosografia da linguagem corrente que se apresenta – pelo menos no estado de esboço – na obra de Wittgenstein [M. Chastaing, texto n. 15]¹⁸.

Semelhante crítica daria ao sociólogo o meio, não só de dissipar o halo semântico (*fringe of meaning*, como afirma William James) que envolve as palavras mais comuns, mas também controlar as significações flutuantes de todas as metáforas – inclusive as que, aparentemente, estão fora de uso – que ameaçam situar a coerência de seu discurso em uma natureza diferente daquela em que ele pretende

¹⁷ M. Chastaing prolonga a crítica empreendida por Wittgenstein a respeito dos jogos [N.T.: No original, *jeux*] conceituais instigados pelos jogos de palavras a partir da palavra “jogo”: “Os homens não funcionam [N.T.: No original, *jouent*, do verbo *jouer*; este verbo também significa brincar, jogar, representar um papel no teatro, fingir, tocar um instrumento musical... Nesta citação, o predicado é sempre *jouer*] como seus revestimentos de madeira, nem como suas instituições. Não fazem trocadilhos como representam um papel no palco; não tocam violino como manipulam um pau; não arriscam dinheiro como têm má sorte; não dançam uma valsa como enfrentam um adversário; não brincam com uma bala como jogam bola, inclusive *futebol*. Podem dizer que seu comportamento será diferente conforme as circunstâncias. Deveriam dizer: brincar não é brincar” (CHASTAING, M. “Jouer n’est pas jouer”. *Journal de psychologie normale et pathologique*, n. 3, julho-setembro de 1959, p. 303-326). A crítica lógica e linguística à qual M. Chastaing submete a palavra “jogo” poderia aplicar-se, mais ou menos integralmente, à noção de “lazer”, às utilizações comumente feitas dessa palavra e às definições “essenciais” que recebe de certos sociólogos: “Coloque no lugar da velha palavra ‘jogos’ o neologismo ‘lazer’. Substitua, portanto, em algumas descrições clássicas dos jogos, ‘a vontade de jogar’ ou ‘a atividade livre’ do jogador por um lazer qualificado como desejado ou tachado de *opção do indivíduo* sem que você esteja preocupado com o lazer dirigido e as férias pagas, nem com a antiga oposição *licet-libet*. Substitua o ‘prazer de jogar’ pela *visão hedonística* do lazer, tendo o cuidado de não cantarolar *Sombre dimanche* [N.T.: Domingo sombrio] e depois *Je hais les dimanches* [N.T.: Odeio os domingos]. Enfim, substitua alguns jogos gratuitos por diferentes formas de lazer que se *desenrolam fora de qualquer finalidade utilitária*, se você tiver a possibilidade de esquecer a jardinagem dos operários e empregados, inclusive as gambiarras domésticas” (*ibid.*).

¹⁸ Assim, a maior parte das utilizações do termo inconsciente caem no paralogismo das “essências ocultas” que consiste, segundo Wittgenstein, em arrancar as palavras de seus contextos de utilização e dotá-las de uma significação substancial [cf. *infra*, L. Wittgenstein, texto n. 9, p. 139-141].

inscrever suas formulações. Ou seja, algumas dessas imagens que poderiam ser classificadas segundo a natureza, biológica ou mecânica, à qual elas reenviam, ou segundo as filosofias implícitas do social que elas sugerem: equilíbrio, pressão, força, tensão, reflexo, raiz, corpo, célula, secreção, crescimento, regulação, gestação, enfraquecimento, etc. Tais esquemas de interpretação, tirados quase sempre da natureza física ou biológica, ameaçam veicular, sob a aparência da metáfora e da homonímia, uma filosofia inadequada da vida social e, sobretudo, desencorajar a busca da explicação específica, fornecendo sem grandes esforços uma aparência de explicação¹⁹ [G. Canguilhem, texto n. 16]. Assim, uma psicanálise do espírito sociológico poderia, sem dúvida, encontrar em inúmeras descrições do processo revolucionário, como explosão após a opressão, um esquema mecânico, apenas transposto. Da mesma forma, os estudos de difusão cultural recorrem, mais frequentemente de forma inconsciente do que consciente, ao modelo da propagação da mancha de óleo para tentar justificar a área e ritmo de dispersão de um traço cultural. Uma forma de contribuir para a purificação do espírito científico seria analisar concretamente a lógica e as funções de esquemas como o da “mudança de escala”, no qual nos apoiamos para transferir para o plano da sociedade global ou planetária determinadas observações ou proposições válidas no plano dos pequenos grupos; como o da “manipulação” ou “complô” que, baseando-se afinal de contas na ilusão da transparência, tem a falsa profundidade de uma explicação pelo oculto e proporciona as satisfações afetivas da denúncia das criptocracias; ou ainda como o da “ação à distância” que leva a pensar a ação dos meios modernos de comunicação, segundo as categorias do pensamento mágico²⁰.

Vê-se que a maior parte de tais esquemas metafóricos são comuns às afirmações ingênuas e ao discurso erudito; e, de fato, ficam devendo a essa dupla origem seu rendimento pseudoexplicativo. Como afirma Yvon Belaval: “Se eles nos convencem é porque nos fazem deslizar e oscilar, sem o nosso conhecimento, entre a imagem e o pensamento, entre o concreto e o abstrato. Associada à imaginação, a linguagem

¹⁹ Aliás, não passa de uma justa represália: se a sociologia foi submetida à importação incontrolada de esquemas e imagens biológicas, a biologia teve de depurar de conotações morais e políticas, em outra época e com grande dificuldade, certas noções, tais como as de “célula” ou “tecido” [cf. infra, G. Canguilhem, texto n. 16, p. 165-168].

²⁰ N. Chomsky mostra assim que, limitando-se a utilizar os termos técnicos de forma metafórica, a linguagem de Skinner revela sua inconsistência quando é submetida a uma crítica lógica e linguística (CHOMSKY, N. resenha de SKINNER, B.F. *Verbal Behavior*. In: *Language*, vol. 35, 1959, p. 16-58).

transpõe, sub-repticiamente, a certeza da evidência sensível para a certeza da evidência lógica”²¹. Ocultando sua origem comum sob a aparência do jargão científico, tais esquemas mistos escapam à refutação, seja porque propõem imediatamente uma explicação global e despertam as experiências mais familiares (o conceito de “sociedade de massa” pode, por exemplo, encontrar um paralelo na experiência dos engarrafamentos de Paris e o termo “mutação” não evoca, muitas vezes, mais do que a experiência banal do inaudito); seja porque eles reenviam a uma filosofia espontânea da história, como o esquema do retorno cíclico quando evoca somente a sucessão das estações, ou como o esquema funcionalista quando não tem outro conteúdo senão a fórmula “isso é estudado para” do finalismo ingênuo; seja porque eles encontram esquemas eruditos já vulgarizados, sendo que a compreensão do sociograma adota, por exemplo, a imagem invisível das afinidades profundas entre as pessoas. A propósito da física, Duhem observava que o cientista expõe-se sempre a recuperar nas evidências do senso comum os resíduos de teorias anteriores, abandonados aí pela ciência; considerando que tudo predis põe os conceitos e as teorias sociológicos a passar para o domínio público, o sociólogo corre o risco, mais do que qualquer outro cientista, de “retomar no cerne dos conhecimentos comuns, para devolvê-las à ciência teórica, as peças que esta tinha depositado aí”²².

Sem dúvida, o rigor científico não nos obriga a renunciar a todos os esquemas analógicos de explicação ou compreensão como é testemunhado pela utilização feita, eventualmente, pela física moderna de determinados paradigmas – até mesmo mecânicos – com finalidade pedagógica ou heurística; com a condição de utilizá-los de forma consciente e metódica. Da mesma forma que as ciências físicas tiveram de romper categoricamente com as representações animistas da matéria e da ação sobre a matéria, assim também as ciências sociais devem operar o “corte epistemológico” capaz de estabelecer a separação entre a interpretação científica e todas as interpretações artificialistas ou antropomórficas do funcionamento social: é somente com a condição de submeter os esquemas utilizados pela explicação sociológica à prova da explicitação completa²³ que será possível evitar

²¹ BELAVAL, Y. *Les philosophes et leur langage*. Paris: Gallimard, 1952, p. 23.

²² DUHEM, P. *La théorie physique, son objet, sa structure*. Paris: M. Rivière, 1954, p. 397 [2ª ed. revista e ampliada].

²³ Nessa tarefa de controle semântico, a sociologia pode se armar não só com o que Bachelard designava como psicanálise do conhecimento ou com uma crítica puramente lógica e linguística, mas também com uma sociologia da utilização social dos esquemas de interpretação do social.

a contaminação a que estão expostos os esquemas mais depurados sempre que eles apresentam uma afinidade de estrutura com os esquemas comuns. Bachelard mostra que a máquina de costura só foi inventada quando as pessoas deixaram de imitar os gestos da costureira: sem dúvida, a sociologia tiraria a melhor lição de uma justa representação da epistemologia das ciências da natureza se se empenhasse em proceder à verificação permanente de que está construindo verdadeiramente máquinas de costura, em vez de transpor, de forma irrelevante, os gestos espontâneos da prática ingênua.

1.5. A tentação do profetismo

Na medida em que tem mais dificuldade do que qualquer outra ciência para se liberar da ilusão da transparência e para realizar, irreversivelmente, a ruptura com as prenoções; na medida em que, muitas vezes, lhe é atribuída, *volens nolens*, a tarefa de responder às questões últimas sobre o futuro da civilização, a sociologia está, hoje, predisposta a manter com um público, que nunca se reduz completamente ao grupo dos pares, uma relação mal esclarecida que corre sempre o risco de voltar a encontrar a lógica da relação entre o autor de sucesso e seu público ou, até mesmo, por vezes, entre o profeta e sua audiência. Mais do que todos os outros especialistas, o sociólogo está exposto ao veredicto ambíguo e ambivalente dos não especialistas que se sentem com a autoridade de dar crédito às análises propostas, com a condição de que estas despertem os pressupostos de sua sociologia espontânea, mas que são levados, por essa mesma razão, a contestar a validade de uma ciência que eles só aprovam na medida em que ela coincide com o bom-senso. De fato, quando o sociólogo se limita a tomar à sua conta os objetos de reflexão do senso comum e a reflexão comum sobre esses objetos, não tem mais nada a opor à certeza comum de que pertence a todos os homens falarem de tudo o que é humano e julgarem qualquer discurso, até mesmo científico, sobre o que é humano. E como é possível que cada um não se sinta um pouco sociólogo quando as análises do “sociólogo” concordam completamente com as afirmações da tagarelagem cotidiana e quando o discurso do analista e as afirmações analisadas estão separados apenas pela barreira frágil das aspas?²⁴ Não é um acaso se o estandarte do “humanismo” sob o qual se reconciliam os que acreditam que basta ser humano para ser sociólogo e os que fazem sociologia para satisfazer

²⁴ Preferimos deixar a cada leitor o trabalho de encontrar ilustrações dessa análise.

uma paixão demasiado humana pelo “humano” serve de sinal de adesão a todas as resistências contra a sociologia objetiva, quer se inspirem na ilusão da reflexividade ou na afirmação dos direitos imprescritíveis do sujeito livre e criador.

O sociólogo em comunhão com seu objeto nunca está longe de sucumbir à complacência cúmplice em favor das expectativas escatológicas que o grande público intelectual tende a transferir, atualmente, para as “ciências humanas” – aliás, seria preferível designá-las por ciências do homem. Ao aceitar definir seu objeto e as funções de seu discurso em conformidade com as demandas de seu público, apresentando a antropologia como um sistema de respostas totais às questões últimas sobre o homem e seu destino, o sociólogo faz-se profeta, embora a estilística e a temática de sua mensagem sejam diferentes segundo que, “sendo pequeno profeta credenciado pelo Estado”, ele responde como mestre de sabedoria às inquietações de salvação intelectual, cultural ou política de um auditório de estudantes; ou segundo que, praticando a política teórica atribuída por Wright Mills aos “estadistas” da ciência, ele se esforça por unificar o pequeno reino dos conceitos sobre os quais e pelos quais entende reinar; ou ainda segundo que, sendo pequeno profeta marginal, ele fornece ao grande público a ilusão de ter acesso aos últimos segredos das ciências do homem [M. Weber, B.M. Berger, textos n. 17 e 18].

A linguagem sociológica que, até mesmo em suas utilizações mais controladas, recorre sempre a palavras do léxico comum tomado em uma acepção rigorosa e sistemática e que, por esse fato, se torna equívoca desde que deixa de se dirigir unicamente aos especialistas, presta-se, mais do que qualquer outra, a utilizações fraudulentas: os jogos de polissemia, permitidos pela afinidade invisível entre os conceitos mais depurados e os esquemas comuns, favorecem o duplo sentido e os mal-entendidos cúmplices que garantem ao duplo jogo profético suas audiências múltiplas e, por vezes, contraditórias. Se, como afirma Bachelard, “todo químico deve combater em si o alquimista”, assim também todo sociólogo deve combater em si próprio o profeta social que, segundo as exigências de seu público, é obrigado a encarnar. A elaboração, aparentemente erudita, das evidências que são as mais bem-feitas para encontrar um público porque são evidências públicas e a utilização de uma língua com vários registros, que justapõe as palavras comuns e as palavras técnicas destinadas a servir-lhes de caução, fornecem ao sociólogo sua melhor máscara quando, apesar de tudo, ele pretende desconcertar os que encontram nele plena satisfação de suas expectativas, orquestrando de forma grandiosa seus temas favoritos e oferecendo-lhes

um discurso cuja aparência de esoterismo serve, na realidade, as funções exotéricas de um empreendimento profético. A sociologia profética volta a encontrar, naturalmente, a lógica segundo a qual o senso comum constrói suas explicações quando ela se contenta em sistematizar falsamente as respostas da sociologia espontânea — obtidas pela experiência comum de forma desordenada — às questões existenciais: de todas as explicações simples, as explicações pelo simples e pelas naturezas simples são as mais frequentemente invocadas pelas sociologias proféticas que encontram nos fenômenos tão familiares, como a televisão, o princípio explicativo de “mutações planetárias”. “Toda verdade, afirma Nietzsche, é simples: não será isso uma dupla mentira? Tornar alguma coisa desconhecida em alguma coisa conhecida traz alívio, tranquiliza o espírito e, além disso, proporciona um sentimento de poder. Primeiro princípio: uma explicação qualquer é preferível à falta de explicação. Como, no fundo, trata-se de nos desembaraçar de representações angustiantes, não as observamos de muito perto com o objetivo de encontrarmos os meios para chegar a elas: a primeira representação pela qual o desconhecido declara-se conhecido faz tanto bem que a consideramos como verdadeira”.

Que esse recurso às explicações pelo simples tenha como função tranquilizar ou inquietar, que esteja equipado com paralogismos da forma *pars pro toto*, das sistematizações por alusão e eclipse ou dos poderes da analogia espontânea, é sempre em suas afinidades profundas com a sociologia espontânea que reside sua mola explicativa. Marx afirmava o seguinte: “Essas belas fórmulas literárias que, por meio de analogias, organizam tudo em tudo podem parecer engenhosas quando as ouvimos pela primeira vez, tanto mais que chegamos a identificar coisas contraditórias entre si. Quando são repetidas, com presunção, como se tivessem um alcance científico, revelam-se simplesmente idiotas. São feitas para esses pedantes que veem tudo cor-de-rosa, falam à toa e envolvem todas as ciências com seu sentimentalismo piegas”²⁵.

1.6. Teoria e tradição teórica

Ao colocar sua epistemologia sob o signo do “por que não?” e a história da razão científica sob o signo da descontinuidade ou, melhor, da ruptura contínua, Bachelard recusa à ciência as certezas do saber definitivo para lembrar que ela só poderá progredir ao colocar perpetuamente em questão os princípios de suas próprias construções.

²⁵ MARX, K. *Fondements de la Critique de l'Economie politique*. T. I. Paris: Anthropos, 1967, p. 240 [Trad. R. Dangeville].

No entanto, para que uma experiência como a de Michelson e Morley possa conduzir a um questionamento radical dos postulados fundamentais da teoria, é necessário que exista uma teoria capaz de suscitar tal experiência e levar a sentir um desacordo tão sutil quanto o que faz aparecer essa experiência. A situação da sociologia não é, de modo algum, favorável a essas façanhas teóricas que, levando a negação ao próprio âmago de uma teoria científica aparentemente confirmada, tornaram possíveis as geometrias não euclidianas ou a física não newtoniana. Além disso, o sociólogo está condenado aos esforços obscuros exigidos pelas rupturas sempre recomeçadas com as solicitações do senso comum, ingênuo ou erudito: com efeito, quando se volta para o passado teórico de sua disciplina, encontra não uma teoria científica constituída, mas uma tradição. Semelhante situação favorece a divisão do domínio epistemológico em dois campos cuja oposição se manifesta nas relações opostas que mantêm com a mesma representação da teoria: igualmente, incapazes de oporem à imagem tradicional da teoria uma teoria propriamente científica ou, pelo menos, uma teoria científica da teoria científica, uns lançam-se impulsivamente em uma prática que pretende encontrar em si mesma seu próprio fundamento teórico, enquanto outros continuam a manter com a tradição a relação tradicionalista que as comunidades de letrados acostumaram-se a manter com um *corpus* no qual os princípios declarados dissimulam pressupostos tanto mais inconscientes pelo fato de serem mais essenciais e no qual a coerência semântica ou lógica pode ser simplesmente a expressão manifesta de escolhas últimas baseadas em uma filosofia do homem e da história, e não em uma axiomática construída de forma consciente.

Os que se esforçam por fazer a soma das contribuições teóricas legadas pelos “pais fundadores” da sociologia não será que enfrentam um empreendimento análogo ao dos teólogos ou canonistas da Idade Média que reuniam em suas enormes Sumas o conjunto dos argumentos e questões legados pelas “autoridades”, textos canônicos ou Padres da Igreja?²⁶ Sem dúvida, os “teóricos” contemporâneos da

²⁶ Essa relação tradicional a uma tradição observa-se sempre nos primeiros momentos da história de uma ciência. Bachelard mostra assim que, nos livros científicos do século XVIII, existe uma erudição parasitária que traduz ainda a inorganização e a dependência da cidadela erudita em relação à sociedade mundana. Se, “ao tratarem do fogo no seu célebre *Physique du Monde* (Paris, 1870), o Barão de Marivetz e Goussier consideram como um dever e uma glória examinar quarenta e seis diferentes teorias antes de proporem a correta, que é a deles”, é porque sua ciência não rompeu com o passado, por mais incipiente que seja, e é também porque, por falta de uma organização própria e de regras autônomas, a discussão científica é sempre concebida segundo o modelo da conversação mundana” (*La formation de l'esprit scientifique – Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. 4. ed. Paris: Vrin, 1965, p. 27) [N.T.: Cf. BACHELARD, G. *A formação do espírito científico...* Op. cit., p. 34]. [Cf. infra, G. Bachelard, texto n. 43, p. 284].

sociologia concordariam com Whitehead ao afirmar que “uma ciência deve esquecer seus fundadores”; ocorre que suas sínteses poderiam diferir menos do que possa parecer das compilações medievais: o imperativo de “cumulatividade” a que se submetem ostensivamente não seria, na maior parte das vezes, simplesmente a reinterpretação, por referência a outra tradição intelectual, do imperativo escolástico da conciliação dos contrários? Como observa Erwin Panofsky, os escolásticos “não podiam deixar de notar que as autoridades e, até mesmo, as diferentes passagens da Sagrada Escritura estavam, muitas vezes, em contradição. Só lhes restava, apesar de tudo, admiti-las como tal e interpretá-las e reinterpreta-las indefinidamente até que fossem reconciliadas. Eis o que os teólogos sempre têm feito”²⁷. Tal é exatamente, no essencial, a lógica de uma “teoria” que, como a de Talcott Parsons, nunca deixa de ser a reelaboração indefinida dos elementos teóricos artificialmente extraídos de um corpo escolhido de autoridades²⁸, ou ainda a lógica de um *corpus* doutrinal como a obra de Georges Gurvitch que apresenta, tanto em sua tópica quanto em seu procedimento, todas as características das coletâneas de canonistas medievais, vastos confrontos de autoridades contraditórias coroados pelas *concordantiae violentes* das sínteses finais²⁹. Nada se opõe, de forma mais completa, à razão arquetônica das grandes teorias sociológicas, capazes de digerirem todas as teorias, todas as críticas teóricas e, até mesmo, todas as empirias, do que a razão polêmica que, “por suas dialéticas e críticas”, conduziu às teorias modernas da física; e, por consequência, tudo separa o “superobjeto”, “resultado de uma objetividade que apenas retém do objeto o que ela criticou”, do subobjeto, surgido das concessões e compromissos graças aos quais se instauram os grandes impérios das teorias com pretensão universal [G. Bachelard, texto n. 19].

Considerando a natureza das obras que a comunidade dos sociólogos reconhece como teóricas e, sobretudo, a forma da relação a essas teorias que encoraja a lógica de sua transmissão (muitas vezes, indissociável da lógica de sua produção), a ruptura

²⁷ PANOFSKY, E. *Architecture gothique et pensée scolastique*. Paris: Éd. de Minuit, 1967, p. 118 [Trad. P. Bourdieu].

²⁸ Não é o aspecto menos artificial de uma obra como *The Structure of Social Action* de T. Parsons o tratamento que este autor reserva às doutrinas clássicas para demonstrar sua cumulatividade.

²⁹ O tradicionalismo teórico sobrevive, talvez, pela oposição que encontra nos profissionais de campo mais positivistas e, até mesmo, no que eles lhe opõem: será necessário lembrar, com Politzer, que “não é possível, seja qual for a sinceridade da intenção e a vontade da precisão, transformar a física de Aristóteles em física experimental”? (POLITZER, G. *Critique des fondements de la psychologie*. Paris: Rieder, 1928, p. 6).

com as teorias tradicionais e a relação tradicional a essas teorias não passa de um caso particular da ruptura com a sociologia espontânea: com efeito, cada sociólogo deve contar com determinados pressupostos eruditos que ameaçam impor-lhe suas problemáticas, temáticas e esquemas de pensamento. Assim, por exemplo, existem problemas que os sociólogos deixam de apresentar porque a tradição profissional não os reconhece como dignos de serem levados em consideração, ou não propõe as ferramentas conceituais ou as técnicas que permitiriam tratá-los de forma canônica; e, inversamente, existem questões que eles se obrigam a formular porque as mesmas ocupam uma posição elevada na hierarquia consagrada dos temas de pesquisa. Da mesma forma, a própria denúncia ritual das prenoções comuns corre o risco de se degradar em uma prenoção escolar bem-feita para evitar o questionamento das prenoções eruditas.

Se é necessário utilizar contra a teoria tradicional as mesmas armas empunhadas contra a sociologia espontânea é porque as construções mais eruditas tiram da lógica do senso comum não só seus esquemas de pensamento, mas também seu projeto fundamental: com efeito, não operaram com “o simples espírito de ordem e classificação” “a ruptura” que, como afirma Bachelard, caracteriza “o verdadeiro espírito científico moderno”. Quando Whitehead observa que a lógica classificatória, que se situa a meio-caminho entre a descrição do objeto concreto e a explicação sistemática proporcionada pela teoria comprovada, procede sempre de uma “abstração incompleta”³⁰, caracteriza perfeitamente as teorias da ação social com pretensão universal que, como a de Parsons, só conseguem dar as aparências da generalidade e exaustividade na medida em que utilizam esquemas “abstratos-concretos” completamente análogos em sua função e funcionamento aos gêneros e espécies de uma classificação aristotélica. E, com sua teoria da “teoria de médio alcance”, Robert K. Merton pode renunciar às ambições, atualmente insustentáveis, de uma teoria geral do sistema social, sem colocar em questão os pressupostos lógicos dessas tentativas de classificação e clarificação conceitual, inspiradas sobretudo em objetivos pedagógicos e não científicos: o procedimento do cruzamento – ou segundo seu nobre nome: “substrução do espaço de atributos” – deve, sem dúvida, ser tão frequente na sociologia universitária (basta pensar na tipologia mertoniana da anomia ou nas múltiplas tipologias com múltiplas dimensões da sociologia

³⁰ WHITEHEAD, A.N. *Science and the Modern World*. Nova York: Mentor Book, 1925, p. 34.

gurvitchiana) pelo fato de favorecer a interfecundação indefinida de um número finito de linhagens de conceitos de escola. Pretender adicionar todos os conceitos legados pela tradição e todas as teorias consagradas, ou pretender reduzir tudo o que existe em uma espécie de casuística do real, mediante esses exercícios didáticos de taxinomia universal que, como observa Jevons, são característicos da época aristotélica da ciência social e que “estão condenados a desmoronar desde que aparecerem as semelhanças ocultas que os fenômenos contêm em si”³¹ é ignorar que a verdadeira acumulação pressupõe rupturas, que o progresso teórico pressupõe a integração de novos dados mediante um questionamento crítico dos fundamentos da teoria que os novos dados colocam à prova. Por outras palavras, se é verdade que toda teoria científica se aplica ao dado como um código historicamente constituído e provisório que, para determinada época, representa o princípio soberano de uma distinção sem equívocos entre o verdadeiro e o falso, a história de uma ciência é sempre descontínua porque o refinamento da grade de decifração nunca se prossegue indefinidamente, mas termina sempre pela substituição pura e simples de uma grade por outra.

1.7. Teoria do conhecimento sociológico e teoria do sistema social

Uma teoria não é o maior denominador comum de todas as grandes teorias do passado, nem, *a fortiori*, essa parte do discurso sociológico que não se opõe à empiria a não ser escapando, pura e simplesmente, ao controle experimental; não é também a galeria das teorias canônicas na qual a teoria se reduz à história da teoria, nem um sistema de conceitos que, reconhecendo como único critério de cientificidade o da coerência semântica, se refere a ele, em vez de se medir aos fatos, nem, no lado oposto, essa soma de pequenos fatos verdadeiros ou de relações demonstradas aqui e lá, por diferentes cientistas e de forma desordenada, que se limita a ser a reinterpretação positivista do ideal tradicional da *Suma sociológica*³².

³¹ JEVONS, W.S. *The Principles of Science*. Londres: Methuen, 1892, p. 691.

³² A revisão das proposições consideradas como estabelecidas apresenta um interesse evidente se se trata de proporcionar um meio cômodo de mobilizar a informação adquirida (cf. BERELSON, B. & STEINER, G.A. *Human Behavior: An Inventory of Scientific Findings*. Nova York: Harcourt, Brace & World, 1964). No entanto, esse gênero de compilação “maquinalmente empírica” de dados descontextualizados não poderia ser apresentado sem usurpação, da maneira como isso acontece por vezes, como uma teoria ou fragmento de uma teoria futura, cuja realização é, de fato, abandonada às pesquisas futuras. Da mesma forma, o trabalho teórico que consiste em experimentar a coerência de um sistema de conceitos, até mesmo sem referência às pesquisas empíricas, tem uma função positiva, com a condição de que não se apresente como a própria construção da teoria científica.

A representação tradicional da teoria e a representação positivista, que atribui à teoria apenas a função de representar tão completa, simples e exatamente possível um conjunto de leis experimentais, têm em comum o seguinte: desapossar a teoria de sua função primordial, garantir a ruptura epistemológica conduzindo ao princípio capaz de justificar contradições, incoerências ou lacunas que somente tal princípio pode fazer surgir no sistema das leis estabelecidas.

No entanto, as advertências contra a abdicação teórica do empirismo não poderiam legitimar a intimação terrorista dos teóricos que, ao excluírem a possibilidade de teorias regionais, confinam a pesquisa na alternativa do tudo ou nada, do hiperempirismo pontilhista ou da teoria universal e geral do sistema social. Sob os apelos de urgência de uma teoria sociológica, confundem-se, com efeito, a exigência insustentável de uma teoria geral e universal das formações sociais e a exigência inelutável de uma teoria do conhecimento sociológico. Devemos dissipar essa confusão, encorajada pelas doutrinas sociológicas do século XIX, para termos a possibilidade de reconhecer, sem nos condenarmos ao ecletismo ou sincretismo da tradição teórica, a convergência das grandes teorias clássicas em relação aos princípios fundamentais que definem a teoria do conhecimento sociológico como fundamento das *teorias parciais*, limitadas a uma natureza definida de fatos. Nas primeiras frases de sua introdução aos *Cambridge Economic Handbooks*, Keynes escrevia o seguinte: “A teoria econômica não fornece um elenco de conclusões estabelecidas e imediatamente aplicáveis. Trata-se de um método e não de uma doutrina, de um instrumento do espírito, de uma técnica de pensamento, que ajuda aquele que o possui a tirar conclusões corretas”. A teoria do conhecimento sociológico, como sistema de regras que regem a produção de todos os atos e discursos sociológicos possíveis, e somente destes, é o princípio gerador das diferentes teorias parciais do social (quer se trate, por exemplo, da teoria das trocas matrimoniais ou da teoria da difusão cultural) e, por consequência, o princípio unificador do discurso propriamente sociológico que não deve ser confundido com uma teoria unitária do social³³. Como observa Michael Polanyi, “se consideramos a ciência da natureza como um conhecimento das coisas e estabelecemos a distinção entre

³³ A definição social das relações entre a teoria e a prática que tem afinidades com a oposição tradicional entre as tarefas nobres do cientista e a paciência minuciosa do artesão, e – pelo menos na França – com a oposição escolar entre o brilhante e o sério, é denunciada tanto pelas reticências em reconhecer a teoria quando esta se encarna em uma pesquisa parcial, quanto pela dificuldade em atualizá-la na pesquisa.

a ciência e o conhecimento da ciência, isto é, a metaciência, somos levados a distinguir três níveis lógicos: os objetos da ciência, a própria ciência e a metaciência que inclui a lógica e a epistemologia da ciência”³⁴. A confusão entre a teoria do conhecimento sociológico que faz parte da metaciência, e as teorias parciais do social que envolvem os princípios da metaciência sociológica na organização sistemática de um conjunto de relações e princípios explicativos de tais relações, leva o pesquisador a condenar-se a renunciar a fazer ciência na expectativa de que uma ciência da metaciência ocupe o lugar da ciência, ou a considerar uma síntese necessariamente vazia das teorias gerais (ou, até mesmo, das teorias parciais) do social como a metaciência que é a condição de qualquer conhecimento científico possível.

³⁴ POLANYI, M. *Personal Knowledge*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1958, p. 344.

A construção do objeto

2. O fato é construído: as formas da demissão empirista

“O ponto de vista, afirma Saussure, cria o objeto”. O mesmo é dizer que uma ciência não poderia ser definida por um campo do real que lhe pertencesse. Como observa Marx, “a totalidade concreta como totalidade pensada, concreto pensado, é, de fato, um produto do pensamento, do ato de conceber [...]. Tal como aparece na mente como um todo pensado, a totalidade é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo da única maneira possível; ora, essa maneira difere da apropriação do mundo pela arte, religião ou espírito prático, o sujeito real subsiste, tanto depois como antes, em sua autonomia fora da mente...”¹ [K. Marx, texto n. 20]. E é o mesmo princípio epistemológico, instrumento da ruptura com o realismo ingênuo, que é formulado por Max Weber: “Não são, afirma este autor, as relações reais entre as ‘coisas’ que constituem o princípio da delimitação dos diferentes campos científicos, mas as relações conceituais entre problemas. É apenas nos campos em que é aplicado um novo método a novos problemas e em que são descobertas, assim, novas perspectivas que surge também uma nova ‘ciência’”² [M. Weber, texto n. 21].

Embora as ciências físicas sejam divididas, por vezes, em subunidades – como a selenografia ou a oceanografia – definidas pela justaposição de disciplinas diversas

¹ MARX, K. “Introduction générale à la critique de l’économie politique”. In: *Oeuvres*, t. 1. Paris: Gallimard, 1965, p. 255-256 (trad. M. Rubel e L. Evrard) [N.T.: Cf. MARX, K. *Para a crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978, p. 117 – Trad. de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi].

² WEBER, M. *Essais sur la théorie de la science*. Op. cit., p. 146.

que se aplicam ao mesmo campo do real, isso ocorre somente com finalidade pragmática: de fato, a pesquisa científica organiza-se em torno de objetos construídos que não têm nada em comum com as unidades separadas pela percepção ingênua. Poderíamos ver os elos que ainda ligam a sociologia erudita às categorias da sociologia espontânea no fato de que, muitas vezes, ela se submete às classificações por campos aparentes, sociologia da família ou sociologia do lazer, sociologia rural ou sociologia urbana, sociologia dos jovens ou sociologia da velhice. De forma geral, por considerar a divisão científica do trabalho como partilha real do real é que a epistemologia empirista concebe as relações entre ciências vizinhas – por exemplo, psicologia e sociologia – como conflitos de fronteira.

Temos o direito de ver no princípio durkheimiano segundo o qual “é necessário tratar os fatos sociais como coisas” (a ênfase deve ser colocada em “tratar como”) o equivalente específico do golpe de estado teórico pelo qual Galileu constitui o objeto da física moderna como sistema de relações quantificáveis, ou da decisão de método pela qual Saussure cria a linguística e seu objeto estabelecendo a distinção entre língua e palavra: é, com efeito, uma distinção semelhante que Durkheim formula quando, explicitando completamente a significação epistemológica da regra cardinal de seu método, afirma que nenhuma das regras implícitas que se impõem aos sujeitos sociais “volta a se encontrar inteiramente nas aplicações levadas a efeito pelos particulares, já que podem até mesmo existir sem serem realmente aplicadas”³. O segundo prefácio de sua obra *As regras do método sociológico* diz, com suficiente clareza, que se trata de definir uma atitude mental, e não de atribuir ao objeto um estatuto ontológico [É. Durkheim, texto n. 22]. E se essa espécie de tautologia pela qual a ciência se constitui ao construir seu objeto contra o senso comum, em conformidade com os princípios de construção que a definem, não se impõe unicamente pela evidência, é porque nada se opõe mais às evidências do senso comum do que a distinção entre o objeto “real”, pré-construído pela percepção, e o objeto da ciência, como sistema de relações construídas propositalmente⁴.

³DURKHEIM, É. *Les règles de la méthode sociologique*. 2. ed. revisada e aumentada. Paris: F. Alcan, 1901; citado a partir da 15. ed. Paris: PUF, 1953, p. 9 [Em português *As regras do método sociológico*. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984, p. 61 – Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz].

⁴É, sem dúvida, porque a situação do começo ou recomeço encontra-se entre as mais favoráveis à explicitação dos princípios de construção que caracterizam uma ciência que a argumentação polêmica desenvolvida pelos durkheimianos para imporem o princípio da “especificidade dos fatos sociais” conserva, ainda hoje, um valor que não é somente arqueológico.

Não é possível evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca por esses objetos pré-construídos, fatos sociais separados, percebidos e nomeados pela sociologia espontânea⁵ ou “problemas sociais” cuja pretensão a existirem como problemas sociológicos é tanto maior na medida em que têm mais realidade social para a comunidade dos sociólogos⁶. Não é suficiente multiplicar os cruzamentos de critérios tirados da experiência comum (basta pensar em todos os temas de pesquisa do tipo “as diferentes formas de lazer dos adolescentes de um grande condomínio da periferia leste de Paris”) para construir um objeto que, resultante de uma série de divisões reais, continua sendo um objeto comum e não tem acesso à dignidade de objeto científico pelo simples fato de que se presta à aplicação das técnicas científicas. Sem dúvida, Allen H. Barton e Paul F. Lazarsfeld têm motivos para observar que expressões, tais como “consumo conspícuo” ou *white-collar crime*, constroem objetos específicos, irreduzíveis aos objetos comuns, chamando a atenção para fatos conhecidos que, pelo simples fato da aproximação, adquirem um novo sentido⁷, mas a necessidade de construir designações específicas que, até mesmo formadas com as palavras do vocabulário comum, constroem novos objetos ao construírem novas relações entre os aspectos das coisas, não constitui mais do que um indício do primeiro grau da ruptura epistemológica com os objetos pré-construídos da sociologia espontânea. Com efeito, os conceitos mais capazes de desconcertar as noções comuns não detêm, em estado isolado, o poder de resistir sistematicamente à lógica sistemática da ideologia: ao rigor analítico e formal dos conceitos ditos “operatórios” opõe-se o rigor sintético e real dos conceitos que receberam a designação de “sistêmicos” porque sua utilização pressupõe a referência permanente ao sistema

⁵Numerosos sociólogos principiantes agem como se bastasse adotar um objeto dotado de realidade social para deterem, ao mesmo tempo, um objeto dotado de realidade sociológica: sem falar das inúmeras monografias de aldeia, poderíamos citar todos os temas de pesquisa que têm como única problemática a pura e simples designação de grupos sociais ou problemas percebidos pela consciência comum em determinado momento do tempo.

⁶Não é um acaso se determinados campos da sociologia, como o estudo dos meios modernos de comunicação ou das diferentes formas de lazer, são os mais permeáveis às problemáticas e esquemas da sociologia espontânea: além de existirem como temas obrigatórios da conversação comum sobre a sociedade moderna, esses objetos devem sua carga ideológica ao fato de que é ainda com ele mesmo que o intelectual estabelece relação quando estuda a relação das classes populares com a cultura. A relação do intelectual com a cultura contém a verdadeira questão da relação do intelectual com a condição intelectual que nunca chega a ser formulada tão dramaticamente a não ser na questão de sua relação com as classes populares como classes despossadas da cultura.

⁷BARTON A.H. & LAZARSFELD, P.F. “Some Functions of Qualitative Analysis in Social Research”. In: LIPSET, S.M. & SMELSER, N.J. (orgs.). *Sociology: The Progress of a Decade*. Englewood Cliffs (N.J.). Prentice Hall, 1961, p. 95-122.

completo de suas inter-relações⁸. Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada.

2.1. "As abdicações do empirismo"

Hoje em dia, juntamente com toda a reflexão tradicional sobre a ciência, reconhece-se com demasiada facilidade que toda observação ou experimentação implica sempre a formulação de hipóteses. A definição do procedimento científico como diálogo entre a hipótese e a experiência pode, entretanto, se degradar na imagem antropomórfica de uma troca pela qual dois parceiros assumiriam papéis perfeitamente simétricos e interpermutáveis; ora, não se pode esquecer, de modo algum, que o real nunca toma a iniciativa, já que só dá resposta quando é questionado. Bachelard defendia, com outras palavras, que "o vetor epistemológico [...] vai do racional ao real e não, inversamente, da realidade ao geral, como era professado por todos os filósofos, desde Aristóteles até Bacon" [G. Bachelard, texto n. 23].

Se é necessário lembrar que "a teoria domina o trabalho experimental desde sua concepção até as últimas manipulações de laboratório"⁹, ou ainda que "sem teoria, não é possível regular um único instrumento, interpretar uma única leitura"¹⁰ é porque a representação da experiência como protocolo de uma constatação isenta de qualquer implicação teórica transparece em mil indícios, por exemplo, na convicção, ainda

⁸ Os conceitos e proposições exclusivamente definidos pelo seu caráter "operatório" podem limitar-se a ser a formulação logicamente irrepreensível de prenoções e, por esse motivo, são para os conceitos sistemáticos e proposições teóricas o que o objeto pré-construído é para o objeto construído. Por colocarmos a ênfase exclusivamente no caráter operacional das definições, corremos o risco de considerar uma simples terminologia classificatória – é o caso de S.C. Dodd (*Dimensions of Society*, Nova York, 1942, ou "Operational Definitions Operationally Defined". *American Journal of Sociology*, XLVIII, 1942-1943, p. 482-489) – como uma verdadeira teoria, deixando para a pesquisa ulterior a questão da sistematicidade dos conceitos propostos e, até mesmo, de sua fecundidade teórica. Como observa C.G. Hempel, ao privilegiar as "definições operacionais" em detrimento das exigências teóricas, "a literatura metodológica dedicada às ciências sociais tende a sugerir que, para preparar seu futuro de disciplina científica, a sociologia só teria de constituir uma provisão tão ampla quanto possível de termos 'operacionalmente definidos' e 'com uma utilização constante e unívoca', como se a formação dos conceitos científicos pudesse estar separada da elaboração teórica. É a formulação de sistemas conceituais dotados de pertinência teórica que está em ação no progresso científico: semelhantes formulações exigem a invenção teórica que não poderia limitar-se ao imperativo empirista ou operacionalista da pertinência empírica" (HEMPEL, C.G. *Fundamentals of Concept Formation in Empirical Research*. Chicago/Londres: University of Chicago Press, 1952, p. 47).

⁹ POPPER, K.R. *The Logic of Scientific Discovery*. Op. cit., p. 107.

¹⁰ DUHEM, P. *La théorie physique*. Op. cit., p. 277.

bastante comum, de que existem fatos que poderiam sobreviver tais quais a teoria para a qual e pela qual tinham sido feitos. No entanto, o destino infeliz da noção de totemismo (que o próprio Lévi-Strauss aproxima do destino da histeria) bastaria para destruir a crença na imortalidade científica dos fatos: uma vez abandonada a teoria que os reunia, os fatos de totemismo voltam ao estado de poeira de dados de onde tinham sido tirados, durante algum tempo, por uma teoria e de onde poderiam ser tirados por outra teoria com a condição de lhes conferir outro sentido¹¹.

Basta ter tentado uma vez submeter à análise secundária o material coletado em função de outra problemática, por mais neutra que esta possa ser na aparência, para saber que os *data* mais ricos nunca estariam em condições de responder completa e adequadamente a questões para as quais e pelas quais não foram construídos. Não se trata de contestar, por princípio, a validade da utilização de um material já usado, mas sim lembrar as condições epistemológicas desse trabalho de retradução que incide sempre sobre fatos construídos (bem ou mal) e não sobre dados. Semelhante trabalho de interpretação, cujo exemplo já era dado por Durkheim em sua obra *O suicídio*, poderia até mesmo constituir o melhor treino para a vigilância epistemológica na medida em que exige a explicitação metódica das problemáticas e princípios de construção do objeto que são investidos tanto no material quanto no novo tratamento que lhe é aplicado. Os que estão à espera de milagres a partir da tríade mítica – *arquivos, data e computers* – ignoram o que separa esses objetos construídos que são os fatos científicos (coletados por questionário ou inventário etnográfico) dos objetos reais que são conservados nos museus e que, pela sua “excessiva concretude”, oferecem à interrogação ulterior a possibilidade de construções indefinidamente renovadas. Por esquecermos essas preliminares epistemológicas, ficamos expostos a tratar diferentemente o idêntico e de uma forma idêntica o diferente, comparar o incomparável e deixar de comparar o comparável, pelo fato de que, em sociologia, os “dados”, até mesmo os mais objetivos, são obtidos pela aplicação de grades (faixas etárias, de remuneração, etc.) que implicam pressupostos teóricos e, por esse motivo, deixam escapar uma informação que poderia ter sido apreendida por outra construção dos fatos¹². O positivismo que trata os fatos como dados está

¹¹ LÉVI-STRAUSS, C. *Le totémisme aujourd'hui*. Paris: PUF, 1962, p. 7.

¹² Cf. BOURDIEU, P. & PASSERON, J.-C. “La comparabilité des systèmes d'éducation”. In: CASTEL, R. & PASSERON, J.-C. (orgs.), *Éducation, démocratie et développement*. Paris/Haia: Mouton, Cahiers du Centre de sociologie européenne, n. 4, 1967, p. 20-58.

condenado a proceder a reinterpretações inconsequentes porque se ignoram como tais, ou a simples confirmações obtidas em condições técnicas semelhantes: em todos os casos, considera a reflexão metodológica sobre as condições da reiteração como um substituto da mesma reflexão sobre a reinterpretação secundária.

Somente uma imagem mutilada do procedimento experimental pode transformar a “submissão aos fatos” no imperativo único. Especialista de uma ciência contestada, o sociólogo é particularmente tentado a procurar segurança no caráter científico de sua disciplina ao sobrevalorizar as exigências que ele atribui às ciências da natureza. Reinterpretado segundo uma lógica que é simplesmente a do empréstimo cultural, o imperativo científico da submissão ao fato leva à demissão pura e simples perante o dado. A esses profissionais de campo das ciências do homem que professam uma fé antiquada no que Nietzsche chamava “o dogma da imaculada percepção” é necessário lembrar a afirmação de Alexandre Koyré: “No surgimento da ciência clássica, a experiência – no sentido da experiência rudimentar – limitou-se a desempenhar o papel de obstáculo”¹³.

Com efeito, é como se o empirismo radical propusesse como ideal que o sociólogo se anulasse como tal. A sociologia seria menos vulnerável às tentações do empirismo se fosse suficiente lembrar-lhe, com Poincaré, que “os fatos não falam”. A maldição das ciências humanas talvez seja o fato de abordarem um objeto que *fala*. Com efeito, quando o sociólogo pretende tirar dos fatos a problemática e os conceitos teóricos que lhe permitam construir e analisar tais fatos, corre sempre o risco de se limitar ao que é afirmado por seus informadores. Não basta que o sociólogo esteja à escuta dos sujeitos, faça a gravação fiel das informações e razões fornecidas por estes, para justificar a conduta deles e, até mesmo, as razões que propõem: ao proceder dessa forma, corre o risco de substituir pura e simplesmente suas próprias prenoções pelas prenoções dos que ele estuda, ou por um misto falsamente erudito e falsamente objetivo da sociologia espontânea do “cientista” e da sociologia espontânea de seu objeto.

A obrigação de retermos simplesmente, para questionar o real ou os métodos de interrogação do real, determinados elementos criados, na realidade, por uma interrogação que se ignora e se nega como interrogação, é, sem dúvida, a melhor

¹³ KOYRÉ, A. *Études galiléennes*, I - A l'aube de la science classique. Paris: Hermann, 1940, p. 7. E acrescenta: “As ‘experiências’ que Galileu reivindica ou reivindicará mais tarde, até mesmo as que ele realmente executa, não passam, nem nunca passarão, de experiências de pensamento” (ibid., p. 72).

forma de correremos o risco – ao negar que a constatação pressupõe a construção – de constatar um nada que, contra nossa vontade, acabamos construindo. Poderíamos dar uma centena de exemplos de casos em que, julgando restringir-se à neutralidade ao limitar-se a tirar do discurso dos sujeitos os elementos de seu questionário, o sociólogo propõe ao julgamento dos sujeitos determinados julgamentos formulados por outros sujeitos e corre o risco de situar seus sujeitos em relação a julgamentos que nem ele próprio sabe situar, ou considerar julgamentos superficiais, suscitados pela necessidade de responder a questões desnecessárias, como expressão de uma atitude profunda. Ainda há mais: o sociólogo que recusa a construção controlada e consciente de seu distanciamento ao real e de sua ação sobre o real pode não só impor aos sujeitos determinadas questões que não fazem parte da experiência deles e deixar de formular as questões suscitadas por tal experiência, mas ainda formular-lhes, com toda a ingenuidade, as questões que ele próprio se formula a respeito deles, por uma confusão positivista entre as questões que se colocam objetivamente aos sujeitos e as questões que eles se formulam de forma consciente. Portanto, o sociólogo terá de fazer uma difícil escolha quando, desencaminhado por uma falsa filosofia da objetividade, vier a tentar anular-se como sociólogo.

Não é surpreendente que o hiperempirismo, que abdica do direito e dever da construção teórica, em benefício da sociologia espontânea, encontre de novo a filosofia espontânea da ação humana como expressão transparente a si mesma de uma deliberação consciente e voluntária: inúmeras pesquisas de motivação (sobretudo retrospectivas) pressupõem que os sujeitos possam deter, durante um momento, a verdade objetiva de seu comportamento (e conservem dela, de forma contínua, uma memória adequada), como se a representação que os sujeitos têm de suas decisões ou ações não ficasse devendo nada às racionalizações retrospectivas¹⁴. Sem dúvida, pode-se e deve-se coletar os mais irrealis discursos, mas com a condição de ver neles não a explicação do comportamento, mas um aspecto do comportamento a ser explicado. Sempre que acredita eludir a tarefa de construir os fatos em função de uma problemática teórica, o sociólogo submete-se a uma construção que se ignora e que ele ignora como tal, coletando no máximo discursos fictícios forjados pelos sujeitos

¹⁴ O sucesso prático e teórico da noção de opinião deve-se, sem dúvida, ao seguinte: ela acumula todas as ilusões da filosofia atomística do pensamento e da filosofia espontânea das relações entre o pensamento e a ação, a começar pela ilusão do papel privilegiado da expressão verbal como indicador das disposições ao ato. Nada de surpreendente se os sociólogos que têm uma confiança cega nas sondagens estejam expostos, continuamente, a confundir as declarações de ação – ou pior – as declarações de intenção com as probabilidades de ação.

para enfrentarem a situação de pesquisa e responderem a questões artificiais, ou ainda, ao artifício por excelência da ausência de questões. Portanto, ao renunciar ao seu privilégio epistemológico, o sociólogo estará sancionando uma sociologia espontânea.

2.2. Hipóteses ou pressupostos

Seria muito fácil mostrar que toda prática científica, até mesmo e sobretudo quando, obcecadamente, reivindica o empirismo mais cego, implica pressupostos teóricos; além disso, o sociólogo só poderá escolher entre interrogações inconscientes, portanto, incontroladas e incoerentes, e um elenco de hipóteses metodicamente construídas para serem submetidas a prova experimental. Ao recusar a formulação explícita de um elenco de hipóteses baseado em uma teoria, ele fica condenado a aplicar pressupostos que não são diferentes das prenoções da sociologia espontânea e da ideologia, isto é, as questões e conceitos que temos como sujeitos sociais quando não desejamos tê-los como sociólogos. Assim, Elihu Katz mostra como os autores da enquete, publicada com o título *The People's Choice*, não conseguiram encontrar na pesquisa baseada em uma prenoção – a “massa” como público atomizado de receptores – os meios de apreender empiricamente o fenômeno mais importante em matéria de difusão cultural, ou seja, o “fluxo em dois tempos” (*two-step flow*) que só poderia ser estabelecido mediante uma ruptura com a representação do público como massa desprovida de qualquer estrutura¹⁵ [E. Katz, texto n. 24].

Mesmo que conseguisse escapar aos pressupostos da sociologia espontânea, a prática sociológica nunca chegaria a realizar o ideal empirista da gravação sem pressupostos, nem que fosse pelo fato de utilizar instrumentos e técnicas de gravação. “Estabelecer um dispositivo tendo em vista uma medição é formular uma questão à natureza”, dizia Max Planck. A medida e os instrumentos de medição, e, de forma geral, todas as operações da prática sociológica, desde a elaboração dos questionários e a codi-

¹⁵ KATZ, E. “The Two-Step Flow of Communication: An Up-to-Date Report on an Hypothesis”. In: *Public Opinion Quarterly*, vol. 21, Spring 1957, p. 61-78: “Entre todas as ideias apresentadas em *The People's Choice*, a hipótese do fluxo em dois tempos é, provavelmente, a menos fundamentada em dados empíricos. A razão disso é clara: o projeto de pesquisa não previa a importância que as relações interpessoais revestiriam na análise dos dados. Considerando a imagem de um público atomizado que inspirava tantas pesquisas sobre os *mass media*, o mais surpreendente é que as redes de influência interpessoais não tenham chamado, nem um pouco, a atenção dos pesquisadores”. Para medir com qual força uma técnica pode excluir um aspecto do fenômeno, basta saber que, com outras problemáticas e outras técnicas, os sociólogos rurais e os etnólogos tinham apreendido, há muito tempo, a lógica do *two-step flow*. São abundantes os exemplos de tais descobertas que é necessário redescobrir: assim, A.H. Barton e P.F. Lazarsfeld lembram que o problema dos “grupos informais”, já conhecido há muito tempo por outros sociólogos, só apareceu muito tarde e como uma “surpreendente descoberta” para os pesquisadores da Western Electric (cf. “Some Functions of Qualitative Analysis in Social Research”. Op. cit.).

ficação até a análise estatística, constituem outras tantas teorias em ato, enquanto procedimentos de construção, conscientes ou inconscientes, dos fatos e das relações entre os mesmos. Quanto menos consciente for a teoria implícita em determinada prática – teoria do conhecimento do objeto e teoria do objeto – maiores serão as possibilidades de que ela seja mal controlada, portanto, mal ajustada ao objeto em sua especificidade. Ao designar por metodologia, como acontece frequentemente, o que não passa do decálogo dos preceitos tecnológicos, escamoteia-se a questão metodológica propriamente dita, ou seja, a da escolha entre as técnicas (métricas ou não) por referência à significação epistemológica do tratamento a que será submetido, pelas técnicas escolhidas, o objeto e a significação teórica das questões que se pretende formular ao objeto ao qual são aplicadas.

Por exemplo, uma técnica aparentemente tão irrepreensível e inevitável quanto a da amostragem ao acaso pode eliminar completamente o objeto da pesquisa, sempre que tal objeto fique devendo alguma coisa à estrutura dos grupos, cuja supressão, justamente, é a razão de ser da amostragem ao acaso. Assim, Elihu Katz observa que, “para estudar esses canais do fluxo de influência que são os contatos entre indivíduos, o projeto de pesquisa revelou-se inoperante pelo fato de ter recorrido a uma amostra ao acaso de indivíduos abstraídos de seu meio ambiente social [...]. Na medida em que cada indivíduo de uma amostra ao acaso só pode falar por si próprio, os *leaders* de opinião, na pesquisa eleitoral de 1940, só podiam ser identificados pela crença em sua declaração”. Além disso, o autor observa que essa técnica “não permite comparar os *leaders* aos respectivos seguidores, mas somente os *leaders* e os *não leaders* em geral”¹⁶, vê-se aí como a técnica, na aparência, mais neutra aplica uma teoria implícita do social, ou seja, a de um público concebido como “massa atomizada”, isto é, no caso, a teoria consciente ou inconscientemente aplicada na pesquisa que, por uma espécie de harmonia prestabelecida, estava equipada com essa técnica¹⁷. Outra teoria do objeto e, ao mesmo tempo, outra definição dos objetivos da pes-

¹⁶ KATZ, E. Op. cit., p. 64.

¹⁷ Da mesma forma, C. Kerr e L.H. Fisher mostram que, nas pesquisas da escola de E. Mayo, a técnica e os pressupostos apresentam afinidades: a observação cotidiana dos contatos face a face e das relações interpessoais no interior da empresa implica a convicção difusa de que “o pequeno grupo de trabalho é a célula essencial na organização da empresa e que esse grupo e seus membros obedecem essencialmente a determinações afetivas” [...]. “O sistema de Mayo resulta automaticamente de duas escolhas essenciais. Uma vez realizadas tais escolhas, tudo estava dado: métodos, campo de interesse, prescrições práticas, problemas adotados para a pesquisa” [e, em particular], “indiferença aos problemas de classe, ideologia, poder” (“Plan Sociology: The Elite and the Aborigines”. In: KOMAROVSKY, M. [org.]. *Common Frontiers of the Social Sciences*. Glencoe: The Free Press, Ill., 1957, p. 281-309).

quiza teriam exigido a utilização de outra técnica de amostragem, por exemplo, a sondagem por segmentos: ao constituir o conjunto dos membros a partir de unidades sociais formadas, por sua vez, ao acaso (estabelecimento industrial, família, aldeia), encontra-se o meio de estudar a rede completa de relações de comunicação que podem se estabelecer no interior desses grupos, ficando claro que o método, bem adequado no caso particular, obtém tanto menos eficácia quanto o segmento é mais homogêneo e quanto o fenômeno cujas variações se pretende estudar está mais dependente do critério segundo o qual o segmento é definido. Portanto, é necessário submeter à interrogação epistemológica todas as operações estatísticas: “Não se deve pedir, nem levar a dizer à melhor estatística (como, de resto, à menos correta) a não ser o que ela diz e da maneira e sob as condições em que ela o diz”¹⁸. Para obedecer verdadeiramente ao imperativo formulado por Simiand e para não levar a estatística a dizer uma coisa diferente do que ela diz, é necessário nos perguntar, em cada caso, o que ela diz e pode dizer, dentro de quais limites e sob quais condições [F. Simiand, texto n. 25].

2.3. *A falsa neutralidade das técnicas: objeto construído ou artefato*

O imperativo da “neutralidade ética” que Max Weber opunha à ingenuidade moralizante da filosofia social tende a se transformar, hoje, em um mandamento rotinizado do catecismo sociológico. Se dermos crédito às representações mais triviais do preceito weberiano, bastaria estarmos prevenidos contra a parcialidade afetiva e as solicitações ideológicas para ficarmos livres de qualquer interrogação epistemológica sobre a significação dos conceitos e a pertinência das técnicas. A ilusão de que as operações “axiologicamente neutras” são também “epistemologicamente neutras” limita a crítica de um trabalho sociológico, o próprio ou o dos outros, ao exame, sempre fácil e muitas vezes estéril, de seus pressupostos ideológicos e de seus valores últimos. O debate sem fim sobre a “neutralidade axiológica” serve, quase sempre, de substituto à discussão propriamente epistemológica sobre a “neutralidade metodológica” das técnicas e, por esse motivo, fornece uma nova caução à ilusão positivista. Por um efeito de deslocamento, o interesse pelos pressupostos éticos e pelos valores ou fins últimos evita o exame crítico da teoria do conhecimento sociológico que está implicada nos atos mais elementares da prática.

¹⁸ SIMIAND, F. *Statistique et expérience, remarques de méthode*. Paris: M. Rivière, 1922, p. 24.

Por exemplo, não será por que se apresenta como a realização paradigmática da neutralidade na observação que, entre todas as técnicas de coleta de dados, a entrevista não diretiva é tão frequentemente exaltada, em detrimento, por exemplo, da observação etnográfica que, ao estar equipada com as regras impositivas de sua tradição, realiza mais completamente o ideal do inventário sistemático, operado em uma situação real? Temos o direito de suspeitar da preferência que goza tal técnica, quando observamos que os “teóricos”, metodólogos e utilizadores do instrumento que, no entanto, são pouco avaros de conselhos e instruções, nunca tentaram se interrogar metodicamente sobre as distorções específicas operadas por uma relação social tão profundamente artificial: quando não são controladas as pressuposições implícitas e, nesse caso, os sujeitos sociais estão igualmente predispostos a falar livremente de todas as coisas e, antes de tudo, de si próprios, e também aptos a adotar uma relação, ao mesmo tempo, constrangedora e intemperante com a linguagem, a entrevista não diretiva que rompe a reciprocidade das trocas costumeiras (aliás, exigível de forma desigual, segundo os meios e as situações) incita os sujeitos a produzir um *artefato* verbal, aliás, desigualmente artificial, segundo a distância entre a relação com a linguagem favorecida por sua classe social e a relação artificial com a linguagem que é exigida deles. Para esquecer de colocar em questão a neutralidade das técnicas mais neutras do ponto de vista formal, é necessário deixar de perceber, entre outras coisas, que as técnicas de pesquisa são outras tantas técnicas de sociabilidade, qualificadas do ponto de vista social [L. Schatzman e A. Strauss, texto n. 26]. A observação etnográfica, que é para a experimentação social o que a observação dos animais em meio natural é para a experimentação em laboratório, faz sentir o caráter fictício e forçado da maior parte das situações sociais criadas por um exercício rotineiro da sociologia que é levado tanto mais a ignorar a “reação no laboratório”, quanto está limitado ao conhecimento do laboratório e dos instrumentos de laboratório, testes ou questionários.

Da mesma forma que não existe gravação perfeitamente neutra, assim também não há perguntas neutras. O sociólogo que não submete suas próprias interrogações à interrogação sociológica não estaria em condições de fazer uma análise sociológica verdadeiramente neutra das respostas que elas suscitam. Por exemplo, uma pergunta tão unívoca na aparência como esta: “Você trabalhou hoje?” A análise estatística mostra que ela suscita respostas diferentes por parte dos camponeses da Cabília ou dos camponeses do sul da Argélia; ora, se estes se referissem a uma

definição “objetiva” do trabalho – isto é, à definição que a economia moderna tende a inculcar aos agentes econômicos – deveriam fornecer respostas semelhantes. É com a condição de que ele se interrogue sobre o sentido de sua própria pergunta, em vez de tirar a conclusão precipitada de que as respostas são absurdas ou dadas de má-fé, que o sociólogo terá algumas possibilidades de descobrir que a definição do trabalho que está implícita em sua pergunta não corresponde à definição que as duas categorias de sujeitos implicam em suas respostas¹⁹. Vê-se como uma pergunta que não é transparente para quem a formula pode obnubilar o objeto que, inevitavelmente, ela constrói, embora não tenha sido feita propositalmente para construí-lo [J.H. Goldthorpe e D. Lockwood, texto n. 27]. Considerando que é possível perguntar seja lá o que for a quem quer que seja e que todo sujeito tem quase sempre suficiente boa vontade para responder, no mínimo, qualquer coisa a qualquer pergunta, mesmo que esta seja irreal, o questionador que, por falta de uma teoria do questionário, não se interroga sobre a significação específica de suas perguntas, corre o risco de encontrar facilmente uma garantia do realismo de suas perguntas na realidade das respostas recebidas²⁰: interrogar, como faz Daniel Lerner, subproletários de países subdesenvolvidos sobre sua aptidão a se projetarem nos heróis preferidos de cinema, quando não é sobre sua relação com a leitura de jornais, é correr o risco bem evidente de coletar um *flatus vocis* que terá como única significação a que lhe for conferida pelo sociólogo ao tratá-lo como um discurso significante²¹. Sempre que o sociólogo for inconsciente em relação à problemática implicada em suas perguntas, privar-se-á de compreender a problemática que os

¹⁹ BOURDIEU, P. *Travail et travailleurs en Algérie*. 2^a parte. Paris/Haia: Mouton, 1962, p. 303-304.

²⁰ Se a análise secundária dos documentos fornecidos pela mais ingênua pesquisa continua sendo quase sempre possível e legítima, é porque é raro que os sujeitos interrogados limitem-se a responder qualquer coisa e não revelem nada em suas respostas do que são: sabe-se, por exemplo, que as não respostas e as recusas em responder podem ser interpretadas. Todavia, a recuperação do sentido que, apesar de tudo, eles fornecem pressupõe um trabalho de retificação, nem que fosse para saber a qual pergunta – não é necessariamente a que lhes foi formulada – corresponde verdadeiramente sua resposta.

²¹ LERNER, D. *The Passing of Traditional Society*. Nova York: The Free Press of Glencoe, 1958. Sem entrar em uma crítica sistemática dos pressupostos ideológicos implicados em um questionário que, em 117 perguntas, reserva somente duas sobre o trabalho e o estatuto socioeconômico (contra 87 sobre os *mass media*, cinema, jornal, rádio, televisão), podemos observar que uma teoria que leva em consideração as condições objetivas de existência do subproletário e, em particular, a instabilidade generalizada que as define, pode explicar a aptidão do subproletário para se imaginar como merceeiro ou jornalista, e até mesmo da modalidade particular dessas “projeções”, quando afinal a “teoria da modernização” proposta por Lerner é impotente para justificar a relação que o subproletário mantém com o trabalho ou o futuro. Apesar de brutal e grosseiro, esse critério permite, segundo parece, estabelecer a distinção entre um instrumento ideológico, condenado a produzir um simples *artefato*, e um instrumento científico.

sujeitos implicam em suas respostas: nesse caso, estão preenchidas as condições para que passe despercebido o equívoco que leva a descrever, em termos de ausência, determinadas realidades dissimuladas pelo próprio instrumento da observação e pela intenção, socialmente condicionada, do utilizador do instrumento.

Por mais fechado que seja, o questionário não garante necessariamente a univocidade das respostas pelo simples fato de submeter todos os sujeitos a perguntas formalmente idênticas. Pressupor que uma pergunta tem o mesmo sentido para sujeitos sociais separados pelas diferenças de cultura, associadas à origem de classe, é ignorar que as diferentes linguagens não diferem apenas pela amplitude de seu léxico ou grau de abstração, mas também pelas temáticas e problemáticas que veiculam. A crítica feita por Maxime Chastaing ao “sofisma do psicólogo” aplica-se sempre que for ignorada a questão da significação diferencial que as perguntas e as respostas revestem realmente segundo a condição e a posição social das pessoas interrogadas: “O estudante que confunde sua perspectiva com a das crianças estudadas acaba coletando a própria perspectiva no estudo em que julga estar coletando a das crianças [...]. Quando pergunta: “Será a mesma coisa trabalhar e brincar? Qual a diferença que existe entre o trabalho e o jogo?”, acaba impondo, pelos substantivos propostos pela sua pergunta, a diferença estabelecida pelos adultos que parece estar sendo colocada em questão por ele [...]. Quando o entrevistador classifica as respostas – não segundo os termos que as constituem, mas segundo o sentido que lhes daria se ele próprio as tivesse proferido – nas três categorias do Jogo-facilidade, Jogo-inutilidade e Jogo-liberdade, ele força os pensamentos infantis a se situarem em seus compartimentos filosóficos”²². Para escapar desse etnocentrismo linguístico, não basta, como já vimos, submeter as afirmações coletadas pela entrevista não diretiva à análise de conteúdo, correndo o risco de nos deixarmos influenciar pelas noções e categorias da língua utilizada pelos sujeitos: só é possível nos libertarmos das pré-construções da linguagem, quer se trate da linguagem do cientista ou da linguagem de seu objeto, ao instaurarmos a dialética que leva às construções adequadas pelo confronto metódico de dois sistemas de pré-construções²³ [C. Lévi-Strauss, M. Mauss, B. Malinovski, textos n. 28, 29 e 30].

²² CHASTAING, M. “Jouer n’est pas jouer”. Op. cit.

²³ Assim, a entrevista não diretiva e a análise de conteúdo não poderiam ser utilizadas como uma espécie de padrão absoluto, mas devem fornecer um meio de controlar, continuamente, tanto o sentido das perguntas formuladas, quanto as categorias segundo as quais as respostas são analisadas e interpretadas.

Ainda não foram tiradas todas as consequências metodológicas do fato de que as técnicas mais clássicas da sociologia empírica estão condenadas, por sua própria natureza, a criar situações de experimentação fictícia, essencialmente, diferentes das experimentações sociais produzidas, continuamente, pelo desenrolar da vida social. Quanto mais as condutas e atitudes estudadas dependerem da conjuntura, tanto mais a pesquisa corre o risco de se limitar a apreender, na conjuntura particular permitida pela situação de enquete, atitudes e opiniões que não têm valor além dos limites de tal situação. Assim, as pesquisas sobre as relações entre as classes e, mais precisamente, sobre o aspecto político de tais relações, estão condenadas quase inevitavelmente a chegar à conclusão do enfraquecimento dos conflitos de classe porque as exigências técnicas às quais elas devem se submeter levam-nas a excluir as situações de crise e, por conseguinte, tornam difícil apreender ou prever as condutas que surgiriam de uma situação de conflito. Como observa Marcel Maget, é necessário “referir-nos à história para descobrir as constantes (se é que elas existem) de reações a novas situações. A novidade histórica exerce a função de ‘reativo’ para revelar as virtualidades latentes. Daí a utilidade de acompanhar o grupo estudado ao encontrar-se perante novas situações; de fato, a evocação dessas situações não passa de um mal menor porque não é possível multiplicar indefinidamente as perguntas”²⁴.

Contra a definição restritiva das técnicas de coleta dos dados que leva a conferir ao questionário um privilégio indiscutível e a considerar simplesmente como substitutos aproximativos da técnica régia determinados métodos que, no entanto, são tão codificados e tão experimentados quanto os da pesquisa etnográfica (com suas técnicas específicas, descrição morfológica, tecnologia, cartografia, lexicologia, biografia, genealogia, etc.), é necessário restituir à observação metódica e sistemática seu primado epistemológico²⁵. Ao invés de constituir a forma mais neutra e mais controlada do estabelecimento dos dados, o questionário pressupõe todo um conjunto de exclusões, nem todas escolhidas, e que são tanto mais perniciosas enquanto permanecerem inconscientes: para saber estabelecer um questionário e saber o que fazer com os fatos que ele produz é necessário saber o que faz o questionário, isto é, entre outras coisas, o que não pode fazer. Sem falar

²⁴ MAGET, M. *Guide d'étude directe des comportements culturels*. Paris: CNRS, 1950, p. XXXI.

²⁵ Encontrar-se-á uma apresentação sistemática de tal metodologia na obra de Marcel Maget, citada na nota de rodapé anterior.

das perguntas que as normas sociais que regulam a situação de pesquisa proíbem que sejam formuladas, nem daquelas que o sociólogo deixa de formular ao aceitar uma definição social da sociologia que não passa do decalque da imagem pública da sociologia como referendo, as perguntas mais objetivas – ou seja, as que incidem sobre as condutas – limitam-se a coletar o resultado da observação efetuada pelo sujeito sobre suas próprias condutas. Assim, a interpretação só é válida se se inspirar na intenção expressa de discernir metodicamente entre as ações e as declarações de intenção, assim como as declarações de ação que podem manter relações com a ação que vão do exagero valorizante ou da omissão por preocupação com o segredo até às deformações, reinterpretações e, inclusive, aos “esquecimentos seletivos”; semelhante intenção pressupõe que o pesquisador encontre o meio de operar cientificamente tal distinção pelo próprio questionário, ou por uma utilização particular dessa técnica (basta pensar nas pesquisas sobre os orçamentos ou orçamentos-tempo como quase observação), ou ainda pela observação direta. Nesse caso, é levado a inverter a relação que alguns metodólogos estabelecem entre o questionário, simples inventário de afirmações, e a observação do tipo etnográfico como inventário sistemático de atos e objetos culturais²⁶: o questionário não passa de um dos instrumentos da observação, cujas vantagens metodológicas – por exemplo, a aptidão para coletar dados homogêneos igualmente suscetíveis de um tratamento estatístico – não devem dissimular os limites epistemológicos; assim, além de não ser a técnica mais econômica para apreender as condutas normalizadas – cujos processos “regulados” com todo o rigor são altamente previsíveis e, por conseguinte, podem ser apreendidas graças à observação ou à interrogação experiente de alguns informadores – ainda corre o risco, nas utilizações mais ritualizadas, de ignorar esse aspecto das condutas e, até mesmo, por um efeito de deslocamento, desvalorizar o próprio projeto de apreendê-las²⁷.

²⁶ Ao colocar todas as técnicas etnográficas na categoria desvalorizada da *qualitative analysis*, os que privilegiam absolutamente a “quantitative analysis” ficam condenados a ver aí simplesmente um expediente por uma espécie de etnocentrismo metodológico que leva a referi-las à estatística como se fosse sua verdade, por não verem aí mais do que uma “quase estatística” na qual poderiam ser encontradas “quase distribuições”, “quase correlações” e “quase dados empíricos”: “A reunião e análise dos quase dados estatísticos podem, sem dúvida, ser praticadas de forma mais sistemática do que o foram anteriormente, pelo menos, se é adotada a estrutura lógica da análise quantitativa para ser conservada presente na mente e tirar daí advertências gerais e diretivas” (BARTON, A.H. & LAZARFELD, P.F. “Some Functions of Qualitative Analysis in Social Research”. Op. cit.).

²⁷ Inversamente, o interesse privilegiado que os etnólogos dedicam aos aspectos mais regulamentados da conduta vai, muitas vezes, de par com a indiferença na utilização da estatística, a única capaz de medir a distância entre as normas e as condutas reais.

Ocorre que os metodólogos recomendam o recurso às técnicas clássicas da etnologia; no entanto, ao transformarem a medição na medida de todas as coisas e as técnicas de medição na medida de toda a técnica, só conseguem ver nisso os apoios subalternos ou expedientes para “encontrar ideias” nas primeiras fases de uma pesquisa²⁸ e, por conseguinte, excluem a questão propriamente epistemológica das relações entre os métodos da etnologia e os da sociologia. A ignorância recíproca é tão prejudicial para o progresso das duas disciplinas quanto o entusiasmo desmedido capaz de suscitar a troca incontrolada de aspectos peculiares a cada uma delas; aliás, as duas atitudes não são exclusivas. A restauração da unidade da antropologia social (entendida no sentido pleno do termo e não como sinônimo de etnologia) pressupõe uma reflexão epistemológica que tenderia a determinar o que as duas metodologias ficam devendo, em cada caso, às tradições de cada uma das disciplinas e às características de fato das sociedades que elas tomam como objeto. Se não há dúvida de que a importação sem controle de métodos e conceitos que foram elaborados no estudo de sociedades sem escrita, nem tradições históricas, pouco diferenciadas socialmente e pouco expostas aos contatos com outras sociedades corre o risco de levar a algo de absurdo (basta pensar, por exemplo, em determinadas análises “culturalistas” de sociedades estratificadas), é por demais evidente que é necessário evitar considerar certas limitações condicionais como limites de validade inerentes aos métodos da etnologia: nada impede de aplicar os métodos da etnologia às sociedades modernas, com a condição de submeter, em cada caso, à reflexão epistemológica os pressupostos implícitos de tais métodos relativos à estrutura da sociedade e à lógica de suas transformações²⁹.

Até mesmo as operações mais elementares e, na aparência, as mais automáticas do tratamento da informação implicam escolhas epistemológicas e mesmo uma teoria do objeto. É por demais evidente, por exemplo, que é uma verdadeira teoria, consciente ou inconsciente, da estratificação social que está em jogo na codificação dos indicadores da posição social ou na divisão das categorias (basta pensar, por exemplo, nos diferentes índices que podem ser escolhidos para definir os graus

²⁸ Cf., por exemplo, BARTON, A.H. & LAZARSELD, P.F. “Some Functions of Qualitative Analysis in Social Research”. Op. cit. Quanto a C. Selliz, M. Deutsch e S.W. Cook, tentam definir as condições em que poderia ser realizada uma transposição frutuosa de técnicas de inspiração etnológica (*Research Methods in Social Relations*. Rev. 1. vol. ed. Methuen, 1959, p. 59-65).

²⁹ Tal substantificação do método etnológico é operada por R. Bierstedt no artigo “The Limitation of Anthropological Method in Sociology”. *American Journal of Sociology*, LIV, 1948-1949, p. 23-30.

de “cristalização do estatuto”). Os que, por omissão ou imprudência, evitam tirar todas as consequências de tal evidência correm o risco, muitas vezes, de serem atingidos pela crítica dirigida contra as descrições escolares que tendem a sugerir que o método experimental tem como função descobrir relações entre “dados” ou propriedades preestabelecidas desses “dados”. “Não há nada mais enganador, dizia Dewey, do que a simplicidade aparente do procedimento científico tal como é descrito pelos tratados de lógica”; com efeito, essa simplicidade especiosa atinge seu ápice quando são utilizadas as letras do alfabeto para representar a articulação do objeto: indicando, em um caso, ABCD, em outro BCFG e em um terceiro CDEH e assim por diante, chegamos à conclusão de que é evidentemente C que determina o fenômeno. No entanto, a utilização de tal simbolismo é “um meio eficaz de obnubilar o fato de que os materiais em questão já foram padronizados e, por conseguinte, dissimular que toda a tarefa da pesquisa indutivo-dedutiva se apoia, na realidade, nas operações, graças às quais os materiais são homogeneizados”³⁰. Se os metodólogos estão mais atentos às regras que devem reger a manipulação de categorias já constituídas do que às operações que permitem constituí-las é porque o problema da construção do objeto nunca pode ser resolvido de antemão e uma vez por todas, quer se trate de dividir uma população em categorias sociais, faixas etárias ou de remuneração. Pelo fato de que toda taxinomia implica uma teoria, opera-se necessariamente uma divisão inconsciente de suas escolhas em função de uma teoria inconsciente, isto é, quase sempre de uma ideologia. Por exemplo, considerando que a remuneração varia de uma forma contínua, a divisão de uma população em faixas de remuneração implica necessariamente uma teoria da estratificação: “não é possível traçar uma linha para estabelecer a separação, de forma absoluta, entre ricos e pobres, os detentores de capitais fundiários ou imobiliários e os trabalhadores. Vários autores pretendem deduzir desse fato a consequência que, em nossa sociedade, não seria possível falar de uma classe capitalista, nem opor os burgueses aos trabalhadores”³¹. O mesmo é dizer, acrescenta Pareto, que não existem velhos porque não se sabe em que idade, em que momento da vida, começa a velhice.

Enfim, seria necessário nos perguntarmos se o método de análise dos dados que parece o mais adequado a ser aplicado a todos os tipos de relações quantificáveis,

³⁰ DEWEY, J. *Logic: The Theory of Inquiry*. Nova York: Holt, 1938, p. 431, n. 1.

³¹ PARETO, V. *Cours d'Économie politique*. T. II. Genebra: Droz, p. 385. As técnicas mais abstratas de divisão do material têm justamente, como efeito, anular unidades concretas como a geração, a biografia e a carreira.

a saber, a análise multivariada, não deve ser sempre submetido a interrogação epistemológica: com efeito, ao postular que é possível isolar, alternadamente, a ação das diferentes variáveis do sistema completo das relações no interior do qual elas atuam, a fim de apreender a eficácia própria de cada uma delas, essa técnica priva-se de apreender a eficácia que um fator pode obter de sua inserção em uma estrutura e, até mesmo, a eficácia propriamente estrutural do sistema dos fatores. Além disso, ao adotarmos um sistema definido pelo equilíbrio pontual como um corte sincrônico, corremos o risco de deixar escapar o que o sistema fica devendo ao seu passado e, por exemplo, o sentido diferente que dois elementos semelhantes na ordem das simultaneidades podem conseguir pelo fato de serem originários de sistemas diferentes na ordem da sucessão, isto é, por exemplo, trajetórias biográficas diferentes³². De forma geral, a utilização experiente de todas as formas de cálculo que permitem a análise de um conjunto de relações pressuporia um conhecimento e consciência perfeitamente claros da teoria do fato social implicada nos procedimentos, graças aos quais cada uma delas seleciona e constrói o tipo de relações entre variáveis que define seu objeto.

Quanto mais facilmente as regras técnicas da utilização das técnicas se prestam à codificação, tanto mais difícil será definir e, mais ainda, encarnar na prática os princípios capazes de determinar a utilização de cada técnica que levasse em consideração, de forma consciente, os pressupostos lógicos ou sociológicos de suas operações. Quanto aos princípios dos princípios, os que regem a utilização correta do método experimental em sociologia e, por esse motivo, constituem o fundamento da teoria do conhecimento sociológico, são tão opostos à epistemologia espontânea que podem ser constantemente transgredidos, inclusive, em nome dos preceitos ou fórmulas dos quais julgamos tirar partido. Assim, a mesma intenção metodológica de não nos limitarmos às expressões conscientes pode levar a atribuir a construções, tais como a análise hierárquica das opiniões, o poder de passar das declarações, por mais superficiais que sejam, para as atitudes que estão na sua origem, isto é, transmutar magicamente o consciente em inconsciente; ou, por um procedimento idêntico, mas que fracassa por razões inversas, procurar a estrutura inconsciente da mensagem de imprensa por meio de uma análise estrutural que, no melhor dos casos, só consegue redescobrir, com grande dificuldade, algumas verdades primeiras retidas, com toda consciência, pelos produtores da mensagem.

³² Cf. BOURDIEU, P.; PASSERON J.-C. & SAINT-MARTIN, M. de. *Rapport pédagogique et communication*, n. 2. Paris/Haia: Mouton/Cahiers du Centre de sociologie européenne, 1965, p. 43-57.

Da mesma forma, o princípio da neutralidade ética, lugar-comum de todas as tradições metodológicas, pode, em sua forma rotineira, incitar paradoxalmente ao erro epistemológico quando, afinal, sua pretensão é evitá-lo. É, realmente, em nome de uma concepção simplista do relativismo cultural que determinados sociólogos da “cultura popular” e dos meios modernos de comunicação podem criar a ilusão de se conformar com a regra de ouro da ciência etnológica ao tratarem todos os comportamentos culturais, desde a canção folclórica até a cantata de Bach, passando por uma canção da moda, como se o valor que os diferentes grupos lhes atribuem não fizesse parte de sua realidade, como se nem sempre fosse necessário relacionar as condutas culturais aos valores a que elas se referem objetivamente para lhes restituir seu sentido propriamente cultural. O sociólogo que decide ignorar as diferenças de valor que os sujeitos sociais estabelecem entre as obras de cultura opera de fato uma transposição ilegítima, por ser incontrolada, do relativismo ao qual se obriga o etnólogo quando considera culturas que fazem parte de sociedades diferentes: as diferentes “culturas” que se encontram na mesma sociedade estratificada estão objetivamente situadas umas em relação às outras porque os diferentes grupos se situam uns em relação aos outros, em particular, quando se referem a elas; pelo contrário, a relação entre culturas que fazem parte de sociedades diferentes pode existir unicamente na e pela comparação operada pelo etnólogo. O relativismo integral e mecanicista leva ao mesmo resultado do etnocentrismo ético: nos dois casos, a relação do observador aos valores daqueles que ele observa (e, por conseguinte, ao valor deles) toma o lugar da relação que estes mantêm objetivamente com seus valores.

“Qual é o físico, pergunta Bachelard, que aceitaria dispender seus recursos para construir um aparelho destituído de qualquer significação teórica?” Inúmeras pesquisas sociológicas não resistiriam a tal interrogação. A demissão pura e simples diante do dado de uma prática que reduz o elenco de hipóteses a uma série de antecipações fragmentárias e passivas leva às manipulações cegas de uma técnica que engendra automaticamente *artefatos*, construções vergonhosas que são a caricatura do fato construído metódica e conscientemente, isto é, cientificamente. Ao se recusar a ser o sujeito científico de sua sociologia, o sociólogo positivista dedica-se, salvo milagre do inconsciente, a fazer uma sociologia sem objeto científico.

Esquecer que o fato construído segundo procedimentos formalmente irrepreensíveis, mas inconscientes de si mesmos, corre o risco de ser apenas um *artefato*, é admitir, sem qualquer outro exame, a possibilidade de aplicar as técnicas à realidade do objeto ao qual são aplicadas. Será surpreendente que os que professam que só têm existência científica os objetos que possam ser apreendidos ou medidos pelas técnicas disponíveis sejam levados, em sua prática, a considerar como digno de ser conhecido unicamente o que pode ser medido ou, pior ainda, a conferir existência científica a tudo o que se deixa medir? Os que fazem como se todos os objetos fossem suscetíveis de uma única e mesma técnica, ou indiferentemente de todas as técnicas, esquecem que as diferentes técnicas podem, em certa medida variável e com rendimentos desiguais, contribuir para o conhecimento do objeto, contanto que sua utilização seja controlada por uma reflexão metódica sobre as condições e limites de sua validade que, em cada caso, depende de sua adequação ao objeto, isto é, à teoria do objeto³³. Além disso, somente essa reflexão pode permitir a reinvenção criadora que exige idealmente a aplicação de uma técnica, “inteligência morta que a inteligência deve ressuscitar”, e, *a fortiori*, a invenção e a aplicação de novas técnicas.

2.4. A analogia e a construção das hipóteses

Para saber construir o objeto e conhecer o objeto que é construído, é necessário ter consciência de que todo objeto propriamente científico é consciente e metodicamente construído, e é necessário conhecer tudo isso para nos interrogarmos sobre as técnicas de construção das perguntas formuladas ao objeto. A metodologia que deixasse de levar em consideração o problema da invenção das hipóteses a serem comprovadas não poderia, como observa Claude Bernard, “dar ideias novas e fecundas aos que não as têm; servirá somente para dirigir as ideias dos que já as têm e desenvolvê-las a fim de tirar delas o melhor resultado possível [...]. O método por si só não gera nada”³⁴.

Contra o positivismo que tem tendência a considerar a hipótese unicamente como o produto de uma geração espontânea em meio estéril e que espera inge-

³³ A utilização monomaniaca de uma técnica particular é a mais frequente e, também, a mais frequentemente denunciada: “Deem um martelo a uma criança, diz Kaplan, e hão de ver que tudo lhe parece merecer uma martelada” (*The Conduct of Inquiry*. Op. cit., p. 112).

³⁴ BERNARD, C. *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*. Op. cit., cap. II, § 2.

nuamente que o conhecimento dos fatos ou, no melhor dos casos, a indução a partir dos fatos leve, de forma automática, à formulação das hipóteses, a análise eidética de Husserl, assim como a análise histórica de Koyré, fazem ver, a propósito do procedimento paradigmático de Galileu, que uma hipótese, como a da inércia, só veio a ser conquistada e construída mediante um golpe de estado teórico que, por não ter encontrado qualquer apoio nas sugestões da experiência, só conseguiu sua legitimidade pela coerência do desafio da imaginação lançado aos fatos e às imagens ingênuas ou eruditas dos mesmos³⁵.

Semelhante exploração dos múltiplos aspectos, que pressupõe um distanciamento decisório em relação aos fatos, permanece exposta às facilidades do intuicionismo, do formalismo ou da pura especulação, ao mesmo tempo que pode escapar, embora ilusoriamente, às exigências da linguagem ou ao controle da ideologia. Como observa R.B. Braithwaite, “um pensamento científico que recorre ao modelo analógico é sempre um pensamento que funciona à maneira do “como se” (*as if thinking*) [...]; assim, a contrapartida do recurso aos modelos é uma vigilância constante”³⁶. Ao estabelecer a distinção entre o tipo ideal do conceito genérico obtido por indução e a “essência” espiritual ou a cópia impressionista do real, Weber visava somente explicitar as regras de funcionamento e as condições de validade do procedimento que todo pesquisador, por mais positivista que seja, utiliza consciente ou inconscientemente, mas que só pode ser controlado se for utilizado com conhecimento de causa. Por oposição às construções especulativas da filosofia social cujos refinamentos lógicos têm como única finalidade construir um sistema dedutivo bem ordenado e que são irrefutáveis porque não podem ser

³⁵ HUSSERL, E. “Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie: Eine Einleitung in die phänomenologische Philosophie” *Les Études Philosophiques*, n. 2 e 4. Paris, 1949 [Trad. francesa de E. Gerrer, “La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendentale”]. Tão sensível como qualquer outro historiador da ciência à engenhosidade experimental de Galileu, Koyré não hesita, porém, em ver na opinião preconcebida de construir uma física arquiimediana o princípio motor da revolução científica iniciada por Galileu. É a teoria, isto é, nesse caso, a intuição teórica do princípio da inércia que precede a experiência e a torna possível, tornando concebíveis as experiências suscetíveis de validar a teoria. Cf. KOYRÉ, A. *Études galiléennes*, III – Galilée et la loi d’inertie. Paris: Hermann, 1966, p. 226-227.

³⁶ BRAITHWAITE, R.B. *Scientific Explanation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1963, p. 93. Não é um acaso se, nas ciências que, como a econometria, recorrem, há muito tempo, à construção de modelos, a consciência do perigo de “imunização” contra a experiência que é inerente a qualquer procedimento formalista, isto é, simplificador, é mais acentuada do que em sociologia. H. Albert mostrou o “alibi ilimitado” proporcionado pelo hábito de raciocinar *ceteris paribus*: a hipótese torna-se irrefutável desde o momento em que toda observação contrária à hipótese pode ser imputada à variação dos fatores que a hipótese neutraliza partindo do pressuposto de que são constantes (ALBERT, H. “Modell Platonismus”. In: TOPITSCH, E. [org.]. *Logik der Sozialwissenschaften*. Colônia/Berlim: Kiepenheuer und Witsch, 1966, p. 406-434).

comprovados, o tipo ideal como “guia para a construção das hipóteses”, segundo a expressão de Max Weber, é uma ficção coerente “à qual a situação ou ação é comparada e avaliada”, uma construção concebida para se medir em relação ao real, uma construção *próxima* – cuja diferença ela permite medir e reduzir – e não aproximativa. O tipo ideal permite medir a realidade porque se mede em relação a ela e define-se com precisão ao determinar precisamente a diferença que o separa do real [M. Weber, texto n. 31].

Com a condição de que sejam retiradas as ambiguidades que Weber deixa subsistir ao identificar o tipo ideal com o modelo, no sentido de caso exemplar ou caso-limite, construído ou constatado, o raciocínio como passagem dos limites constitui uma técnica insubstituível de invenção das hipóteses: o tipo ideal pode referir-se tanto a um caso teoricamente privilegiado em um grupo construído de transformações (basta pensar, por exemplo, no papel que Bouligand leva o triângulo retângulo a desempenhar como suporte privilegiado da demonstração da “pitagoricidade”³⁷) quanto do caso paradigmático que pode ser, seja uma pura ficção obtida por passagem dos limites e “acentuação unilateral” das propriedades pertinentes, seja um objeto realmente observável e que apresenta, no mais elevado grau, o maior número das propriedades do objeto construído. Para escapar aos perigos inerentes a tal procedimento é necessário tratar o tipo ideal, não em si mesmo e por si mesmo – à maneira de uma amostra reveladora que bastaria copiar para conhecer a verdade de todo o conjunto –, mas como um elemento de um grupo de transformações, referindo-o a todos os casos da família da qual ele constitui um caso privilegiado. Assim, ao construir por ficção de método o sistema das condutas que colocariam os meios mais racionais a serviço de fins racionalmente calculados, Max Weber consegue um meio privilegiado para compreender a gama das condutas reais que o tipo ideal permite objetivar, ao tornar objetiva sua distância diferencial em relação ao tipo puro. Até mesmo o tipo ideal no sentido de amostra reveladora (*ostensive instance*), fazendo ver o que é procurado, como observava Bacon, “a nu, sob uma forma engrandecida ou em seu mais elevado grau de potência”, pode ser objeto de uma utilização rigorosa: podemos evitar o que foi designado por “paralogismo do exemplo dramático”, variante do “paralogismo da francesa ruiva”, com a condição de percebermos no caso extremo que é dado à observação o revelador

³⁷ Cf. BACHELARD, G. *Le rationalisme appliqué*. Op. cit., p. 91-97.

da estrutura do sistema do conjunto dos casos isomorfos³⁸; é tal lógica que leva Mauss a privilegiar o *potlatch* como “forma paroxística” da família das trocas do tipo total e agonístico, ou que permite ver no estudante universitário parisiense da seção de letras, de origem burguesa e com inclinação para o diletantismo, um ponto de partida privilegiado para construir o modelo das relações possíveis entre a verdade sociológica da condição estudantil e sua transfiguração ideológica.

A *ars inveniendi* deve, portanto, empenhar-se em fornecer as técnicas de pensamento que permitam conduzir, de forma metódica, o trabalho de construção das hipóteses, ao mesmo tempo que minimizar, pela consciência dos perigos que implica tal empreendimento, os riscos que lhe são inerentes. O raciocínio por analogia que é considerado por um grande número de epistemólogos como o primeiro princípio da invenção científica está votado a desempenhar um papel específico na ciência sociológica que tem como especificidade não poder constituir seu objeto a não ser pelo procedimento comparativo³⁹. Para evitar a consideração ideográfica de casos que não contêm em si mesmos sua razão de ser, o sociólogo deve multiplicar as hipóteses de analogias possíveis até construir a família de casos que justifique o caso considerado. E para construir tais analogias pode com toda a legitimidade servir-se da hipótese de analogias de estrutura entre os fenômenos sociais e fenômenos já formalizados por outras ciências, a começar pelas mais próximas – linguística, etnologia – ou, até mesmo, biologia. “É sempre interessante, observa Durkheim, pesquisar se uma lei, estabelecida para determinada natureza de fatos, pode ser aplicada alhures, *mutatis mutandis*; tal semelhança pode até mesmo

³⁸ É assim que o hospital psiquiátrico é considerado por Goffman que o coloca na série das instituições totais, casernas ou internatos: portanto, o caso privilegiado na série construída pode ser o que, considerado isoladamente, dissimula melhor, por suas funções oficialmente humanitárias, a lógica do sistema dos casos isomorfos (cf. GOFFMANN, E. *Asiles*. Paris: Éditions de Minuit, 1968).

³⁹ Cf., por exemplo, POLYA, G. *Induction and Analogy in Mathematics*. Princeton (N.J.): Princeton University Press, 1954, t. I e II. Durkheim já tinha sugerido os princípios de uma reflexão sobre a utilização correta da analogia. “O erro dos sociólogos biólogos não é, portanto, o fato de terem utilizado (a analogia), mas terem feito mau uso dela. Pretenderam, não controlar as leis da sociologia pelas leis da biologia, mas deduzir as primeiras a partir das segundas. Ora, tais inferências não têm qualquer valor; com efeito, se as leis da vida se encontram na sociedade, apresentam-se aí sob novas formas e com características específicas que a analogia não tem possibilidade de prever e só podem ser percebidas pela observação direta. Entretanto, se os sociólogos tivessem começado por determinar, com a ajuda de procedimentos sociológicos, certas condições da organização social, teria sido perfeitamente legítimo examinar, em seguida, se estas não apresentariam semelhanças parciais com as condições da organização animal, tais como são determinadas pelo biólogo. Podemos até prever que não será inútil colocar em evidência as características comuns que toda organização deve ter” (DURKHEIM, E. “Représentations individuelles et Représentations collectives”. *Revue de Métaphysique et de Morale*, t. VI, maio de 1898, apud *Sociologie et Philosophie*. Paris: F. Alcan, 1924; 3. ed. Paris: PUF, 1963) [N.T.: Cf. DURKHEIM, E. “Representações individuais e representações coletivas”. *Sociologia e filosofia*. Op. cit., p. 131].

servir para confirmá-la e compreender melhor seu alcance. Em suma, a analogia é uma forma legítima da comparação – aliás, o único meio prático à nossa disposição para tornar as coisas inteligíveis”⁴⁰. Em poucas palavras, a comparação orientada pela hipótese de analogias constitui não só o instrumento privilegiado do corte com os dados pré-construídos, que pretendem com insistência ser tratados em si mesmos e por si próprios, mas também o princípio da construção hipotética de relações entre as relações.

2.5. *Modelo e teoria*

É somente com a condição de refutar a definição dada pelos positivistas, usuários privilegiados da noção, ao modelo que podemos conferir-lhe as propriedades e funções comumente reconhecidas à teoria⁴¹. Sem dúvida, temos o direito de designar por modelo todo sistema de relações entre propriedades selecionadas, abstratas e simplificadas, construído conscientemente com a finalidade de descrição, explicação ou previsão e, por conseguinte, plenamente controlável; mas com a condição de não empregarmos sinônimos desse termo para dar a entender que, nesse caso, o modelo possa ser algo diferente de uma cópia que faz pleonasmos com o real e que, ao ser obtida por simples procedimento de ajustamento e extrapolação, não leva de modo algum ao princípio da realidade que imita. Duhem criticava os “modelos mecânicos” de Lord Kelvin por se limitarem a manter com os fatos uma semelhança superficial. Simples “procedimentos de exposição” que falam apenas à imaginação, tais ferramentas não podem servir de guia para a invenção porque, no melhor dos casos, não passam da formalização de um saber prévio e tendem a impor sua lógica própria, evitando, por conseguinte, a busca da lógica objetiva que tem de ser construída para justificar, teoricamente, o que eles se limitam a representar⁴². Certas formulações eruditas das prenoções do senso comum lembram os autômatos construídos por Vaucanson e Cat que, por falta de conhecimento dos princípios reais de funcionamento, recorriam a mecanismos baseados em outros princípios para produzirem uma simples reprodução das propriedades mais fenomenais: como

⁴⁰ DURKHEIM, É. *Ibid.*

⁴¹ No conjunto desse parágrafo, o termo teoria será considerado no sentido de teoria parcial do social (cf. *supra*, § 1.7, p. 42-44).

⁴² Entre os modelos incontrolados que criam obstáculo à apreensão das analogias profundas, é necessário também contar com os que são veiculados pelas metáforas da linguagem, inclusive as que já estão fora de uso (cf. *supra*, § 1.4, p. 31-36).

observa Georges Canguilhem, a utilização dos modelos só se revelou fecunda em biologia no momento em que os modelos mecânicos, concebidos segundo a lógica da produção e transmissão da energia, foram substituídos por modelos cibernéticos baseados na transmissão da informação e, dessa forma, identificados com a lógica do funcionamento dos circuitos nervosos⁴³. Não é um acaso se a indiferença em relação aos princípios leva forçosamente a um operacionalismo que limita suas ambições a “salvar as aparências”, correndo o risco de propor um número de modelos igual ao número de fenômenos ou multiplicar para o mesmo fenômeno um certo número de modelos que nem chegam a ser contraditórios porque, produtos de uma bricolagem erudita, são igualmente desprovidos de princípios. A pesquisa aplicada pode, sem dúvida, contentar-se com tais “verdades a 40%”, segundo a expressão de Boas, mas os que confundem uma restituição aproximativa (e não próxima) do fenômeno com a teoria dos fenômenos correm o risco de falências inelutáveis e, no entanto, inexplicáveis, enquanto permanecer inexplicado um poder explicativo de encontro.

Partindo da confusão entre a simples *semelhança* e a *analogia*, relação entre relações que deve ser conquistada contra as aparências e construída por um verdadeiro trabalho de abstração e por meio da comparação conscientemente operada, os *modelos miméticos*, que se limitam a apreender as semelhanças exteriores, opõem-se aos *modelos analógicos* que visam reapreender os princípios ocultos das realidades que interpretam. “Raciocinar por analogia é, diz a *Académie*, formar um raciocínio baseado nas semelhanças ou relações de uma coisa com outra”, ou melhor, corrige Cournot, “baseado nas relações ou semelhanças enquanto estas indicam as relações. Com efeito, no juízo analógico, a teoria abstrata incide unicamente sobre a razão das semelhanças: estas não têm qualquer valor desde que não indiquem relações na natureza dos fatos em que a analogia se aplica”⁴⁴.

Os diferentes procedimentos de construção das hipóteses podem encontrar um acréscimo de eficácia no recurso à formalização que, além da função clarificadora de uma rigorosa estenografia dos conceitos e da função crítica de uma prova lógica do rigor das definições e da coerência do sistema das proposições, pode também

⁴³ CANGUILHEM, G. “Analogies and Models in Biological Discovery”. *Scientific Change, Historical Studies in the Intellectual, Social and Technical Conditions for Scientific Discovery and Technical invention, from Antiquity to the Present*. Symposium on the History of Science. Londres: Heinemann, 1963, p. 507-520.

⁴⁴ COURNOT, A. *Essai sur les fondements de nos connaissances et sur les caracteres de la critique philosophique*. Paris: Hachette, 1912, p. 68.

desempenhar, sob certas condições, uma função heurística ao permitir a exploração sistemática do possível e a construção controlada de um elenco sistemático de hipóteses como esquema completo das experiências possíveis. No entanto, se a eficácia – simultaneamente, mecânica e metódica – dos símbolos e dos operadores da lógica ou da matemática, “instrumentos comparatistas por excelência”, segundo a expressão de Marc Barbut, permite levar a seu termo a variação imaginária, nesse caso, o raciocínio analógico pode também desempenhar, até mesmo na falta de qualquer requinte formal, sua função de instrumento de descoberta, embora de forma mais laboriosa e com menos segurança. Em sua utilização mais corrente, o modelo fornece o substituto de uma experimentação, muitas vezes, impossível nos fatos e dá o meio de confrontar com a realidade as consequências que tal experiência mental permite colocar em evidência de forma completa, por ser fictícia: “Na esteira de Rousseau, e sob uma forma decisiva, Marx ensinou, observa Claude Lévi-Strauss, que a ciência social já não se constrói no plano dos acontecimentos como também a física deixou de se construir a partir dos dados da sensibilidade: o objetivo é construir um modelo, estudar suas propriedades e suas diferentes maneiras de reagir no laboratório para aplicar, em seguida, tais observações à interpretação do que se passa empiricamente”⁴⁵.

O valor explicativo dos modelos resulta dos princípios de sua construção e não de seu grau de formalização. Com certeza, como tem sido mostrado frequentemente, de Leibniz a Russel, o recurso às “evidências cegas” dos símbolos constitui uma excelente proteção contra as evidências ofuscantes da intuição: “O simbolismo é útil, indiscutivelmente, porque torna as coisas difíceis. Pretendemos saber “o que pode ser deduzido do quê”. Ora, no começo, tudo é evidente por si; e é muito difícil ver se uma proposição evidente resulta de uma outra ou não. A evidência é sempre a inimiga do rigor. Assim, inventamos um simbolismo difícil de tal modo que nada mais parece evidente. Em seguida, inventamos regras para operar sobre os símbolos e tudo se torna mecânico”⁴⁶. No entanto, os matemáticos tinham menos razões do que os sociólogos ao lembrarem que, em vez de condená-las, a formalização pode consagrar as evidências do senso comum. Pode-se, dizia Leibniz, dar forma de equação à curva que passa por todos os pontos de um rosto. O objeto percebido

⁴⁵ LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes Tropiques*. Paris: Plon, 1956, p. 49.

⁴⁶ RUSSEL, B. *Mysticism and Logic, and Other Essays*. Nova York: Doubleday/Anchor Books, 1957, p. 73 (1st publ., *Philosophical Essays*. Londres: George Allen & Unwin, 1910, 2nd ed., *Mysticism and Logic*, 1917).

não se torna um objeto construído com um simples golpe de varinha matemática: ainda pior, na medida em que simboliza a ruptura com as aparências, o simbolismo dá ao objeto pré-construído uma respeitabilidade usurpada que o coloca a salvo da crítica teórica. Se é necessário estarmos prevenidos contra os falsos prestígios e os falsos prodígios da formalização sem controle epistemológico, é porque, ao dar as aparências da abstração a proposições que podem ser extraídas, às cegas, da sociologia espontânea ou da ideologia, ela corre o risco de sugerir que é possível evitar o trabalho de abstração, o único capaz de destruir as semelhanças aparentes para construir as analogias ocultas.

A apreensão das homologias estruturais nem sempre tem necessidade de recorrer ao formalismo para encontrar seus fundamentos e dar prova de seu rigor. Basta acompanharmos a tentativa de Panofsky que o leva a comparar a *Suma* de Tomás de Aquino com a catedral gótica para percebermos as condições que tornam possível, legítima e fecunda tal operação: para ter acesso à analogia oculta, escapando ao mesmo tempo à curiosa mistura de dogmatismo e empirismo, misticismo e positivismo, que caracteriza o intuicionismo, é necessário renunciarmos a encontrar nos dados da intuição sensível o princípio capaz de unificá-los realmente e submeter as realidades comparadas a um tratamento que as torne identicamente disponíveis para a comparação. A analogia não se estabelece entre a *Suma* e a Catedral consideradas, se é que podemos falar assim, segundo seu valor facial, mas entre dois sistemas de relações inteligíveis, não entre “coisas” que se confiariam à percepção ingênua, mas entre objetos conquistados contra as aparências imediatas e construídos por uma elaboração metódica [E. Panofsky, texto n. 32].

Assim, é pelo poder de ruptura e pelo poder de generalização, sendo que os dois são inseparáveis, que o modelo teórico é reconhecido: como depuração formal das relações entre as relações que definem os objetos construídos, ele pode ser transposto para ordens de realidade, do ponto de vista fenomenal, muito diferentes e sugerir por analogia novas analogias, princípios de novas construções de objetos [P. Duhem, texto n. 33; N. Campbell, texto n. 34]. Da mesma forma que o matemático pode encontrar na definição da reta como curva de curvatura nula o princípio de uma teoria geral das curvas, sendo que a linha curva é melhor generalizador do que a reta, assim também a construção de um modelo permite tratar diferentes formas sociais como outras tantas realizações de um mesmo grupo de transformações e, por conseguinte, fazer surgir propriedades ocultas que só se revelam quando

cada uma das realizações é colocada em relação com todas as outras, isto é, por referência ao sistema completo das relações pelo qual se exprime o princípio da afinidade estrutural das mesmas⁴⁷. É esse procedimento que confere fecundidade, isto é, poder de generalização, às comparações entre sociedades diferentes ou entre subsistemas da mesma sociedade, por oposição aos simples paralelismos suscitados pela semelhança dos conteúdos. Na medida em que essas “metáforas científicas” levam aos princípios das homologias estruturais que se encontram submersas nas diferenças fenomenais, elas são, como se diz, “teorias em miniatura”, já que, ao formularem os princípios geradores e unificadores de um sistema de relações, dão plena satisfação às exigências do rigor na ordem da prova e da fecundidade na ordem da invenção, aliás, características que definem uma construção teórica: como gramáticas generativas de esquemas transponíveis, fornecem o princípio de indagações e questionamentos indefinidamente renováveis; como realizações sistemáticas de um sistema de relações verificadas ou a serem verificadas, obrigam a proceder a uma verificação que, por si mesma, só pode ser sistemática; como produtos conscientes de um distanciamento em relação à realidade, voltam sempre à realidade e permitem medir em relação com essa realidade as propriedades que, em virtude unicamente de sua irrealidade, acabam sendo colocadas em completa evidência, por dedução⁴⁸.

⁴⁷ É o mesmo procedimento, que consiste em conceber o caso particular e, até mesmo, o conjunto dos casos reais como casos particulares de um sistema ideal dos compostíveis lógicos, que pode levar – nas operações mais concretas da prática sociológica, como a interpretação de uma relação estatística – a inverter a significação da noção de significatividade estatística: da mesma forma que a matemática chegou a considerar a ausência de propriedades como uma propriedade, assim também a ausência de relação estatística entre duas variáveis pode ser altamente significativa se considerarmos essa relação no interior do sistema completo das relações de que ela faz parte.

⁴⁸ Nas ciências sociais seria indispensável empreender uma verdadeira educação do espírito científico para que, em seus relatórios de pesquisa, por exemplo, os sociólogos abandonem cada vez mais o procedimento indutivo que, no melhor dos casos, se limita a apresentar um balanço recapitulativo (cf. infra, § 3.2., p. 80) para reorganizarem em função de um princípio unificador (ou vários), a fim de justificá-lo sistematicamente, o conjunto das relações empiricamente constatadas, isto é, para obedecerem em sua prática à exigência teórica, nem que fosse no plano de uma problemática regional.

O racionalismo aplicado

3. O fato é conquistado, construído, constatado: a hierarquia dos atos epistemológicos

O princípio do erro empirista, formalista ou intuicionista reside na dissociação dos atos epistemológicos e em uma representação mutilada das operações técnicas, sendo que cada uma delas pressupõe os atos de corte, construção e constatação. O debate que se instaura a propósito das virtudes intrínsecas da teoria ou da medida, da intuição ou do formalismo, é necessariamente fictício porque se baseia na autonomização das operações que adquirem todo o seu sentido e fecundidade de sua inserção necessária em um procedimento unitário.

3.1. *A implicação das operações e a hierarquia dos atos epistemológicos*

Embora a representação mais corrente dos procedimentos da pesquisa como o ciclo de fases sucessivas (observação, hipótese, experimentação, teoria, observação, etc.) possa ter uma utilidade pedagógica – nem que fosse substituindo a enumeração de tarefas delimitadas, segundo a lógica da divisão burocrática do trabalho pela imagem de um encadeamento de operações epistemologicamente qualificadas – continua sendo duplamente enganadora. Ao projetar no espaço, sob a forma de momentos exteriores uns em relação aos outros, as fases do “ciclo experimental”, só imperfeitamente é que chega a restituir o desenrolar real das operações já que, na realidade, é todo o ciclo que está presente em cada uma delas; no entanto, mais profundamente, tal representação deixa escapar a ordem lógica dos atos epistemológicos – ruptura, construção, prova dos fatos – que nunca fica reduzida à ordem

cronológica das operações concretas da pesquisa. Afirmar que o fato é conquistado, construído e constatado não é dizer que, a cada um desses atos epistemológicos, correspondam operações sucessivas, equipadas com este ou aquele instrumento específico¹. Assim, como já vimos, o modelo teórico é inseparavelmente construção e ruptura já que é necessário ter rompido com as semelhanças fenomenais para construir as analogias profundas e já que a ruptura com as relações aparentes pressupõe a construção de novas relações entre as aparências.

A distinção entre os atos epistemológicos nunca se revela tão claramente a não ser na prática errônea que, como já vimos, define-se precisamente pela omissão deste ou daquele dos atos cuja integração hierárquica define a prática correta. Ao mostrar o que custa escamotear um dos atos epistemológicos, a análise do erro e das condições do erro permite definir a hierarquia dos perigos epistemológicos que resulta da ordem na qual estão implicados tais atos – ruptura, construção, constatação: a experimentação vale o que vale a construção que ela coloca à prova e o valor heurístico e probatório de uma construção depende do grau em que ela permite romper com as aparências e, por conseguinte, conhecer as aparências ao reconhecê-las como aparências. Segue-se que não há contradição, nem ecletismo, em insistir, simultaneamente, sobre os perigos e o valor de uma operação tal como a formalização ou, até mesmo, a intuição. O valor de um modelo formal depende do grau em que são levadas em consideração as *preliminares epistemológicas* da ruptura e da construção: se, como já vimos, o simbolismo corre o risco de permitir e dissimular a submissão pura e simples à sociologia espontânea, pode também contribuir para evitar as recaídas no senso comum, no momento em que exerce seu poder de controle sobre as relações construídas contra as relações aparentes.

Até mesmo a intuição pode receber uma função científica quando, controlada, sugere hipóteses e chega a contribuir para o controle epistemológico das outras operações. Sem dúvida, é legítimo condenar o intuicionismo quando, inspirando-se na convicção de que um sistema social exprime em cada uma de suas partes a ação de um único e mesmo princípio, julga poder reaprender em uma espécie de “intuição central” a lógica unitária e única de uma cultura e quando, como tem sido a tendência

¹ Ao associar automaticamente este ou aquele ato epistemológico a uma técnica particular, por exemplo, a ruptura com o poder de distanciamento do vocabulário etnológico, a construção com efeito próprio do formalismo ou a conformação às formas mais padronizadas do questionário, o pesquisador pode ter a ilusão de estar desembaraçado de todas as exigências epistemológicas na medida em que utiliza, nem que fosse de forma mágica, o instrumento *ad hoc*.

de um grande número de descrições culturalistas, evita dessa forma o estudo metódico dos diferentes subsistemas e a interrogação sobre suas inter-relações reais. No entanto, quando a apreensão intuitiva, isto é, *uno intuitu*, da unidade imediatamente perceptível de uma situação, de um estilo de vida ou maneira de ser, leva a interrogar, em suas relações significantes, determinadas propriedades e relações que só vão aparecendo sucessivamente no trabalho de análise, ela constitui uma proteção contra a atomização do objeto que resulta, por exemplo, do recurso a indicadores incapazes de objetivar, sem as fragmentar², as manifestações de uma atitude ou *ethos*. Por conseguinte, a intuição não contribui somente para a invenção, mas também para o controle epistemológico na medida em que, controlada, chama a atenção da pesquisa sociológica para a ambição de restituir as inter-relações que definem as totalidades construídas. Assim, a reflexão epistemológica mostra que não é possível ignorar a hierarquia dos atos epistemológicos sem cair na dissociação real das operações da pesquisa que constitui a definição do intuicionismo, formalismo ou positivismo.

É, antes de tudo, pela inversão da relação entre teoria e experiência que o racionalismo aplicado rompe com a epistemologia espontânea. A mais elementar das operações, ou seja, a observação, descrita pelo positivismo como uma gravação tanto mais fiel por implicar menos pressupostos teóricos, é tanto mais científica quanto mais conscientes e mais sistemáticos forem os princípios teóricos de que se serve. Ao sublinhar que “a apresentação correta dos dados primários da observação constitui já um primeiro sucesso para a gramática”, Noam Chomsky acrescenta o seguinte: “A determinação dos dados pertinentes depende de sua inserção possível em uma teoria sistemática; nesse caso, pode-se considerar que o nível mais humilde de sucesso não é mais fácil de alcançar do que os outros [...]. A determinação dos dados válidos e pertinentes não é fácil. Muitas vezes, o que é observado não é pertinente, nem significativo, e o que é pertinente e significativo é, quase sempre, difícil

² Não seria inútil reintroduzir todo esse conjunto de experiências, atitudes e regras de observação que compõem o imperativo etnológico do “trabalho de campo” em uma prática sociológica que, na medida em que se burocratiza, tende a interpor entre o idealizador da pesquisa e os que ele estuda o conjunto dos executantes e o aparelho mecanográfico: a experiência direta dos indivíduos e das situações concretas nas quais eles vivem, quer se trate da decoração cotidiana da habitação, paisagem ou gestos e entonações, não constitui, por si, um conhecimento, mas pode fornecer o elo intuitivo que, por vezes, faz surgir a hipótese de relações insólitas, mas sistemáticas, entre os dados. Mais do que o sociólogo, ameaçado pela distância em relação ao seu objeto que nem sempre representa distanciamento epistemológico, o etnólogo corre o risco, como todos os que recorrem à observação participante, de considerar o “contato humano” como um meio de conhecimento e, sensível às solicitações e seduções de seu objeto, denunciadas pelas evocações nostálgicas dos lugares e pessoas, deve realizar um esforço particular para construir uma problemática capaz de quebrar as configurações singulares que lhe são propostas pelos objetos concretos.

de observar em linguística, assim como em um laboratório de física ou em qualquer outra ciência”³. Por sua vez, Freud observa: “Até mesmo na fase da descrição é impossível evitar a aplicação de certas noções abstratas ao material disponível, noções cuja origem não reside, com toda a certeza, unicamente na observação dos dados”⁴. Seria possível encontrar uma prova da imanência da teoria na observação pertinente pelo fato de que todo empreendimento de decifração sistemática, por exemplo, a análise estrutural de um *corpus* mítico, descobre necessariamente lacunas na documentação reunida às cegas, embora os primeiros observadores tivessem tido como objetivo, com a preocupação de fazer uma gravação sem pressupostos, proceder a uma coleta exaustiva. Ainda mais: por vezes ocorre que uma leitura mais atenta acaba revelando “fatos” que tinham permanecido imperceptíveis às próprias pessoas que os relataram: é assim que Panofsky só conseguiu anotar, em um plano da capela-mor de catedral, a expressão *inter se* disputando, lida milhares de vezes antes dele e típica da dialética escolástica, porque a tinha transformado em um fato, questionando-o a partir da hipótese teórica segundo a qual o mesmo *habitus* de dialético poderia se exprimir na arquitetura gótica e na codificação escolástica das *disputationes*⁵.

O que é válido para a observação vale também para a experimentação, embora as descrições clássicas do ciclo experimental apresentem essas duas operações como o ponto de partida e o ponto de chegada de um procedimento articulado em etapas distintas. Qualquer experimentação, como já vimos, implica determinados princípios ou pressupostos teóricos: “Uma experiência, escreve Max Planck, é simplesmente uma questão dirigida à natureza, enquanto a medida é a anotação da resposta. Mas, antes de efetuar a experiência, deve-se pensar nela, isto é, formular a pergunta que se pretende dirigir à natureza, e, antes de tirar a conclusão da medida, deve-se interpretá-la, isto é, compreender a resposta da

³ CHOMSKY, N. *Current Issues in linguistic Theory*. Haja: Mouton, 1964, p. 28.

⁴ Apud COLBY, K.M. *An introduction to Psycho-analytic Research*. Nova York: Basic Books, 1960. Nem o próprio Augusto Comte considerava o papel da teoria – como lhe era atribuído, de forma complacente, pelos seus adversários – segundo a teoria positivista: “Se, por um lado, toda teoria deve estar necessariamente baseada em observações, é igualmente perceptível, por outro lado, que nosso espírito, para se dedicar à observação, tem necessidade de uma teoria qualquer. Se, ao contemplar os fenômenos, não os relacionássemos imediatamente com algum princípio, não só seria impossível estabelecer a combinação entre essas observações isoladas, e, por conseguinte, tirar daí algum fruto, mas também seríamos inteiramente incapazes de conservá-los; além disso, na maior parte das vezes, os fatos passariam desapercibidos aos nossos olhos” (COMTE, A. *Cours de philosophie positive*. Op. cit., t. I, lição n. 1, p. 14-15) [N.T.: Cf. COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. Op. cit., p. 5].

⁵ PANOFSKY, E. *Architecture gothique et pensée scolastique*. Op. cit., p. 130.

natureza. Compete ao teórico efetuar essas duas tarefas⁶. Por sua vez, somente a experimentação bem-sucedida como “razão confirmada” pode comprovar o valor explicativo e o poder dedutivo de uma teoria, isto é, estabelecer a aptidão da mesma para engendrar um elenco sistemático de proposições suscetíveis de encontrar confirmação ou anulação na prova dos fatos⁷; mas não é no fato puro e simples da concordância com os fatos que se baseia o valor teórico da experimentação: “Com efeito, como observa Georges Canguilhem, é necessário poder estabelecer que o acordo ou desacordo entre uma suposição e uma constatação pesquisada a partir da suposição considerada como princípio não se deve a uma coincidência, mesmo repetida, mas que é realmente pelos métodos implicados pela hipótese que o pesquisador foi levado ao fato observado”⁸ [G. Canguilhem, texto n. 35]. O mesmo é dizer que os fatos que dão validade à teoria valem o que vale a teoria que eles validam. O melhor meio de ouvir os fatos responder o que se pretende que eles expressem é, evidentemente, interrogá-los a partir de uma “teoria” que suscite fatos que já não expressem mais nada que valha a pena ser dito: é o caso das elaborações falsamente eruditas das prenoções que só conseguem encontrar fatos, de alguma forma, feitos sob medida, ou de certos exercícios metodológicos que criam dados feitos também sob medida, ou ainda do trabalho teórico que não pode basear a produção por partenogênese de seus próprios fatos teóricos a não ser pelo que deveria ser chamado, parafraseando Nietzsche, o “dogma da imaculada concepção”⁹.

⁶ PLANCK, M. *L'image du monde dans la physique moderne*. Paris: Gonthier, 1963, p. 38.

⁷ Se o caráter próprio da epistemologia positivista consiste em estabelecer a separação entre a prova dos fatos e a elaboração teórica que dá sentido aos fatos científicos, é evidente que a regra comtiana que prescreve “imaginar unicamente hipóteses suscetíveis, por sua natureza, de uma verificação positiva, mais ou menos afastada, mas sempre claramente inevitável” (COMTE, A. *Cours de philosophie positive*. Paris: Bachelier, 1835, t. II, lição 28), faz a distinção, pelo menos, de forma negativa, entre o discurso científico e os outros. Seria possível encontrar em Schuster que afirmava que “uma teoria não vale nada quando não se pode demonstrar que é falsa” (apud BRUNSCHVICG, L. *L'expérience humaine et la causalité physique*, 3. ed. Paris: PUF, 1949, p. 432), e sobretudo em K.R. Popper que faz da “falsifiabilidade” de uma teoria o princípio de “demarcação” da ciência, a argumentação lógica que leva a preferir a anulação à confirmação como forma de controle experimental (cf. “Falsifiability as a Criterion of Demarcation”. In: *The Logic of Scientific discovery*. Op. cit., p. 40-42 e 86-87).

⁸ CANGUILHEM, G. *Leçons sur la méthode*, dadas na Faculdade de Letras de Estrasburgo, funcionando em Clermont-Ferrand em 1941-1942 (inédito). Agradecemos ao Prof. G. Canguilhem por nos ter autorizado a reproduzir esse texto.

⁹ Se é necessário lembrar que todo sistema de proposições que pretenda conseguir a validade científica deve passar pela prova da realidade, também é necessário prevenir contra a inclinação de identificar esse imperativo epistemológico com o imperativo tecnológico que pretenderia subordinar qualquer formulação teórica à existência atual de técnicas que permitam verificá-la no próprio momento em que ela se exprime. Correlativamente, nenhuma proposição teórica poderia ser considerada como estabelecida definitivamente já que, como observa C. Hempel, “a possibilidade teórica exige que novos meios de prova sejam descobertos para colocar em questão as observações atuais e, assim, conduzir à rejeição da teoria validada por elas” (HEMPEL, C. *Fundamentals of Concept Formation in Empirical Research*. Op. cit., p. 83-84).

N.T.: No original, “dogme de l'immaculée conception”; portanto, o mesmo termo conception para as duas acepções em português: concepção e conceição.

Conforme já foi dito, o objeto é o que objetiva. A experiência só desempenha sua função na medida em que institui um apelo permanente do princípio de realidade contra a tentação de abandono ao princípio de prazer que inspira tanto as fantasias gratuitas de certo formalismo quanto as ficções por demais complacentes do intuicionismo ou os exercícios de alta escola da pura teoria.

Não fica resolvida a questão da teoria, nem a da construção das hipóteses, quando a hipótese é submetida à verificação, e tampouco quando ela é confirmada ou desmentida. Toda experiência bem construída tem como efeito intensificar a dialética da razão e da experiência, mas somente com a condição de que o pesquisador saiba pensar, de forma adequada, os resultados, inclusive os negativos, que ela produz e se interrogue sobre as razões que fazem com que os fatos têm razão de dizer não. No momento em que Brunshvicg lembra que “os pontos de parada são pontos de reflexão”¹⁰, não pretende sugerir que o “choque insuperável da experiência” possa ser suficiente para desencadear mecanicamente a reflexão na ausência da decisão de refletir e de se refletir refletindo. Como afirma Bertrand Russel, “um dos méritos da prova reside no fato de que instila uma certa dúvida a respeito do resultado que produz; e quando uma proposição pode ser provada em certos casos, e não em outros, torna-se suspeita de falsidade nesses últimos casos”¹¹. A constatação de fracasso é tão decisiva quanto uma confirmação, mas somente com a condição de que coincida com a reconstrução do elenco sistemático de proposições teóricas no qual adquire um sentido positivo. “É completamente excepcional, diz Norman Campbell, que uma nova lei seja descoberta ou sugerida pela experimentação, observação e exame dos resultados; a maior parte dos progressos na formulação das novas leis resultam da invenção de teorias capazes de explicar as leis antigas”¹². Em suma, a dialética do procedimento científico não poderia ser reduzida a uma alternância, mesmo reiterada, de operações independentes, na medida em que a verificação é posterior à hipótese, limitando-se a manter com ela relações de confronto.

Toda operação, por mais parcial que seja, implica sempre a dialética entre teoria e verificação. Por exemplo, no momento da elaboração de um código, as hipóteses

¹⁰ BRUNSHVICG, L. *Les étapes de la philosophie mathématique*. Paris: F. Alcan, 1912.

¹¹ RUSSELL, B. *Mysticism and Logic*. Op. cit., p. 74.

¹² CAMPBELL, N. *What is Science*. Londres: Methuen, 1921, p. 88. Cf. também CONANT, J.-B. *Modern Science and Modern Man*. Nova York: Columbia University Press, 1952, p. 53.

implicadas pelo questionário devem ser retomadas, especificadas e modificadas em contato com os fatos que se pretende analisar, para serem submetidas à prova experimental da codificação e da análise estatística: a fórmula tecnológica segundo a qual o código deve ser “fixado” ao mesmo tempo que o questionário (correndo o risco de reduzir o que é digno de ser codificado ao que é codificável, isto é, muitas vezes, pré-codificável), contém implicitamente uma epistemologia fixista já que leva a fazer desaparecer uma das ocasiões de ajustar aos dados as categorias de apreensão dos mesmos. Igualmente, os mais irrepreensíveis procedimentos de sondagem, do ponto de vista formal, podem perder toda significação sociológica se a escolha do método de amostragem não for operada em função das hipóteses e objetivos específicos da pesquisa. De forma geral, a ilusão de que existem ferramentas para todos os fins encoraja o pesquisador a evitar o exame das condições de validade de suas técnicas no caso particular em que deve utilizá-las; os controles tecnológicos voltam-se contra sua própria finalidade quando levam à ilusão de que é possível deixar de lado o controle de tais controles: além da possibilidade de vir a provocar a paralisia e, até mesmo, o erro, a mania metodológica permite, muitas vezes, evitar não tanto o pensamento implicado em todo método, mas o pensamento a respeito do método¹³.

Além de induzirem sempre a não levar em consideração determinados objetos que não valorizariam a excelência do instrumento, as minúcias rotineiras da prática ameaçam levar a esquecer que, para apreender certos fatos, não se trata tanto de afinar os instrumentos de observação e medição, mas de colocar em questão a utilização rotineira dos mesmos. Se Uvarov tivesse dado plena liberdade ao assistente que, preocupado com a arrumação do laboratório, voltava a colocar, todas as manhãs, no seu lugar as *locusta migratoria* de cor cinza que se misturavam com as *locusta danica* de cor verde, não teria percebido o fato que essas duas espécies constituíam, afinal, uma só — a *locusta danica* se tornava cinza quando deixava de ser solitária: não será verossímil que um grande número de técnicas tradicionais, quando são utilizadas sem controle epistemológico, destroem o fato científico à maneira do princípio da arrumação do assistente de Uvarov? O fascínio exercido pelo aparelho tecnológico, assim como o prestígio do aparato teórico, pode impedir uma justa relação aos fatos e à prova pelos fatos. A submissão aos automatismos de

¹³ Cf. *Infra*, G. Bachelard, texto n. 2, p. 108-111.

pensamento não é menos perigosa do que a ilusão da criação sem apoio nem controle. Se a sofisticação das técnicas de constatação e de prova não for acompanhada por uma redobrada vigilância teórica pode levar a ver cada vez melhor um número cada vez menor de coisas ou, até mesmo, a perder o essencial em decorrência de um dos equívocos que formam par funcional com a utilização cega das técnicas destinadas a afinar e controlar a vista [C.W. Mills, texto n. 36].

3.2. Sistema de proposições e verificação sistemática

Se as operações da prática valem o que vale a teoria que lhes serve de base é porque a teoria fica devendo sua posição na hierarquia das operações ao fato de que ela atualiza o primado epistemológico da razão sobre a experiência. Não é, portanto, surpreendente que ela constitua a condição fundamental da ruptura, da construção e da experimentação, em virtude da sistematicidade que a define: somente uma teoria científica pode opor às solicitações da sociologia espontânea e às falsas sistematizações da ideologia a resistência organizada de um elenco sistemático de conceitos e relações definido tanto pela coerência do que exclui, quanto pela coerência do que estabelece¹⁴; somente ela pode construir o sistema de fatos entre os quais instaura uma relação sistemática [L. Hjelmstev, texto n. 37]; enfim, somente ela pode dar à experimentação seu pleno poder de desmentido, apresentando-lhe um elenco de hipóteses tão sistemático que se encontra exposto inteiramente em cada uma delas.

Gostaríamos de poder dizer da sociologia o que Bachelard afirmava da física experimental: “Passou o tempo das hipóteses descosidas e móveis, assim como passou o tempo das experiências isoladas e curiosas. Daqui em diante, a hipótese é síntese”¹⁵. De fato, a verificação pontilhista que submete a experimentações parciais uma série descontínua de hipóteses parcelares só pode receber da experiência desmentidos sem grandes consequências. Basta pensar, por exemplo, como é super-

¹⁴ Como o poder das prenoções, quer sejam populares ou eruditas, tem a ver com o caráter sistemático da inteligibilidade que elas propiciam, é inútil esperar refutá-las, caso por caso. Historicamente, têm sido sempre as teorias sistemáticas que conseguiram superar as ilusões em si mesmas sistemáticas, como é demonstrado, a propósito das ciências físicas, por T.S. Kuhn (“The Function of Dogma in Scientific Research”. In: CROMBIE, A.C. [org.]. *Scientific Change*. Op. cit., p. 347s.) e por N.R. Hanson (*Patterns of Discovery*. Cambridge: Cambridge University Press, 1965).

¹⁵ BACHELARD, G. *Le nouvel esprit scientifique*. 8. ed. Paris: PUF, 1963, p. 6 [N.T.: Cf. BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 93 – Col. “Os Pensadores”. Trad. de Remberto Francisco Kuhnen].

ficial a análise dos resultados de uma pesquisa que considera o quadro estatístico como unidade de interpretação: ao deixar de formular a questão da articulação das proposições colocadas em evidência em cada quadro ou nessa série de quadros arrastando cada um, atrás de si, o comentário apropriado que o duplica, o pesquisador evita expor todo o elenco sistemático de proposições ao desmentido que poderia lhe opor cada um dos quadros. Nada é mais adequado para preservar a boa consciência positivista do que o procedimento que consiste em passar de uma observação para outra, com a única ideia de que poderá surgir uma ideia já que a prova do desmentido global a que era submetido, por exemplo, um modelo teórico é constantemente repellido e já que os fatos considerados isoladamente nada têm a opor à interrogação descontínua e incoativa desses estados crepusculares da consciência epistemológica nos quais se engendra o “até que nem é falso”. O rigor aparente das técnicas da prova só tem, nesse caso, a função de dissimular uma evasiva: ao fugir dos fatos para poder enfrentá-los isoladamente, o pesquisador consegue, como o jovem Horácio, uma vitória fácil sobre os mesmos.

Pelo contrário, quando a hipótese implica uma teoria sistemática do real, a experimentação – que, nesse caso, deve ser chamada experimentação teórica – pode exercer sistematicamente seu pleno poder de desmentido. Como observava Duhem, “uma experiência nunca pode condenar uma hipótese isolada, mas somente um conjunto teórico”¹⁶. Por oposição a uma série descontínua de hipóteses *ad hoc*, um sistema de hipóteses recebe seu valor epistemológico da coerência que o torna plenamente vulnerável: por um lado, um só fato pode colocá-lo todo em questão e, por outro, construído mediante uma ruptura com as aparências fenomenais, ele não consegue receber a confirmação imediata e fácil que seria fornecida pelos fatos avaliados segundo seu valor facial ou pelos documentos tomados à letra. Com efeito, ao decidir correr o risco de perder tudo a fim de ganhar tudo, o cientista coloca, a todo o momento, à prova dos fatos que ele interroga, tudo o que está implicado em sua interrogação dos fatos. Se é verdade que, em sua forma mais acabada, as proposições científicas são conquistadas contra as aparências fenomenais e pressupõem o ato teórico que tem como função, segundo a expressão de Kant, “soletrar os fenômenos para poder lê-los como experiências”, segue-se que elas só conseguem encontrar sua prova na coerência total do sistema completo dos

¹⁶ DUHEM, P. *La physique théorique*. Op. cit., p. 278.

fatos criados pelas – e não para as – hipóteses teóricas que devem ser validadas. Semelhante método de prova, no qual a coerência do sistema construído com fatos inteligíveis é, por si só, sua própria prova, ao mesmo tempo que é o princípio da virtude probatória das provas parciais que o positivista manipula de forma desordenada, pressupõe evidentemente a decisão sistemática de interrogar os fatos sobre as relações que os constituem como sistema. Assim, quando Erwin Panofsky apresenta como um “elemento de prova” o inter se disputando do Álbum de Villard de Honnecourt, não ignora que essa inscrição não responde a uma questão de fato – por exemplo, a da influência direta dos escolásticos sobre os arquitetos – como seria o desejo do historiógrafo positivista para quem a interrogação é um simples questionário ao qual a realidade responderia questão após questão, por um sim ou por um não; na verdade, esse pequeno fato tira sua força probatória de suas relações com outros fatos que, sendo eles próprios insignificantes enquanto forem considerados independentemente das relações que o sistema de hipóteses instaura entre eles, só adquirem todo o seu valor como termos organizados de uma série: “Quer se trate de fenômenos históricos ou naturais, a observação particular não apresenta o caráter de um “fato” a não ser quando pode estar associada a outras observações análogas, de tal modo que o conjunto da série “adquira sentido”; nesse caso, o “sentido” pode ser legitimamente utilizado, como controle, para interpretar uma nova observação particular no interior da mesma ordem de fenômenos. Se, todavia, essa nova observação particular recusar, sem admitir qualquer discussão, ser interpretada em conformidade com o sentido da série e se ficar provado que não há erro possível, o “sentido” da série deverá ser reformulado de maneira a incluir a nova observação”¹⁷ [E. Wind, texto n. 38]. Trata-se do mesmo movimento circular que realiza o sociólogo preocupado em não impor ao dado seus próprios pressupostos quando, na apuração de uma pesquisa, decifra a partir do conjunto das respostas ao questionário o sentido de cada uma das perguntas pelas quais suscitou e construiu tais respostas, embora reformulando o sentido do conjunto em função do que fica sabendo por cada uma delas. Aliás, essa era a linguagem que Duhem utilizava para descrever a lógica do progresso da ciência física, “quadro simbólico que vai ganhando cada vez maior amplitude e unidade por meio de contínuos retoques [...], enquanto cada detalhe do conjunto, dividido e isolado

¹⁷ PANOFSKY, E. “Iconography and Iconology”. *Meaning in the Visual Arts*. Nova York: Doubleday, 1955, p. 35.

do todo, perde toda significação e não representa mais nada” e no qual um olhar ingênuo não poderá ver mais do que “uma monstruosa salada de petições de princípio e círculos viciosos”¹⁸.

A prova pela coerência do sistema das provas leva forçosamente ao *círculo metódico* no qual seria fácil demais denunciar um círculo vicioso: ao reinterpretar essa lógica da prova por referência a uma definição analítica da verificação, o positivismo não pode ver nessa construção sistemática dos fatos mais do que o resultado da manipulação dos dados inspirada pelo espírito de sistema. É essa mesma cegueira que leva alguns a perceber, na análise estrutural de um mito, a projeção das categorias de pensamento do pesquisador ou, até mesmo, o protocolo de um teste projetivo, e um efeito da opinião preconcebida na decisão metódica de interpretar cada uma das relações estatísticas estabelecidas por uma análise multivariada em função do sistema de relações entre as relações a partir do qual cada relação adquire sua significação. A força probatória de uma relação empiricamente constatada não depende somente da força da ligação estatística: a probabilidade composta da hipótese submetida à prova depende do sistema completo das proposições já estabelecidas (quer se trate de relações estatísticas ou de regularidades de tipo completamente diferente), isto é, dessas “concatenações de provas”, segundo a expressão de Reichenbach, que “podem ser mais fortes do que seu elo mais fraco e, até mesmo, que seu elo mais forte”¹⁹, porque a validade de tal sistema de provas é avaliada não só pela simplicidade e coerência dos princípios utilizados, mas ainda pela amplitude e diversidade dos fatos levados em consideração, e, enfim, pela multiplicidade das consequências imprevistas a que ele conduz [C. Darwin, texto n. 39].

3.3. Os pares epistemológicos

Bachelard demonstra que as filosofias das ciências da natureza se distribuem, naturalmente, à maneira de um espectro no qual o idealismo e o realismo constituem os dois extremos, tendo como ponto central o “racionalismo aplicado”, o único capaz de restituir completamente a verdade da prática científica ao associar intimamente os “valores da coerência” com a “fidelidade ao real”: “é, portanto,

¹⁸ DUHEM, P. *La théorie physique*. Op. cit., p. 311.

¹⁹ KAPLAN, A. *The Conduct of inquiry*. Op. cit., p. 245 [N.T.: Cf. KAPLAN, A. *A conduta na pesquisa*. Op. cit.].

efetivamente na encruzilhada dos caminhos, entre o realismo e o racionalismo, que o epistemólogo deve se posicionar. É aí que ele pode apreender o novo dinamismo dessas filosofias contrárias, o duplo movimento pelo qual a ciência simplifica o real e complica a razão” [G. Bachelard, texto n. 40; G. Canguilhem, texto n. 41].

Às formas fictícias ou fecundas do diálogo entre filosofias simétricas que Bachelard descreve a propósito da física seria fácil de fazer corresponder as filosofias implícitas das ciências do homem que, organizadas também em pares de posições epistemológicas, servem-se tanto mais facilmente de álibi e instituem um diálogo tanto mais estéril, embora veemente, que estão mais afastadas da “posição central”, isto é, da prática científica na qual se instaura a dialética mais tensa entre razão e experiência. Ver-se-ia, então, que as tomadas de posição que se opõem nas polêmicas científicas de maior repercussão são, na realidade, complementares: o debate com o adversário dispensa, com efeito, a instauração na prática científica da discussão com ele, isto é, consigo mesmo. É assim que a retórica acadêmica ou profética da filosofia social pode ver na multiplicação rápida e desordenada das monografias e pesquisas parciais, com todas as renúncias que elas implicam, a justificação de suas ambições planetárias e de seu desdém pela prova, enquanto o hiperempirismo cego encontra uma justificação *a contrario* na denúncia das sínteses vazias da ideologia. Da mesma forma, o positivismo poderá servir-se da condenação ritual do intuicionismo para se abandonar ao automatismo das técnicas, e até mesmo, paradoxalmente, à intuição, enquanto o intuicionismo poderá encontrar na secura e pontilhismo das pesquisas burocráticas do positivismo o álibi de suas variações literárias mais impressionistas sobre totalidades indefinidas com contornos indecisos²⁰ [É. Durkheim, texto n. 42].

Apesar das aparências, a ligação entre os termos desses pares é tão forte que não é raro que os pesquisadores mais firmemente aferrados a uma dessas posições polares denunciem, em sua nostalgia ou *lapsus*, epistemologicamente significativos, que as escolhas epistemológicas, boas ou más, conscientes ou inconscientes, formam sistema, de tal modo que a autonomização de uma das operações da prática científica leva forçosamente a recorrer ao substituto, inconsciente ou ver-

²⁰ G. Politzer colocava já em evidência as relações de complementaridade e cumplicidade que uniam, na psicologia experimental anterior à guerra, o recurso tecnomaniaco aos métodos de laboratório e a fidelidade a um tradicionalismo teórico. Esse ciclo infernal da introspecção e do experimentalismo mantém analogias com o par formado, em sociologia, pela fidelidade às intuições da sociologia espontânea e pelo recurso à magia terrificante de um simbolismo mal-compreendido.

gonhoso, das operações recusadas. Assim, na medida em que limita o controle de sua prática ao controle técnico dos instrumentos, o positivismo persegue o intuícionismo nas fases da pesquisa que se prestam melhor ao requinte tecnológico, sem ver que, por se ter privado dos recursos da teoria, está condenado a tomar de empréstimo à sociologia espontânea, não só as noções que ele traduz por meio de índices sofisticados, mas também os conceitos nos quais armazena os resultados mais sutis de suas manipulações (liberalismo, conformismo, empatia, satisfação ou participação, etc.²¹). Pródigos em preceitos e fórmulas para a elaboração e administração do questionário, os manuais de metodologia abrem a porta, por vezes, à intuição mais arriscada, quando se trata de formular os princípios da concepção das hipóteses ou dos esquemas de interpretação dos resultados quantitativos. A oposição proclamada não deve ocultar a profunda solidariedade entre positivismo e intuícionismo que, extraindo muitas vezes na mesma fonte o fundamento de suas explicações e o princípio de suas hipóteses, divergem somente em suas técnicas de verificação: a leitura de certos clássicos da sociologia positivista bastaria para convencer que o intuícionismo é a verdade do positivismo pelo fato de que ele expõe o que este tende a dissimular sob a sofisticação tecnológica²². Por seu lado, o intuícionismo, que julga poder deixar de lado os procedimentos e desvios da análise científica e apreender diretamente as totalidades reais pela utilização dos modelos de pensamento tirados da sociologia popular ou semierudita, não ignora o gosto pelo “pequeno fato verdadeiro” e, por uma espécie de homenagem do vício à virtude, procura, por vezes, em uma caricatura da prova experimental, a prova de sua aptidão para fornecer provas.

²¹ É de forma muito geral que vemos as operações que constituem o objeto de uma exclusão de princípio se reintroduzirem, sem controle, no procedimento científico. Simiand mostrava que os economistas que entendem se limitar à dedução das propriedades formais de um modelo fazem apelo, às vezes – por exemplo, para escolherem entre várias eventualidades –, a uma observação, “consciente ou inconsciente”, de modo que “o recurso ao método experimental não é cercado, nesse caso, por nenhuma das precauções e garantias que são necessárias para fundamentar sua utilização criteriosa e convincente” (SIMIAND, F. “La méthode positive en science économique”. *Revue de Métaphysique et de Morale*, t. XVI, n. 6, 1908, p. 889-904).

²² Chega mesmo a acontecer que os adversários mais metódicos da intuição concedem a consagração suprema de um nome de batismo metodológico aos procedimentos mais arriscados do intuícionismo, por exemplo, o que leva Ruth Benedict a resumir um certo número de anotações impressionistas sobre o estilo global de uma cultura pelo “esquema apolíneo”: “Semelhante fórmula, capaz de resumir em um único conceito descritivo uma grande riqueza de observações particulares, pode ser chamada uma fórmula matriz (*matrix formula*). Essa definição abrange as noções de esquema fundamental de uma cultura (*basic pattern*), de tema, de *ethos*, de espírito do tempo, de caráter nacional e, no nível de um indivíduo, de tipo de personalidade” (BARTON, A.H. & LAZARSFELD, R.F. “Some Functions of Qualitative Analysis in Social Research”. Op. cit.).

Contra a epistemologia espontânea, na qual estão enraizados o positivismo e o intuicionismo e que confina toda a atividade intelectual na alternativa da audácia sem rigor ou do rigor sem audácia, o projeto propriamente científico se situa, de saída, em condições em que todo acréscimo de audácia nas ambições teóricas obriga a um acréscimo de rigor no estabelecimento de provas às quais deve se submeter. Portanto, nada condena a sociologia a oscilar – como acontece, atualmente, com tanta frequência – entre a “teoria social” sem fundamentos empíricos e a empiria sem orientação teórica, entre a temeridade sem riscos do intuicionismo e a minúcia sem exigências do positivismo. Nada, a não ser uma imagem mutilada, caricatural ou exaltada das ciências da natureza. Passada a mania pelos aspectos mais exteriores do método experimental ou pelos prodígios da ferramenta matemática, a sociologia poderá, sem dúvida, encontrar na superação em ato da oposição entre racionalismo e empirismo o meio de se superar, isto é, progredir, simultaneamente, no sentido da coerência teórica e da fidelidade ao real.



Conclusão

Sociologia do conhecimento e epistemologia

Todas as análises precedentes levam a recusar à sociologia um estatuto epistemológico de exceção. No entanto, pelo fato de que a fronteira entre os saberes comuns e a ciência é, em sociologia, mais imprecisa do que em outros campos, impõe-se, com uma urgência particular, a necessidade da ruptura epistemológica. Como o erro é indissociável das condições sociais que o tornam possível e, por vezes, inevitável, seria necessário confessar uma fé ingênua nas virtudes da pregação epistemológica para evitar interrogar-se sobre as condições sociais que tornariam possível ou, até mesmo, inevitável, a ruptura com a sociologia espontânea e a ideologia, e transformariam a vigilância epistemológica em uma instituição do campo sociológico.

Não é um acaso se Bachelard utiliza a linguagem do sociólogo para descrever a interpenetração do mundo erudito com seu público mundano que é a característica da física do século XVIII [G. Bachelard, texto n. 43]. O sociólogo da sociologia não teria dificuldade em encontrar o equivalente desses jogos da alta sociedade a que deram lugar, em outra época, os *curiosa* da física: a psicanálise, a etnologia e, até mesmo, a sociologia têm igualmente, no nosso tempo, seus “beijos elétricos”. É na sociologia do conhecimento sociológico que o sociólogo pode encontrar o instrumento que permite dar sua força plena e sua forma específica à crítica epistemológica, tratando-se mais de colocar em evidência os pressupostos inconscientes e as petições de princípio de uma tradição teórica, do que colocar em questão os princípios de uma teoria constituída.

Se, em sociologia, o empirismo ocupa, aqui e agora, o topo da hierarquia dos perigos epistemológicos, tal situação não se deve somente à natureza particular do objeto sociológico como sujeito que propõe a interpretação verbal de suas próprias condutas, mas também às condições históricas e sociais em que se realiza a prática sociológica. É necessário, portanto, evitar atribuir uma realidade trans-histórica à

estrutura do campo epistemológico como espectro de posições filosóficas opostas por pares, na medida em que, entre outras razões, as diferentes ciências surgidas, em datas e condições históricas e sociais diferentes, não percorrem, segundo uma ordem preestabelecida, as mesmas etapas da história da razão epistemológica.

Esboço de uma sociologia da tentação positivista em sociologia

Na sociologia francesa de nossos dias, a atração exercida pelo empirismo se deve, talvez, não tanto às seduções intrínsecas da filosofia limitada da prática científica ou ao lugar que ocuparia a sociologia em um esquema de evolução válido para todas as ciências, mas a um conjunto de condições sociais e intelectuais que, por sua vez, são indissociáveis de uma história original relacionada, em particular, com o desenvolvimento rápido, rotinização e declínio do durkheimismo no período entre as duas guerras: pelo fato de que, na França, a sociologia empírica tomou um novo ponto de partida após 1945, em um campo ideológico dominado pela filosofia e, mais precisamente, pela filosofia existencialista, ela foi levada a adotar, às cegas, o partido da mais empirista sociologia americana, mediante a negação, eletiva ou forçada, do passado teórico da sociologia europeia¹. A ilusão do começo absoluto e a utopia de uma prática que seria seu próprio fundamento epistemológico só conseguiram se impor, de forma tão considerável, à geração dos “anos 50”, em decorrência da situação particular em que esta se encontrava em relação à geração intelectual de 1939 que, ligada à tradição filosófica, mas desvinculada da prática empírica por um conjunto de condições históricas – sendo que a menos insignificante não foi a insuficiência dos suportes institucionais da pesquisa – foi obrigada a diferir, por causa da guerra, a tarefa de reconciliar a pesquisa empírica com a teoria. Para mostrar, contra o esquema evolucionista, o que o devir das diferentes ciências deve à estrutura do campo no qual elas coexistem, bastaria observar que, em vez de se beneficiar da vantagem que poderia constituir para ela o fato de ter sido a última a surgir, com a possibilidade de queimar as etapas evitando os erros de percurso de suas predecessoras e utilizando as referências deixadas por elas, a sociologia cai paradoxalmente, não só nos erros

¹ As polémicas sobre os pressupostos filosóficos das diferentes orientações da pesquisa sociológica não poderiam tomar o lugar da reflexão epistemológica e, muitas vezes, contribuem para dissimular a falta de tal reflexão: basta pensar, por exemplo, no caráter acadêmico ou mundano do debate sobre a ou as “filosofias do estruturalismo”. O leque das atitudes filosóficas propostas pela conjuntura intelectual aos sociólogos para explicarem sua prática não exprime a epistemologia que, realmente, o trabalho científico implica. No ecletismo filosófico da maior parte dos cientistas, Bachelard via uma maneira de recusar, em nome da “impureza filosófica” da ciência, a pureza abstrata de sistemas filosóficos em atraso em relação à ciência.

epistemológicos que as ciências da natureza já deixaram de cometer, mas também nos erros específicos que lhe são sugeridos pelo confronto permanente com a imagem esmagadora de ciências mais acabadas. Mais precisamente, poderíamos mostrar o que a relação mantida por cada sociólogo com a imagem da cientificidade de sua própria prática deve ao campo do conjunto no qual ele se realiza: uma ciência inquieta em obter seu reconhecimento científico é levada a se interrogar, incessantemente, sobre as condições de sua própria cientificidade e, nessa busca angustiante da *segurança*, a adotar com complacência os sinais mais vistosos e, muitas vezes, mais ingênuos da legitimidade científica. Não é um acaso se, como dizia Poincaré, as ciências da natureza falam de seus resultados, enquanto as ciências do homem falam de seus métodos. A mania metodológica ou o gosto precipitado pelos últimos requintes da análise componencial, da teoria dos grafos ou do cálculo matricial assumem a mesma função ostensiva do recurso às designações prestigiosas ou da adesão fascinada aos instrumentos mais bem-feitos, quer se trate do questionário ou do computador, para simbolizar a especificidade da profissão e sua qualidade científica.

Além disso, a divisão técnica do trabalho e a organização social da profissão implicam um certo número de obrigações capazes de orientar o pesquisador para automatismos burocráticos, sempre solidários com uma filosofia empirista da ciência. Algumas das características da produção sociológica americana, tais como a proliferação redundante de pequenas monografias empíricas ou a multiplicação dos “text-books” e das obras de divulgação devem, sem dúvida, alguma coisa às características da organização universitária americana constituída por administradores e pesquisadores especializados e na qual os mecanismos de concorrência submetem a carreira acadêmica à lei do mercado². A profissionalização da pesquisa

² A organização da vida universitária americana, que reserva um espaço considerável aos mecanismos da competição aberta, não detém, por si só, o poder exemplar de favorecer a pesquisa como é pressuposto, com toda a naturalidade, na França. Assim, na medida em que a sociologia deve responder a uma demanda extrínseca (patrocinadores, fundações, etc.) e na medida em que o julgamento sobre as obras publicadas – que é decisivo para o avanço na carreira – compete sobretudo aos gestores da pesquisa e não ao grupo dos pares, os critérios de apreciação da pesquisa científica alçados ao primeiro plano são extraídos de uma imagem pública das ciências da natureza e, no final de contas, não são mais apropriados à especificidade da pesquisa do que os critérios tradicionais em que se baseiam as carreiras universitárias no sistema francês: a pulverização da pesquisa em pequenas unidades fragmentárias e a multiplicação dos temas fictícios, ou o abandono cego aos quadros estatísticos e a corrida à publicação dão testemunho de que a organização burocrática da produção não é suficiente para garantir a qualidade do trabalho científico.

W. Mills mostrou o processo pelo qual se encontram interiorizadas em *ethos* burocrático as exigências institucionais das organizações de pesquisa, sendo que os critérios extrínsecos de apreciação que são exigidos pelo exercício burocraticamente controlado da sociologia levam a valorizar as delimitações estritas de competência e o interesse exclusivo por técnicas rotinizadas.

que está ligada à utilização de importantes créditos, à multiplicação do número de pesquisadores, portanto, ao aparecimento de grandes unidades de pesquisa, levou a uma divisão técnica do trabalho que deve sua especificidade à ideologia da autonomia das operações que ela engendrou. Assim, como já vimos, a divisão das operações da pesquisa que serve de paradigma – pelo menos inconsciente – à maior parte dos pesquisadores não passa da projeção no espaço epistemológico de um organismo burocrático³. As exigências peculiares à organização são reduplicadas pelas obrigações impostas pelos instrumentos técnicos: por exemplo, ao obrigar a conceber, de uma só vez e antecipadamente, o programa das operações de análise, a utilização dos computadores ameaça, salvo acréscimo de vigilância, desencorajar o vaivém incessante entre a hipótese e a verificação imposto pela apuração manual das pesquisas. Enfim, se acrescentarmos que a representação popular do autômato taumaturgo chega a se impor a numerosos pesquisadores, inclinados a se demitirem, em benefício da máquina, da responsabilidade das operações e que, por outro lado, os generais da pesquisa tendem a deixar aos soldados rasos o essencial da batalha, isto é, o contato com os fatos (e, entre outras coisas, com os entrevistados) para se reservarem as grandes decisões estratégicas, tais como a escolha da amostra, a redação do questionário ou do relatório, vê-se que tudo leva a favorecer a dicotomia entre o empirismo cego e a teoria sem controle, a magia formalista e o ritual dos atos subalternos da pesquisa.

O gosto pela façanha metodológica, encorajado pela relação ansiosa ao modelo das ciências exatas, deve, sem dúvida, suas características mais patológicas à dualidade das formações literárias e científicas e à falta de uma formação sociológica específica e completa: enquanto o instrumento estatístico não for destituído, por sua própria difusão, das funções de proteção que lhe cabiam no período das hesitações e do monopólio, numerosos pesquisadores têm feito de um instrumento que só foi adquirido tardiamente e de uma forma autodidata uma utilização terrorista que pressupõe o terror mal superado do neófito fascinado.

Assim, as oposições epistemológicas só ganharão todo o seu sentido quando forem relacionadas ao sistema de posições e oposições que se estabelecem

³ Cf. a apresentação enumerativa das fases da pesquisa tal como é feita pela maior parte dos manuais, por exemplo, CAMPBELL, A.A. & KATONA, G. "L'enquête sur échantillon: technique de recherches socio-psychologiques". In: FESTINGER, L. & KATZ, D. *Les méthodes de recherche dans les sciences sociales*. Paris: PUF, 1963, p. 51-53 [Trad. H. Lesage].

entre instituições, grupos ou bandos situados em diferentes espaços do campo intelectual. O conjunto das características que definem cada pesquisador, a saber, seu tipo de formação (científica ou literária, canônica ou eclética, acabada ou parcial, etc.), seu estatuto na universidade ou em relação à universidade, as instituições de que faz parte, suas afiliações de interesse e sua participação em grupos de pressão propriamente intelectuais (revistas científicas ou extracientíficas, comissões ou comitês, etc.), contribui para determinar suas possibilidades de vir a ocupar esta ou aquela posição, isto é, adotar estas ou aquelas oposições, no campo epistemológico. O pesquisador acaba sendo empirista, formalista, teórico ou nada disso, não tanto por vocação, mas por destino, na medida em que o sentido da própria prática chega a cada um sob a forma do sistema de possibilidades e impossibilidades que definem as condições sociais de sua prática intelectual. Vê-se que pode ser útil tratar, por decisão de método, as profissões de fé epistemológicas como se fossem ideologias profissionais que visam, em última análise, justificar não tanto a ciência, mas o pesquisador; não tanto a prática real, mas os limites impostos à prática pela posição e passado do pesquisador. Se as diferentes formas do erro epistemológico e da ideologia que as justifica devem sua força genérica à conjuntura teórica com suas dominantes e suas lacunas, ocorre que elas não estão distribuídas, por acaso, entre os sociólogos. O sistema de justificações ideológicas, que tendem a transformar as limitações de fato em limites de direito, poderia constituir o princípio das resistências à lucidez epistemológica. Se a sociologia que cada sociólogo pode fazer a partir das condições sociais de sua prática sociológica e de sua relação à sociologia não consegue tomar o lugar, por si só, de uma reflexão epistemológica, constitui a condição prévia da explicitação dos pressupostos inconscientes e, ao mesmo tempo, da interiorização mais completa de uma epistemologia mais acabada.

O enraizamento social do sociólogo

Entre os pressupostos que o sociólogo fica devendo ao fato de ser um sujeito social, o mais fundamental é, sem dúvida, o da falta de pressupostos que define o etnocentrismo; com efeito, ao se ignorar como sujeito culto de uma cultura particular e ao não subordinar toda a sua prática a um questionamento contínuo em relação a esse enraizamento, o sociólogo (mais do que o etnólogo) é vulnerável à ilusão da evidência imediata ou à tentação de universalizar, inconscientemente, uma

experiência singular⁴. No entanto, as advertências contra o etnocentrismo têm pouco peso se elas não forem, incessantemente, reavivadas e reinterpretadas pela vigilância epistemológica. Com efeito, é ainda a lógica do etnocentrismo que, no seio da mesma sociedade, rege as relações entre os grupos: o código utilizado pelo sociólogo para decifrar as condutas dos sujeitos sociais constituiu-se no decorrer de aprendizagens socialmente qualificadas e participa sempre do código cultural dos diferentes grupos de que faz parte. Entre todos os pressupostos culturais que o pesquisador corre o risco de aplicar em suas interpretações, o *ethos* de classe, princípio a partir do qual se organizou a aquisição dos outros modelos inconscientes, exerce uma ação da forma mais larvar e mais sistemática. Pelo fato de que as diferentes classes sociais tomam de empréstimo os princípios fundamentais de sua ideologia do funcionamento e do devir da sociedade a uma experiência originária do social em que, entre outras coisas, os determinismos acabam sendo comprovados de forma mais ou menos brutal, o sociólogo que não fizer a sociologia da relação à sociedade característica de sua classe social de origem correrá o risco de reintroduzir, em sua relação científica ao objeto, os pressupostos inconscientes de sua experiência primeira do social ou, mais sutilmente, as racionalizações que permitem a um intelectual reinterpretar sua experiência segundo uma lógica que deve sempre alguma coisa à posição que ele ocupa no campo intelectual. Se observarmos, por exemplo, que as classes populares exprimem, com mais naturalidade, uma experiência mais diretamente submetida aos determinismos econômicos e sociais na linguagem do destino, enquanto a evocação dos determinismos que pesam sobre as escolhas, na aparência, mais apropriadas para simbolizar a liberdade da pessoa, por exemplo, em matéria de preferências artísticas ou experiência religiosa, encontra a incredulidade revoltada das classes cultas, podemos alimentar nossas suspeitas em relação à neutralidade sociológica de tantos debates sobre os determinismos sociais e a liberdade humana.

No entanto, a vigilância epistemológica nunca conseguiu acabar com o etnocentrismo: a denúncia intelectual do etnocentrismo de classe pode servir de alibi ao etnocentrismo intelectual ou profissional. Como intelectual, o sociólogo faz parte, com efeito, de um grupo que é levado a admitir como evidentes os interesses, esquemas de pensamento, problemáticas, em suma, todo o sistema de pressupostos que está ligado à classe intelectual como grupo de referência privilegiado. Não é um acaso

⁴ Cf. a análise feita por C. Lévi-Strauss do evolucionismo como etnocentrismo erudito (*Race et Histoire*. Paris: Unesco, 1952, cap. III, p. 11-15).

se, ao denunciarem o desprezo que as classes cultas ou outros intelectuais votam à “cultura de massa”, certos intelectuais são levados a atribuir às classes populares uma relação a esse tipo de bens culturais que é simplesmente o deles ou – o que equivale ao mesmo – seu contrário. Se o etnocentrismo do intelectual é, particularmente, insidioso é porque a sociologia espontânea ou semierudita segregada pela classe intelectual e veiculada pelos hebdomadários, revistas ou conversações de intelectuais, é menos facilmente denunciada como pré-científica do que as formulações mais populares dos mesmos lugares-comuns e porque ameaça, por conseguinte, abastecer a pesquisa com prenoções não discutidas e com problemas obrigatórios: um meio tão fortemente integrado faz pesar sobre os que aí se realizam ou, talvez ainda mais, sobre os que, como os estudantes, aspiram a entrar nele, um sistema de exigências tanto mais eficazes na medida em que se apresentam como as regras implícitas de bom-tom e bom gosto. Para resistir às insinuações malévolas e às persuasões clandestinas de um *consensus* intelectual que se dissimula sob as aparências do *dissensus* e para “afastar resolutamente todas as prenoções” que não exercem a mesma influência sobre os intelectuais, consoante são ouvidas no café de Flore ou no “botequim da esquina”, não se deve ter medo de encorajar, contra uma representação ingênua da neutralidade ética como benevolência universal, a opinião preconcebida de lutar contra todos os preconceitos da moda e transformar o mau humor contra a atmosfera ambiente uma regra para orientar o espírito sociológico.

Cidadela erudita e vigilância epistemológica

Assim, a sociologia do conhecimento utilizada, muitas vezes, para relativizar a validade do saber e, mais precisamente, a sociologia da sociologia, na qual se pretendeu ver apenas a refutação pelo absurdo das pretensões absurdas do sociologismo, constituem instrumentos particularmente eficazes do controle epistemológico da prática sociológica. Se, para se refletir refletindo, cada sociólogo deve recorrer à sociologia do conhecimento sociológico, não pode esperar escapar à relativização por um esforço, necessariamente estéril, para se livrar completamente de todas as determinações que definem sua situação social e ter acesso ao núcleo social do verdadeiro conhecimento no qual Mannheim situava seus “intelectuais sem ligações nem raízes”. É necessário, portanto, revogar a esperança utópica de que cada um possa se liberar das ideologias que pesam sobre sua pesquisa unicamente pela virtude de uma reforma decisória de um entendimento socialmente condicionado

ou de uma “auto-sócio-análise” cuja única finalidade seria permitir a autossatisfação na e pela socioanálise dos outros. A objetividade da ciência não poderia estar baseada em um fundamento tão incerto quanto a objetividade dos cientistas. O saber da reflexão epistemológica só poderia se encarnar realmente na prática uma vez que fossem estabelecidas as condições sociais de um controle epistemológico, isto é, de uma troca generalizada de críticas construídas, entre outras coisas, a partir da sociologia das práticas sociológicas [M. Maget, texto n. 44].

Toda comunidade erudita é um microcosmo social, dotado de instituições de controle, de exigências e de formação, autoridades universitárias, júris, tribunas críticas, comissões, instâncias de cooptação, etc., que definem as normas da competência profissional e tendem a inculcar os valores que elas exprimem⁵. Assim, as possibilidades de produção de obras científicas não dependem somente da força da resistência que a comunidade científica é capaz de opor enquanto tal às demandas mais extrínsecas, quer se trate das expectativas do grande público intelectual, das pressões difusas ou explícitas dos utilizadores e comanditários ou solicitações das ideologias políticas ou religiosas, mas também do grau de conformidade às normas científicas que a organização própria da comunidade chega a manter. Os sociólogos da ciência que colocam exclusivamente a ênfase na inércia do mundo erudito como sociedade organizada limitam-se, muitas vezes, a transpor um dos lugares-comuns da hagiografia científica, o das adversidades do inventor: reduzindo um problema específico às generalidades sobre as resistências à inovação, deixam de distinguir os efeitos opostos que podem ser produzidos pelo controle da comunidade erudita em decorrência das exigências minuciosas de um tradicionalismo erudito que confinam a pesquisa na conformidade a uma tradição teórica, ou em decorrência da institucionalização de uma vigilância estimulante que favorece a ruptura contínua com todas as tradições⁶. Portanto, é necessário substituir a ques-

⁵ Como observa Duhem, da mesma forma que o conhecimento das relações experimentalmente estabelecidas, assim também a normatividade lógica não é suficiente para garantir as condições da renovação teórica: “A contemplação de um conjunto de leis não é suficiente para sugerir ao físico quais hipóteses ele deve escolher para dar dessas leis uma representação teórica; ainda é necessário que os pensamentos habituais das pessoas no meio das quais vive, que as tendências impressas em seu próprio espírito por seus estudos anteriores, venham guiá-lo e restringir a latitude grande demais que as regras da lógica deixam às suas tentativas” (DUHEM, *P. La théorie physique*. Op. cit., p. 388).

⁶ Encontrar-se-ia um exemplo desse gênero de análise que relaciona o misonetismo das comunidades eruditas a fatores tão genéricos quanto o corporativismo ou a inércia das organizações acadêmicas nos trabalhos de B. Barber (cf., por exemplo, “Resistance by Scientists to Scientific Discovery”. *Science*, vol. 34, n. 3479, 1º de set. de 1961, p. 596-602).

tão de saber se a sociologia é ou não uma ciência, e uma ciência como as outras, pela questão do tipo de organização e funcionamento da cidadela erudita mais favorável ao aparecimento e desenvolvimento de uma pesquisa submetida a controles estritamente científicos. A essa nova questão já não é possível responder em termos de tudo ou nada: em cada caso, é necessário analisar os múltiplos efeitos dos múltiplos fatores que contribuem para definir as possibilidades de aparecimento de uma produção mais ou menos científica e distinguir, com maior precisão, os fatores que contribuem para aumentar as possibilidades de cientificidade de uma comunidade científica no seu conjunto, assim como as possibilidades que cada cientista tem de se beneficiar de tais possibilidades em função da posição que ocupa no interior de tal comunidade⁷.

Será fácil admitir que tudo o que contribui para intensificar a troca de informações e críticas, romper com os compartimentos estanques epistemológicos mantidos pelo confinamento das instituições e reduzir os obstáculos levantados à comunicação em decorrência da hierarquia das notoriedades ou estatutos, da diversidade das formações e carreiras, da proliferação das capelas fechadas demais sobre si mesmas para entrarem em concorrência ou conflito declarado, contribui para aproximar a comunidade erudita – submetida à inércia das instituições que é obrigada a criar para existir como tal – da cidadela ideal dos cientistas em que, afinal de contas, poderiam se instaurar todas as comunicações científicas, e unicamente estas, exigidas pela ciência e seu progresso. Pode-se avaliar o quanto a comunidade dos sociólogos permanece afastada dessa situação ideal: inúmeras polêmicas denunciam oposições cujo princípio consiste, na maior parte das vezes, em afiliações externas e não tanto na expressão de divergências relativas ao reconhecimento dos mesmos valores científicos. Além disso, a eficácia científica

⁷ Para mostrar o quanto as possibilidades individuais de descobertas dependem das possibilidades associadas à coletividade a que pertence o cientista, basta mencionar os fenômenos tão conhecidos quanto as invenções prematuras ou simultâneas. Sabe-se que um certo número de descobertas não foram reconhecidas como tais a não ser retrospectivamente, por referência a um quadro teórico que não existia no momento de seu aparecimento. A frequência das descobertas simultâneas só pode ser explicada com a condição de situar de novo a invenção em relação a um estado da teoria, isto é, entre outras coisas, a um estado da comunidade científica e de suas técnicas de controle e de comunicação em determinado momento do tempo. T.S. Kuhn mostra a propósito do princípio da conservação da energia que a convergência das descobertas só apareceu *a posteriori*, quando determinados elementos dispersos foram integrados em e por uma teoria científica que, ao ser unanimemente reconhecida, aparece, por uma quase ilusão retrospectiva, como o coroamento necessário de invenções convergentes (KUHN, T.S. "Energy Conservation as an Example of Simultaneous Discovery". *Critical Problems in the History of Science*. M. Clagett [org.], Madison: University of Wisconsin Press, 1959, p. 321-356).

da crítica depende da forma e estrutura das trocas pelas quais ela se realiza: tudo leva a considerar que a troca generalizada de críticas em que, como no sistema de trocas matrimoniais com o mesmo nome, A criticaria B que criticaria C que, por sua vez, criticaria A, constitui um modelo mais favorável a uma integração orgânica do meio científico do que, por exemplo, o clube de admiração mútua como troca restrita de serviços ou, o que não é de modo algum mais válido, a troca de polêmicas rituais pelas quais os adversários cúmplices consolidam mutuamente os respectivos estatutos. Com efeito, enquanto a troca restrita se acomoda com a comunhão nos pressupostos implícitos, a troca generalizada obriga a multiplicar e diversificar os tipos de comunicação e, por conseguinte, favorece a explicitação dos postulados epistemológicos. Além disso, como mostra Michael Polanyi, tal “rede contínua de crítica” garante a conformidade de todos às normas comuns da cientificidade ao instituir, pela “transitividade dos julgamentos feitos a respeito dos vizinhos imediatos”, o controle de cada um sobre alguns (a saber, os que ele pode e deve julgar como especialista) e por alguns (a saber, os que podem e devem julgá-lo como especialistas) [M. Polanyi, texto n. 45]. Ao confrontar, continuamente, cada cientista com uma explicitação crítica de suas operações científicas e dos pressupostos que implicam, e ao obrigá-lo, por esse motivo, a fazer dessa explicitação o acompanhamento obrigatório de sua prática e da comunicação de suas descobertas, esse “sistema de controles cruzados” tende a constituir e reforçar, incessantemente, em cada um a aptidão para a vigilância epistemológica⁸.

Os efeitos da colaboração interdisciplinar, frequentemente apresentada como uma panaceia científica, também não poderiam ser dissociados das características sociais e intelectuais da comunidade erudita. Da mesma forma que os contatos entre sociedades de tradições diferentes constituem uma das ocasiões em que os pressupostos inconscientes são, de alguma forma, provocados a se tornarem explícitos, assim também as discussões entre especialistas de disciplinas diferentes podem constituir a melhor medida do tradicionalismo de um corpo de cientistas, isto é, do grau em que este exclui inconscientemente da discussão costumeira os pressupostos que tornam possível tal discussão. Os encontros interdisciplinares que, no caso das ciências humanas, dão lugar quase sempre a simples trocas de “dados”, ou, o que equivale ao mesmo, de questões não resolvidas, fazem pensar

⁸ Encontrar-se-á uma análise da função do controle social na cidadela erudita em BACHELARD, G. *La formation de l'esprit scientifique*. Op. cit., p. 241-244.

no tipo arcaico de transações em que dois grupos fornecem produtos um ao outro, sem serem obrigados a se encontrarem⁹.

O mesmo é dizer que a comunidade científica deve adotar formas de sociabilidade específicas e que temos o direito de ver, com Durkheim, um sintoma de sua heteronomia no fato de que – pelo menos na França e ainda hoje – ela submete-se, muitas vezes, às complacências da mundanidade intelectual: “Cremos, escrevia Durkheim no final de *As regras do método sociológico*, que chegou para a sociologia o momento de renunciar aos sucessos, por assim dizer, mundanos, e assumir o caráter esotérico que convém a todas as ciências. Ganhará, assim, em dignidade e autoridade, o que, talvez, venha a perder em popularidade”¹⁰.

⁹ Para sentir profundamente tudo o que a linguagem em que um grupo de especialistas exprime suas problemáticas deve à tradição, em grande parte inconsciente, da disciplina, basta pensar nos mal-entendidos que intervêm no diálogo entre especialistas, inclusive, de disciplinas vizinhas: ver, como acontece muitas vezes, na diversidade das linguagens, o princípio de todas as dificuldades da comunicação entre disciplinas é deixar de descobrir que os interlocutores se confinam em sua linguagem porque os sistemas de expressão são, ao mesmo tempo, os esquemas de percepção e de pensamento que fazem existir os objetos a propósito dos quais vale a pena falar.

¹⁰ DURKHEIM, E. *Les règles de la méthode sociologique*. Op. cit., p. 144 [N.T.: Cf. DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Op. cit., p. 127].

Textos de
ilustração



Nota sobre a escolha dos textos

A decisão de extrair a ilustração dos princípios da ciência sociológica de autores que estão completamente separados em outras áreas, correndo o risco de parecer forçar os textos tirando-os de seu contexto, baseou-se na convicção de que é possível definir os princípios do conhecimento do social, independentemente, das teorias do social que separam as escolas e as tradições teóricas. Por outro lado, recorreremos, muitas vezes, a textos relacionados com as ciências da natureza para colmatar as lacunas da reflexão propriamente epistemológica dedicada à sociologia, porque nossa intenção é aplicar, mutatis mutandis, as análises clássicas da filosofia das ciências à sociologia que é ou gostaria de ser uma ciência como as outras. Enfim, escolhemos um grande número de textos sociológicos na obra dos fundadores da sociologia e, em particular, na Escola Durkheimiana, porque o reconhecimento desatento que, hoje em dia, é manifestado em relação à metodologia de Durkheim parece-nos propício a neutralizar, com maior eficácia, o saber epistemológico do que seria conseguido com uma recusa deliberada; e porque, mais profundamente, a situação de começo é a mais favorável à explicitação dos princípios que tornam possível um novo tipo de discurso científico.

Preâmbulo

Texto 1

Sobre uma epistemologia concordatária

É necessário situar explicitamente o pensamento de Bachelard em relação à tradição da filosofia do conhecimento e da teoria das ciências, e, em particular, em relação ao realismo de Meyerson e ao idealismo de Brunschvicg, para percebermos a significação sintética da filosofia do não, que integra e supera o saber da reflexão anterior, constituindo a epistemologia como reflexão sobre a ciência em vias de se fazer. Colocando-se no centro epistemológico das oscilações, características de todo pensamento científico, entre o poder de retificação próprio da experiência e o poder de ruptura e criação peculiar à razão, Bachelard pode definir como racionalismo aplicado e materialismo racional a filosofia que se atualiza na “ação polêmica incessante da Razão”. Essa epistemologia não só recusa o formalismo e o fixismo de uma Razão una e indivisível, em benefício do pluralismo dos racionalismos ligados aos campos científicos que eles racionalizam, mas também, apresentando como axioma primeiro o “primado teórico do erro”, define o progresso do conhecimento como retificação incessante: portanto, ela está predisposta a fornecer uma linguagem e assistência teórica às ciências sociais que, para constituir seu racionalismo regional, devem superar obstáculos epistemológicos, particularmente, temíveis.

1. G. Canguilhem

[...] Em seu livro *La dialectique de la durée*, Bachelard declara aceitar quase todo o bergsonismo, exceto a continuidade¹. Essa profissão de fé parece-nos ser mais sincera no que recusa do que no que retém. Resolutamente hostil à ideia de continuidade, mas bastante moderadamente bergsoniano, Bachelard não admite que a percepção e a ciência sejam funções pragmáticas em continuidade. Mas, aqui, é a continuidade que lhe desagrada mais ainda do que o pragmatismo porque também não admite, com Émile Meyerson, que percepção e ciência sejam funções especulativas em continuidade de esforço para a identificação do diferente².

¹ Cf. p. 16.

² *Le rationalisme appliqué*, p. 176-177.

Encontra-se, com toda a certeza, mais próximo de uma posição que poderíamos dizer, com precaução, cartesiana – ao pensarmos na distinção entre entendimento e imaginação – posição comum, sob certos aspectos, a Alain e Léon Brunschvicg, segundo a qual a ciência se constitui a partir da ruptura com a percepção e como crítica desta. No entanto, está mais próximo de Brunschvicg do que de Alain no seguinte aspecto: sentindo-se obrigado a aceitar e celebrar, como o primeiro, a subordinação da razão à ciência, a instrução da razão pela ciência³, Bachelard acaba por se afastar dessa posição colocando a ênfase na forma polêmica, no aspecto dialético do superamento constitutivo do saber, no qual Léon Brunschvicg via sobretudo o efeito do progresso contínuo, de correção, sem dúvida, mas que, no final de contas, não exige da inteligência a não ser uma tomada de consciência de sua própria norma, uma “capacidade para se transformar pela própria atenção que presta a si mesma”⁴. [...]

Situar a posição epistemológica de Bachelard pela relação que mantém com algumas outras não irá desviar-nos do essencial que é levar a apreender aos que não viveram o acontecimento que foi, precisamente, o aparecimento, em 1927, na esfera da filosofia francesa, de um estilo insólito por ser nada mundano, de um estilo, ao mesmo tempo, compacto, franco e sutil, amadurecido no trabalho solitário, longe das modas e modelos universitários ou acadêmicos, de um estilo filosófico rural. Ora, o primeiro imperativo desse estilo é denunciar as coisas como as vemos ou as conhecemos, sem nos preocuparmos em proceder à sua comprovação pela utilização da atenuação, da concessão, das fórmulas “se quisermos” e “a rigor”. O emprego da fórmula “a rigor” cede imediatamente a todo rigor e é, nesse aspecto, que Bachelard não quer ceder. É a razão pela qual, ao afirmar que “a ciência não é o pleonasma da experiência”⁵, que ela se faz contra a experiência, contra a percepção, contra toda atividade técnica usual, Bachelard – plenamente consciente de que está colocando desse modo a ciência em estranha situação – preocupa-se muito pouco em saber se os hábitos intelectuais de seus contemporâneos lhes permitirão aceitar suas teses. A ciência torna-se uma operação especificamente intelectual que tem uma história, mas não origens. É a Gênese do Real, mas sua própria gênese não poderia ser narrada. Pode ser descrita como recomeço, mas nunca apreendida em seus balbuciantos.

³ *La philosophie du non*, p. 144.

⁴ *Les ages de l'intelligence*, p. 147.

⁵ *Le rationalisme appliqué*, p. 38.

Não é a frutificação de um pré-saber. A arqueologia da ciência é um empreendimento que tem sentido, enquanto a pré-história da ciência é um absurdo.

Não é para simplificar essa epistemologia, mas para confirmar com maior segurança sua coerência, que pretendemos tentar extrair dela um corpo de axiomas, cuja duplicação em código de normas intelectuais revela-nos que sua natureza não é a de evidências imediatamente claras, mas a de instruções laboriosamente coletadas e comprovadas. [...]

O primeiro axioma é relativo ao *Primado teórico do erro*. “A verdade não adquire seu pleno sentido a não ser ao termo de uma polêmica. Não poderia haver uma verdade primeira. Apenas existem erros primeiros”⁶. Notemos, de passagem, o estilo pitagórico e cartesiano da forma gramatical. Verdade primeira está no singular, enquanto erros primeiros, no plural. De forma mais lapidar, o mesmo axioma enuncia-se da seguinte maneira: “Uma verdade a partir de um fundo de erro, tal é a forma do pensamento científico”⁷.

O segundo axioma é relativo à *Depreciação especulativa da intuição*. “As intuições são muito úteis: servem para ser destruídas”⁸. Esse axioma é convertido em norma de confirmação, segundo duas fórmulas. “Em todas as circunstâncias, o *imediato* deve ceder o lugar ao *construído*”⁹. “Qualquer dado deve ser encontrado como um resultado”¹⁰.

O terceiro axioma é relativo à *Posição do objeto como perspectiva das ideias*¹¹. “Compreendemos o real na medida em que a necessidade o organiza... Nosso pensamento chega ao real, mas não parte dele”¹².

Convém insistir sobre o alcance desses três axiomas. Em primeiro lugar, em certo sentido, trata-se de uma banalidade dizer que a ciência expulsa o erro, toma o lugar da ignorância. No entanto, também muitas vezes, filósofos ou cientistas conceberam o erro como um acidente lamentável, uma inabilidade que poderia ter sido evitada com um pouco menos de precipitação ou com mais prevenção, enquanto a ignorância é considerada como uma privação do saber correspondente. Ainda ninguém tinha dito com a insistente certeza de Bachelard que, antes de

⁶ “Idéalisme discursif”. *Recherches philosophiques*, 1934-1935, p. 22.

⁷ *Le rationalisme appliqué*, p. 48.

⁸ *La philosophie du non*, p. 139.

⁹ *Ibid.*, p. 144.

¹⁰ *Le matérialisme rationnel*, p. 57.

¹¹ Essa expressão encontra-se em *Essai sur la connaissance approchée*, p. 246.

¹² *La valeur inductive de la relativité*, p. 240-241.

tudo, a mente é em si mesma pura potência de erro, que o erro tem uma função positiva na gênese do saber e que a ignorância não é uma espécie de lacuna ou ausência, mas tem a estrutura e a vitalidade do instinto¹³. Da mesma forma, a tomada de consciência do caráter necessariamente hipotético-dedutivo de qualquer ciência tinha levado os filósofos, desde o final do século XIX, a suspeitar como insuficiente a noção de princípios intuitivos, evidências, dados ou dons, sensíveis ou intelectuais. Mas ainda ninguém tinha dedicado tanta energia e obstinação como Bachelard para afirmar que a ciência se faz contra o imediato, contra as sensações¹⁴, que “a evidência primeira não é uma verdade fundamental”¹⁵, que o fenômeno imediato não é o fenômeno importante¹⁶. A malevolência crítica não é uma penosa necessidade da qual o cientista pudesse desejar ver-se dispensado porque ela não é uma consequência da ciência, mas sua essência. A ruptura com o passado dos conceitos, a polêmica, a dialética, é tudo o que encontramos no termo da análise dos meios do saber. Sem exageros, mas não sem paradoxo, Bachelard situa na recusa a mola propulsora do conhecimento. Mas sobretudo ninguém como ele tinha tido paciência, engenhosidade, cultura para multiplicar os exemplos invocados para apoiar esta tese: o modelo desse gênero de exercício parece-nos residir na passagem em que o exemplo do atomismo é chamado a testemunhar o fato de que o benefício do conhecimento depende unicamente do que a correção de um conceito “suprime”¹⁷ de uma intuição ou imagem inicial. “O átomo é exatamente *a soma das críticas* a que é submetida sua imagem primeira”¹⁸. E ainda: “O esquema do átomo proposto por Bohr, um quarto de século atrás, agiu nesse sentido como uma imagem correta, mas não resta mais nada”¹⁹. No entanto, em uma obra em que ele se mostrava menos severo em relação ao esquema de Bohr, Bachelard tinha denunciado o “caráter ilusório de nossas intuições primeiras”²⁰. Para um filósofo que afirma que “o real nunca é o

¹³ *La philosophie du non*, p. 8; *La formation de l'esprit scientifique*, p. 15.

¹⁴ *La formation de l'esprit scientifique*, p. 250.

¹⁵ *La psychanalyse du feu*, p. 9.

¹⁶ *Les intuitions atomistiques*, p. 160.

¹⁷ *La philosophie du non*, p. 139.

¹⁸ *Ibid.*, p. 139.

¹⁹ *Ibid.*, p. 140.

²⁰ *Les intuitions atomistiques*, p. 193.

que se poderia crer, mas é sempre o que se deveria ter pensado”²¹, o verdadeiro só pode ser o “limite das ilusões perdidas”²².

Não é, portanto, surpreendente que nenhum realismo e, em particular, o realismo empírico, seja aceito por Bachelard como teoria do conhecimento. Antes e fora da ciência, não há real. A ciência não capta nem captura o real, mas indica a direção e a organização intelectual, segundo as quais “é possível ter a segurança de nos aproximarmos do real”²³. Não sendo catálogos de sensações, os conceitos científicos também não são as réplicas mentais de essências. “A essência é uma função da relação”²⁴. Tendo justificado, desde sua obra *Essai sur la connaissance approchée*²⁵, a subordinação do conceito ao julgamento, Bachelard retoma e consolida essa posição, no momento de seu exame da física relativista. O julgamento de inerência aparece como um caso singular do julgamento de relação, o atributo como uma função das modas, o ser coincidindo com as relações. “É a relação que diz, prova, engloba tudo”²⁶. É no caminho do verdadeiro que o pensamento encontra o real. Na ordem dos julgamentos de modalidade, “deve-se colocar... o assertórico bem depois do apodítico”²⁷. Desde então, pouco importa a Bachelard a etiqueta que os amadores de classificações escolares ou os censores de ideologias heterodoxas procuram colar sobre o que não é seu sistema, mas somente sua linha de pensamento. Se é considerado idealista quando aborda a ciência pela via régia da física matemática, ele responde: *Idealismo discursivo*, isto é, laborioso em sua dialética e nunca triunfante sem vicissitudes. Se é considerado materialista quando penetra no laboratório do químico, ele responde: *Materialismo racional*, isto é, instruído e não ingênuo, operante e não dócil, em suma, materialismo que não recebe sua matéria, mas a apresenta a si mesmo, que “pensa e trabalha a partir de um mundo recomeçado”²⁸.

²¹ *La formation de l'esprit scientifique*, p. 13.

²² “Idéalisme discursif”. Op. cit.

²³ *La valeur inductive de la relativité*, p. 203.

²⁴ *Ibid.*, p. 208.

²⁵ Cap. II, *La rectification des concepts*.

²⁶ *La valeur inductive de la relativité*, p. 270.

²⁷ *Ibid.*, p. 245.

²⁸ *Le matérialisme rationnel*, p. 22.

É porque a realidade do mundo tem de ser reformulada continuamente sob a responsabilidade da razão. E a razão nunca deixa de ser desrazoável para tentar tornar-se cada vez mais racional. Se a razão se limitasse a ser razoável, acabaria, um dia, por se contentar com seu sucesso, por dizer sim a seu ativo. Mas diz sempre não e não. Como explicar esse poder de negação perpetuamente relançado? Em uma admirável fórmula, Bachelard afirmou um dia que “temos o poder de despertar as fontes”²⁹. Ora, encontra-se no próprio âmago do homem uma fonte que nunca estanca, que nunca tem de ser despertada e é a própria fonte do que, há muito tempo, tem sido objeto das homenagens da filosofia no sono do corpo e da mente, a fonte dos sonhos, imagens, ilusões. É a permanência desse poder originário, literalmente poético, que obriga a razão em seu esforço permanente de negação, crítica, redução. A dialética racional, a ingratitude essencial da razão pelos seus sucessivos êxitos não fazem mais do que designar a presença, na consciência, de uma força infatigável de diversão do real, de uma força que acompanha sempre o pensamento científico não como uma sombra, mas como uma contraluz. [...]

É necessário, portanto, que a mente seja visão para que a razão seja revisão, que a mente seja poética para que a razão seja analítica em sua técnica, e o racionalismo, psicanalítico em sua intenção. Temos ficado, por vezes, surpreendidos por ver colocado sob a alçada da psicanálise um empreendimento filosófico aparentemente tão conforme à atitude constante do racionalismo. Mas é porque se trata de uma coisa completamente diferente da vocação otimista da filosofia das luzes ou do positivismo. Não se trata de acreditar que se é ou de considerar-se racionalista. “Racionalista? afirma Bachelard, procuramos vir a sê-lo”³⁰. E dá sua explicação: “Houve quem se surpreendesse pelo fato de que um filósofo racionalista tivesse prestado uma tão demorada atenção a ilusões e erros, e tivesse necessidade, incessantemente, de representar os valores racionais e as imagens claras como correções de dados falsos”³¹. Mas é porque, contrariamente ao que teriam acreditado os racionalistas dos séculos XVIII e XIX, o erro não é uma fraqueza, mas uma força, o devaneio não é fumaça, mas fogo. Como o fogo, ele volta a se manifestar incessantemente.

²⁹ *Essai sur la connaissance approchée*, p. 290.

³⁰ *Ibid.*, p. 10.

³¹ *Ibid.*, p. 9.

“Consagraremos uma parte de nossos esforços para demonstrar que o devaneio volta a manifestar, incessantemente, os temas primitivos, trabalha sem tréguas como uma alma primitiva, a despeito dos sucessos do pensamento elaborado, contra a própria instrução das experiências científicas”³².

Podíamos esperar a redução definitiva das imagens sensíveis por obra da razão insensível, enquanto não suspeitamos até que ponto a imaginação sensualista pode ter a vivacidade profunda e renascente da sensualidade. [...]

Os sentidos, em todos os sentidos do termo, fabulam. Basta reler a esse propósito e a propósito das primeiras pesquisas sobre a eletricidade as reflexões de nosso filósofo sobre o caráter sensual do conhecimento concreto³³ e sua conclusão relativa à imutabilidade dos valores inconscientes³⁴. Portanto, não é assim tão simples ser racionalista, como julgaram os homens do *Aufklärung*. O racionalismo é uma filosofia custosa, uma filosofia que nunca acaba pela seguinte razão: trata-se de “uma filosofia que não teve começo”³⁵.

Ao descrever as sutilezas dialéticas da razão como réplica à superabundância de obstáculos epistemológicos, Bachelard conseguiu o que tantos outros epistemólogos tinham falhado: compreender a anticiência. Em suma, Émile Meyerson conseguia livrar-se, com facilidade, das dificuldades levantadas à inteligência filosófica pela resistência que a experiência qualificada e o universo dos seres vivos opõem ao esforço racional para a identidade do real. Ao designar por “irracional” esse núcleo rebelde, Meyerson procurava depreciá-lo; no entanto, ao justificar tal “sacrifício”, reconhecia-lhe, implicitamente, algum valor que não hesitava chamar também realidade. Mas duas realidades é demais! De fato, a epistemologia meyerssoniana mantinha-se à base do maniqueísmo, por ser incapaz de distinguir entre o negativo e o nada. Tal é a sorte inevitável de qualquer epistemologia que leva para a própria filosofia os valores peculiares da ciência e que considera a anticiência como desqualificada absolutamente porque desqualificada pela e para a ciência. Embora diferentemente ligado à ciência e à poesia, à razão e à imaginação, Bachelard não tem nada de maniqueísta. Decidiu assumir o papel e o risco de um

³² *La psychanalyse du feu*, p. 14.

³³ *Le rationalisme appliqué*, p. 141.

³⁴ *Ibid.*, nota de rodapé.

³⁵ *Le rationalisme appliqué*, p. 123.

“filósofo concordatário”³⁶. Quando revela os arquétipos latentes da imaginação imagética, fomentando para a razão, isto é, contra ela, os obstáculos à ciência que são os objetos da ciência, as objeções à ciência, Bachelard não se torna o advogado do diabo, mas sabe que é cúmplice do Criador. Com ele, de novo, após Bergson, a criação contínua muda de sentido. Não é somente sua epistemologia que é não cartesiana³⁷, mas também, antes de tudo, sua ontologia. A criação contínua não é a garantia da identidade do Ser ou do seu hábito, mas de sua ingenuidade, de sua renovação. “Os instantes são distintos porque são fecundos”³⁸.

Georges Canguilhem

Sur une épistémologie concordataire

Texto 2

Os três graus da vigilância

A vigilância do primeiro grau, como expectativa do esperado, ou, até mesmo, como atenção ao inesperado, continua sendo uma atitude do espírito empirista. A vigilância do segundo grau pressupõe a explicitação dos métodos e a vigilância metódica indispensável à aplicação metódica dos mesmos; é a esse nível que se instaura o controle mútuo do racionalismo e do empirismo pelo exercício de um racionalismo aplicado que é a condição da explicitação das relações adequadas entre a teoria e a experiência. É com a vigilância do terceiro grau que aparece a interrogação propriamente epistemológica, a única capaz de romper com o “caráter absoluto do método” como sistema das “censuras da Razão” e com os falsos absolutos da cultura tradicional que ainda possam estar em ação na vigilância do segundo grau. A liberdade, tanto em relação à cultura tradicional, quanto à história empírica das ciências, proporcionada por essa “crítica aguda” conduz a um “pragmatismo sobrenaturalizante” que procura, em uma história refeita dos métodos e teorias, um meio de superar os métodos e as teorias. Vê-se que a sociologia do conhecimento e da cultura, e, em particular, a sociologia do ensino das ciências, é um instrumento quase indispensável da vigilância do terceiro grau.

³⁶ *L'activité rationnaliste de la physique contemporaine*, p. 56.

³⁷ *Le nouvel esprit scientifique*, p. 135.

³⁸ *L'intuition de l'instant*, p. 112.

2. G. Bachelard

Pode-se, então, definir um recanto particular do superego que poderia ser chamado o *superego intelectual*. [...]

A função de vigilância de si assume, nos esforços da cultura científica, formas compostas bastante apropriadas para nos mostrar a ação psíquica da racionalidade. Ao estudá-la mais de perto, teremos uma nova prova do caráter especificamente secundário do racionalismo. Não se está verdadeiramente instalado na filosofia do racional a não ser quando se compreende que se compreende, quando é possível denunciar, com toda a certeza, os erros e aparências de compreensão. Para que uma vigilância de si tenha toda a garantia, é necessário que, de algum modo, ela mesma esteja sob vigilância. Nesse caso, começam a ter existência determinadas formas de *vigilância de vigilância* que, por abreviação, designaremos pela notação exponencial: (vigilância)². Daremos, inclusive, os elementos de uma vigilância de vigilância de vigilância – dito por outras palavras (vigilância)³. Nesse problema da disciplina do espírito, é até muito fácil apreender o sentido de uma psicologia exponencial e apreciar como esta pode contribuir para colocar em ordem elementos dinâmicos da convicção experimental e da convicção teórica. O encadeamento dos fatos psicológicos obedece a causalidades bastante diversas, segundo o plano de sua organização. Tal encadeamento não pode se expor no tempo contínuo da vida. A explicação de encadeamentos tão diversos tem necessidade de hierarquia que não funciona sem uma psicanálise do inútil, do inerte, do supérfluo, do inoperante. [...]

Um físico mantém sob vigilância sua técnica no plano da vigilância de seus pensamentos. Tem constantemente necessidade de uma *confiança* no funcionamento *normal* de seus aparelhos. Sem cessar, renova um diploma de bom aperfeiçoamento. O mesmo ocorre com os aparelhos exclusivamente psíquicos do pensamento correto.

No entanto, depois de termos sugerido a complicação do problema da vigilância para um pensamento preciso, vejamos como se institui a vigilância de vigilância.

Sob sua forma mais simples, a vigilância intelectual é a expectativa de um fato *definido*, a localização de um acontecimento *caracterizado*. Não se exerce vigilância sobre qualquer coisa. A vigilância refere-se a um objeto mais ou menos bem designado, mas que, pelo menos, se beneficia de um tipo de designação. Nada de novo para um sujeito vigilante. A fenomenologia da novidade pura no objeto não poderia eliminar a fenomenologia da *surpresa* no sujeito. A vigilância é, portanto, consciência

de um sujeito que tem um objeto – e consciência tão clara que o sujeito e seu objeto se manifestam, ao mesmo tempo, com maior precisão, acasalando-se de forma tanto mais compacta quanto o racionalismo do sujeito prepara mais exatamente a técnica de vigilância do objeto examinado. A consciência da expectativa de um acontecimento bem definido deve-se duplicar dialeticamente de uma consciência da disponibilidade do espírito de modo que a vigilância de um acontecimento bem designado é, de fato, uma espécie de ritmo-análise da atenção central e da atenção periférica. Por mais prevenida e vigilante que seja, a vigilância simples é, basicamente, uma atitude do espírito empirista. Nessa perspectiva, um fato é um fato, nada mais que um fato. A tomada de consciência respeita a contingência dos fatos.

A função de vigilância de vigilância só pode aparecer depois de “um discurso sobre o método”, quando a conduta ou o pensamento encontraram, valorizaram métodos. Então, o respeito pelo método, assim valorizado, obriga a atitudes de vigilância que devem ser mantidas por uma vigilância especial. A vigilância estando assim sob vigilância é, ao mesmo tempo, consciência de uma forma e consciência de uma informação. O racionalismo aplicado aparece com esse “par”. Com efeito, trata-se de apreender *fatos formados*, fatos que atualizam os *princípios de informação*.

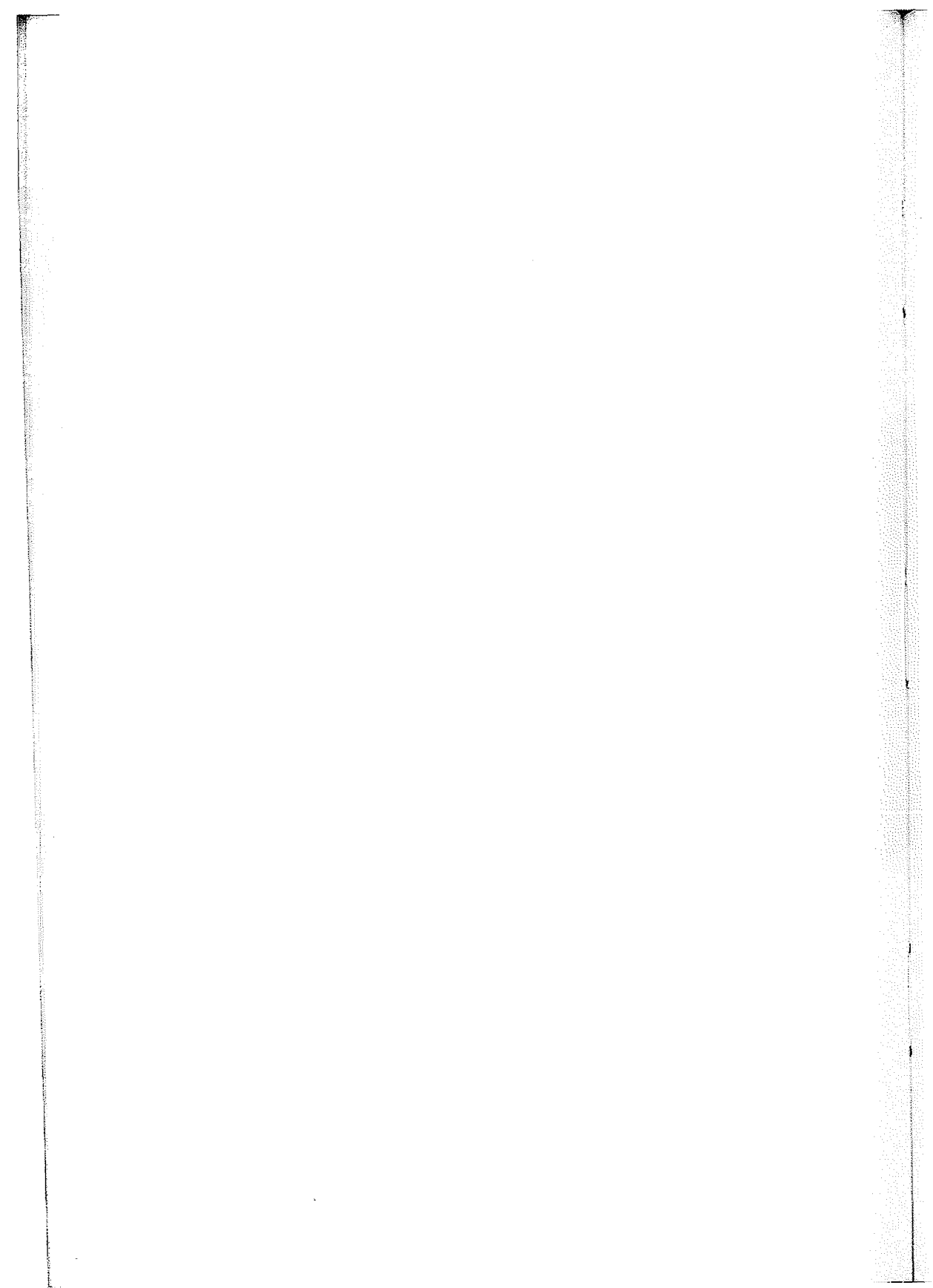
Aliás, podemos nessa ocasião verificar quão numerosos são os documentos que um ensino do pensamento científico traz para uma psicologia exponencial. A educação do pensamento científico ganharia em explicitar essa vigilância da vigilância que é a nítida consciência da aplicação rigorosa de um método. No caso, o método bem designado desempenha o papel de um superego bem psicanalisado no sentido em que os erros aparecem em uma atmosfera serena; além de não serem dolorosos, são sobretudo educativos. É necessário que sejam cometidos para que a vigilância de vigilância esteja prevenida, para que ela se instrua. A psicanálise do conhecimento objetivo e do conhecimento racional opera nesse plano, esclarecendo as relações da teoria com a experiência, da forma com a matéria, do rigoroso com o aproximativo, do certo com o provável – todas essas dialéticas exigem *censuras especiais* para que não passemos, sem precauções, de um termo para o outro. Haverá, muitas vezes, oportunidade de romper os bloqueios filosóficos; de fato, um grande número de filosofias se apresentam com a pretensão de impor um superego à cultura científica. Há quem, vangloriando-se de realismo, positivismo, racionalismo, se desembaraça, por vezes, da censura que deve garantir os limites e as relações do racional com o experimental. Apoiar-se constantemente em uma filosofia como

em um absoluto é realizar uma censura cuja legalidade nem sempre foi estudada. Ao funcionar nos dois extremos do empirismo e do racionalismo, a vigilância de vigilância é, sob vários aspectos, uma psicanálise mútua das duas filosofias. As censuras do racionalismo e da experiência científica são correlatas.

Em que circunstâncias será possível ver aparecer a vigilância)³? Com toda a evidência, quando for exercida vigilância não somente sobre a aplicação do método, mas sobre o próprio método. A (vigilância)³ exigirá que o *método* seja colocado à prova; exigirá que as certezas racionais sejam submetidas à experiência ou que os fenômenos devidamente constatados sejam atingidos por uma crise de interpretação. Nesse caso, o superego ativo exerce, em todos os sentidos, uma crítica aguda. Acusa não apenas o ego de cultura, mas as formas antecedentes do superego de cultura; em primeiro lugar, é claro, a crítica incide sobre a cultura fornecida pelo ensino tradicional; em seguida, sobre a cultura constituída pela razão, sobre a própria história da racionalização dos conhecimentos. De forma mais condensada, pode-se dizer que a atividade da (vigilância)³ declara-se absolutamente livre em relação a toda historicidade da cultura. A história do pensamento científico cessa de ser uma avenida necessária, não passa de uma ginástica de principiante que deve nos fornecer exemplos de emergências intelectuais. Mesmo quando parece assumir a sequência de uma evolução histórica, a cultura sob vigilância que levamos em consideração refaz, por recorrência, uma história bem ordenada que não corresponde, de modo algum, à história efetiva. Nessa história refeita, tudo é valor. O (superego)³ encontra condensações mais rápidas do que os exemplos diluídos no tempo histórico. Pensa a história sabendo perfeitamente como seria doloroso revivê-la.

Será necessário observar que a (vigilância)³ apreende as relações entre a forma e o fim? Que ela destrói o absoluto do método? Que ela julga o método como um momento do progresso do método? No plano da (vigilância)³ nada de pragmatismo fragmentado. É necessário que o método dê provas de uma finalidade racional que nada tem a ver com uma utilidade efêmera. Ou, pelo menos, é necessário vislumbrar uma espécie de pragmatismo sobrenaturalizante, um pragmatismo designado como um exercício espiritual analógico, um pragmatismo que procure motivos de superação, transcendência, e questione se as regras da razão não são em si mesmas censuras a serem infringidas.

Gaston Bachelard
O racionalismo aplicado



Introdução

Epistemologia e metodologia

Texto 3

Epistemologia e lógica reconstruída

Os sociólogos da ciência observam que a relação entre o cientista e sua prática, pelo menos tal como ele a reconstrói quando a relata ou descreve, é quase sempre mediatizada por representações sociais inspiradas em filosofias, muitas vezes, bastante afastadas da realidade do ato científico. No caso das ciências sociais, a reinterpretação dos atos da pesquisa opera-se, na maior parte das vezes, em conformidade com os cânones da metodologia como lógica reconstruída, muito afastada da “lógica-em-ato” que é aplicada pelo procedimento real da invenção.

Se a reconstrução do procedimento é um dos meios de controlar o rigor lógico de uma pesquisa, pode ter consequências contrárias quando se apresenta como o reflexo do procedimento real. Por isso, corre o risco de consagrar a dicotomia entre os procedimentos reais, submetidos à intuição e ao acaso, e o rigor ideal que é possível atualizar mais facilmente através dos exercícios formais ou das reiterações de pesquisas**. Desde então, lembrar a diferença entre a lógica em ato do procedimento científico e a lógica ideal das reconstruções post festum, não se trata de um encorajamento à abdicação do hiperempirismo ou à aventura do intuicionismo, mas fazer um apelo à vigilância epistemológica, mostrando que a invenção pode ter uma lógica própria, diferente da lógica da apresentação ou demonstração.*

3. A. Kaplan

Uma lógica reconstruída não poderia pretender representar, com fidelidade, os procedimentos reais do cientista, por duas razões. Em primeiro lugar, na medida em que a lógica procede a avaliações, mostra interesse, quase sempre, não tanto pelo

* Cf. supra, § 1.1, p. 23 e infra, J.H. Goldthorpe e D. Lockwood, texto n. 6, p. 124.

** Cf. supra, § 2.1, p. 48.

que o cientista consegue, mas pelo que não chega a realizar. No entanto, a formulação e o aperfeiçoamento das hipóteses científicas colocam em jogo operações que, afinal de contas, são coerentes e nada têm de ilógico ou extralógico. A crítica que formulo limita-se, portanto, ao seguinte: na reconstrução “hipotético-dedutiva”, os acontecimentos mais salientes do drama da ciência passam-se nos bastidores. Os processos em que se engendra realmente o conhecimento são, sem sombra de dúvida, determinantes para o empreendimento científico, até mesmo do estrito ponto de vista lógico. Ora, a reconstrução clássica coloca em cena o desfecho, mas deixa-nos na ignorância da intriga.

Em segundo lugar, uma lógica reconstruída não se apresenta como uma descrição, mas antes como uma idealização da prática científica. Nem mesmo o mais consumado cientista consegue exprimir seu procedimento de uma forma inteiramente e irrepreensivelmente lógica; e as mais belas pesquisas acabam denunciando, em determinados aspectos, seu caráter “humano demais”. A lógica-em-ato está envolvida na ganga de uma *a*-lógica-em-ato e, até mesmo, de uma ilógica-em-ato. A reconstrução idealiza a lógica da ciência porque nos mostra somente o que esta *deveria* ser, se fosse possível extrair dela atos reais e refiná-la até seu grau extremo de pureza.

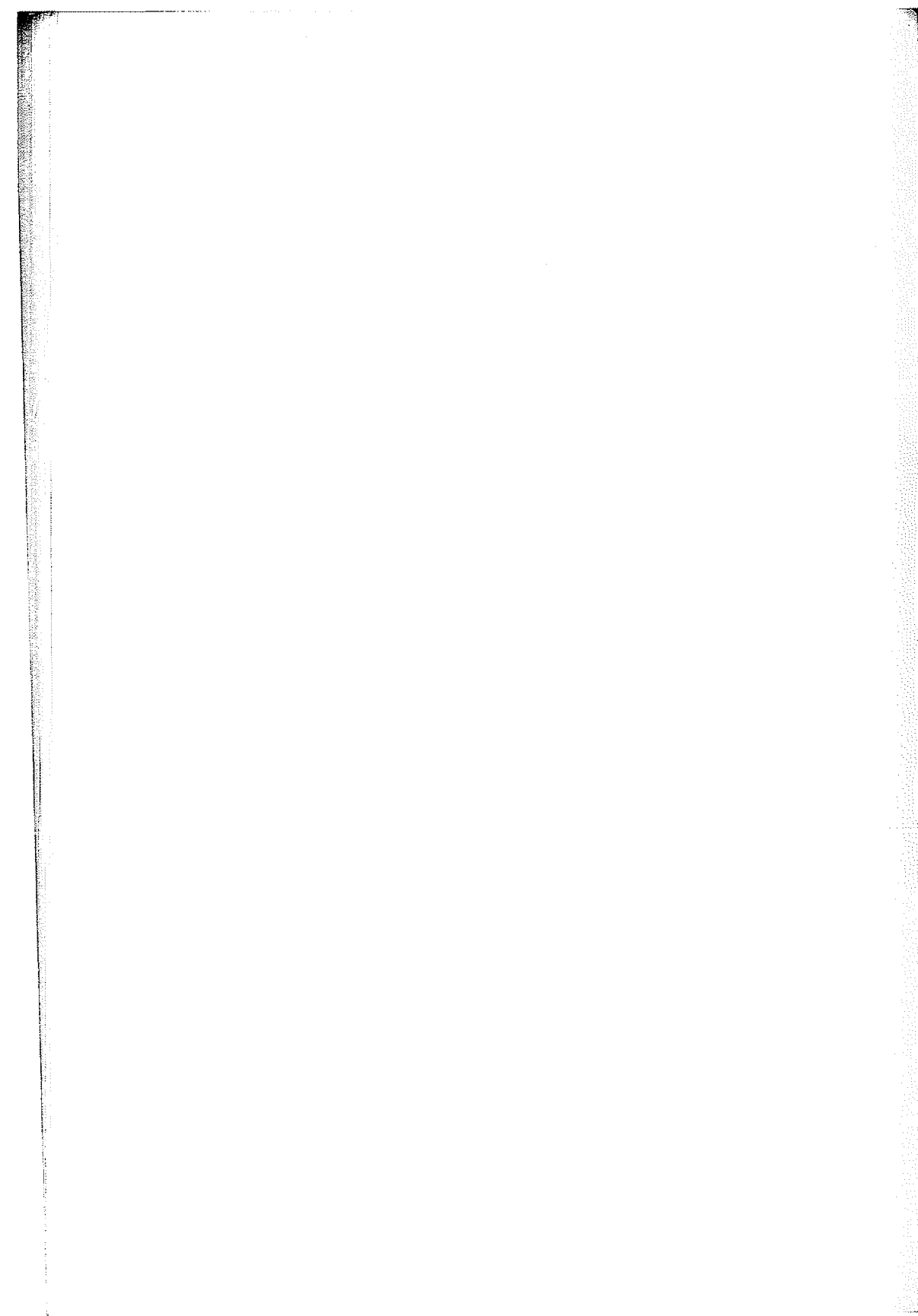
É, sem dúvida, legítimo defender assim a lógica reconstruída – mas apenas até certo ponto. Pode ocorrer que a idealização seja levada tão longe que só manifeste interesse pelo desenvolvimento da própria ciência lógica e não pela tarefa de compreender e julgar a prática científica real. Certas reconstruções foram tão idealizadas que, como observava Max Weber, não sem alguma amargura, “as disciplinas especializadas encontram, muitas vezes, dificuldades para se reconhecerem a olho nu”. Na pior das hipóteses, o lógico pode chegar a se absorver tanto na arte de refinar o poder e a beleza de seu instrumento que perde de vista o material que deveria utilizar. Na melhor, prende-se a um discutível platonismo, defendendo que a maneira adequada de analisar e compreender um fenômeno consiste em referi-lo a seu arquétipo, isto é, à sua forma pura, abstraída de qualquer aplicação concreta. Trata-se, é claro, de *um* procedimento possível, mas não tenho a certeza de que seja sempre o melhor.

O maior perigo que está associado à confusão da lógica-em-ato com uma lógica reconstruída, e, muito particularmente, com uma lógica altamente idealizada, reside no fato de que fica sutilmente comprometida a autonomia da ciência. O poder

normativo da lógica tem como efeito não necessariamente o aperfeiçoamento da lógica-em-ato; mas pode levá-la a se conformar estreitamente com as estipulações da lógica reconstruída. Já tem sido afirmado, frequentemente, que as ciências do homem deveriam cessar de se obstinar em imitar as ciências físicas. Creio que tal recomendação constitui um erro: é necessário conservar um preconceito favorável às operações de conhecimento que já deram provas de eficácia na busca da verdade. O que é importante, em meu parecer, é que as ciências do homem cessem de querer imitar a imagem das ciências físicas que certas reconstruções particulares pretendem impor.

Abraham Kaplan

*A conduta na pesquisa: Metodologia para
as ciências do comportamento*



A ruptura

1.1. PRENOÇÕES E TÉCNICAS DE RUPTURA

Texto 4

As prenoções como obstáculo epistemológico

A contestação das “verdades” do senso comum tornou-se um lugar-comum do discurso metodológico que corre o risco de perder, por esse motivo, toda a sua força crítica. Bachelard e Durkheim mostram que a contestação, ponto por ponto, dos preconceitos do senso comum não pode substituir o questionamento radical dos princípios em que este se apoia: “Diante do real, aquilo que cremos saber com clareza ofusca o que deveríamos saber. Quando o espírito se apresenta à cultura científica, nunca é jovem. Aliás, é bem velho porque tem a idade de seus preconceitos [...]. A opinião pensa mal; não pensa: traduz necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos pela utilidade, ela se impede de conhecê-los [...]. Não basta, por exemplo, corrigi-la em determinados pontos, mantendo, como uma espécie de moral provisória, um conhecimento vulgar provisório. O espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza”. As lentidões ou erros do conhecimento sociológico não dependem somente de causas extrínsecas, tais como a complexidade e a fugacidade dos fenômenos considerados, mas das funções sociais das prenoções que criam obstáculos à ciência sociológica: as opiniões primeiras devem sua força não só ao fato de que se apresentam como uma tentativa de explicação*

* BACHELARD, G. *La formation de l'esprit scientifique*. Op. cit., p. 14 [N.T.: Cf. BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Op. cit., p. 18].

sistemática, mas ainda ao fato de que as funções que desempenham constituem elas mesmas um sistema.

4. É. Durkheim

No momento em que uma nova ordem de fenômenos se torna objeto de ciência, estes já se encontram representados no espírito, não apenas por meio de imagens sensíveis, mas também por determinados conceitos formados de forma grosseira. Antes de construir os primeiros rudimentos da física e da química, os homens já tinham formulado noções a respeito dos fenômenos físico-químicos que superavam a percepção pura; tais são, por exemplo, as noções que encontramos misturadas a todas as religiões. Isso ocorre porque, com efeito, a reflexão é anterior à ciência que se limita a utilizá-la de forma mais metódica. O homem não pode viver entre as coisas sem formular ideias a respeito delas e acaba regulando sua conduta de acordo com as mesmas. [...]

Com efeito, tais noções ou conceitos, seja lá qual for o nome que lhes queiramos dar, não são os substitutos legítimos para as coisas. Como produtos da experiência vulgar, têm por objeto, antes de tudo, harmonizar nossas ações com o mundo que nos rodeia; são formados pela prática e para a prática. Ora, uma representação, embora teoricamente falsa, pode estar em condições de desempenhar, de forma útil, esse papel. Há muitos séculos atrás, Copérnico dissipou as ilusões de nossos sentidos a respeito dos movimentos dos astros; e, no entanto, é ainda de acordo com tais ilusões que, habitualmente, regulamos a distribuição do tempo. Para que uma ideia suscite adequadamente os movimentos exigidos pela natureza de uma coisa, não é necessário que ela seja a expressão fiel de tal natureza; basta que nos faça sentir que a coisa tem algo de útil ou desvantajoso, por meio do qual pode ser posta a nosso serviço ou pode nos contrariar. E mais ainda: as noções assim formadas não apresentam essa justeza prática a não ser de forma aproximada e, somente, na generalidade dos casos. Quantas vezes não se mostram tão perigosas quanto inadequadas! Não é, portanto, elaborando-as, seja lá de que maneira for, que chegaremos a descobrir as leis da realidade. Pelo contrário, constituem como um véu que se interpõe entre as coisas e nós, acabando por dissimulá-las a nós tanto mais quanto mais transparente julgamos ser tal véu. [...]

As noções que acabamos de citar são as *notiones vulgares* ou *praenotiones*, consideradas [por Bacon] como a base de todas as ciências nas quais tomam o lugar dos

fatos. São os *ídola*, espécie de fantasmas que desfiguram o verdadeiro aspecto das coisas e que, no entanto, consideramos como sendo as próprias coisas. E é porque esse meio imaginário não oferece nenhuma resistência ao espírito que este, não se sentindo constrangido por nada, abandona-se a ambições ilimitadas e acredita possível construir ou, melhor, reconstruir o mundo unicamente com as próprias forças e ao sabor de seus desejos.

Se isso ocorreu com as ciências naturais, com maior razão deveria acontecer o mesmo com a sociologia. Os homens não esperaram o advento da ciência social para formularem ideias a respeito do direito, da moral, da família, do Estado, da própria sociedade; com efeito, não poderiam viver sem elas. Ora, é sobretudo na sociologia que tais prenoções, para retomar a expressão de Bacon, estão em condições de dominar os espíritos e tomar o lugar das coisas. Efetivamente, as coisas sociais apenas se realizam através dos homens; são um produto da atividade humana. Portanto, parece que são apenas a realização de ideias, inatas ou não, que trazemos em nós, e sua aplicação às diversas circunstâncias que acompanham as relações dos homens entre si. [...]

O que dá pleno crédito a essa maneira de ver é o seguinte: como os detalhes da vida social transbordam da consciência por todos os lados, esta não consegue ter deles uma percepção bastante forte para sentir-lhes a realidade. Não estando ligados a nós por laços suficientemente sólidos ou suficientemente próximos, criam facilmente em nós a impressão de não estarem seguros a nada e flutuarem no vazio, de constituírem matéria meio irreal e indefinidamente plástica. Eis a razão pela qual tantos pensadores não viram nos ordenamentos sociais senão combinações artificiais e mais ou menos arbitrárias. Mas se os detalhes, se as formas concretas e particulares nos escapam, conseguimos conceber, pelo menos de forma global e aproximada, os aspectos mais gerais da vida coletiva; ora, são precisamente tais representações esquemáticas e sumárias que constituem essas prenoções de que nos servimos para o uso corrente da vida. Portanto, não podemos pensar em colocar em dúvida sua existência já que a percebemos ao mesmo tempo que a nossa. Não somente estão em nós, mas, constituindo um produto de experiências repetidas, ganham, pela repetição e hábito daí resultantes, uma espécie de ascendente e autoridade. Sentimos que nos oferecem resistência quando procuramos nos libertar delas. Ora, não podemos deixar de considerar como real o que se opõe a nós. Portanto, tudo contribui para levar-nos a vê-las como a verdadeira realidade social. [...]

Essas noções vulgares não se encontram somente nos fundamentos da ciência, mas também a cada instante na trama dos raciocínios. No estado atual de nossos conhecimentos, não sabemos, com certeza, o que é o Estado, a soberania, a liberdade política, a democracia, o socialismo, o comunismo, etc., o método estabeleceria a interdição do uso desses conceitos enquanto não estivessem cientificamente constituídos. E, no entanto, os termos que os exprimem aparecem, incessantemente, nas discussões dos sociólogos. São utilizados correntemente e com segurança, como se correspondessem a coisas bem conhecidas e definidas, no momento em que só despertam em nós noções confusas, misturas indistintas de impressões vagas, de preconceitos e de paixões. Zombamos, hoje, dos raciocínios originais elaborados pelos médicos da Idade Média a partir das noções de quente, frio, úmido, seco, etc., e não percebemos que continuamos a aplicar o mesmo método a ordens de fenômenos que não o aceitam em razão de sua extrema complexidade.

Nos ramos especiais da sociologia, esse caráter ideológico é ainda mais acentuado. [...]

Assim, todas as questões formuladas, habitualmente, pela ética, referem-se não a coisas, mas a ideias; o que se pretende saber é em que consiste a ideia do direito, a ideia da moral, e não qual é a natureza da moral e do direito, considerados em si mesmos. Os moralistas ainda não chegaram a essa concepção muito simples que, assim como nossa representação das coisas sensíveis, provém dessas mesmas coisas e as exprime com maior ou menor exatidão, também nossa representação da moral é oriunda do próprio espetáculo das regras que funcionam diante de nós e as figuras de forma esquemática; por conseguinte, são tais regras, e não a visão sumária que temos a seu respeito, que formam a matéria da ciência, da mesma forma que a física tem como objeto os corpos tais quais existem e não a ideia que o vulgo faz dos mesmos. Resulta daí que se toma como base da moral o que constitui seu cume, a saber, a maneira como ela se prolonga nas consciências individuais e nelas repercute. [...]

Devemos afastar sistematicamente todas as prenoções. Não é necessária uma demonstração especial dessa regra; resulta de tudo o que dissemos anteriormente. Constitui, aliás, a base de qualquer método científico. No fundo, a dúvida metódica de Descartes não passa de sua aplicação. Se, no momento em que ia fundar a ciência, Descartes adotou como lei duvidar de todas as ideias que tinha recebido, foi porque só pretendia utilizar conceitos cientificamente elaborados, isto é, construídos de

acordo com o método instituído por ele; todos os que fossem oriundos de outra origem deviam, portanto, ser rejeitados, pelo menos, provisoriamente. Já vimos que a teoria dos ídolos de Bacon tinha o mesmo sentido. Essas duas grandes doutrinas, tantas vezes colocadas em oposição uma à outra, concordam a respeito desse ponto essencial. Nesse caso, é necessário que, seja no momento em que determina o objeto de suas pesquisas, seja no decorrer de suas demonstrações, o sociólogo evite resolutamente a utilização de tais conceitos que se formaram fora da ciência e para fins que nada têm de científico. É necessário que se liberte dessas falsas evidências que dominam o espírito do vulgo, que sacuda de uma vez por todas o jugo dessas categorias empíricas que, muitas vezes, por efeito de hábitos muito arraigados, acabam por se tornar tirânicas. Ou, pelo menos, se porventura a necessidade o obrigar a recorrer às mesmas, que o faça tendo consciência de seu pouco valor, a fim de não levá-las a desempenhar, na doutrina, um papel de que não são dignas.

Émile Durkheim

As regras do método sociológico

Texto 5

A definição provisória como instrumento de ruptura

A exigência durkheimiana da definição prévia, tão frequentemente condenada como momento obrigatório do ritual da apresentação escolar, e que foi, recentemente, objeto de uma reabilitação “operacionalista” que também não lhe reconhece seus direitos, tem por função primeira afastar as prenoções, isto é, as pré-construções da sociologia espontânea, ao construir o sistema de relações que define o fato científico.

5. M. Mauss

Resta-nos determinar o método que mais convém ao nosso tema. Embora pensemos que não seja necessário agitar perpetuamente as questões de metodologia, parece-nos, no entanto, que há interesse em explicar aqui os procedimentos de definição, observação e análise que serão aplicados no decorrer deste trabalho. Assim, será possível fazer, mais facilmente, a crítica de cada uma de nossas tentativas e controlar os respectivos resultados.

A partir do momento em que a oração, parte integrante do ritual, é uma instituição social, o estudo tem uma matéria, um objeto, uma coisa a que pode e deve ater-se. Com efeito, se o ritual é, para os filósofos e teólogos, uma linguagem convencional pela qual se exprime, imperfeitamente, o jogo das imagens e dos sentimentos íntimos, para nós, torna-se a própria realidade. De fato, contém tudo o que há de ativo e vivo na oração: guarda em reserva todo o sentido que foi colocado nas palavras, contém em germe tudo o que daí poderá ser deduzido, mesmo por novas sínteses: as práticas e crenças sociais que se encontram aí condensadas estão carregadas com o passado e o presente, prenhes do futuro. Portanto, quando se estuda a oração por esse viés, ela deixa de ser algo inexprimível, inacessível. Torna-se uma realidade definida, um dado concreto, algo de preciso, resistente e fixo que se impõe ao observador.

Definição – O conhecimento que temos agora de que existe, em algum lugar, um sistema de fatos chamados orações, ainda se limita a uma apreensão confusa: não conhecemos sua amplitude, nem seus limites exatos. Será necessário, portanto, antes de tudo, transformarmos essa impressão imprecisa e flutuante em uma noção distinta. Eis o objeto da definição. Não se trata, é claro, de definir imediatamente a própria substância dos fatos. Tal definição só pode ocorrer no termo da ciência; a que vamos enunciar, no início, só pode ser provisória. Está destinada somente a encetar a pesquisa e determinar o objeto a ser estudado, sem antecipar os resultados do estudo. Trata-se de saber quais são os fatos que merecem ser chamados orações. No entanto, embora provisória, essa definição deverá ser estabelecida com todo o cuidado porque irá dominar toda a sequência do trabalho. Com efeito, facilita a pesquisa porque limita o campo da observação. Ao mesmo tempo, torna metódica a verificação das hipóteses. Graças a ela, escapamos à arbitrariedade, ficamos obrigado a considerar todos os fatos ligados à oração, e somente eles. A crítica pode, então, ser feita de acordo com regras bem determinadas. Para discutir uma proposição, é necessário fazer ver: que a definição era má e viciava toda a sequência do raciocínio ou que foi negligenciado tal fato que entrava na definição ou, enfim, que foram levados em consideração certos fatos que não tinham qualquer relação com a mesma.

Pelo contrário, quando a nomenclatura não está fixa, o autor passa insensivelmente de uma ordem de fatos para outra ou, então, a mesma ordem de fatos é denominada com diferentes nomes em diferentes autores. Os inconvenientes

que resultam da ausência de definições são, particularmente, sensíveis na ciência das religiões onde não houve grande preocupação em estabelecê-las. É assim que, depois de terem dito que a oração é desconhecida por esta ou aquela sociedade, certos etnólogos citam “cânticos religiosos” e inúmeros textos rituais que observaram em tais sociedades. Com uma definição prévia, evitaremos essas deploráveis flutuações e esses intermináveis debates entre autores que, a respeito do mesmo assunto, não falam das mesmas coisas.

Na medida em que essa definição vem no início da pesquisa, isto é, no momento em que os fatos só são conhecidos por fora, ela só pode ser enunciada a partir de sinais exteriores. Trata-se exclusivamente de delimitar o objeto do estudo e, por conseguinte, demarcar os respectivos contornos. Será necessário encontrar alguns caracteres aparentes, suficientemente sensíveis, que permitam reconhecer, quase à primeira vista, tudo o que é oração. Por outro lado, esses mesmos caracteres devem ser objetivos. Não devemos confiar em nossas impressões ou em nossas prenoções, nem nas impressões e prenoções dos meios observados. Não diremos que um ato religioso é uma oração porque o sentimos como tal, nem porque os fiéis desta ou daquela religião o nomeiam dessa forma. Do mesmo modo que o físico define o calor pela dilatação dos corpos e não pela impressão do quente, assim é nas próprias coisas que iremos procurar o caráter em função do qual a oração deve ser manifestada. Definir de acordo com impressões equivale a não definir absolutamente nada; com efeito, nada é mais móvel do que uma impressão: muda conforme os indivíduos; muda, em um indivíduo como em um povo, de acordo com o estado de espírito em que se encontram. Assim, em vez de constituir – arbitrariamente, admitamos, mas com a preocupação da lógica e o sentido do concreto – a noção científica da oração, procuramos fabricá-la com a ajuda de elementos tão inconsistentes quanto o sentimento dos indivíduos, vemos que acaba sendo manipulada por sentimentos contrários, em detrimento do trabalho. As coisas mais diferentes são chamadas orações, seja no decorrer do mesmo estudo, pelo seu autor, seja de acordo com os autores que dão ao termo sentidos diversos, seja de acordo com as civilizações estudadas. Desse modo, há quem venha a opor como contraditórios determinados fatos que pertencem ao mesmo gênero, ou a confundir fatos que devem ser distinguidos. Da mesma forma que a antiga física fazia do calor e do frio duas naturezas diferentes, assim também um idealista, ainda hoje, recusar-se-á a admitir que exista algum parentesco entre a oração e a grosseira encantação mágica.

O único meio de escapar de distinções, tão arbitrárias quanto certas confusões, é afastar, de uma vez para sempre, todas essas prenoções subjetivas para alcançar a própria instituição. Com essa condição, a definição inicial será um primeiro passo na pesquisa. [...]

Quando dizemos “a oração”, não pretendemos afirmar que exista, em algum lugar, uma entidade social merecedora desse nome e a respeito da qual poderíamos imediatamente especular. Uma instituição não é uma unidade indivisível, distinta dos fatos que a manifestam: ela não é mais do que seu sistema. Além de não existir “a religião” e só existirem religiões particulares, ainda assim cada uma delas não é outra coisa senão um conjunto mais ou menos organizado de crenças e práticas religiosas. Da mesma forma, o termo oração não é mais do que um substantivo pelo qual indicamos um conjunto de fenômenos, cada um dos quais é individualmente uma oração. Ocorre que todos têm em comum certos caracteres próprios que podem ser colocados em evidência por meio de uma abstração. Podemos, portanto, reuni-los sob o mesmo nome que designa todos e unicamente eles.

Se, para constituir tal noção, não estamos ligados, absolutamente, pelas ideias correntes, também não devemos perpetrar contra eles uma violência inútil. Não se trata, de modo algum, de empregar em um sentido inteiramente novo uma palavra utilizada por todo o mundo, mas colocar no lugar da concepção usual, que é confusa, uma outra mais clara e mais distinta. O físico não desfigurou o sentido do termo calor quando o definiu como sendo a dilatação. Da mesma forma, o sociólogo não irá desfigurar o sentido do termo oração quando vier a delimitar-lhe a amplitude e compreensão. Sua única finalidade é substituir impressões pessoais por um sinal objetivo que dissipe as anfibologias e confusões, e, evitando ao mesmo tempo os neologismos, fique precavido contra os trocadilhos.

Marcel Mauss

A oração

Texto 6

A análise lógica como auxiliar da vigilância epistemológica

A clarificação dos conceitos e a formulação das proposições e hipóteses sob uma forma tal que elas sejam suscetíveis de verificação experimental é uma das

condições fundamentais do rigor e um dos instrumentos mais eficazes da vigilância epistemológica. Determinados conceitos tirados da linguagem comum, tais como “conformismo” ou “aburguesamento”, exigem um exame muito particular destinado a explicitar os respectivos pressupostos, colocar à prova sua coerência e tornar evidentes as consequências das proposições que implicam. Com toda a certeza, seria esperar demais dos automatismos da abstração classificatória (cf. supra, 1.6, p. 38) ver no esquema formalizado proposto pelos autores um plano omnibus para a verificação experimental; pelo menos, a análise lógica que ele permite desenvolver mostra, em plena luz, as ambiguidades que se dissimulam sob a noção semierudita de “aburguesamento”.*

6. J.H. Goldthorpe e D. Lockwood

O enriquecimento da classe operária levou a afirmar que a estrutura da sociedade britânica está passando por transformações. Numerosos autores defendem que a classe operária ou, pelo menos, sua fração mais próspera, está em vias de perder a identidade e fundir-se na classe média. Dito por outras palavras, pretende-se que inúmeros trabalhadores braçais assalariados já não podem, do ponto de vista social, ser distinguidos dos membros dos outros grupos – por exemplo, empregados de escritório, artesãos qualificados ou técnicos subalternos – que, há pouco, tinham uma posição social superior à deles.

Observar-se-á que se trataria de uma transformação das estruturas sociais, muito mais rápida e de um alcance muito maior do que a que resultaria da evolução tendencial que afeta a distribuição dos empregos, a distribuição geral das remunerações e riquezas, ou os índices de mobilidade social de uma geração para outra: com efeito, afirma-se que, no espaço de uma vida, certos grupos numericamente importantes fazem a experiência, não só de um nítido aumento de seu nível de vida, mas também de uma transformação fundamental de seu modo de vida e posição na escala social relativamente a outros grupos sociais com os quais estão habitualmente em contato. Além das transformações econômicas, isso implica, portanto, determinadas transformações que afetam os valores, as atitudes e as aspirações, os modelos de conduta e a estrutura das relações que formam o tecido da vida social. [...]

* Encontrar-se-á outro exemplo desse tipo de análise em M. Jahoda. “Conformity and Independence”. *Human Relations*, abril de 1959, p. 99s.

As transformações tendenciais de longa duração, tratadas mais acima, foram todas, em determinado momento, invocadas como elementos de explicação das mudanças observadas na clientela dos partidos políticos; em particular, é claro, do enfraquecimento do eleitorado trabalhista, pelo menos, nos últimos dez anos. No entanto, é sobretudo a tese do *embourgeoisement*¹ da classe operária que foi investida de uma significação política quando, em 1959, esse partido perdeu as eleições, pela terceira vez consecutiva. Por exemplo, em seu estudo sobre essas eleições, Butler e Rose defenderam que os resultados “estabelecem claramente que não é possível negligenciar o deslize em direção aos conservadores, como se não houvesse aí mais do que uma mudança efêmera de direção do vento eleitoral. Certos fatores de longo prazo entram igualmente em jogo. O crescimento regular da prosperidade causou prejuízo às atitudes tradicionais da classe operária”.. Segundo a opinião desses autores, inúmeros trabalhadores braçais estão, pelo menos, “na soleira da classe média”. O mesmo tema foi retomado por “revisionistas” do partido trabalhista, como Crosland: “Embora o movimento que se esboça contra o Labour não tenha uma grande importância numérica, escreve ele, é necessário levá-lo a sério porque reflete manifestamente uma corrente de longo prazo. Além disso, parece ser determinado por certas transformações econômicas e sociais subjacentes que não só são irreversíveis, mas ainda não atingiram seu termo”. As forças de transformação “estão destruindo, pouco a pouco, as barreiras entre a classe operária e a burguesia”... e o apoio ao partido trabalhista está enfraquecendo em decorrência de uma crise de identificação social: “Certas pessoas que, objetivamente, seriam classificadas na classe operária, em razão da profissão e origem familiar, atingiram as remunerações, o modo de consumo e, por vezes, a psicologia da classe média”.

Aqui, nossa intenção não é determinar se, e em que medida, a corrente eleitoral antitrabalhista está realmente ligada a processos irreversíveis de mudança. No entanto, pensamos que tais interpretações do declínio do partido trabalhista não podem ser considerados, de modo algum, como decisivas. Em primeiro lugar, é possível invocar diversas outras razões para explicar o insucesso desse partido, sem recorrer à tese do aburguesamento dos operários. Em segundo lugar, antes que seja possível introduzir, com utilidade, essa tese e conferir-lhe uma função de explicação, deve-se tomar a seguinte precaução elementar: ter uma ideia clara do

¹ Em francês no texto: “aburguesamento” [N.T.].

que ela implica e também, naturalmente, colocar à prova seu valor ao confrontá-la com os fatos. Ora, no ponto em que as coisas estão, sem mesmo falar da prova dos fatos, ela ainda não satisfaz a exigência de clareza.

Do ponto de vista sociológico, a tese segundo a qual a fração melhor aquinhada dos trabalhadores braçais de um país é absorvida pela classe média implicaria essencialmente o seguinte:

a) Que esses trabalhadores e respectivas famílias consigam um nível de vida, em termos de remunerações e bens materiais, que os coloque em um plano de igualdade, pelo menos, com a camada inferior da classe média. Faz-se referência, nesse caso, a alguns dos aspectos especificamente econômicos da estratificação social.

b) Que esses mesmos trabalhadores consigam também novas perspectivas sociais e normas de conduta que são mais características da classe média do que da classe operária. Nesse caso, é feita referência ao que se pode designar por aspecto normativo da classe.

c) Que, ao conseguirem uma posição econômica e uma orientação normativa semelhantes às de inúmeras pessoas da classe média, esses trabalhadores braçais sejam tratados por elas em pé de igualdade em todas as relações sociais, desde as mais ritualizadas às mais espontâneas. Trata-se do que se pode designar por aspecto relacional da classe. [...]

Por exigência do raciocínio, vamos pressupor, antes de tudo, realizada a igualdade econômica entre os grupos da classe operária e os da classe média, para fixar nossa atenção nos outros dois aspectos mencionados: relacional e normativo. Esses dois aspectos da classe social (já que os consideramos como tais) podem ser associados diretamente aos conceitos de “grupo de origem” e “grupo de referência”. [...]

O caso que nos interessa é aquele em que, pouco a pouco, uma pessoa se desliga ou se encontra, de fato, desligada, das normas de seu grupo de origem e acaba tomando como grupo de referência outro grupo em que, segundo os casos, ela é ou não aceita. Tais são, em nosso parecer, os eixos que, em última análise, devem servir de referência para compreendermos as mudanças de estrutura social, entendidas em um sentido mais amplo do que o simples sentido econômico e compreendidas como uma forma específica do processo geral segundo o qual os indivíduos estão ligados a um grupo social e se desligam dele.

Ao ser interpretada em termos de classe, a análise proposta por Merton da passagem do grupo de origem para o grupo de referência indica claramente que o problema do

aburguesamento do operário implica um processo complexo de transformação social e não apenas uma reação espontânea do indivíduo a condições econômicas que se tornaram diferentes. É muito possível que um certo nível de bem-estar material seja uma condição prévia para o aburguesamento da classe operária, já que tal é o meio essencial de garantir o estilo de vida da classe média e de manter aí seu lugar. No entanto, trata-se de um erro aderir a um determinismo econômico ingênuo, como parece ter sido feito por alguns autores, e imaginar que a prosperidade da classe operária constitui, por si só, a condição *suficiente* para seu *aburguesamento*. Em nosso parecer, essa possibilidade só poderia ser considerada como real sob as seguintes condições especiais:

a) Quando os indivíduos da classe operária têm uma razão para rejeitar as normas de sua classe e estão dispostos e são levados a fazer suas as normas da classe média.

b) Quando são capazes, além disso, de resistir à pressão do conformismo no interior do grupo operário – seu grupo de origem – ou retirando-se dele ou pelo fato desse grupo, por qualquer razão, ter perdido sua coesão e, por conseguinte, sua autoridade sobre os respectivos membros.

c) Quando lhes são oferecidas reais possibilidades de serem aceitos pelos grupos da classe média; aliás, sua aspiração é fazer parte deles.

Nesse caso, é possível representar o processo real da transição, sob a forma do quadro abaixo – seus quatro compartimentos resultam da combinação entre o aspecto relacional com o aspecto normativo da classe:

QUADRO I. *Assimilação por aspiração*

		Grupo de referência	
		(a) Adesão às normas da classe operária	(b) Adesão às normas da classe média
Grupo de origem	(d) Posição “não integrada”	B Operário desvinculado de seu meio	C Operário que aspira a uma promoção social
	(c) Posição “integrada”	A Operário tradicional	D Operário assimilado

As duas alternativas que podem permitir a caracterização da situação social do operário estabelecem-se da seguinte forma:

1ª a) Ele refere-se a normas que são essencialmente do tipo “classe operária”, ou então

b) Ele se refere a normas que são essencialmente do tipo “classe média”,

2ª a) Está integrado a um grupo que faz parte da classe da qual compartilha as normas, ou então

b) Não está integrado a um grupo que faz parte da classe da qual compartilha as normas.

Assim, compreendido em referência a esse quadro, o processo de *aburguesamento* decompõe-se em três movimentos: de A para B, de B para C e de C para D.

Um quadro desse gênero permite formalizar de forma relativamente sistemática e não ambígua a tese do *aburguesamento* e encarar sua verificação experimental. Esse tipo de apresentação esquemática faz aparecer melhor, com base nessa tese, diferentes pressupostos e postulados que, submetidos a exame, revelam-se sem fundamento e de um simplismo inadmissível. Existem vários; no entanto, o mais fundamental, sem dúvida, consiste nessa ideia, implícita até aqui em todos os debates sobre o *aburguesamento*, ou seja, esse processo implica a assimilação das pessoas da classe operária à sociedade das classes médias e a seu estilo de vida – considerando ambos os aspectos como “dados”. Em relação com esse postulado, dois pontos, pelo menos, devem ser comentados.

Em primeiro lugar, a tese de *aburguesamento*, apresentada dessa forma, pressupõe entre outras coisas que a “nova” classe operária avança em direção de uma classe média imutável e homogênea. No entanto, trata-se de uma ideia que, apenas é enunciada, aparece como insustentável. Sem falar da importante distinção “vertical” entre os empresários e as profissões liberais, por um lado, e, por outro, os trabalhadores assalariados, é bem evidente que a estratificação é extremamente desenvolvida na classe média e, ao mesmo tempo, em grande quantidade de matizes e, de modo algum, estática. Nesse caso, é importante, como já deixamos entender, que a pesquisa futura se empenhe em estudar as relações entre a classe operária e os grupos da classe média especificamente definidos pela pequena distância que os separa dos operários. Por exemplo, temos motivos para pensar que, entre os empregados subalternos, a tendência individualista que foi apontada mais acima é menos pronunciada do que tinha sido anteriormente, ou que ela não permanece

nos outros grupos da classe média. Se é assim e se o operário, ávido de promoção social, tende a se identificar a esse segmento da classe média, o fenômeno do *aburguesamento* torna-se, nesse caso, muito mais plausível: certamente mais plausível do que se o “aburguesamento” viesse a pressupor uma mudança radical de horizonte social, uma passagem do polo coletivista para o polo individualista.

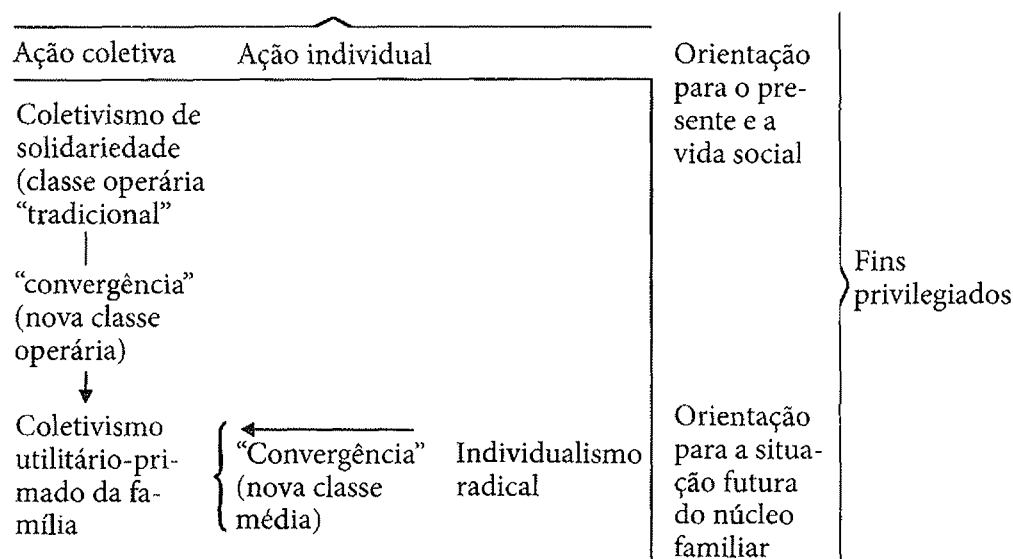
No entanto, se admitimos que alguns segmentos da classe média podem ter uma mentalidade social que se afasta do individualismo considerado como característico dessa classe no seu todo, isso implica outra consequência mais importante: é necessário considerar a ideia de aburguesamento, enquanto esta pressupõe um processo de “assimilação por aspiração” aos valores e normas da classe média, como sendo apenas uma das interpretações possíveis das modificações que, atualmente, afetam a fronteira entre as classes. Segundo outra hipótese, essa mudança poderia ser uma convergência independente entre a “nova” classe operária e a “nova” classe média, e não a absorção de uma na outra.

Várias considerações poderiam vir confirmar esse ponto de vista. Em primeiro lugar, como já dissemos, não está confirmado que as atitudes e o comportamento da “nova” classe operária estejam associados a uma aspiração para um estatuto de classe média. Em segundo lugar, nenhum exemplo mostrou de forma convincente como tais aspirações poderiam surgir das relações sociais nas quais estão envolvidos os operários em questão. Em terceiro lugar, existem fatos, como o vigor persistente do sindicalismo operário, ou o crescimento do sindicalismo, em particular entre os empregados, que não é fácil incluir no quadro da concepção do *aburguesamento* que foi desenvolvido até aqui. Em compensação, ao adotarmos a tese da “convergência” – que explica, muito facilmente, esses fatos – ela não é afetada em nada pela manifesta falta de interesse dos operários em fazerem parte da classe média. Se quisermos explicitar melhor essa tese, diremos que a convergência das atitudes e comportamentos entre certos grupos da classe operária e da classe média resulta, essencialmente, de mudanças nas instituições econômicas e nas condições de vida urbana, que enfraqueceram, simultaneamente, o “coletivismo” de uns e o “individualismo” dos outros. Do lado da classe operária, vinte anos de quase pleno emprego, o esboroamento progressivo da comunidade tradicional baseada no trabalho, a burocratização crescente do sindicalismo e a institucionalização dos conflitos de trabalho, são fatores que agiram no mesmo sentido e levaram a enfraquecer, pouco a pouco, a solidariedade natural que animava os agrupamentos

locais e a ação coletiva. Ao mesmo tempo, na área das despesas, da utilização das diferentes formas de lazer e do nível geral das aspirações, um campo mais amplo se abriu para o progresso da mentalidade individualista. Por outro lado, no grupo dos empregados, esboçou-se uma corrente em sentido oposto. Sob o efeito do aumento dos preços, do gigantismo crescente das administrações e da redução das possibilidades de promoção profissional, os empregados subalternos, pelo menos, têm menos fé cega, isso é manifesto, nas virtudes do “individualismo” e são mais impelidos para uma ação coletiva, sindical, do tipo deliberadamente apolítico e utilitário – tanto mais que a filosofia sindical de numerosos trabalhadores braçais não cessa de evoluir para se aproximar da que eles próprios julgam aceitável.

Para esclarecer melhor a ideia de “convergência”, modificaremos nossa dicotomia original entre individualismo e coletivismo para introduzir uma distinção entre os meios e os fins privilegiados. Os meios prioritários podem ser a ação coletiva ou o esforço individual; as aspirações podem ter como fim prioritário o presente e a vida social local ou a situação futura do núcleo familiar. As perspectivas originais relativas ao tipo ideal são agora designadas sob os nomes de “coletivismo de solidariedade” e “individualismo radical”.

QUADRO II. *Convergência normativa*
Meios privilegiados



Nesse contexto, a expressão “coletivismo de solidariedade” designa, portanto, um coletivismo (apoio mútuo) concebido como fim e não como simples meio. Caracteriza-se como o apego sentimental a um grupo social local que se opõe à ligação interessada a uma associação com objetivos especificamente econômicos, característica do que designamos por “coletivismo utilitário”. Nesse último caso, o meio é sempre a ação coletiva, mas esta é subordinada ao objetivo principal que é a promoção econômica e social de cada núcleo familiar. É claro, o deslocamento do centro de gravidade para a família, e, mais especialmente, a modificação de perspectiva em relação à promoção, concebida em termos não mais simplesmente econômicos, mas sociais, poderá revestir diversas formas. No entanto, de maneira geral, pode-se defini-la como uma orientação para o consumo (de bens, tempo, possibilidades de instrução, etc.) que implica que a família se torne, quando se trata de seu futuro, um centro de decisão independente.

Assim, embora possamos afirmar que as perspectivas sociais da “nova” classe operária e da “nova” classe média tendem a convergir da maneira indicada, é necessário estarmos vigilantes para não confundir convergência com identidade. De forma razoável, podemos pensar que, nessas duas camadas sociais, está presente tanto o coletivismo utilitário quanto o primado da família: no entanto, de forma também razoável, podemos esperar que a importância relativa atribuída a cada um desses elementos apresente diferenças entre uma camada e outra. A razão é que a convergência significa, para a “nova” classe operária, adaptação dos fins, e, para a “nova” classe média, adaptação dos meios. No primeiro caso, a convergência consiste essencialmente em uma atenuação do coletivismo de solidariedade e o primado nascente da família só aparece aí como um subproduto. No segundo caso, é o coletivismo instrumental que constitui o subproduto, resultante da atenuação do individualismo radical. Assim, embora o novo “individualismo” da classe operária e o novo “coletivismo” da classe média aproximem essas duas camadas sociais, têm ambos possibilidades de permanecer, de maneira mais ou menos sutil, diferentes, respectivamente, do individualismo atenuado da classe média e do coletivismo atenuado da classe operária.

Isso, talvez, esteja mais relacionado com o individualismo; com efeito, parece confirmar-se que a transformação das aspirações na classe operária será mais progressiva do que a transformação dos meios que é o seu correspondente na classe média. É possível, portanto, esperar que, na zona de convergência, a diferença

essencial reside no seguinte: o novo individualismo dos grupos da classe operária tomará, sobretudo, a forma de um desejo de avanço econômico do núcleo familiar, enquanto o individualismo atenuado dos grupos da classe média distinguir-se-á do precedente por uma sensibilidade maior aos estatutos sociais dos grupos aos quais estão ligados ou desligados.

Voltemos, agora, à distinção que fazíamos mais acima entre o operário “que aspira a uma promoção social” e o operário “desvinculado do seu meio”. Estamos lembrados de que o critério é a adoção, pelo operário isolado do meio tradicional de sua classe, das normas de um grupo de estatuto social “classe média”. No segundo quadro, o operário desvinculado de seu meio e o operário ávido de promoção social fazem parte do quadrado de baixo, à esquerda; nos dois casos, vê-se suas perspectivas sociais convergirem com as da “classe média”. Portanto, propomos distingui-los pela natureza de seu individualismo. No caso do operário desvinculado do seu meio, a mentalidade individualista que acaba adquirindo pode ser considerada como o resultado de fatores negativos (a atenuação do coletivismo de solidariedade) e, por conseguinte, como mais orientado para o progresso econômico individual, concebido em termos de consumo e conforto. No caso do operário ávido de promoção social, acrescenta-se uma adesão positiva ao individualismo da classe média que o torna mais consciente e mais preocupado com os efeitos de diferenciação e elevação do estatuto social, produzidos por seu estilo geral de vida. Para concluir, reunindo os diferentes elementos de nossa tese, gostaríamos de formular hipóteses que são simplesmente hipóteses, sobre os efeitos prováveis, neste momento, do enriquecimento da classe operária sobre a estrutura social britânica.

a) A principal mudança, sem dúvida, poderia ser definida o mais adequadamente possível como um processo de convergência normativa entre alguns segmentos da classe operária e da classe média, sendo que o centro de convergência é o que designamos por “coletivismo utilitário” e o “primado da família”. Por enquanto, pelo menos, a tese mais ambiciosa do aburguesamento não está de modo algum fundamentada, se entendermos por isso a adesão em uma grande escala dos trabalhadores braçais e respectivas famílias ao estilo de vida da classe média e, de maneira geral, sua absorção nessa sociedade. Em particular, é impossível estabelecer de maneira rigorosa que os trabalhadores braçais aspiram conscientemente à sociedade da classe média e, ainda menos, que esta esteja em vias de se abrir para eles.

b) Não nos podemos contentar em distinguir os grupos que vemos envolvidos no processo de convergência normativa em termos puramente econômicos. Sem sombra de dúvida, do lado da classe operária, o enriquecimento não pode ser considerado em si mesmo como a razão suficiente da atenuação do coletivismo de solidariedade. É necessário considerar o processo de convergência como estreitamente ligado a mudanças de estrutura que afetam as relações sociais na vida industrial, local e familiar que, por sua vez, estão associadas não só ao aumento da prosperidade, mas também aos progressos realizados na indústria do ponto de vista da organização e da tecnologia, ao processo de urbanização, a tendências da evolução demográfica e à evolução dos meios de comunicação de massa, e da “cultura de massa”.

c) Até mesmo entre os grupos da “nova” classe operária, nos quais se manifestam o coletivismo e o primado da família, os objetivos de estatuto social são muito menos acentuados do que os objetivos econômicos: dito por outras palavras, o operário “desvinculado do seu meio” constituiria um tipo muito mais comum do que o operário “que aspira a uma promoção social”. Comparadas às condições que favorecem o aparecimento de uma mentalidade mais individualista, as que tornam possível o surgimento de aspirações para outro estatuto social podem ser tidas como bastante particulares. Somos, assim, levados à ideia de que a convergência normativa, sendo bem considerada, só implica por enquanto uma modificação muito limitada da fronteira entre as classes.

d) Enfim, está na lógica das considerações precedentes pensar que, pelo menos, neste momento, as consequências políticas do enriquecimento da classe operária continuam sendo indeterminadas.

O elo entre “enriquecimento” e “sufrágio” é mediatizado pela situação social do operário enriquecido. Se, como pensamos, essa situação se caracteriza, quase sempre, pelo corte em relação com o meio operário e se as atitudes predominantes dependem do “coletivismo utilitário” e do “primado da família”, a escolha do partido ao qual ficará ligado o operário tem mais possibilidades (para retomar Duverger) de ser baseado na associação do que na comunidade. Ou seja, sua atitude utilitária em relação com o sindicalismo tem todas as possibilidades de se estender à política, e seu voto ser dado a quem mais oferecer. É nesse segmento da classe operária que votar nos conservadores, nas circunstâncias atuais, tem possibilidades de significar “votar na prosperidade”. No entanto, um voto tão calculado e opor-

tunista implica ligações políticas muito frágeis e não há necessidade de erguer o espantinho do desemprego generalizado para fazer perceber de que maneira elas podem ser deslocadas. Com efeito, uma vez que o operário fez a experiência de um nível de vida crescente, acaba por considerar como legítimo esperar do futuro uma continuação de aperfeiçoamento. Assim, sua fidelidade política presente pode vir a ser rapidamente invertida se ele associar a não realização de suas esperanças à política empreendida pelo governo. A mesma lógica de “frustração relativa” pode aparecer no caso do operário que aspira a uma promoção social, embora a natureza de suas expectativas seja sensivelmente diferente. No entanto, na medida em que suas aspirações, no sentido de uma melhoria de estatuto social (e não uma simples melhoria de nível de vida), não forem reconhecidas pelos grupos a cujo estatuto pretende ter acesso, seu enriquecimento e suas expectativas poderão implicar, entre outras consequências possíveis, a revisão de suas ideias políticas que deve ser levada em consideração para avaliar a fisionomia futura da clientela dos partidos.

John H. Goldthorpe e David Lockwood
Affluence and the British Class Structure

1.2. A ILUSÃO DA TRANSPARÊNCIA E O PRINCÍPIO DA NÃO CONSCIÊNCIA

Texto 7

A filosofia artificialista como fundamento da ilusão da reflexividade

A ilusão da transparência procede da ideia que, para explicar e compreender as instituições, bastaria reapreender as intenções de que elas são o produto. Tal ideia do senso comum deve uma parte de sua força às atitudes comuns que ela permite, ou seja, etnocentrismo ou moralismo: a ilusão artificialista conduz à ilusão do tecnocrata que julga poder constituir ou transformar as instituições por decreto, ou à ilusão do evolucionista para quem o passado só pode fornecer o exemplo de formas inferiores às atuais. Desse modo, está ilustrada a mola principal da sociologia espontânea que fica devendo sua coerência psicológica ao caráter

*sistemático das ilusões que ela propicia**. Contra tais ilusões, Durkheim lembra a complexidade das determinações que uma instituição social deve ao passado e ao sistema de instituições no qual ela se insere.

7. É. Durkheim

Se se começa por indagar qual deva ser a educação ideal, abstração feita das condições de tempo e lugar, é porque se admite, implicitamente, que os sistemas educativos nada têm de real em si mesmos. Não se vê neles um conjunto de atividades e instituições, lentamente organizadas no decorrer do tempo, solidárias com todas as outras instituições sociais e que as exprimem; por consequência, são instituições que, assim como a própria estrutura da sociedade, não podem ser modificadas à vontade. No entanto, parece que isso é um simples sistema de conceitos; nesse sentido, tratar-se-ia apenas de uma construção lógica. Imagine-se que os homens de cada época o organizam, voluntariamente, para conseguir determinados objetivos; que, se essa organização não é a mesma por toda parte, é porque tem havido engano quanto à natureza dos objetivos que convém atingir ou dos meios que permitem alcançá-los. Desse ponto de vista, os sistemas educativos do passado aparecem como outros tantos erros, totais ou parciais. Portanto, não devem ser levados em consideração; não somos obrigados a nos solidarizar com os erros de observação ou de lógica, porventura, cometidos por nossos adversários; mas podemos e devemos nos formular a questão, sem nos ocuparmos com as soluções que lhe têm sido dadas; isto é, deixando de lado tudo o que a educação tem sido, devemos nos interrogar sobre o que deve ser agora. Os ensinamentos da história podem, quando muito, evitar que pratiquemos os mesmos erros.

Na verdade, porém, cada sociedade, considerada em determinado momento de seu desenvolvimento, possui um sistema de educação que se impõe aos indivíduos com uma força, em geral, irresistível. É ilusório acreditar que podemos educar nossos filhos conforme nosso desejo. Existem costumes aos quais somos obrigados a nos conformar; se os desrespeitarmos abertamente, hão de se vingar em nossos filhos. Uma vez adultos, estes não estarão em estado de viver no meio de seus contemporâneos na medida em que não estarão em harmonia com eles. Que tenham sido educados segundo ideias arcaicas ou prematuras demais, não importa;

* Cf. supra, É. Durkheim, texto n. 4, p. 118.

em ambos os casos, não serão de seu tempo e, por conseguinte, não estarão em condições de levar uma vida normal. Há, portanto, em cada momento do tempo, um tipo regulador de educação do qual não podemos nos afastar sem esbarrar em vivas resistências que restringem as veleidades dos dissidentes.

Ora, não fomos nós, individualmente, que criamos os costumes e ideias que determinam esse tipo. São o produto da vida em comum e exprimem suas necessidades. São mesmo, na maior parte, obra das gerações anteriores. Todo o passado da humanidade contribuiu para estabelecer esse conjunto de princípios que dirigem a educação de hoje; aí se encontram vestígios de toda nossa história, assim como da história dos povos que nos precederam. É assim que os organismos superiores trazem em si como que o eco de toda a evolução biológica de que são o coroamento. Quando se estuda, historicamente, a maneira como se formaram e desenvolveram os sistemas de educação, percebe-se que eles dependem da religião, da organização política, do grau de desenvolvimento das ciências, do estado da indústria, etc. Separados de todas essas causas históricas, tornam-se incompreensíveis. Como poderá, então, o indivíduo pretender reconstruir, unicamente com o esforço de sua reflexão, o que não é obra do pensamento individual? Ele não se encontra diante de uma *tabula rasa* sobre a qual poderia edificar o que desejasse, mas diante de realidades que não pode criar, destruir ou transformar à vontade. Só poderá agir sobre elas na medida em que aprender a conhecê-las, e souber qual é sua natureza e quais as condições de que dependem; e não poderá chegar a conhecê-las a não ser que se dedique a estudá-las e comece a observá-las, como o físico observa a matéria inanimada e o biólogo estuda os corpos vivos.

Émile Durkheim
Educação e sociologia

Texto 8

A ignorância metódica

Para lutar metodicamente contra a ilusão de um saber imediato que se apoia na familiaridade com o mundo social, o sociólogo deve levar em consideração que esse mundo é para ele tão desconhecido quanto o mundo biológico o era para o biólogo antes de ter sido constituída a biologia. A exterioridade dos fenômenos

sociais em relação ao observador individual deve-se à longa duração e opacidade do passado do qual são provenientes, ao mesmo tempo que à multiplicidade dos atores implicados neles. Portanto, é necessário considerar, nem que seja de forma decisória, o estranhamento do universo social; além do reconhecimento epistemológico do caráter ilusório das prenoções, tal atitude pressupõe a convicção, ao mesmo tempo, intelectual e ética, de que as descobertas científicas não são fáceis nem verossímeis: a decisão de ignorar apresenta-se como uma precaução metodológica indispensável em uma situação epistemológica em que é tão difícil saber que ignoramos e o que ignoramos.

8. É. Durkheim

Com efeito, não afirmamos que os fatos sociais sejam coisas materiais, e sim que são coisas como as materiais, embora de maneira diferente.

Com efeito, o que é uma coisa? A coisa opõe-se à ideia como o que se conhece a partir do exterior se opõe ao que se conhece a partir do interior. É coisa todo objeto de conhecimento que a inteligência não chega a penetrar de forma natural, tudo aquilo de que não podemos ter uma noção adequada por um simples procedimento de análise mental, tudo o que o espírito só consegue compreender com a condição de sair de si próprio, por meio de observações e experimentações, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos. Tratar fatos de uma certa natureza como coisas não é, portanto, classificá-los nesta ou naquela categoria do real; mas sim considerá-los com uma certa atitude mental. Seu estudo deve ser abordado a partir do princípio de que se ignora completamente o que são e de que suas propriedades características, assim como as causas desconhecidas das quais dependem, não podem ser descobertas, nem mesmo pela mais atenta das introspecções.

Assim definidos os termos, em vez de ser um paradoxo, nossa proposição poderia quase passar por um truísmo se ainda não fosse, muitas vezes, desconhecida pelas ciências que tratam do homem e, sobretudo, pela sociologia. Com efeito, nesse sentido, pode-se afirmar que todo objeto de ciência é uma coisa – com exceção, talvez, dos objetos matemáticos; como estes, desde os mais simples aos mais complexos, são construídos por nós mesmos, basta olhar para dentro de nós e analisar interiormente o processo mental de que resultam para sabermos o que são. No entanto, tratando-se de fatos propriamente ditos, estes constituem para

nós, necessariamente, no momento em que empreendemos fazer ciência com os mesmos, algo de desconhecido; são coisas ignoradas porque as representações que pudemos formular a seu respeito no decorrer da vida, tendo sido feitas sem método nem crítica, estão destituídas de valor científico e devem ser rejeitadas. Os próprios fatos da psicologia individual apresentam esse caráter e devem ser considerados sob o mesmo aspecto. De fato, embora estejam, por definição, dentro de nós, sua natureza interna e gênese não nos são reveladas pela consciência que temos deles. Esta leva-nos a conhecê-los bem até certo ponto, mas apenas como as sensações nos levam a conhecer o calor ou a luz, o som ou a eletricidade; são impressões confusas, passageiras, subjetivas e não noções claras e distintas, conceitos explicativos. E é precisamente por essa razão que, no decorrer deste século, foi criada uma psicologia objetiva, cuja regra fundamental é estudar os fatos mentais a partir do exterior, isto é, como coisas. Ainda com maior razão, o mesmo deve ocorrer com os fatos sociais; com efeito, a consciência não seria mais competente para conhecê-los do que para conhecer sua própria vida. Poder-se-á objetar que, sendo obra nossa, basta tomar consciência de nós próprios para saber o que colocamos neles e como os formamos. No entanto, em primeiro lugar, recebemos como legado das gerações anteriores a maior parte das instituições sociais já constituídas; não tendo participado, de modo algum, em sua formação, não é nos interrogando que poderemos descobrir as causas que estão em sua origem. Além disso, mesmo tendo colaborado em sua gênese, só vislumbramos da maneira mais confusa e, muitas vezes, mais inexata, as verdadeiras razões que nos levaram a agir e a natureza de nossa ação. Mesmo tratando-se simplesmente de nossos empreendimentos particulares, conhecemos muito mal os móveis relativamente simples que nos guiam; julgamos agir desinteressadamente quando, afinal, procedemos de forma egoísta; cremos obedecer ao ódio quando, afinal, cedemos ao amor; acreditamos obedecer à razão quando, afinal, somos escravos de preconceitos irrefletidos, etc. Como teríamos, então, a faculdade de discernir com maior clareza as causas, muito mais complexas, que estão na origem dos empreendimentos da coletividade? Com efeito, no máximo, cada um de nós só participa em ínfima parte de tais empreendimentos; temos uma grande quantidade de colaboradores e escapa-nos o que se passa nas outras consciências.

Portanto, nossa regra não implica qualquer concepção metafísica, qualquer especulação a respeito do âmago dos seres. O que exige do sociólogo é que este se

coloque em um estado de espírito semelhante ao dos físicos, químicos, fisiologistas, quando se aventuram em uma região, ainda inexplorada, de sua área científica. É necessário que, ao penetrar no mundo social, ele tenha consciência de que penetra no desconhecido; é necessário que se sinta em presença de fatos, cujas leis são tão insuspeitas quanto o eram as da vida, antes da constituição da biologia; é necessário que esteja preparado para fazer descobertas que não de surpreendê-lo e desconcertá-lo. Ora, estamos longe de ver a sociologia chegar a tal grau de maturidade intelectual. Enquanto o cientista, ao estudar a natureza física, tem o sentimento muito vivo das resistências que esta lhe opõe e das quais só consegue triunfar com muita dificuldade, parece, na verdade, que o sociólogo se move entre coisas imediatamente transparentes ao espírito, tão grande é a facilidade que mostra na resolução das questões mais obscuras. No estado atual da ciência, nem chegamos a saber verdadeiramente o que são as principais instituições sociais – por exemplo, o Estado ou a família, o direito de propriedade ou o contrato, a pena e a responsabilidade; ignoramos quase completamente as causas de que dependem, as funções que desempenham, as leis de sua evolução; e somente em determinados pontos é que começamos a vislumbrar alguns clarões. No entanto, basta compulsar as obras de sociologia para verificar como é raro o sentimento de tal ignorância e dificuldades. Além de se considerarem obrigados a dogmatizar, ao mesmo tempo, sobre todos os problemas, os sociólogos também acreditam conseguir, em poucas páginas ou algumas frases, alcançar a própria essência dos fenômenos mais complexos. O mesmo é dizer que semelhantes teorias exprimem não os fatos que não poderiam ser dissecados com tamanha rapidez, mas a prenoção que, antes da pesquisa, o autor tinha a respeito deles.

Émile Durkheim

As regras do método sociológico

Texto 9

O inconsciente: do substantivo à substância

Falar de inconsciente, como ocorre habitualmente, hoje, em etnologia por analogia com a linguística, é expor-se aos perigos que implica a polissemia de uma palavra utilizada em outra tradição e com outro sentido pelos psicanalistas e, mais

profundamente, à ilusão coisista que resulta da tendência a inferir a substância a partir do substantivo. Afirmar “sinto inconscientemente uma dor de dentes” ou “sinto uma dor de dentes sem o saber”, em vez de “sinto uma dor inconsciente de dentes”, é evitar também a ilusão de ter feito “uma surpreendente descoberta, uma descoberta estupefaciente”; é essa ilusão que suscitam determinadas utilizações da palavra inconsciente nas ciências do homem e o exercício de tradução a que somos convidados por Wittgenstein pode ter, nesse caso, a mesma virtude do “desencantamento” com os diferentes sentidos que Max Weber atribuía a essa palavra. Assim, trata-se de uma boa maneira de recusar falar do inconsciente dos sujeitos sociais para dizer, mais simplesmente: “os sujeitos sociais assumem significações sem o saberem, ou inconscientemente”, ou ainda: “os sujeitos sociais não têm uma consciência clara dos esquemas de ação ou de pensamento que atualizam”: pode-se esperar que a linguagem sociológica ganhará, assim, em rigor e precisão o que vier a perder em magia e charme*.

9. L. Wittgenstein

Pode-se achar cômodo utilizar a expressão “uma dor inconsciente de dentes” para descrever uma cárie dentária que não é acompanhada de uma sensação dolorosa e poderíamos dizer que, nesse caso, “sentíamos uma dor de dentes sem o sabermos”. É exatamente nesse sentido que o psicanalista fala de pensamentos inconscientes, “de volições”, etc. E por que razão eu não diria, nesse sentido, que sinto uma dor de dentes sem o saber? Poder-se-ia dizer isso perfeitamente sabendo que se trata de uma nova terminologia que é possível explicar pela utilização da linguagem corrente. Por outro lado, é evidente que a palavra “saber” é utilizada

* Durkheim já tinha marcado a diferença ao estabelecer a separação entre a afirmação metodológica que existem regularidades não conscientes nas condutas, e a afirmação de um “inconsciente” como instância psíquica particular. Sugere também o papel da linguagem na tendência a “realizar” níveis de consciência distintos na análise. Existem termos que exigem um complemento; verbos que fazem apelo a um sujeito, portanto, uma substância; etimologias que sugerem significações laterais. “No fundo, a noção de uma representação inconsciente e a de uma consciência sem ego que apreende são equivalentes. Com efeito, quando dizemos que um fato psíquico é inconsciente, queremos dizer somente que ele não é apreendido. Toda questão é saber qual é a melhor expressão a ser utilizada. Do ponto de vista da imaginação, ambas têm o mesmo inconveniente. Para nós, é tão difícil imaginar uma representação sem sujeito que se representa, quanto uma representação sem consciência” (DURKHEIM, E. “Représentations individuelles et représentations collectives”, publicado, em primeiro lugar, em *Revue de Métaphysique et de Morale*, t. VI, maio de 1898. Apud *Sociologie et Philosophie*. 3. ed. Paris: PUF, 1967, p. 25). [N.T.: Cf. DURKHEIM, E. *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Forense, 1970, p. 41, nota de rodapé 14 – Trad. de J.M. de Toledo Camargo].

aqui de forma inabitual. Para nos darmos conta disso, seria necessário que nos perguntássemos: “Por qual processo, em tal caso, chegamos a saber?” “O que é que designamos por ‘chegar a saber’ ou ‘descobrir’?”

Segundo os termos dessa nova convenção, podemos muito bem dizer: “Sinto inconscientemente uma dor de dentes” porque o que podemos esperar de uma expressão é que nos permita estabelecer a distinção entre um dente cariado doloroso e um dente cariado indolor. Todavia, a nova expressão arrasta com ela representações e analogias que fazem com que seja difícil nos limitarmos estritamente aos termos da convenção. Seria necessário ter o espírito constantemente vigilante para afastar as imagens desse gênero, particularmente no pensamento filosófico pelo qual fazemos um esforço para contemplar o que é dito a propósito das coisas. A expressão “uma dor inconsciente de dentes” poderia, assim, nos levar a pensar que acabamos de fazer uma surpreendente descoberta, uma descoberta estupefaciente, de qualquer modo, para nossa compreensão; ou, talvez, ficaremos consideravelmente surpreendidos com essa expressão (essa famosa surpresa do filósofo) e haveremos de nos perguntar: “Como é possível sentir uma dor inconsciente de dentes?” Você será, então, tentado a declarar que essa “dor inconsciente de dentes” é impossível, mas um homem de ciência lhe dirá que a coisa existe porque há provas disso, e ele lhe dirá: “Veja só, a coisa é simples: existem inúmeros fatos dos quais você não tem consciência e existe essa dor de dentes que você não conhecia e acabamos agora mesmo de descobri-la.” Dito isso, você não estará satisfeito, mas não saberá o que responder. São problemas desse gênero que, constantemente, colocam em oposição filósofos e cientistas.

Ludwig Wittgenstein

*Le cahier bleu et le cahier brun,
études préliminaires aux investigations philosophiques*

Texto 10

O princípio do determinismo como negação da ilusão da transparência

“Para que pudesse existir uma verdadeira ciência dos fatos sociais seria necessário que considerássemos as sociedades como realidades comparáveis às que

*constituem os outros reinos; que chegássemos a compreender que elas têm uma natureza que não podemos modificar arbitrariamente e determinadas leis que derivam necessariamente dessa natureza. Por outras palavras, a sociologia só podia surgir se a ideia determinista, solidamente estabelecida nas ciências físicas e naturais, fosse, enfim, estendida à ordem social”**. Sem dúvida, foi necessário o exemplo das outras ciências para que pudesse ser vencido o preconceito tenaz que levava a dar ao mundo social um tratamento de exceção: assim, o organicismo aparece como um esforço para estender o determinismo, aceito em biologia, ao “reino social” em que era contestado e para “preencher o vazio que, durante tanto tempo, tinha sido aceito entre as sociedades e o resto do universo”**. Essa evocação histórica da dificuldade experimentada pelo princípio do determinismo para se impor no estudo do “reino social” deve facilitar a análise e a liquidação das formas sutis sob as quais ainda sobrevive a ilusão da transparência ao mostrar os verdadeiros fundamentos dessa ilusão recorrente que, em outras épocas, apresentavam-se sob uma forma simples e natural.

10. É. Durkheim

A sociologia não podia aparecer antes que tivesse sido adquirido o sentimento de que as sociedades, como o resto do mundo, estão submetidas a leis que derivam necessariamente de sua natureza e que a exprimem. Ora essa concepção foi-se formando muito lentamente. Durante séculos, os homens julgaram que até mesmo os minerais não eram regidos por leis definidas, mas podiam tomar todas as formas e todas as propriedades possíveis com a condição de que uma vontade suficientemente poderosa se aplicasse a tal trabalho. Julgava-se que certas fórmulas ou certos gestos tinham a virtude de transformar um corpo inanimado em um ser vivo, um homem em um animal ou planta, e vice-versa. Essa ilusão, pela qual sentimos uma espécie de propensão instintiva, devia naturalmente persistir muito mais tempo no campo dos fatos sociais. [...]

Foi somente no final do século XVIII que se começou a vislumbrar que o reino social tem suas próprias leis, como os outros reinos da natureza. Ao declarar que “as leis são as relações necessárias que derivam da natureza das coisas”, Montesquieu

* DURKHEIM, É. “La sociologie”. In: *La Science française*. Op. cit., p. 39.

** Id., *ibid.*, p. 43.

entendia perfeitamente que essa excelente definição da lei natural se aplicava às coisas sociais como às outras e seu livro *O espírito das leis* tem precisamente por objeto mostrar como as instituições jurídicas são baseadas na natureza dos homens e respectivos meios. Pouco depois, Condorcet procurou encontrar a ordem segundo a qual se fazia o progresso da humanidade; o que era a melhor maneira de mostrar que este nada tinha de fortuito, caprichoso, mas dependia de causas determinadas. Ao mesmo tempo, os economistas ensinavam que os fatos da vida industrial e comercial são governados por leis que julgavam ter descoberto.

No entanto, e embora esses diferentes pensadores tivessem preparado o caminho para a concepção na qual se apoia a sociologia, sua noção das leis da vida social ainda era bastante ambígua e flutuante. Com efeito, não queriam dizer que os fatos sociais estavam encadeados uns aos outros, segundo relações de causa e efeito, definidas e invariáveis, que o cientista procura observar por meio de procedimentos análogos aos que são utilizados nas ciências da natureza. O que pretendiam era que, considerando a natureza do homem, existia um único caminho natural que devia ser seguido pela humanidade *se esta desejasse estar de acordo consigo mesma e cumprir seu destino*; no entanto, permanecia a possibilidade de que ela se afastasse de tal caminho. [...]

Foi somente no início do século XIX, com Saint-Simon, em primeiro lugar, e sobretudo com seu discípulo Augusto Comte, que se revelou, definitivamente, uma nova concepção.

Ao proceder à revista sintética, em sua obra *Curso de filosofia positiva*, de todas as ciências constituídas de seu tempo, este autor verificou que todas se baseavam no axioma de que os fatos tratados por elas estão ligados segundo relações necessárias, isto é, no princípio determinista; daí conclui que tal princípio, que tinha sido assim verificado em todos os outros reinos da natureza, desde o reino das grandezas matemáticas até ao da vida, deveria ser igualmente verdadeiro em relação ao reino social. As próprias resistências que, hoje em dia, se opõem a essa nova extensão da ideia determinista não devem deter o filósofo; com efeito, elas têm-se produzido, com regularidade, sempre que se tratou de estender a um novo reino esse postulado fundamental, e acabaram sendo sempre vencidas. Houve um tempo em que tal princípio não foi admitido nem mesmo no mundo dos corpos inanimados; acabou por se estabelecer aí. Em seguida, foi negado para os seres vivos e pensantes; agora, já não é mais contestado.

Pode-se, portanto, ter a certeza de que os mesmos preconceitos em que tem esbarrado, quando se trata de aplicá-lo ao mundo social, não de durar apenas algum tempo. Além disso, Comte apresentava como uma verdade evidente – agora não mais contestada – que a vida mental do indivíduo está submetida a leis necessárias; nesse caso, como será possível que não estejam submetidas à mesma necessidade as ações e reações estabelecidas entre as consciências individuais, quando estão associadas?

Desse ponto de vista, as sociedades deixariam de aparecer como uma espécie de matéria indefinidamente maleável e plástica que os homens poderiam, por assim dizer, amassar à vontade; daí em diante, seria necessário ver aí realidades, cuja natureza se impõe a nós e que só podem ser modificadas, como todas as coisas naturais, em conformidade com as leis que as regem. As instituições dos povos já não podiam ser consideradas como o produto da vontade, mais ou menos esclarecida, dos príncipes, estadistas ou legisladores, mas como as resultantes necessárias de causas determinadas que as implicavam fisicamente. Considerando a maneira como um povo é composto em determinado momento de sua história e o estado da civilização nessa mesma época, resulta uma organização social, caracterizada desta ou daquela forma, do mesmo modo que as propriedades de um corpo resultam de sua constituição molecular. Portanto, estamos diante de uma ordem de coisas estável, imutável; para descrevê-la e explicá-la, para enunciar quais são suas características e de que causas dependem torna-se possível e, ao mesmo tempo, necessária uma ciência pura. [...]

Até ontem, julgava-se que tudo aí era arbitrário, contingente, que os legisladores ou os reis podiam – do mesmo modo que, outrora, os alquimistas – modificar à sua guisa a face das sociedades, fazê-las passar de um tipo para outro. Na realidade, esses pretensos milagres eram ilusórios; e a quantos enganos graves deu lugar essa ilusão ainda bastante comum [...]

Ao mesmo tempo que proclamam a necessidade das coisas, as ciências colocam-nos nas mãos os meios de dominá-la. Comte chegava mesmo a observar com insistência que de todos os fenômenos naturais, os fenômenos sociais são os mais maleáveis, os mais acessíveis às variações e mudanças, porque são os mais complexos. Portanto, a sociologia não impõe, de modo algum, ao homem uma atitude passivamente conservadora; pelo contrário, estende o campo de nossa ação unicamente pelo fato de estender o campo de nossa ciência. Somente nos

desvia dos empreendimentos irrefletidos e estéreis, inspirados pela crença de que nos seria possível modificar, consoante nosso desejo, a ordem social, sem levar em consideração hábitos, tradições e constituição mental do homem e das sociedades.

Émile Durkheim
Sociologie et sciences sociales

Texto 11

O código e o documento

Da polêmica sustentada por Simiand contra o positivismo de historiadores tais como Seignobos é necessário reter não tanto as críticas dirigidas contra uma concepção da história dos acontecimentos, atualmente superada, mas os princípios de uma sociologia científica. Ao recusar confinar a sociologia em uma problemática das intenções subjetivas que a transformaria, contra toda lógica, em uma ciência do acidental, Simiand mostra que somente a hipótese da “não consciência” permite proceder a um estudo das relações objetivas entre os fenômenos. Por essa decisão de método, a sociologia adota um objeto próprio, a instituição, e, ao mesmo tempo, transforma as questões formuladas ao material, que é tratado não mais como documento, isto é, como testemunho subjetivo sobre as intenções de atores históricos, mas como um conjunto de indícios a partir dos quais a interrogação científica poderá constituir objetos específicos de estudo, “costumes, representações coletivas, formas sociais”: eis os verdadeiros fatos científicos do sociólogo porque não são conscientemente, isto é, arbitrariamente, registrados pelo autor do documento*.

* Essa definição do fato social encontra-se entre os princípios de Durkheim que mais marcaram seus êmulos ou discípulos; além disso, foi a partir daí que a maior parte desses autores chegou aos conhecimentos científicos mais positivos. Assim, Granet empenhou-se em superar, em sua obra de sinólogo, a distinção entre o documento “autêntico” e o documento “inautêntico” ou reinterpretado, e conseguiu sair dessa querela, historicamente “desesperada” no caso da tradição chinesa, tomando como objeto (objeto no segundo grau, isto é, objeto construído) os “esquemas” e “estereótipos” segundo os quais o material ritual ou histórico encontra-se formalizado nas obras chinesas clássicas; aliás, Granet presta homenagem ao ensino de Durkheim por lhe ter inspirado essa abordagem metodológica (GRANET, M. *Dances et légendes de la Chine ancienne*. T. 1. Paris: PUF, 1959, introdução, p. 25-37).

11. F. Simiand

Para que [a sociologia] se constitua a partir do modelo das outras [ciências], resta uma última oposição, tirada das próprias condições do conhecimento na matéria estudada. – a) O documento, esse intermediário entre o espírito que estuda e o fato estudado, é, como vimos, bastante diferente de uma observação científica: é feito sem método definido e com objetivos diferentes do objetivo científico; portanto, diz-se, tem um caráter *subjetivo*. – Com toda a certeza, por esse motivo, a ciência social encontra-se em condição de inferioridade; mas é importante observar que neste caso, como na questão da contingência, a objeção tira sua força, sobretudo da direção do espírito do historiador e não tanto da natureza das coisas. Se, como faz o historiador tradicional, o documento é questionado a respeito dos acontecimentos individuais, ou, ainda melhor, das explicações pelos motivos, das ações, dos pensamentos individuais, cujo conhecimento não é necessariamente obtido a não ser por intermédio de um espírito, o documento não é, com efeito, matéria de trabalho científico próprio. No entanto, se a pesquisa está voltada para a “instituição” e não para o “acontecimento”, para as relações objetivas entre os fenômenos e não para as intenções e finalidades concebidas, ocorre muitas vezes que, na realidade, chegamos ao fato estudado não por intermédio de um espírito, mas *diretamente*. O fato de que, em uma língua, palavras diferentes designam o tio paterno e o tio materno é um *vestígio direto* de uma forma de família diferente de nossa família atual: um código não é um “documento” no sentido da história, mas uma constatação de fato direta e imediata, se é justamente a própria regra de direito que é objeto de estudo. Costumes, representações coletivas, formas sociais, muitas vezes, são inconscientemente registrados ou deixam automaticamente vestígios no que o historiador chama documentos. Os fenômenos sociais podem ser apreendidos aí pela via de uma verdadeira observação, feita pelo *autor da pesquisa* – algumas vezes, observação imediata e, mais frequentemente, observação mediata (isto é, efeitos ou vestígios do fenômeno) –, mas não mais, em todo caso, por via indireta, isto é, por intermédio do *autor do documento*. A crítica do conhecimento, feita pelos metodólogos da história e aplicada por eles tal qual à ciência social, só é plenamente válida em relação ao objeto e prática da história tradicional; para abranger toda a prática da ciência social positiva e para chegar a fixar sua parte mais importante e fecunda, ela deveria ser *refeita inteiramente*, modificada e completada de forma considerável.

François Simiand

Méthode historique et science sociale

1.3. NATUREZA E CULTURA: SUBSTÂNCIA E SISTEMA DE RELAÇÕES

Texto 12

Natureza e história

Marx mostrou, muitas vezes, que não se pode atribuir as propriedades ou consequências de um sistema social à “natureza” a não ser esquecendo sua gênese e suas funções históricas, isto é, tudo o que o constitui como sistema de relações; mais precisamente, demonstra que o fato desse erro de método ser tão frequente deve-se às funções ideológicas que desempenha ao conseguir, pelo menos em imaginação, “eliminar a história”. Assim, ao afirmar o caráter “natural” das instituições burguesas e das relações burguesas de produção, os economistas clássicos justificavam a ordem burguesa ao mesmo tempo que imunizavam a classe dominante contra a ideia do caráter histórico, portanto transitório, de sua dominação.

12. K. Marx

Os economistas procedem de um modo estranho. Para eles, existem apenas duas espécies de instituições: as da arte e as da natureza. As instituições do feudalismo são artificiais, enquanto as da burguesia são naturais. Nesse aspecto, assemelham-se aos teólogos que, também, estabelecem duas espécies de religião. Qualquer religião, a não ser a deles que é uma emanção de Deus, é uma invenção dos homens. Ao afirmarem que as relações atuais – as relações da produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que se trata de relações pelas quais se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas, em conformidade com as leis da natureza. Portanto, tais relações são elas próprias leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem reger sempre a sociedade. Assim, já houve história, mas agora deixou de haver. Houve história já que existiram instituições feudais; ora, nessas instituições encontram-se relações de produção completamente diferentes das relações da sociedade burguesa, essas mesmas que os economistas querem fazer passar por naturais e, por conseguinte, eternas.

Karl Marx

Miséria da filosofia

O objeto deste estudo é, em primeiro lugar, a *produção*. Indivíduos que produzem em sociedade – portanto, a produção dos indivíduos determinada socialmente, tal é o ponto de partida. O caçador e o pescador isolados, esses exemplares únicos que constituem o ponto de partida de Smith e Ricardo, pertencem às pobres ficções imaginadas do século XVIII; tais robinsonadas não exprimem de modo algum – que me perdoem certos historiadores da civilização – uma simples reação contra os excessos de requinte e um retorno, pelo que se vê, enganador a uma vida natural. Da mesma forma, o “contrato social” de Rousseau, que estabelece relações e laços entre sujeitos independentes por natureza, não se baseia em tal naturalismo. Isso é apenas a aparência, aparência puramente estética, das grandes e pequenas robinsonadas. Trata-se, sobretudo, de uma antecipação da “sociedade civil” que se preparava desde o século XVI e que, no século XVIII, deu passos enormes em direção de sua maturidade. Nessa sociedade da livre concorrência, cada indivíduo apresenta-se como liberado dos laços naturais, etc., que o transformaram, em épocas anteriores, no ingrediente de um conglomerado humano limitado e determinado. Esse indivíduo do século XVIII é um produto, por um lado, da dissolução das formas feudais de sociedade e, por outro, das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI. Para os profetas do século XVIII sobre cujos ombros se apoiam inteiramente Smith e Ricardo, esse indivíduo aparece como um ideal que teria *existido no passado*. Era considerado não como um resultado histórico, mas como o ponto de partida da história. Com efeito, segundo a ideia que tinham da natureza humana, o indivíduo é conforme à natureza enquanto originário dela e não enquanto fruto da história. Essa ilusão tem sido compartilhada, até o presente, por todas as novas épocas. Tendo-se oposto em muitos aspectos ao século XVIII e situando-se, em sua condição de aristocrata, sobretudo no terreno histórico, Stewart conseguiu escapar desse erro ingênuo.

Quanto mais recuamos na história, tanto mais o indivíduo – e, por conseguinte, igualmente o indivíduo produtor – aparece como um ser dependente, em parte, de um conjunto maior: no início, e de forma bem natural, aparece na família e no clã que não passa de uma família ampliada; mais tarde, nas diversas formas de comunidade, resultantes do antagonismo e fusão dos clãs. Somente no século XVIII, na “sociedade burguesa”, é que as diferentes formas de conexão social se apresentam ao indivíduo como um simples meio de realizar seus fins pessoais, como uma necessidade exterior. No entanto, a época que vê nascer tal concepção,

ou seja, essa ideia do indivíduo isolado, é precisamente aquela em que as relações sociais (e, segundo esse ponto de vista, gerais) alcançaram o mais elevado grau de desenvolvimento. O homem é, no sentido mais literal do termo, um *zoon politikon*: não só um animal social, mas um animal que só consegue individualizar-se em sociedade. A ideia de uma produção realizada por um indivíduo isolado, vivendo fora da sociedade – fato raro que pode muito bem acontecer a um homem civilizado, extraviado por acaso em uma região selvagem, mas que possui virtualmente as forças da sociedade – não é menos absurda do que a ideia do desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si. Não há necessidade de nos determos mais tempo nesse assunto. Se tocamos nesse ponto é porque essa parvoíce que teve sua razão de ser entre as pessoas do século XVIII foi reintroduzida, com toda a seriedade, em plena economia moderna por Bastiat, Carey, Proudhon, etc. Evidentemente, é muito cômodo para Proudhon e alguns outros fazerem a análise histórico-filosófica de um fenômeno econômico, cuja gênese histórica ignoram; recorrem a um mito: a ideia teria surgido toda pronta na mente de Adão ou Prometeu e, em seguida, teria sido posta em prática, etc. Nada é mais enfadonho e árido do que o lugar-comum em delírio.

Portanto, quando falamos de produção, trata-se sempre da produção em um grau determinado da evolução social – da produção de indivíduos vivendo em sociedade. Por isso, poderia parecer que, para falar da produção como tal, seria necessário observar as diferentes fases do processo de desenvolvimento histórico ou declarar previamente que vamos ocupar-nos de determinada época, por exemplo, da produção burguesa moderna: eis aí, de fato, o nosso tema propriamente dito. No entanto, todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas particularidades. A *produção em geral* é uma abstração, mas uma abstração refletida, desde o momento em que, ao dar verdadeira ênfase e ao fixar os elementos comuns, poupa-nos, assim, a repetição. Todavia, essas características gerais ou elementos comuns, colocados em evidência por comparação, articulam-se de formas muito diversas e desenvolvem-se em determinações variadas. Algumas dessas características pertencem a todas as épocas, enquanto outras limitam-se a certas épocas. Algumas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas, não seria possível conceber qualquer produção. Com certeza, as línguas mais evoluídas compartilham certas leis e características com as menos desenvolvidas, mas o que constitui o desenvolvimento das línguas mais

evoluídas são precisamente os elementos que não são gerais nem comuns às outras línguas. É necessário colocar em evidência as determinações que são válidas para a produção em geral a fim de não perdermos de vista a diferença essencial, considerando apenas a unidade: esta resulta do fato de que o sujeito, ou seja, a humanidade, e o objeto, ou seja, a natureza, são os mesmos. Esse esquecimento é responsável, por exemplo, por toda a sabedoria dos economistas modernos que se obstinam a fazer a demonstração da eternidade e harmonia das condições sociais existentes no seu tempo. Por exemplo, não há produção possível sem um instrumento de produção, nem que seja a mão; não há produção possível, sem trabalho passado, acumulado, nem que seja a habilidade adquirida e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido. Entre outras coisas, o capital é também um instrumento de produção, é também trabalho passado, materializado. Por conseguinte, o capital é uma instituição natural, universal e eterna; na verdade, ele é tudo isso com a condição de que eu deixe de lado o caráter específico, o elemento que transforma o “instrumento de produção”, o “trabalho acumulado”, em capital. É assim que toda a história das relações de produção aparece – por exemplo, em Carey – como uma falsificação instigada pela malevolência dos governos. Se não existe uma produção em geral, também não pode haver uma produção geral. A produção é sempre um ramo particular da produção – por exemplo, a agricultura, a pecuária, a manufatura, etc.; ou então ela é totalidade. No entanto, a economia política não é a tecnologia. Desenvolveremos em outro lugar a relação entre as determinações gerais da produção, em certo nível social, e as formas particulares da produção. Enfim, a produção também não é unicamente uma produção particular, mas é sempre determinado corpo social, um sujeito social, que exerce sua atividade em uma totalidade maior ou menor, mais ou menos rica, de esferas da produção. [...]

É costume, na economia política, começar com um capítulo dedicado à apresentação das generalidades; precisamente, o que figura com o título de “produção” (por exemplo, cf. J. St. Mill) onde são tratadas as *condições gerais* de toda produção. Essa parte geral estuda ou presume-se que faça o estudo do seguinte:

1) As condições sem as quais não é possível a produção, isto é, caracterização dos aspectos essenciais de toda produção. No entanto, como veremos, esse método reduz-se a um pequeno número de características muito simples que são infladas com a ajuda de insípidas tautologias.

2) As condições que fazem progredir mais ou menos a produção como, por exemplo, em Adam Smith, o estado progressivo ou estagnado da sociedade. Seus apanhados são preciosos; no entanto, para dar-lhes um valor científico, seria necessário empreender pesquisas sobre os períodos que marcam os *níveis da produtividade* na evolução dos diferentes povos – pesquisas que ultrapassam os limites propriamente ditos do nosso tema, mas na medida em que tiverem alguma relação com ele, serão realizadas na matéria referente à análise da concorrência, da acumulação, etc. Formulada em termos gerais, a resposta conduz à seguinte ideia geral: um povo atinge o apogeu de sua produção no momento em que alcança seu apogeu histórico. De fato, um povo se encontra em seu apogeu industrial quando o essencial para ele ainda não é o lucro como tal, mas a paixão de ganhar. Nesse aspecto, os ianques superam os ingleses. Ou ainda esta ideia: certas raças, certas disposições, certos climas, certas condições naturais – proximidade do mar, fertilidade do solo, etc. – são mais favoráveis à produção do que outras. De novo, somos levados à seguinte tautologia: é tanto mais fácil produzir riqueza na medida em que seus elementos subjetivos e objetivos existam em grau mais elevado.

No entanto, nessa parte geral, os economistas ainda manifestam outros interesses. Como é demonstrado pelo exemplo de Mill, estão preocupados, sobretudo, em apresentar a produção, diferentemente da distribuição, como submetida às leis eternas da natureza, independentes da história: boa oportunidade para insinuarem que, na sociedade, considerada in *abstracto*, as instituições *burguesas* constituem leis naturais imutáveis. Eis o objetivo para o qual tende, mais ou menos conscientemente, esse método.

Karl Marx

Para a crítica da economia política (introdução geral)

Texto 13

A natureza como invariante psicológico e o paralogismo da inversão entre efeito e causa

O recurso às explicações psicológicas interrompe a análise porque propicia, sem grandes esforços, o sentimento da evidência imediata: ao invocar as “naturezas

simples” que são as “propensões”, “instintos” ou “tendências” da natureza humana, corre-se o risco de dar como explicação a própria coisa que devia ser explicada e, em particular, corre-se o risco de encontrar os princípios de instituições tais como a família ou a magia nos sentimentos suscitados por essas mesmas instituições: “Portanto, não se deve, como faz Spencer, apresentar a vida social como a simples resultante das naturezas individuais na medida em que, pelo contrário, são estas que resultam daquelas. Os fatos sociais não são o simples desenvolvimento dos fatos psíquicos, mas os segundos não passam, em grande parte, do prolongamento dos primeiros no interior das consciências... O ponto de vista contrário leva, a cada instante, o sociólogo a tomar a causa pelo efeito e reciprocamente. Por exemplo, quando a organização da família, como já tem acontecido muitas vezes, é considerada como a expressão logicamente necessária de sentimentos humanos inerentes a toda consciência, é invertida a ordem real dos fatos; muito pelo contrário, é a organização social das relações de parentesco que determinou as respectivas relações entre pais e filhos. Estas teriam sido muito diferentes se a estrutura social tivesse sido diferente e a prova é que, de fato, o amor paterno é desconhecido em um grande número de sociedades”*. Durkheim mostra o seguinte: é com a condição de tratar a natura naturans invocada pelo discurso pré-científico como natura naturata, como natureza cultivada, que é possível apreendê-la no que ela tem de específico.

13. É. Durkheim

Uma explicação puramente psicológica dos fatos sociais deixaria, portanto, escapar tudo o que estes têm de específico, isto é, de social.

O que dissimulou aos olhos de tantos sociólogos a insuficiência de tal método é que, ao tomar o efeito pela causa, aconteceu que, muitas vezes, foram levados a atribuir aos fenômenos sociais, como condições determinantes, certos estados psíquicos, relativamente definidos e especiais que, de fato, constituem sua consequência. É assim que se considerou como inato no homem um certo sentimento de religiosidade, um certo *mínimo* de ciúme sexual, de piedade filial, de amor paterno, etc., e foi desse modo que se pretendeu explicar a religião, o casamento, a família. No entanto, a história mostra que tais inclinações, em vez de serem

* DURKHEIM, E. *De la division du travail social*. Paris: F. Alcan, 1893 [Citado a partir da 7. ed. Paris: PUF, 1960, p. 341].

inerentes à natureza humana, não existem em certas circunstâncias sociais ou, conforme as sociedades, apresentam tais variações que, ao serem eliminadas todas essas diferenças, o resíduo obtido – o único que pode ser considerado de origem psicológica – reduz-se a algo de impreciso e esquemático, deixando a uma infinita distância os fatos que deveriam ser explicados. A razão é que, portanto, tais sentimentos resultam da organização social, e não constituem sua base. Nem está provado, de modo algum, que a tendência à sociabilidade tenha sido, desde a origem, um instinto congênito do gênero humano. É muito mais natural ver nela um produto da vida social que, lentamente, se foi organizando em nós; com efeito, é um dado da observação que os animais são sociáveis ou não segundo as disposições de seus *habitats* os obrigam ou os desviam da vida em comum. – E ainda é necessário acrescentar que, mesmo entre tais inclinações mais determinadas e a realidade social, a distância continua sendo considerável.

Existe, aliás, um meio de isolar, de forma mais ou menos completa, o fator psicológico de maneira a poder indicar com precisão a amplitude de sua ação: é procurar saber de que forma a raça afeta a evolução social. Com efeito, os caracteres étnicos são de natureza orgânico-psíquica. Se os fenômenos psicológicos tiverem sobre a sociedade a eficácia causal que lhes é atribuída, nesse caso, a vida social deverá variar quando eles se modificarem. Ora, não conhecemos nenhum fenômeno social que esteja sob a dependência incontestável da raça. Sem dúvida, não poderíamos atribuir a essa proposição o valor de uma lei; mas, pelo menos, podemos afirmá-la como um fato constante de nossa prática. Em sociedades da mesma raça são encontradas as mais diversas formas de organização, enquanto semelhanças marcantes podem ser observadas entre sociedades de raças diferentes. A cidade existiu entre os fenícios, assim como entre os romanos e gregos; vamos encontrá-la em formação na Cabília.

A família patriarcal estava quase tão desenvolvida entre os judeus quanto entre os hindus, mas não se encontra entre os eslavos que, no entanto, são de raça ariana. Em compensação, o tipo familiar observado aí existe também entre os árabes. A família matriarcal e o clã são observados por toda a parte. Os detalhes das provas judiciárias, das cerimônias nupciais são os mesmos entre os povos mais dessemelhantes do ponto de vista étnico. Se isso ocorre é porque a contribuição psíquica é por demais geral para predeterminar o curso dos fenômenos sociais. Uma vez que tal contribuição não implica determinada forma social com exclusão de outras, não

pode servir de explicação para nenhuma delas. Existe, é verdade, um certo número de fatos que é costume atribuir à influência da raça. É assim que se explica, em particular, como o desenvolvimento das letras e artes foi tão rápido e tão intenso em Atenas, tão lento e tão medíocre em Roma. No entanto, apesar de clássica, tal interpretação dos fatos nunca foi metodicamente demonstrada; parece tirar quase toda a sua autoridade unicamente da tradição. Não se procurou nem mesmo ver se não seria possível uma explicação sociológica dos mesmos fenômenos; além disso, estamos convencidos de que esta poderia ser tentada com sucesso. Em suma, quando o caráter artístico da civilização ateniense é relacionado, com tanta ligeireza, a faculdades estéticas congênitas, procede-se de maneira semelhante ao costume da Idade Média que explicava o fogo pela flogística e os efeitos do ópio por sua virtude dormitiva.

Enfim, se verdadeiramente a origem da evolução social estivesse na constituição psicológica do homem, não é possível ver como ela se teria produzido. Com efeito, seria necessário admitir que tem como motor alguma mola interior à natureza humana. Mas qual poderia ser essa mola? Seria aquela espécie de instinto de que fala Comte que leva o homem a realizar cada vez mais perfeitamente sua natureza? Nesse caso, trata-se de responder à questão pela questão e explicar o progresso pela tendência inata ao progresso, verdadeira entidade metafísica cuja existência, de resto, não tem qualquer comprovação; com efeito, até mesmo as espécies animais mais elevadas não são de modo algum impelidas pela necessidade de progredir e, mesmo entre as sociedades humanas, existem muitas que se comprazem em permanecer indefinidamente estacionárias. Seria a necessidade de uma felicidade maior, como parece ser a opinião de Spencer, a ser alcançada de maneira cada vez mais completa pelas formas cada vez mais complexas da civilização? Seria necessário estabelecer, então, que a felicidade cresce com a civilização; ora, já explicamos em outra parte todas as dificuldades levantadas por tal hipótese. Mas ainda há mais; ainda que um desses dois postulados viesse a ser aceito, nem por isso o desenvolvimento histórico se tornaria inteligível; com efeito, a explicação resultante daí seria puramente finalista e já demonstramos, mais acima, que os fatos sociais, assim como todos os fenômenos naturais, não são explicados pela simples circunstância de servirem para algum fim. Mesmo que sejam apresentadas provas de que as organizações sociais cada vez mais sofisticadas que se sucederam no decorrer da história tiveram como efeito satisfazer cada vez mais esta ou aquela de nossas propensões fundamentais,

nem por isso chegaremos a compreender como elas foram produzidas. O fato de serem úteis não nos esclarece sobre o que lhes deu o ser. Ainda que tivéssemos a possibilidade de explicar como chegamos a imaginá-las, de traçar como que um plano prévio de maneira a fazer uma ideia dos serviços que poderíamos esperar delas – só por si, problema já difícil de solucionar –, mesmo assim o fato de torná-las objeto de nossos desejos não teria a virtude de criá-las do nada. Em poucas palavras, admitindo que tais organizações são os meios necessários para atingir o objetivo perseguido, a questão continua de pé: Como, isto é, de que maneira e por intermédio de que tais meios foram constituídos?

Chegamos, portanto, à seguinte regra: *A causa determinante de um fato social deve ser procurada entre os fatos sociais anteriores e não entre os estados da consciência individual.* Por outro lado, percebe-se facilmente que tudo o que precede se aplica tanto à determinação da função quanto à determinação da causa. A função de um fato social só pode ser social, isto é, consiste na produção de efeitos úteis do ponto de vista social. Sem dúvida, pode acontecer e, efetivamente, acontece que, em contragolpe, o fato social também possa servir ao indivíduo. No entanto, esse resultado satisfatório não constitui sua razão de ser imediata. Portanto, podemos completar a proposição precedente dizendo: *A função de um fato social deve ser sempre procurada na relação que ele mantém com algum fim social.*

Émile Durkheim

As regras do método sociológico

Texto 14

A esterilidade da explicação das especificidades históricas por meio de tendências universais

A prática da análise histórica e o recurso constante ao método comparativo tornavam Max Weber particularmente sensível ao verbalismo tautológico das explicações psicológicas pelas tendências da natureza humana, quando se trata de levar em consideração as “constelações históricas particulares”. A explicação da conduta capitalista por uma auri sacra fames, que teria alcançado seu ponto mais elevado de intensidade na época moderna, combina contraditoriamente dois tipos de redução histórica: a fragmentação das fatalidades reais em uma poeira de

fatos isolados do respectivo contexto e destinados a ilustrar uma explicação trans-histórica; e a redução evolucionista de um sistema específico de comportamentos a uma instituição originária em relação à qual ele não traria qualquer novidade essencial.

Poder-se-ia opor a esse texto em que Weber constrói sistematicamente as características específicas do capitalismo moderno as análises de Sombart que, depois de ter reconhecido que “o espírito da vida econômica pode variar indefinidamente, ou, dito por outras palavras, que as qualidades psíquicas exigidas para a realização de ações de natureza econômica podem variar de um caso para outro, na mesma medida em que as ideias diretrizes e os princípios gerais que presidem ao conjunto da atividade econômica”, cede, no entanto, à tentação de explicar uma formação histórica singular por uma “generalidade” cara ao senso comum: é “a paixão pelo ouro e o amor pelo dinheiro” que, segundo Sombart, constituem a origem comum das formas históricas bastante diferentes desenvolvidas pelos povos germano-eslavo-celtas. “Temos todos os motivos para admitir... que esses povos da Europa ou, pelo menos, suas camadas superiores, sentiram bem cedo uma paixão ardente pelo ouro e foram impelidos por forças irresistíveis à procura e conquista do precioso metal”*. Portanto, uma grande parte de seu método consiste em procurar – através de lembranças anedóticas que ilustram a propensão para o entesouramento ou de protestos morais que vituperam a “monetização de todos os campos da vida” – vestígios desse amor pelo ouro e pelo dinheiro que, sob formas diversas, seria um fator constante da vida econômica.

14. M. Weber

A “sede de adquirir”, a “ânsia do lucro”, do dinheiro, da maior quantidade de dinheiro possível, são atitudes que, em si mesmas, nada têm a ver com o capitalismo. Garçons, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários corruptos, soldados, ladrões, cruzados, proprietários de casas de jogo, mendigos, todos podem ser possuídos por essa mesma sede – como poderia ter acontecido ou aconteceu com toda a espécie de pessoas, em todas as épocas e lugares, por toda parte em que existem ou existiram, de alguma forma, as condições objetivas desse estado de coisas. Nos manuais de história da civilização para uso das classes infantis

* SOMBART, W. *Le Bourgeois*. Paris: Payot, 1926 [Trad. S. Jankelevitch].

deveria ser ensinada a renúncia a essa imagem ingênua. A avidez por um lucro sem limites não implica em nada o capitalismo, ainda menos o seu “espírito”. Este identificar-se-ia sobretudo com a *dominação* [Bändigung] ou, pelo menos, com a moderação racional desse impulso irracional. Sem dúvida, na organização permanente, racional, capitalista, o capitalismo equivale à busca do lucro, de um lucro sempre *renovado* – é busca da *rentabilidade*. Só pode ser assim. Nas situações em que toda a economia está submetida à ordem capitalista, uma empresa capitalista individual que não se orientasse [*orientiert*] pela busca da rentabilidade estaria condenada a desaparecer. [...]

Um estado de espírito semelhante ao que é manifestado nas passagens citadas de Benjamin Franklin recebeu a aprovação de todo um povo². Teria sido simplesmente proscrito na Antiguidade, assim como na Idade Média, enquanto atitude sem dignidade e manifestação de uma sórdida avaréza. Ainda em nossos dias, o mesmo ocorre com todos os grupos sociais que se encontram menos diretamente sob a dependência do capitalismo moderno ou pouco adaptados ao mesmo. Isso não se deve – como tem sido afirmado frequentemente – porque, nas épocas pré-capitalistas, a sede de lucro, talvez, ainda seria desconhecida ou pouco desenvolvida. Nem porque a *auri sacra fames*, ou seja, a avidez de ouro, teria sido menos potente outrora – ou seria agora – fora do capitalismo burguês do que no interior de sua esfera particular, como levam a crer as ilusões de modernos românticos. Não, não é nesse ponto que reside a diferença entre o espírito capitalista e o espírito pré-capitalista. A avidez do mandarim chinês, a do aristocrata da Antiga Roma, a do camponês moderno, resistem a qualquer comparação. E a *auri sacra fames* do cocheiro napolitano, do *barcaiuolo*, a de representantes asiáticos de profissões semelhantes, assim como a do artesão dos países do sul da Europa ou da Ásia, revelar-se-á – como qualquer um pode descobrir por si mesmo – extraordinariamente mais intensa e, em particular, muito menos escrupulosa do que, digamos, a de um inglês em circunstâncias idênticas.

A falta absoluta de escrúpulos, o egoísmo interessado, a cupidez e escabrosidade no lucro têm sido, precisamente, as características marcantes dos países cujo

² M. Weber acaba de citar textos que considera como uma expressão do “espírito do capitalismo”: B. Franklin prega nessas sentenças uma moral ascética para quem o objetivo supremo é produzir cada vez mais dinheiro mediante uma vida dominada pelo cálculo e pela preocupação em fazer render o dinheiro, “por natureza, gerador e prolífico”.

desenvolvimento capitalista burguês – avaliado segundo padrões ocidentais – permaneceu atrasado. Como dirá qualquer empregador: a falta de *coscienziosità* dos operários de tais países – por exemplo, a Itália comparada com a Alemanha – tem sido e, até certo ponto, ainda continua sendo, um dos principais obstáculos a seu desenvolvimento capitalista. O capitalismo não pode utilizar o trabalho dos que praticam a doutrina do *liberum arbitrium* indisciplinado, como também não pode aceitar – como foi mostrado por Franklin – homens de negócio sem qualquer escrúpulo em suas relações com outrem. Assim, a diferença não está no grau da sede do lucro pecuniário. *A auri sacra fames* é tão velha quanto a história do homem. No entanto, veremos que os que se submetem a ela sem reservas – como o capitão holandês que, “embora fosse obrigado a queimar as velas, passaria pelo inferno para ganhar dinheiro” – não são absolutamente os representantes do “espírito” especificamente moderno do capitalismo considerado como *fenômeno de massa*; e só isso é que é importante. Em todas as épocas da história, essa impiedosa febre de aquisição, sem relação com qualquer norma moral, desenvolveu-se sempre que foi possível. [...]

Todavia, foi no Ocidente que o capitalismo desenvolveu uma extensa gama de significados e veio a conhecer tipos, formas e tendências que ainda não tinham existido em parte alguma. Em todo o mundo, sempre houve comerciantes: atacadistas ou varejistas, negociantes locais ou caixeiros-viajantes. Sempre existiram empréstimos de toda a espécie; os bancos dedicaram-se às mais variadas operações, pelo menos, comparáveis às do nosso século XVI. Empréstimos marítimos [*Seedarlehen*], *commenda*, associações e sociedades comanditárias foram amplamente difundidas e, por vezes, chegaram a assumir uma forma permanente. Nos lugares em que existiram créditos de funcionamento para as instituições públicas também apareceram os financiadores: na Babilônia, Grécia, Índia, China, Roma. Financiaram guerras, a pirataria, mercados de abastecimento, operações imobiliárias de toda a espécie.

Na política de ultramar, desempenharam o papel de empresários coloniais, plantadores proprietários de escravos, utilizando o trabalho forçado. Tornaram-se administradores de domínios, repartições, com uma preferência pela cobrança de impostos. Financiaram os chefes de partidos no período das eleições e os *condottieri* durante as guerras civis. Afinal de contas, foram *especuladores* em busca de todas as oportunidades de lucro pecuniário. Essa variedade de empresários,

os *aventureiros* capitalistas, existiu em todo o mundo. Com exceção do comércio ou das operações de crédito e bancárias, suas atividades assumiram um caráter irracional e especulativo ou, então, orientaram-se para a apropriação pela violência, principalmente, na recuperação de despejos: diretamente, pela guerra, ou indiretamente, sob a forma permanente do lucro fiscal, isto é, pela exploração dos súditos. Outras tantas características que ainda podemos encontrar no capitalismo dos países ocidentais: capitalismo dos aventureiros da finança, dos grandes especuladores, dos caçadores de concessões coloniais, dos grandes financistas. E, sobretudo, naquele que se dedica, de forma especial, à exploração das guerras ao qual se encontra associada, hoje como sempre, uma parte, mas somente uma parte, do grande comércio internacional.

No entanto, na Era Moderna, o Ocidente veio a conhecer outra forma de capitalismo: a organização racional capitalista do *trabalho* (formalmente) livre, do qual apenas encontramos vagos indícios em outras partes do mundo. Na Antiguidade, a organização do trabalho escravo só atingiu um certo nível de racionalização nas plantações e, em menor grau, nas *ergasteria*. No início da Era Moderna, a racionalização ainda foi mais restrita nas fazendas e oficinas senhoriais, assim como nas indústrias domésticas dos senhores feudais que utilizavam o trabalho escravo. Apenas casos isolados de trabalho livre podem ser encontrados fora do Ocidente – o fato está comprovado – em verdadeiras indústrias domésticas. O emprego, naturalmente bastante difundido, de diaristas só, excepcionalmente, levou à formação de organizações manufatureiras – e isso sob formas muito diferentes da organização industrial (monopólios do Estado) – mas nunca a uma organização de aprendizagem da profissão do tipo existente em nossa Idade Média.

No entanto, a organização racional da empresa, ligada às previsões de um mercado regular e não às oportunidades irracionais ou políticas de especulação, não é a única particularidade do capitalismo ocidental. Tal organização não teria sido viável sem a presença de outros dois importantes fatores: a *separação entre a economia doméstica* [*Haushalt*] e a *empresa* [*Betrieb*] que domina toda a vida econômica moderna; e, associado estreitamente a esse fator, a *contabilidade* racional. Encontramos, igualmente, em outras partes do mundo, a separação espacial entre a residência e o local de trabalho (ou de venda) – exemplos: o bazar oriental e as *ergasteria* de certas civilizações. Da mesma forma, no Oriente Próximo, Extremo Oriente e Antiguidade, existiram associações capitalistas com contabilidade inde-

pendente. No entanto, comparadas com a independência das empresas modernas, tais associações constituem apenas modestas tentativas. Antes de tudo, porque lhes faltavam ou começavam apenas a se desenvolver as condições indispensáveis para conseguir essa independência, a saber: nossa contabilidade racional e nossa separação jurídica entre bens da empresa e bens pessoais. Em toda parte, ao procurarem o lucro, as empresas tiveram tendência para se desenvolverem a partir de uma grande economia familiar, quer seja ligada ao rei ou ao senhor feudal (o *oikos*); como foi bem observado por Rodbertus, ao lado de semelhanças superficiais com a economia moderna, tais empresas apresentam um desenvolvimento divergente e até oposto.

Entretanto, em última análise, todas essas particularidades do capitalismo ocidental não adquiriram a significação moderna a não ser pela sua associação com a organização capitalista do trabalho. Também lhe estão ligados o que, em geral, se costuma chamar de “comercialização”, ou seja, o desenvolvimento dos títulos negociáveis, e a Bolsa de Valores que é a racionalização da especulação. Sem a organização racional do trabalho em moldes capitalistas, todos esses fatos – admitindo que continuassem sendo possíveis – não teriam a mesma significação, sobretudo, no que diz respeito à estrutura social e a todos os problemas contemporâneos especificamente ocidentais que lhe são conexos. O cálculo exato, fundamento de todo o resto, só é possível tendo por base o trabalho livre.

Max Weber

A ética protestante e o espírito do capitalismo

1.4. A SOCIOLOGIA ESPONTÂNEA E OS PODERES DA LINGUAGEM

Texto 15

A nosografia da linguagem

Julgamos, afirmava aproximadamente Bacon, que governamos nossas palavras quando, afinal, são elas que nos governam sem nós o sabermos e nos comprometem insidiosamente nos embustes de suas falsas aparências. Não basta, como

pretende a tradição racionalista da Lingua universalis ou da Characteristica generalis, substituir as incertezas da linguagem comum, esse idolum fori, pela lógica perfeita de uma linguagem construída: é necessário analisar a lógica da linguagem corrente que, por ser corrente, passa despercebida. Somente tal crítica poderá revelar as falsas problemáticas e as categorias falaciosas veiculadas pela linguagem e que ameaçam sempre se reintroduzir sob o disfarce erudito da língua mais formalizada.

15. M. Chastaing

Wittgenstein trata os filósofos como se fossem doentes e inventa um novo método [II, 26]³ que há de curá-los de suas doenças. Como? Tornando-os *calmos*. De que maneira esse método dissipará a inquietação deles? Resolvendo seus problemas? Não: mas dissolvendo-os [48, 51, 91, 155].

Qual é a doença deles? Maneiras incorretas de falar [47]. Sem dúvida, empregam palavras que utilizamos: conhecimento, ser, eu, objeto, etc. [48], mas não as empregam como nós, nem como eles próprios utilizam *humildemente* as palavras *mesa*, *cozinha* ou *tênis* [44]. Quando perguntam: “Será que um coronel pensa?”, estarão formulando a questão que, por vezes, infelizmente formulamos [126]? Quando confessam: “Não posso conhecer seus sentimentos”, será que lhes diremos: “Tentem”? Ou interpretam de *forma bizarra* nossas expressões correntes [19], ou sua esquisitice se manifesta por meio de formas de expressão não usuais [47]. Ou então, em sua confusão, já não compreendem nossa linguagem cotidiana nem a deles⁴, ou inventam uma linguagem tão incompreensível quanto a de um louco que pede: *Leite mim açúcar* [138]. Os problemas deles surgem de seus desregramentos linguísticos [51]. Mais precisamente: da desobediência às regras dos jogos de palavras⁵.

³ Os algarismos entre colchetes reenviam às *Philosophical investigations*. Oxford, 1953; os algarismos precedidos de I e II indicam as páginas do estudo de G.E. Moore, “Wittgenstein’s Lectures”. *Mind*, 1954 e 1955.

⁴ Quando filosofamos, ficamos semelhantes aos selvagens, aos primitivos que ouvem falar os civilizados, interpretam mal as palavras destes e tiram estranhas conclusões de tal interpretação [79]. M. MacDonald traduz: os filósofos “empregam palavras correntes, ao mesmo tempo que as privam de sua função corrente” (“The Philosopher’s Use of Analogy”. *Logic and Language*. Oxford, 1955, 1, p. 82).

⁵ Wittgenstein utiliza a expressão Sprachspiel (language-game) para designar ora o sistema (I, 6) de uma língua; ora a utilização dessa língua, isto é, a palavra; ora, enfim, a palavra e os atos aos quais ela está misturada [5]. Ilustra essa expressão, comparando, como Saussure, a linguagem ao xadrez [N.T.: No original, *jeux de paroles*].

Ora, o sentido de uma palavra ou de um conjunto de palavras é determinado pelo sistema das regras que fixam seu emprego⁶ [I, 298]. Os enunciados filosóficos não têm, por conseguinte, sentido⁷ [48]. E cada filósofo, perdido na confusão [222] de seus absurdos, limita-se a repetir: “Sou um desencaminhado”⁸.

Principais sintomas de tal desvario:

1) O “fora de jogo”. – Os doentes subtraem palavras dos textos em que as utilizamos, extraem frases de seus contextos usuais, proferem, assim, palavras fora de uso que são dotadas por eles de uma significação absoluta quando, afinal, nossas palavras só adquirem significação relativamente às condições – verbais ou não – em que aprendemos a brincar com elas [6, 10, 20, 24, 36, 44, 65, 73, 220]. Por exemplo, formulam fora de todos os jogos em que suas palavras desempenham determinados papéis e, portanto, fora de toda linguagem⁹, questões como: “Isso é simples ou complexo”? “Isso será um estado mental?” [21, 61].

Alguns sinais que servem de diagnóstico:

a) As *contradições* [50]. – Um homem que pergunta: “Pode-se jogar xadrez sem a rainha?” “Posso sentir tua dor de dentes?” “Será que um tigre sem listras é um tigre?”¹⁰, é um filósofo. Se aprendeu a dizer “tigre” para denominar um carnívoro com pele listrada, não será que se contradiz, de fato, ao falar de um tigre sem pele listrada?

b) As *essências ocultas* [43]. – O filósofo que procura dentes no bico de uma galinha encontra aí dentes invisíveis: procura o sentido das palavras “ser” e “objeto”, ora privou-as de qualquer sentido visível, arrancando-as às *circunstâncias* em que elas se criavam e das quais são manifestamente signos¹¹; deve, portanto, imaginar que o sentido procurado se *oculta* em ideias ou essências espirituais que as palavras

⁶ Fórmula de M. Schlick atribuída por ele a Wittgenstein (“Meaning and Verification”. *Phi. Rev.*, 1936, p. 341).

⁷ Cf. FARREL, B.A. “An Appraisal of Therapeutic Positivism”. *Mind*, 1946.

⁸ *Ein philosophisches Problem hat die Form: “Ich kenne mich nicht aus”* [49].

⁹ *Em uma linguagem, tudo o que posso é significar alguma coisa por alguma coisa* [18]. Fórmula bastante “saussureana”.

¹⁰ Exemplos de Wittgenstein (WISDOM, J. “Other Minds”. *Mind*, 1940, p. 370).

¹¹ A significação de uma palavra é, portanto, “mediatizada” pelas circunstâncias nas quais esta é utilizada. P.F. Strawson vê na “hostilidade à doutrina da imediação” uma das constantes das *Philosophical investigations* (*Mind*, 1951, p. 92, 98).

significam¹² (como um entalhe em uma pedra significa um tesouro enterrado) e, em seguida, inventar uma intuição [84] que lhe permita descobrir *de repente* [80] a essência secreta dos seres e objetos [48].

c) As *definições* [73]. – Quando um pesquisador de essências ocultas pergunta-lhe: “O que é o jogo?”, não será que espera que você lhe forneça uma resposta *definitiva* [43]? Quando os filósofos questionam, buscam definições. Mas como dizer-lhes onde acaba o jogo, onde ele começa [33-36]?¹³ Não será que aprendemos a falar de jogos infantis, jogos olímpicos, jogos de matemática, jogos de palavras, etc.? Aprendemos, portanto, a estender indefinidamente o campo dos jogos? Nosso conceito “jogo” parece *ilimitado* [31-33]¹⁴.

Remédio: trazer as palavras e frases de volta a *seus domicílios*, isto é, para a casa das situações em que são utilizadas [48, 155]. Posologia: em caso de crise filosófica, tomar as palavras críticas e formular a si mesmo a seguinte questão: “Em quais circunstâncias as pronunciamos?” [48, 61, 188; II, 19].

2) O denominador comum. – Os doentes defendem-se: pretendem definir *o que é comum*, em todas as circunstâncias, a qualquer jogo; gostariam de contemplar a essência da Arte na qual comungam todas as artes. E atacam: para que apliquemos um nome comum, como “jogo” ou “arte”, a diferentes atividades, é *necessário* que tais atividades tenham um denominador comum.

Falando de voo/roubo*, será necessário, portanto, que o voo de um aviador tenha *alguma coisa* em comum com o roubo de um malfeitor? Nossos antepassados caçadores passaram de uma acepção para a outra, por intermédio de animais voláteis e ladrões de caça. Quanto a nós, passamos *gradualmente* para os diferentes modos de emprego do termo “burô”*, sem pensar em uma Ideia de Burô da qual participariam um tecido, um móvel, um local, uma sociedade e um estabelecimento público. A semasiologia das *transições graduais* dissipa o mistério das Ideias demasiado gerais [II, 17].

¹² Conferir: *Wo unsere Sprache uns einen Körper vermuten lässt, und kein Körper ist, dort möchten wir sagen, sei ein GEIST* [18].

¹³ Alguns linguistas falam exatamente como Wittgenstein: “Onde começa e onde acaba o gênero ‘pote’, por exemplo, ou o gênero ‘marmitta’?” (DAUZAT A., *La géographie linguistique*. Paris, 1922, p. 123).

¹⁴ Cf. CHASTAING, M. “Jouer n’est pas jouer”. *J. Psy.*, 1959.

* N.T.: No original, “bureau” que inclui várias acepções: escrivania, escritório, repartição pública, agência de correios, de emprego, bilheteria de teatro, os membros da mesa de uma assembleia, comissão...

Nesse caso, eis o remédio: “Não diga: ‘Deve existir aí alguma coisa em comum’ a todas as substâncias, qualidades ou ações designadas por um mesmo termo”, mas observe e veja se existe *alguma coisa em comum*. Observe o *funcionamento* do termo “ocupação” e veja se a “ocupação de um operário” tem alguma coisa em comum com a “ocupação de um lugar”. Se um golpe é “seco” como um terreno e um terreno é “seco” como o champanhe¹⁵. Se a vida do verbo “tomar” é tão uniforme quanto a de “arrancar”.

Aprenda a conhecer, por meio de *exemplos*, como trabalham as palavras [31-32, 51,109]. Eventualmente, tome algumas doses de exemplos nos tratados de Semântica.

3) A *dieta parcial* [155]¹⁶. – Sem dúvida, existem filósofos que se abstêm de alimentar suas especulações com exemplos; mas outros *só alimentam seus pensamentos com uma espécie de exemplos*. Estes acabam esquecendo a existência de espécies diferentes. Universalizam, por consequência, maneiras particulares de falar: para eles, “alguns” tornam-se “todos”; uma parte, a totalidade [3, 13,18, 37, 110, 155]. Observe-os: metafísicos que *substituem* “semelhante” por “idêntico” quando, afinal, esses termos só, por vezes, são sinônimos [91]; ou psicólogos que pressupõem que *um motivo é o motivo* [II, 19]. Muitas vezes, como filósofos da linguagem, têm o costume de tratar todas as palavras como substantivos e todos os substantivos como nomes próprios [18-20, I, 9].

Remédio: a especificação explícita. Formule as condições especiais em que determinadas palavras *X* têm uma significação *Y*, *fixe* assim *propositalmente* os limites dessa significação com condições espécimens. “Nesse caso...”, “Nesses casos...” Por vezes, será suficiente que você diga: “Em um grande número de casos...”

Para preparar esse remédio, complete a fórmula já prescrita: “Em que circunstâncias dizemos que...?” pela questão: “Não haverá circunstâncias em que falamos de maneira diferente?” Se, por exemplo, você é levado pela tentação de julgar os jogos como competições, não fique apenas na questão: “Quais jogos?”, mas pergunte ainda: “Será que existem jogos sem competidores? E quais?” Com suas demandas,

¹⁵ Cf. WELLS, R. “Meaning and Use”. *Word*, agosto de 1951, p. 24. Nesse número de *Word*, a filosofia de Wittgenstein conflui com a linguística estrutural (cf. ULLMANN, S. “The Concept of Meaning in Linguistics”. *Archivum Ling.*, 1956, p. 18-29). Mas confluência não é influência. Wittgenstein teria sido influenciado por linguistas? Teria exercido influência sobre a linguística?

¹⁶ *Einseitige Diät*.

você aprenderá a comparar os diversos modos de emprego do termo “jogo” [3, 20, 30, 32, 50].

4) “O erro de categoria”¹⁷. – Por não se exercitarem a comparar os campos semânticos de seus vocábulos, os filósofos cometem o erro de confundir tais campos [24, 13]. Sua linguagem assemelha-se, então, a um tênis do qual sairiam os “tentos” do futebol, a um ringue no qual combateriam boxeadores de categorias diferentes [231]. Será que pretendem imitar os humoristas para quem o “erro de categoria” constitui uma lei? Não. Não propõem como brincadeiras suas *brincadeiras gramaticais* [47]. É de forma muito séria que transformam a psicologia em outra física [151], ou o pensamento em outra palavra [217], que dizem que a senhorita Durand tem um “ego” como tem cabelos louros¹⁸ ou que o espírito tem opiniões como o Sr. Martin também as tem [151], que eles assimilam as *razões* de sonhar às *causas* do sonho [II, 20-21], nossa linguagem a uma língua lógica [46] ou a significação da palavra à própria palavra [49]. De forma muito séria, consideram *maneiras imagéticas de falar* como se fossem proposições empíricas [100-101], e consideram metáforas, nas quais as palavras passam de seu campo semântico para um campo estranho [I, 5, 295], como expressões correntes.

Remédio: alguns exercícios de “comutação”¹⁹. Exercite-se a perguntar a si mesmo: “Nas circunstâncias em que digo A, será que posso comutar A e dizer B? Será que, portanto, posso dizer seja A ou B, seja A e B?” Por exemplo, formule a questão: “Posso dizer: ‘Será que estou sofrendo?’” do mesmo modo que digo: “Será que amo?”; “Sinto, durante alguns segundos, um desgosto violento” como: “Sinto, durante alguns segundos, uma dor violenta?” E você já não sucumbirá à tentação de introduzir o amor e o desgosto na categoria das sensações em que coloca a dor, até mesmo o sofrimento [61, 154, 174]. Formule a questão: “Será que posso dizer que falo com palavras e frases?”²⁰ “Que um jogador de xadrez utiliza peças e gambitos?” E você deixará de ser tentado em colocar os substantivos *no mesmo plano* das proposições [24].

¹⁷ Cf. RYLE, G. *The Concept of Mind*. Cambridge, 1951, p. 16-18.

¹⁸ THOMSON, J.E. “The Argument from Analogy and our Knowledge of Other Minds”. *Mind*, 1951, p. 343.

¹⁹ Vocábulo caro aos “glossemáticos”. Justificado pela vigésima observação por meio da qual, como eles, Wittgenstein transforma a palavra na menor “unidade de comutação” que possa ter valor de frase (8, 9), e pela observação 558 na qual esse autor emprega o famoso “substitution test” para identificar o sentido de uma palavra (cf. HJELMSLEV, L. *Prolegomena to a Theory of Language*. Baltimore, Indiana: Waverley Press, 1953, p. 66).

²⁰ Cf. RYLE, G. “Ordinary Language”. *Phi. Rev.*, 1953.

Portanto, aprenda, por meio de demandas em que você *empregará uma frase em contraste com outras*, um vocábulo em oposição a outros [9, 90], a reconhecer as diferenças semânticas estabelecidas sistematicamente pela linguagem habitual e, ao mesmo tempo, os erros dos filósofos que violentam o “sistema de diferenças”²¹ da própria língua.

Esse remédio, como os precedentes, procede assim de uma psicanálise que se rege pelo seguinte regulamento: para que os filósofos fiquem curados é necessário torná-los conscientes de suas excentricidades verbais²²; para torná-los conscientes de tais excentricidades, é necessário voltar a dar-lhes consciência da linguagem corrente que, por ser corrente, passa despercebida [43-49]. *Fazê-los voltar* [50] à ordem linguística, graças a uma exposição *clara* de nossas maneiras de falar [6, 51, 133, 167]. O terapeuta que, como Descartes, gosta da ordem e da clareza²³, como Sócrates não ensina nada: expondo a linguagem cotidiana, limita-se a propor *banalidades* [42, 47, 50; II, 27]²⁴.

Maxime Chastaing

Wittgenstein et le problème de la connaissance d'autrui

Texto 16

Os esquemas metafóricos em biologia

Os esquemas comuns – imagens ou analogias – têm o poder de criar obstáculo, pela compreensão global e imediata que proporcionam, ao desenvolvimento do conhecimento científico dos fenômenos. Para liberar as virtudes heurísticas de noções como as de “célula” ou “tecido”, foi necessário que o pensamento biológico tivesse conseguido neutralizar as conotações afetivas ou sociais que essas palavras mantinham de sua utilização comum. Na maior parte das vezes, como ocorreu com Harvey que teve de recalcar a imagem da “irrigação” para poder formular a hipótese da circulação do sangue, é necessário saber romper radicalmente com um sistema de imagens que impede a formulação de uma teoria coerente. De forma geral, o recurso a uma analogia, ainda que esta não seja absolutamente adequada,

²¹ Fórmula de Saussure.

²² *Os problemas filosóficos surgem quando a linguagem se emancipa* [19].

²³ Malebranche pratica já o método wittgensteiniano (*Recherche de la vérité*, VI, 2, 7).

²⁴ *Sie stellt nur fest, was Jeder ihr zugibt* [156], diz Wittgenstein a respeito de sua “filosofia”.

pode permitir perceber as ambiguidades de uma analogia menos adequada, se tal recurso é em si mesmo controlado por uma intenção teórica: a metáfora do organismo concebido como uma sociedade permitiu que a biologia rompesse com a representação tecnológica do corpo; no entanto, tal analogia foi, por sua vez, retificada pelo desenvolvimento da teoria biológica.

16. G. Canguilhem

Com a célula, estamos diante de um objeto biológico cuja superdeterminação afetiva é incontestável e considerável. A psicanálise do conhecimento já conta com um número suficiente de felizes sucessos para pretender alcançar a dignidade de um gênero ao qual, mesmo sem intenção sistemática, é possível dar algumas contribuições. Cada um encontrará em suas lembranças das aulas de história natural a imagem da estrutura celular dos seres vivos. Tal imagem tem uma constância quase canônica. A representação esquemática de um epitélio é a imagem do bolo de mel. Célula é um termo que não nos leva a pensar em monge ou prisioneiro, mas em abelha. Haeckel observou que as células de cera repletas de mel são o correspondente completo das células vegetais repletas de suco celular. Todavia, parece-nos que o controle das mentes exercido pela noção de célula não se atém a essa integralidade de correspondência. Mas antes quem sabe se, ao extrair conscientemente à colmeia das abelhas o termo célula, para designar o elemento do organismo vivo, o espírito humano não lhe retirou também, quase inconscientemente, a noção do trabalho cooperativo, cujo produto é o favo de mel? Como o alvéolo é o elemento do edifício, as abelhas são, segundo a afirmação de Maeterlinck, indivíduos inteiramente absorvidos pela república. De fato, a célula é uma noção, simultaneamente, anatômica e funcional, a noção de um material elementar e de um trabalho individual, parcial e subordinado. O que é certo é que determinados valores afetivos e sociais de cooperação e associação planam de perto ou de longe sobre o desenvolvimento da teoria celular. [...]

O termo tecido* merece que nos detenhamos por um momento. Como se sabe, tecido vem de *tistre*, forma arcaica do verbo tecer**. Se o vocábulo célula nos pareceu sobrecarregado de significações implícitas de natureza afetiva e social, o termo tecido parece-nos que não está menos carregado de implicações extrateóricas. Célula faz-nos pensar em abelha e não em homem. Por sua vez, tecido faz-nos pensar

* N.T.: No original, *tissu*.

** N.T.: No original, *tisser*.

em homem e não em aranha. Tecido é, por excelência, obra humana. Quanto à célula, com sua forma hexagonal canônica, é a imagem de um todo fechado sobre si mesmo. No entanto, o tecido é a imagem de uma continuidade em que toda interrupção é arbitrária, em que o produto procede de uma atividade sempre aberta para a continuação. Corta-se aqui ou lá, conforme as necessidades. Além disso, uma célula é coisa frágil, feita para ser admirada, observada sem ser tocada, sob pena de ser destruída. Pelo contrário, deve-se tocar, apalpar, amarrotar um tecido para apreciar seu grão, flexibilidade, macieza. Dobra-se, desdobra-se um tecido que pode ser desenrolado em ondas sobrepostas no balcão do comerciante. [...]

O sangue, a seiva escorrem como a água. A água canalizada irriga o solo; da mesma forma, o sangue e a seiva devem irrigar. É Aristóteles quem assimilou a distribuição do sangue a partir do coração à irrigação de um jardim por canais. E Galeano pensava da mesma forma. No entanto, irrigar o solo é, no final de contas, perder-se nele. E aí está exatamente o principal obstáculo para a compreensão da circulação. Harvey é homenageado por ter feito a experiência da ligadura das veias do braço, cuja turgescência abaixo do ponto de estrição é uma das provas experimentais da circulação. Ora, essa experiência já tinha sido feita, em 1603, por Fabricio d'Aquapendente – e é bem possível que ainda seja mais antiga – que tinha chegado à conclusão do papel regulador das válvulas das veias, mas pensava que se tratava para elas de impedir o sangue de se acumular nos membros e partes inclinadas. O que Harvey acrescentou à soma das constatações feitas antes dele foi, ao mesmo tempo, simples e capital; em uma hora, o ventrículo esquerdo envia para o corpo pela aorta um peso de sangue igual ao triplo do peso do corpo. De onde vem e para onde pode ir tanto sangue? E, aliás, se é aberta uma artéria, o organismo fica completamente exangue. Daí surgiu a ideia de um possível circuito fechado. “Perguntei-me, afirma Harvey, se tudo não se explicaria por um movimento circular do sangue”. Foi então que, refazendo a experiência da ligadura, Harvey chegou a dar um sentido coerente a todas as observações e experiências. Vê-se como a descoberta da circulação do sangue é, em primeiro lugar e, talvez, essencialmente, a substituição de um conceito, o de irrigação, diretamente importado pela biologia do campo da técnica humana, para outro conceito destinado a “coerir” observações precisas feitas sobre o organismo em diversos pontos e em diferentes momentos. A realidade do conceito biológico pressupõe o abandono da comodidade do conceito técnico de irrigação.

Georges Canguilhem
La Connaissance de la vie

É a fisiologia que dá a chave da totalização orgânica, chave que a anatomia não tinha conseguido fornecer. Os órgãos, os sistemas de um organismo altamente diferenciado, não existem por si mesmos, nem uns em relação aos outros enquanto órgãos ou sistemas, mas existem para as células, para os inumeráveis radicais anatômicos, criando-lhes o meio interior – de composição constante por compensação de diferenças – de que têm necessidade. De modo que sua associação, isto é, sua relação do tipo social, fornece aos elementos o meio coletivo de viverem uma vida separada: “Se fosse possível realizar, em cada instante, um meio idêntico ao que a ação das partes vizinhas cria continuamente para determinado organismo elementar, este *viveria em liberdade exatamente como em sociedade*”. A parte depende de um todo que não se constituiu a não ser para sua manutenção. Ao trazer de volta à escala da célula o estudo de todas as funções, a fisiologia geral dá conta do fato de que a estrutura do organismo total é subordinada às funções da parte. Feito de células, o organismo é feito para as células, para partes que, em si mesmas, são conjuntos de menor complicação.

A utilização de um modelo econômico e político forneceu aos biólogos do século XIX o meio de compreenderem o que a utilização de um modelo tecnológico não tinha permitido anteriormente. A relação das partes ao todo é uma relação de integração – aliás, este conceito obteve sucesso em fisiologia nervosa – cuja finalidade é a parte porque esta não é mais uma peça ou instrumento, mas um indivíduo. No período em que o que deveria tornar-se, positivamente, a teoria celular dependia tanto da especulação filosófica quanto da exploração microscópica, o termo mônada foi, muitas vezes, utilizado para designar o elemento anatômico, antes de ter sido preterido, em geral e de forma definitiva, pelo termo célula. É sob o nome de mônada que, em particular, Augusto Comte recusa a teoria celular. A influência direta, mas real, da filosofia leibniziana sobre os primeiros filósofos e biólogos românticos que sonharam com a teoria celular nos autoriza a dizer da célula o que Leibniz afirma a respeito da mônada: ela é *pars totalis*. Não é um instrumento, uma ferramenta, mas sim um indivíduo, um sujeito dotado de funções. O termo harmonia volta, frequentemente, nos escritos de Claude Bernard para dar uma ideia do que ele entende por totalidade orgânica. Também não é difícil reconhecer aí um eco enfraquecido do discurso leibniziano. Assim, com a lógica de todo corpo organizado, o conceito de organização muda de sentido. O todo já não é o resultado de um reordenamento de órgãos, mas uma totalização de indivíduos. No século XIX, paralela e simultaneamente, o termo parte perde seu sentido aritmético

tradicional, devido à constituição da teoria dos conjuntos, e seu sentido anatómico tradicional, em decorrência da constituição da teoria celular.

Quase trinta anos depois da morte de Claude Bernard, será que a técnica da cultura *in vitro* de células transplantadas, aperfeiçoada por A. Carrel em 1910, mas inventada por J. Jolly em 1903, forneceu a prova experimental de que o organismo é construído como uma sociedade do tipo liberal – porque é a sociedade de seu tempo que Claude Bernard toma como modelo – na qual as condições de vida individual são respeitadas e poderiam ser prolongadas fora da associação sob reserva de se beneficiarem, artificialmente, de um meio apropriado? De fato, para que o elemento em liberdade, isto é, liberado das inibições e estímulos a que está submetido em decorrência de sua integração ao todo, viva em liberdade como em sociedade, é necessário que o meio que lhe é fornecido envelheça paralelamente a ele mesmo, o que equivale a tornar a vida elementar lateral – e não independente – em relação ao todo cujo meio artificial constitui o equivalente. Além disso, a vida em liberdade proíbe o retorno ao estado de sociedade, prova de que a parte liberada perdeu, irreversivelmente, seu caráter de parte. Como foi observado por Étienne Wolff: “Nunca a associação de células previamente dissociadas conseguiu reconstituir a unidade estrutural. A síntese nunca foi a sequência da análise. Por um ilogismo da linguagem, dá-se, muitas vezes, o nome de *culturas de tecidos* a proliferações celulares anárquicas que não respeitam a estrutura, nem a coesão do tecido do qual são originárias”. Em suma, um elemento orgânico só pode ser considerado como tal no estado não separado. Nesse sentido, é necessário reter a fórmula hegeliana segundo a qual é o todo que realiza a relação das partes entre si como partes, de modo que, fora do todo, não existem partes.

Sobre esse ponto, portanto, a embriologia e a citologia experimentais retificaram o conceito da estrutura orgânica, associado, de forma demasiado estreita, por Cl. Bernard, a um modelo social que, no final de contas, não passava, talvez, de uma metáfora. Em reação contra a utilização dos modelos mecânicos em fisiologia, Cl. Bernard escreveu um dia o seguinte: “A laringe é uma laringe e o cristalino um cristalino, isto é, suas condições mecânicas ou físicas não são realizadas em parte alguma a não ser no organismo vivo”. O que se passa com os modelos sociais em biologia, ocorre também com os modelos mecânicos. Se o conceito de totalidade reguladora do desenvolvimento e funcionamento orgânicos permaneceu, desde a época em que Cl. Bernard foi um dos primeiros a verificar sua eficácia experimental, um conceito invariante – pelo menos do ponto de vista formal – do pensamento biológico, é necessário reconhecer que ele deixou

de associar sua sorte à sorte do modelo social que lhe tinha servido, anteriormente, de suporte. O organismo não é uma sociedade, ainda que apresente como uma sociedade, uma estrutura de organização. No sentido mais geral, a organização é a solução de um problema que diz respeito à conversão de uma concorrência em compatibilidade. Ora, para o organismo, a organização é um fato, enquanto para a sociedade é uma questão. À semelhança de Cl. Bernard que dizia: “a laringe é uma laringe”, também podemos dizer que o modelo do organismo é o próprio organismo.

Georges Canguilhem

Le tout et la partie dans la pensée biologique

1.5. A TENTAÇÃO DO PROFETISMO

Textos 17 e 18

O profetismo do professor e do intelectual

Se a situação do professor solicitado pelas expectativas de um público de adolescentes mais ávido por “anotações pessoais” do que atento às regras ingratas do trabalho científico suscita, em particular, a tentação profética e um tipo particular de profecia, a análise weberiana permite compreender também, mutatis mutandis, como o sociólogo corre o risco de trair as exigências da pesquisa sempre que, intelectual mais do que sociólogo, aceita, consciente ou inconscientemente, responder às solicitações de um público intelectual que espera da sociologia respostas completas para problemas inerentes à humanidade e que ocupam, sobretudo, os intelectuais.

É à luz da análise de Weber que se deve ler o texto de Bennet M. Berger: a desilusão suscitada entre os intelectuais pelos sociólogos que, confinando-se em sua especialidade, recusam-se a ser intelectuais, ilustra a contrario a incitação ao profetismo contida nas expectativas do grande público intelectual, ansioso por visões de conjunto que “levem a pensar”, por compromissos em relação aos valores últimos, por considerações sobre os “grandes problemas” ou por sistematizações abusiva e alusivamente dramáticas, bastante adequadas para provocar o frêmito existencial.

17. M. Weber

Um exame de consciência poderia, talvez, mostrar que é muito particularmente difícil nos liberar desse postulado [isto é, renunciar a dar “avaliações práticas” nos cursos]

porque nunca *renunciamos*, a não ser a contragosto, a entrar no jogo tão interessante das avaliações, tanto mais que elas nos dão a oportunidade de acrescentar nossa tão excitante “nota pessoal”. Todo professor poderá verificar que o rosto dos estudantes fica radiante e que a fisionomia deles fica tensa desde que começa a “fazer profissão de fé” em sua doutrina pessoal, ou também que o número dos auditores de seu curso aumenta de forma extremamente vantajosa quando os estudantes esperam que ele fale dessa maneira. Além disso, todo professor sabe que a concorrência na frequência dos cursos faz com que a universidade dê, muitas vezes, a preferência a um profeta, por menor que seja, que enche os anfiteatros e afaste o cientista, por maior que seja, que se atem à sua matéria – a menos que a profecia não se afaste demais das avaliações que são consideradas como normais do ponto de vista das convenções ou da política. [...]

Trata-se, mesmo assim, de numa situação sem precedentes, verificar que inúmeros profetas credenciados pelo Estado que, em vez de pregarem sua doutrina na rua, nas igrejas e outros lugares públicos ou, então, privadamente, nos conventículos de crentes escolhidos pessoalmente e que se reconhecem como tais, reivindicam o direito de proferir do alto de uma cátedra, em “nome da ciência”, veredictos decisivos sobre questões que dizem respeito à concepção do mundo, aproveitando-se do fato de que, por um privilégio do Estado, a sala de aulas garante-lhes um silêncio pretensamente objetivo, incontrollável, que os coloca cuidadosamente a salvo da discussão e, por conseguinte, da contradição. A exigência de um velho princípio – defendido, ardorosamente, um dia, por Schmoller – é a seguinte: o que se passa em uma sala de aula deve escapar à discussão pública. Embora seja possível que essa maneira de ver seja acompanhada, incidentemente, por certos inconvenientes, admite-se aparentemente – e pessoalmente compartilho tal parecer – que o “curso” [479] *deveria* ser algo diferente de um “discurso” e que a severidade imparcial, a objetividade e a lucidez de uma aula professoral só poderiam ser prejudicadas, do ponto de vista pedagógico, com a intervenção da publicidade, por exemplo, do gênero jornalístico. Em todo caso, parece que o privilégio da ausência de controle não seria conveniente a não ser no campo da pura qualificação do professor como *especialista*. Ora, não existe qualificação de especialista em profecias pessoais; por consequência, tal privilégio perde, nesse caso, sua razão de ser. No entanto, antes de tudo, a ausência de controle não deve servir para explorar a condição do estudante que, por causa de seu futuro, é *forçado* a frequentar certos estabelecimentos escolares e seguir os cursos aí ministrados; quanto aos professores, além dos elementos de que o estudante tem necessidade para a respectiva carreira (despertar e formar seus dons

de inteligência e pensamento, assim como a aquisição de conhecimentos), tentam inculcar-lhe, a salvo de qualquer contradição, uma pretensa “concepção do mundo” pessoal que é, por vezes, certamente muito interessante (mas, quase sempre, também perfeitamente indiferente).

Como qualquer pessoa, o professor dispõe de outros meios para propagar seus ideais práticos, e, se não os possui, pode facilmente obtê-los, nas formas apropriadas, se pretende fazer lealmente tal esforço, como está comprovado pela experiência. No entanto, o professor *enquanto* professor não deveria ter a pretensão de querer transportar em sua bolsa o bastão de marechal do estadista (ou reformador cultural), como ocorre quando se beneficia de sua cátedra, a salvo de qualquer tormenta, para exprimir seus sentimentos de político (ou política cultural). Pode (e deve) fazer o que seu Deus ou demônio lhe ordena, por via da imprensa, reuniões públicas, associações ou ensaio literário, em suma, sob uma forma que é igualmente acessível a qualquer cidadão.

Max Weber

Essais sur la théorie de la science

18. B.M. Berger

A maior parte das críticas dirigidas contra os sociólogos se inspira na ideia de que, na tradição ocidental, a função essencial dos intelectuais é comentar e interpretar a significação da experiência contemporânea. [...]

Se a imagem contemporânea do intelectual é essencialmente a de um letrado, não é porque a qualidade estética dos romances, peças de teatro, ensaios, ou crítica literária lhe dá a qualificação de intelectual, mas porque, ao escrever tais obras, ele se apresenta como comentador da cultura da época e como intérprete da experiência contemporânea. [...]

Os letrados monopolizaram o papel de intelectual porque (a) estão inteiramente subtraídos das demandas que impõe a especialização técnica; (b) são livres (nos limites de sua posição de letrados) de fazerem juízos de valor gerais e intransigentes; (c) estão totalmente liberados das exigências impostas por uma instituição.

Especialização

Os intelectuais são críticos, liberais ou conservadores, radicais ou reacionários, da vida de sua época. Sua competência é ilimitada; abrange, simplesmente, o conjunto da vida cultural de um povo. [...] Para quem estuda as humanidades e, em especial,

a história literária, ser especialista é ter uma competência particular em determinado período histórico e para as personagens importantes associadas a tal período: o Dr. Johnson perante a literatura inglesa do século XVIII, a significação de Gide na literatura francesa do século XX, o príncipe Metternich e a história da Europa após 1815; Kant, Hegel e o idealismo alemão entre 1750 e 1820. Ser especialista de semelhantes assuntos não impede o desempenho do papel de intelectual já que a tradição dos estudos humanistas leva às visões de conjunto; esta encoraja a discussão e interpretação do pano de fundo social, cultural, intelectual, espiritual do campo em que o estudioso pretende ser “entendido”. As humanidades – e, particularmente, a história da literatura – oferecem, assim, aos intelectuais um estatuto profissional que não poderia impedi-los de desempenhar a função de intelectuais. [...]

Juízos de valor

Em seus comentários da cultura contemporânea, em suas interpretações da experiência contemporânea, os intelectuais não estão estritamente submetidos à obrigação do “desligamento” e da “objetividade”. Diferentemente do sociólogo, submetido à regra de uma estrita separação entre os fatos e os valores, espera-se do intelectual que saiba julgar e avaliar, faça elogios e críticas, tente ganhar pessoas para seu ponto de vista e defenda sua posição contra os adversários.

Essa função que toma a forma da polêmica nos debates livres entre intelectuais realiza-se, no meio universitário, pela oposição de “escolas de pensamento” divergentes. Enquanto em sociologia a existência de escolas de pensamento desconcerta cada um, já que faz lembrar a insuficiência dos conhecimentos (no campo científico, as conjecturas não são toleradas a não ser sobre temas a respeito dos quais não se dispõe de fatos bem estabelecidos), no campo das humanidades, admite-se e conta-se com a existência de escolas de pensamento divergentes porque as normas dessas disciplinas aceitam que sejam feitos juízos de valor, desenvolvidos pontos de vista pessoais e sejam propostas interpretações divergentes.

Liberdade em relação às obrigações institucionais

Mais do que os membros de outras profissões intelectuais, os letrados souberam resistir ao movimento de burocratização da vida intelectual, graças à existência nos Estados Unidos de um amplo mercado para a literatura de ficção e graças às possibilidades de vender comentários e artigos críticos às revistas de alto e médio nível. [...]

Os escritores independentes que podem subsistir sem depender do salário garantido por uma universidade ou outra grande organização conseguem a maior liberdade na crítica da vida de sua época. Semelhantes possibilidades não são oferecidas aos sociólogos como tais. Além disso, a pesquisa sociológica importante faz-se, cada vez mais, no seio de equipes, enquanto a pesquisa em história literária ou no campo das humanidades é ainda amplamente efetuada por pesquisadores que trabalham individualmente. É evidente que o trabalho coletivo impõe limites aos comentários e interpretações pessoais dos autores, enquanto o pesquisador individual, especialista das disciplinas humanistas, responsável somente perante ele mesmo, está liberado das exigências impostas pela pesquisa coletiva.

[...] Embora a sociologia tenha se autoatribuído uma espécie de direito de perícia no que diz respeito à sociedade e à cultura, as tradições da ciência (especialização restrita, objetividade, pesquisa em equipe) se opõem a que os sociólogos desempenhem o papel de intelectuais. [...] Quando o sociólogo pretende conhecer como especialista a situação de seus contemporâneos, julga-se que, de fato, esteja afirmando conhecer melhor do que o intelectual a situação contemporânea. Por esse simples fato, tal pretensão implícita apresenta-se aos intelectuais como um novo objeto sobre o qual vão exercer sua crítica – tanto mais naturalmente que tal afirmação parece ser uma contestação de seu direito a ocupar a posição que ocupam como intelectuais.

[Até mesmo os intelectuais favoráveis à sociologia esperam que os sociólogos “enfrentem os grandes problemas”. A essa expectativa se opõem os imperativos do trabalho científico e as exigências das instituições de pesquisa. “Com efeito, exortar o sociólogo, como o faz o intelectual, a ‘enfrentar os grandes problemas’ é, na realidade, pedir-lhe para não ser um cientista, mas um humanista, um intelectual.”]

O acolhimento se não completamente favorável, pelo menos pleno de consideração, que os intelectuais reservaram aos trabalhos de Riesman e Mills (que são os menos obstruídos pelo aparelho da ciência), e sua completa hostilidade diante de trabalhos como *The American Soldier*, totalmente eivado de métodos científicos, servem de apoio a esse encorajamento implícito.

[Em outra passagem de seu texto, o autor observa que, “com a publicação de *Foule solitaire* e o acolhimento que teve, D. Riesman ficou desembaraçado, para a comunidade dos intelectuais, da qualidade de sociólogo, tornando-se assim um intelectual”.]

Outra causa da hostilidade contra a sociologia reside no fato de que, como toda ciência, ela é percebida como “desencantando” o mundo, no momento em que a

tradição do humanismo e da arte “se apoia na ideia de que o mundo é ‘encantado’ e o homem é o mistério dos mistérios.”

Os intelectuais que vivem nessa tradição acreditam, segundo parece, que a realização dos objetivos da ciência social implica necessariamente que os poderes de criação do homem serão o objeto de explicações redutoras, que sua liberdade será negada, seu “natural” mecanizado, e o que existe nele de “milagroso” reduzido a fórmulas; que “o indivíduo cuja infinitude é perturbadora” (para falar como Cummings²⁵) será rebaixado à categoria de “produto social” limitado e determinado, e cada um de seus mistérios e qualidades transcendentais poderão ser, se não precisamente nomeados, pelo menos formulados nos termos de uma teoria sociológica qualquer. Não é surpreendente que uma visão tão inquietante possa suscitar a dupla convicção de que uma ciência da sociedade é, simultaneamente, impossível e prejudicial.

Bennet M. Berger

Sociology and the Intellectuals: An Analysis of a Stereotype

1.6. TEORIA E TRADIÇÃO TEÓRICA

Texto 19

Razão arquitetônica e razão polêmica

A teoria científica avança por retificações, isto é, pela integração das críticas que tendem a destruir as imagens existentes no momento em que a ciência dá os primeiros passos. Afirmar que o conhecimento coerente é o produto da razão polêmica e não da razão arquitetônica é lembrar que não seria possível evitar o trabalho da crítica e da síntese dialética sem cair nas falsas conciliações das sínteses tradicionais.

19. C. Bachelard

Entretanto, tentemos apreender princípios de coerência na atividade da filosofia do não.

Ninguém melhor do que Eddington compreendeu o valor das retificações sucessivas dos diversos esquemas atômicos. Depois de ter lembrado o esquema

²⁵ CUMMINGS, E.E. *Six Non-Lectures*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1955, p. 110-111.

proposto por Bohr que assimilava o sistema atômico a um sistema planetário em miniatura, Eddington previne que essa descrição não deve ser considerada demasiado à letra²⁶: “É difícil relacionar as órbitas a um movimento real no espaço porque se admite, em geral, que a noção corrente de espaço deixa de se aplicar no interior do átomo; e também não há, em nossos dias, o menor desejo de insistir sobre o caráter de instantaneidade ou descontinuidade que implica a palavra salto. Constata-se, igualmente, que o elétron não pode ser localizado da forma instigada por essa imagem. Em resumo, o físico elabora um plano cuidadoso do átomo e, em seguida, o jogo de seu espírito crítico leva-o a suprimir, um a um, todos os pormenores. O que subsiste é o átomo da física moderna!” Exprimiríamos os mesmos pensamentos de outra forma. Com efeito, não nos parece que possamos compreender o átomo da física moderna sem evocar a história das imagens que têm sido utilizadas para representá-lo, sem retomar as formas realistas e as formas racionais, sem explicitar-lhe o perfil epistemológico. A história dos diversos esquemas é, neste caso, um plano pedagógico inelutável. Seja de que lado for, aquilo que se elimina da imagem deve encontrar-se no conceito retificado. Diríamos, de bom grado, que o átomo é exatamente a soma das críticas a que é submetida sua imagem primeira, o conhecimento coerente é um produto, não da razão arquetônica, mas sim da razão polêmica. Pelas suas dialéticas e críticas, o super-racionalismo determina, de alguma forma, um superobjeto. Este é o resultado de uma objetivação crítica, de uma objetividade que apenas retém do objeto o que criticou. Tal como aparece na microfísica contemporânea, o átomo é o tipo perfeito do superobjeto. Em suas relações com as imagens, o superobjeto é exatamente a não imagem. As intuições são bastante úteis: servem para ser destruídas. Ao destruir suas imagens primeiras, o pensamento científico descobre suas leis orgânicas. Revela-se o númeno ao dialetizar, um a um, todos os princípios do fenômeno. O esquema do átomo proposto por Bohr, há um quarto de século, atuou, nesse sentido, como uma boa imagem: agora, nada resta. No entanto, ele sugeriu nãoos suficientemente numerosos para conservar um papel pedagógico indispensável em qualquer iniciação. Felizmente, esses nãoos coordenaram-se; na verdade, constituem a microfísica contemporânea.

Gaston Bachelard

A filosofia do não: filosofia do novo espírito científico

²⁶ EDDINGTON. *Nouveaux sentiers de la science*, [trad.], p. 337.

A construção do objeto

Texto 20

O método da economia política

Ao esboçar, na Introdução geral de 1857, os princípios de seu método, Marx recusa tanto “a ilusão de Hegel” que considera “o real como o resultado do pensamento que se reabsorve em si”, quanto a ingenuidade dos empiristas que entendem tomar como objeto científico o objeto “real” em sua totalidade concreta, por exemplo, a população de uma sociedade real, sem se darem conta de que tal procedimento se limita a adotar as abstrações do senso comum ao recusar o trabalho da abstração científica que implica sempre uma problemática constituída do ponto de vista histórico e social. O “concreto pensado” que a pesquisa reconstrói no termo de suas tentativas permanece distinto do “sujeito real que subsiste, tanto antes como depois, em sua autonomia fora da mente”.

20. K. Marx

Quando estudamos determinado país, do ponto de vista da economia política, começamos pela população: sua distribuição em classes, nas cidades, a zona rural, a orla marítima, os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, o preço das mercadorias, etc.

Aparentemente, o bom método é começar pelo real e concreto, ou seja, a verdadeira pressuposição; portanto, na economia, pela população que é a base e o sujeito do ato social da produção como um todo. No entanto, observando

com mais atenção, esse método é falso. A população é uma abstração se deixo de lado, por exemplo, as classes que a compõem. Por sua vez, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignoro os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes pressupõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. Assim, se eu começasse pela população, ficaria com uma representação caótica do conjunto; em seguida, por meio de uma determinação mais precisa, procedendo pela análise, chegaria a conceitos cada vez mais simples; uma vez alcançado esse ponto, seria necessário empreender a viagem de retorno e, de novo, chegaria à população. Desta vez, porém, não teria à minha frente um amontoado caótico, mas sim uma rica totalidade de determinações e relações complexas. O primeiro caminho foi, historicamente, seguido pela economia nascente. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo, a população, a nação, o Estado, vários Estados, etc.; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, um certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. Desde que esses momentos isolados foram mais ou menos fixados e abstraídos, viu-se surgir os sistemas econômicos que se elevam do simples, tal como trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é, manifestamente, o método científico exato. O concreto é concreto porque é a síntese de numerosas determinações, ou seja, unidade da diversidade. É a razão pela qual o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, por conseguinte, também o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em uma determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. É a razão pela qual Hegel caiu na ilusão de conceber o real como o resultado do pensamento que se reabsorve em si, se aprofunda em si, se move por si mesmo, enquanto o método que consiste em se elevar do abstrato ao concreto é simplesmente para o pensamento a maneira de se apropriar do concreto, de reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é, de modo algum, o processo da gênese do próprio concreto. Por exemplo, a mais simples categoria econômica, digamos, o valor de troca, pressupõe uma população que produz em determinadas condições e, além disso, um certo tipo de famílias, comunidades ou Estados, etc. Só poderia existir

como relação unilateral, abstraída de um todo concreto, vivo, já dado. Em compensação, como categoria, tal valor possui uma existência antediluviana. Portanto, para a consciência (e a consciência filosófica é feita dessa forma) o pensamento que concebe é o homem efetivo e o mundo concebido é como tal o único efetivo; o movimento das categorias aparece para a consciência como o verdadeiro ato da produção (que só recebe, infelizmente, impulsos do exterior) cujo resultado é o mundo; isso é exato – mas não passa de outra tautologia, na medida em que a totalidade concreta, como totalidade pensada, concreto pensado, é, de fato, um produto do pensamento, do ato de conceber; não é, de modo algum, o produto do conceito que se engendraria a si mesmo, que pensaria fora e acima da percepção e da representação, mas um produto da elaboração das percepções e das representações em conceitos. A totalidade, tal como aparece na mente como um todo pensado, é um produto do cérebro pensante que se apropria do mundo da única forma possível, forma que difere da apropriação desse mundo pela arte, religião e espírito prático. O sujeito real subsiste, depois como antes, em sua autonomia fora da mente, pelo menos enquanto esta continuar agindo apenas especulativamente, teoricamente. Por conseguinte, também no método teórico, é necessário que o sujeito – a sociedade – esteja constantemente presente na mente como premissa.

Karl Marx

Para a crítica da economia política (introdução geral)

Texto 21

A ilusão positivista de uma ciência sem pressupostos

Se a concepção própria de Weber da construção do objeto de pesquisa se refere a uma representação do papel epistemológico dos valores que dá à sua teoria do conhecimento do social um caráter e argumentos específicos, a crítica da ilusão segundo a qual o cientista poderia determinar, independentemente de qualquer pressuposto teórico, o que é “essencial” e o que é “acidental” em um fenômeno, faz sobressair com vigor as contradições metodológicas da imagem positivista do objeto científico: além de que o conhecimento das regularidades, instrumento insubstituível, não propicia por si mesmo a explicação das configurações históricas singulares consideradas em sua especificidade, a coleta das regularidades opera-se

em função de uma problemática que determina o “acidental” e o “essencial” relativamente aos problemas levantados, sem ser possível dar uma definição realista desses dois termos.

21. M. Weber

A análise *unilateral* da realidade cultural sob certos “pontos de vista” específicos – no caso presente, sob o ponto de vista de sua condicionalidade econômica – justifica-se, em primeiro lugar, de forma puramente metodológica pelo fato de que a educação do olho na observação do efeito de categorias de causas qualitativamente semelhantes, assim como a utilização constante do mesmo aparelho conceitual e metodológico, oferecem todas as vantagens da divisão do trabalho. Essa análise nada terá de “arbitrário” [*willkürlich*] enquanto o sucesso falar em seu favor, o que quer dizer enquanto ela fornecer um conhecimento de relações que se revelam *preciosas* para a atribuição de acontecimentos históricos concretos. Assim, a *unilateralidade* e a irrealidade da interpretação puramente econômica não passam, no final de contas, de um caso especial de um princípio de validade bastante geral para o conhecimento científico da realidade cultural. [...]

Não existe absolutamente análise científica “objetiva” da vida cultural ou – para empregar uma expressão cujo sentido é mais limitado, embora não signifique nada de essencialmente diferente quanto ao nosso objetivo – das “manifestações sociais”, que seria *independente* de pontos de vista especiais e unilaterais, graças aos quais essas manifestações se deixam explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente selecionar para se tornarem o objeto da pesquisa ou analisar e organizar em vista da exposição. É necessário procurar sua razão de ser na particularidade do objetivo do conhecimento de toda pesquisa nas ciências sociais, enquanto elas se propõem superar a simples consideração formal de normas – jurídicas ou convencionais – da coexistência social [*sozialen Beieinandersein*].

A ciência social que temos intenção de aplicar é uma ciência da *realidade* [*Wirklichkeitswissenschaft*]. Procuramos compreender a originalidade da realidade da vida que nos rodeia e no seio da qual estamos situados, a fim de colocarmos em evidência, por um lado, a estrutura atual das relações e da significação cultural de suas diversas manifestações e, por outro, as razões que fizeram com que historicamente ela se desenvolvesse sob essa forma e não sob outra [*ihres so-und-nicht-*

anders-Gewordenseins]. Ora, desde que procuramos tomar consciência da maneira como a vida se apresenta imediatamente a nós, verificamos que ela se manifesta “em” nós e “fora” de nós, através de uma diversidade absolutamente infinita de coexistências e sucessões de acontecimentos que aparecem e desaparecem. Até mesmo quando consideramos, isoladamente, um “objeto” singular – por exemplo, um ato de troca concreto – a absoluta infinidade dessa diversidade não diminui de modo algum em intensidade, desde que tentemos com seriedade descrever, de maneira *exaustiva*, sua singularidade na totalidade de seus elementos individuais e, por maior força de razão, desde que pretendamos apreender sua condicionalidade causal. Todo conhecimento reflexivo [*denkende Erkenntnis*] da realidade infinita por um espírito humano finito tem, por consequência, como base a seguinte pressuposição implícita: somente um *fragmento* limitado da realidade pode constituir, individualmente, o objeto da apreensão [*Erfassung*] científica e somente ele é “essencial”, no sentido em que merece ser conhecido. Segundo quais princípios se opera a seleção desse fragmento? Sempre se acreditou que, em última análise, seria possível encontrar o critério decisivo, até mesmo nas ciências da cultura, na repetição legal [*gesetzgemässige*] de certas conexões causais. Segundo tal concepção, o conteúdo das “leis” que podemos discernir no decorrer da diversidade infinita dos fenômenos deveria ser o único a ser considerado como “essencial” do ponto de vista científico. Assim, desde que seja comprovado por meio da indução amplificante histórica que a “legalidade” de uma conexão causal é válida sem qualquer exceção, ou ainda desde que foi estabelecido pela experiência íntima sua evidência imediatamente intuitiva, admite-se que todos os casos semelhantes, seja qual for seu número, se subordinam à fórmula encontrada dessa maneira. A parcela da realidade individual que resiste sempre à seleção do legal torna-se, então, ou um resíduo que ainda não foi elaborado cientificamente, mas que deverá ser integrado no sistema das leis à medida que se for aperfeiçoando, ou algo de “acidental” que, por essa razão, é negligenciável como não tendo qualquer importância do ponto de vista científico, justamente porque permanece “ininteligível legalmente” e porque não entra, por esse motivo, no “tipo” do processo, de modo que não poderia ser mais do que o objeto de uma “curiosidade ociosa”.

Incessantemente, reaparece, por consequência – até mesmo entre os representantes da escola histórica –, a seguinte opinião: o ideal em direção do qual tende ou poderia tender todo conhecimento, inclusive as ciências da cultura, até mesmo

que isso viesse a acontecer em um futuro longínquo, consistiria em um sistema de proposições a partir das quais poderia ser “deduzida” a realidade. Sabe-se que um dos mestres das ciências da natureza chegou mesmo a acreditar poder caracterizar o objetivo ideal (praticamente irrealizável) de tal elaboração da realidade cultural como um conhecimento “astronômico” dos fenômenos da vida. Embora essas questões já tenham sido objeto de muitas discussões, não evitaremos a dificuldade de reconsiderá-las por nossa conta. Primeiramente, salta aos olhos que o conhecimento “astronômico” que é considerado nesse caso não é, de modo algum, um conhecimento de leis; pelo contrário, retira de outras disciplinas – por exemplo, da mecânica – as “leis” que utiliza a título de pressuposições de seu próprio trabalho. Quanto à astronomia, interessa-se pela seguinte questão: qual é o efeito *singular* que a ação dessas leis produz sobre uma constelação *singular*, pelo fato de que são essas constelações singulares que têm importância para nós? Cada uma dessas constelações singulares, seja porque ela nos “explica” ou prevê, não se deixa, evidentemente, explicar causalmente a não ser como uma consequência de outra constelação antecedente, igualmente, singular. E, ainda que nos seja possível remontar na bruma cinza do passado mais longínquo, a realidade à qual se aplicam essas leis continua sendo também singular e da mesma forma *refratária a uma dedução* a partir de leis. Um “estado original” [*Urzustand*] cósmico que não teria caráter singular ou que o seria em menor grau do que a realidade cósmica do mundo presente seria, evidentemente, um pensamento desprovido de sentido [*sinnloser Gedanke*]. Ora, na nossa disciplina, um resto de representações análogas não planaria sobre as suposições relativas aos “estados originais” de natureza econômica e social, despojados de qualquer “acidente” histórico, que se infere do direito natural ou das observações verificadas em relação aos “povos primitivos” – por exemplo, as suposições relativas ao “comunismo agrário primitivo”, à “promiscuidade sexual”, etc., das quais procederia o desenvolvimento histórico singular por uma espécie de queda no concreto [*Sündenfall ins Konkrete*]? [...]

Suponhamos que pelo canal da psicologia ou por qualquer outra via possamos chegar, um dia, a analisar, até em seus fatores simples e últimos, todas as conexões causais da coexistência humana, tanto as que já observamos, quanto as que, possivelmente, serão estabelecidas no futuro e que cheguemos a apreendê-las exaustivamente em uma formidável casuística de conceitos e regras que tenham a validade rigorosa de leis – que significaria tal resultado para o conhecimento do mundo da

cultura dado *historicamente* ou, até mesmo, para o conhecimento de um fenômeno qualquer particular, por exemplo, o conhecimento do desenvolvimento e significação cultural do capitalismo? Enquanto *meio* do conhecimento significa, nem mais nem menos, o que uma enciclopédia das combinações da química orgânica significa para o conhecimento biogenético do mundo da fauna e da flora. Em ambos os casos, ter-se-á realizado um trabalho preparatório, certamente, importante e útil. No entanto, a partir de nenhum dos casos, seria possível *deduzir* a realidade da vida dessas “leis” e “fatores”. Não porque subsistissem nos fenômenos vitais eventuais “forças” superiores e misteriosas (tais como as “dominantes”, as “enteléquias” e outras forças desse gênero) – aliás, nesse caso, trata-se de uma questão para si –, mas simplesmente porque, no conhecimento da realidade, somente nos importa a constelação na qual esses “fatores” (hipotéticos) se encontram agrupados em um fenômeno cultural historicamente *significativo* para nós; em seguida, porque, se pretendêssemos “explicar causalmente” esse agrupamento singular, seríamos obrigados a remontar, incessantemente, para outros agrupamentos também singulares a partir dos quais teríamos de “explicá-los”, evidentemente, com a ajuda desses conceitos (hipotéticos) chamados “leis”.

O estabelecimento dessas “leis” e “fatores” (hipotéticos) nunca constituiria senão a *primeira* das múltiplas operações às quais nos conduziria o conhecimento que nos esforçamos por alcançar. A análise e a exposição metódica do agrupamento singular desses “fatores” dados sempre historicamente, da mesma forma que de sua combinação concreta, *significativa* à sua maneira, daí resultante, e sobretudo o esforço por tornar inteligível [*Verständlichmachung*] o fundamento e a natureza dessa significação constituiriam a segunda operação que, no entanto, não será possível levar a bom termo sem a contribuição do precedente trabalho preparatório, embora constitua em relação a ele uma tarefa inteiramente nova e independente. A terceira operação consistiria em recuar tão longe quanto possível no passado para ver como se desenvolveram as diversas características singulares dos agrupamentos que são significativos para o *mundo atual* e para dar a seu respeito uma explicação histórica a partir dessas constelações anteriores, igualmente, singulares. Enfim, é possível conceber uma quarta operação que incidiria sobre a avaliação das constelações possíveis no futuro.

Para todos esses fins, a disponibilidade de conceitos claros e o conhecimento dessas “leis” (hipotéticas) seriam manifestamente de uma grande vantagem como

meios heurísticos, mas unicamente como tais. Para tal efeito, chegam a ser simplesmente indispensáveis. No entanto, mesmo reduzidos a essa função, pode-se imediatamente ver em um ponto decisivo os limites de seu alcance, e essa verificação nos conduz a examinar a particularidade determinante do método nas ciências da cultura. Designamos por “ciências da cultura” as disciplinas que se esforçam por conhecer a *significação cultural* dos fenômenos da vida. A *significação* da estrutura de um fenômeno cultural e o fundamento dessa significação não podem ser extraídos de um sistema de leis, por mais perfeito que seja, como também não encontram nele sua justificação ou inteligibilidade porque pressupõem a relação dos fenômenos culturais a *ideias de valor* [*Beziehung auf Wertideen*]. O conceito de cultura é um *conceito valorativo*. Para nós, a realidade empírica é cultura porque e enquanto a relacionamos a ideias de valor, ela abrange os elementos da realidade e *exclusivamente* essa espécie de elementos que adquirem uma *significação* para nós por essa relação aos valores. A ínfima parte da realidade singular que é examinada, de cada vez, se deixa colorir por nosso interesse determinado por essas ideias de valor; somente essa parte adquire uma significação para nós e tem uma significação porque revela relações que são *importantes* [*wichtig*] em consequência de sua ligação com ideias de valor. É, portanto, porque e enquanto isso é assim que vale a pena conhecê-la em sua singularidade [*individuelle Eigenart*]. Nunca seria possível deduzir de um estudo sem pressuposições [*voraussetzungslos*] do dado empírico o que assume para nós uma significação. Pelo contrário, a constatação dessa significação é a pressuposição que faz com que alguma coisa se torne objeto da investigação. Naturalmente, o significativo como tal não coincide com nenhuma lei como tal, e tanto menos que a validade da lei em questão é mais geral. Com efeito, a significação que, para nós, tem um fragmento da realidade não consiste evidentemente nas relações que compartilha com o maior número possível de outros elementos. A relação da realidade com ideias de valor que lhe conferem uma significação da mesma forma que o procedimento que consiste em colocar em evidência e ordenar os elementos do real coloridos por essa relação sob o ângulo de sua *significação* cultural são pontos de vista absolutamente diferentes e distintos da análise da realidade feita com o objetivo de descobrir suas leis e ordená-las sob conceitos gerais. Essas duas espécies de métodos do pensamento ordenando o real não mantêm, de modo algum, entre si, relações logicamente necessárias. Eventualmente, podem coincidir em um caso particular, mas as consequências

serão as mais funestas se essa coincidência acidental nos enganar a respeito de sua heterogeneidade de *princípio*.

A *significação* cultural de um fenômeno – por exemplo, a da troca monetária – pode consistir no fato de que este se apresenta como um fenômeno de massa, o que constitui, aliás, um dos elementos fundamentais da civilização moderna. Mas, então, o fato histórico de desempenhar tal papel torna-se, justamente, o que é necessário compreender do ponto de vista de sua *significação* cultural e explicar causalmente do ponto de vista de sua formação histórica. A pesquisa que incide sobre a essência *geral* da troca e da técnica do tráfico comercial é um trabalho *preliminar* – extremamente importante e indispensável. No entanto, tudo isso ainda não nos dá a resposta para a questão: como é que, historicamente, a troca chegou à *significação* fundamental que tem em nossos dias? – nem sobretudo a outra questão que nos importa em última análise: qual é a *significação* da economia financeira para a cultura? Com efeito, é unicamente por causa dela que nos interessamos pela descrição da técnica da troca, da mesma forma que é por causa dela que, hoje, existe uma ciência que se ocupa dessa técnica. Em todo o caso, ela não deriva de nenhuma dessas espécies de “leis”. Os *caracteres genéricos* da troca, da compra, etc., interessam ao jurista, mas o que importa a nós, economistas, é a análise da *significação cultural* da situação *histórica* que faz com que a troca seja, em nossos dias, um fenômeno de massa. Quando temos de explicar esse fato, quando desejamos compreender o que constitui a diferença, por exemplo, entre a nossa civilização econômica e social e a da Antiguidade, na qual a troca apresentava exatamente os mesmos caracteres genéricos de hoje, em suma, quando desejamos saber em que consiste a *significação* da “economia financeira”, então introduz-se na pesquisa um certo número de princípios lógicos de origem radicalmente heterogênea. Empregaremos os conceitos que a pesquisa dos elementos genéricos dos fenômenos econômicos de massa nos traz como meios da descrição, na medida em que comportam elementos significativos para nossa civilização. No entanto, quando tivermos conseguido revelar com toda a precisão possível esses conceitos e essas leis, além de não termos alcançado o objetivo de nosso trabalho, também a indagação que incide sobre o que deve constituir o objeto da formação de conceitos genéricos não estará desprovida de pressuposição porque foi precisamente resolvida em função da *significação* que certos elementos da diversidade infinita que chamamos “tráfico” apresentam para a civilização. O que procuramos alcançar é precisamente o conhecimento de um

fenômeno histórico, isto é, *significativo em sua singularidade*. O ponto decisivo em tudo isso é que a ideia de um conhecimento dos fenômenos *singulares* só adquire, em geral, sentido lógico se admitirmos a pressuposição de que *somente uma parte finita* da multidão infinita dos fenômenos *possui uma significação*. Embora possuíssemos o mais completo conhecimento possível da *totalidade* das “leis” do devir, continuaríamos perplexos diante da pergunta: como seria possível, em geral, uma *explicação causal* de um fato singular? – considerando que até mesmo a *descrição* do menor fragmento da realidade nunca poderá ser pensada de maneira exaustiva. O número e a natureza das causas que determinaram um acontecimento singular qualquer são sempre *infinitos* e não há, nas próprias coisas, nenhuma espécie de critérios que permitiria selecionar uma fração entre elas como sendo as únicas a entrarem em linha de conta.

A tentativa de vir a conhecer a realidade sem qualquer pressuposição levaria simplesmente a um caos de “juízos existenciais” [*Existenzialurteile*] incidindo sobre inumeráveis percepções particulares. Até mesmo esse resultado não seria possível senão aparentemente porque a realidade de cada percepção particular apresenta sempre, se é examinada de mais perto, uma multidão infinita de elementos singulares que não se deixam exprimir de maneira exaustiva nos julgamentos de percepção. O que coloca em ordem esse caos é o simples fato de que, em cada caso, uma *parcela* somente da realidade singular ganha interesse e *significação* para nós, porque somente essa parcela está em relação com as *ideias de valor culturais* com as quais abordamos a realidade concreta. São apenas certos aspectos da diversidade sempre infinita dos fenômenos singulares, a saber, aqueles a que atribuímos uma *significação geral para a cultura*, que, nesse caso, vale a pena serem conhecidos [*wissenswert*]; são também os únicos a serem objeto da explicação causal.

Max Weber

Essais sur la théorie de la science

Texto 22

“É necessário tratar os fatos sociais como coisas”

Ao protestar contra os erros de leitura cometidos a propósito desse preceito, Durkheim dá testemunho de que entendia enunciar por essa expressão não o primeiro

princípio de uma filosofia social, mas sim a regra metodológica que é a condição sine qua non da construção do objeto sociológico. Tal é realmente o sentido das análises através das quais ele tenta premunir a análise sociológica contra as tentações da sociologia espontânea, convidando o pesquisador a se interessar, de preferência, pelos aspectos morfológicos ou institucionais, isto é, pelas formas mais objetivadas da vida social. Se é necessário lembrar esse texto é porque, desde a origem, deu lugar a leituras que, além de contraditórias, eram infiéis; e, como se tornou clássico, corre o risco de ser visto sem ser lido.

22. É. Durkheim

A primeira regra e a mais fundamental é a de *considerar os fatos sociais como coisas*. [...]

Os fenômenos sociais são coisas e devem ser tratados como coisas. Para fazer a demonstração dessa proposição, não é necessário filosofar sobre a sua natureza, nem discutir as analogias que apresentam com os fenômenos dos reinos inferiores. Basta constatar que são o único *datum* oferecido ao sociólogo. Com efeito, é coisa tudo o que é dado, tudo o que se oferece ou, antes, se impõe à observação. Tratar dos fenômenos como coisas é tratá-los na qualidade de data que constituem o ponto de partida da ciência. Os fenômenos sociais apresentam incontestavelmente essa característica. O que nos é dado não é a ideia que os homens têm do valor já que ela é inacessível: são os valores que se trocam realmente no decorrer das relações econômicas. Não é esta ou aquela concepção do ideal moral, mas sim o conjunto das regras que determinam efetivamente a conduta. Não é a ideia do útil ou da riqueza, mas sim todos os detalhes da organização econômica. É possível que a vida social seja apenas o desenvolvimento de certas noções; mas, supondo que isso seja assim, tais noções não são dadas imediatamente. Logo, não podemos atingi-las diretamente, mas somente através da realidade fenomenal que as exprime. Não sabemos *a priori* quais as ideias que estão na origem das diversas correntes entre as quais se distribui a vida social, nem mesmo se tais ideias existem; somente depois de ter remontado até suas fontes é que saberemos de onde provêm.

Devemos, portanto, considerar os fenômenos sociais em si mesmos, desligados dos sujeitos conscientes que têm representações a seu respeito; é necessário estudá-los de fora, como coisas exteriores; com efeito, é nessa qualidade que se apresentam a nós. Se essa exterioridade for apenas aparente, a ilusão dissipar-se-á

à medida em que a ciência for avançando e veremos, por assim dizer, o exterior entrar no interior. No entanto, a solução não pode ser prejudgada; além disso, mesmo que os fenômenos sociais não apresentem todas as características intrínsecas de coisas, deveremos, primeiramente, tratá-los como se as tivessem. Essa regra aplica-se, portanto, a toda a realidade social, sem que haja motivo para qualquer exceção. Mesmo os fenômenos que pareçam consistir em simples arranjos artificiais devem ser considerados desse ponto de vista. *O caráter convencional de uma prática ou instituição nunca deve ser pressuposto.* Se, além disso, nos for permitido invocar a experiência pessoal, cremos poder garantir que, procedendo dessa forma, teremos muitas vezes a satisfação de ver os fatos, aparentemente mais arbitrários, apresentarem, na sequência de uma observação mais atenta, as características de constância e regularidade que são sintomas de sua objetividade. A passagem do “método ideológico” para o método objetivo deve se efetuar em sociologia, como já ocorreu em psicologia; a sociologia dispõe, com a condição de saber servir-se deles, de meios específicos para realizar a ruptura com a análise reflexiva, porque os fatos sociais apresentam de modo muito mais natural e imediato todas as características de coisas. O direito existe nos códigos, os movimentos da vida cotidiana inscrevem-se nos algarismos da estatística e nos monumentos históricos, as modas no vestuário, os gostos nas obras de arte. Em virtude de sua própria natureza, tais fatos tendem a constituir-se fora das consciências individuais, uma vez que as dominam. Para vê-los sob o aspecto de coisas, não é necessário, portanto, torturá-los com engenhosidade.

Émile Durkheim

As regras do método sociológico

A proposição segundo a qual os fatos sociais devem ser tratados como coisas é a proposição fundamental de nosso método e a que tem provocado mais contradições. O fato de termos assimilado as realidades do mundo social às do mundo exterior foi interpretado como paradoxal e escandaloso. Trata-se de engano singular sobre o sentido e alcance de tal assimilação, cujo objeto não é o de rebaixar as formas superiores às formas inferiores do ser, mas reivindicar para as primeiras um grau de realidade pelo menos igual ao que é reconhecido por todo o mundo às

segundas. Com efeito, não afirmamos que os fatos sociais sejam coisas materiais, e sim que são coisas como as materiais, de maneira diferente.

Com efeito, o que é uma coisa? Ela opõe-se à ideia como o que conhecemos a partir do exterior se opõe ao que conhecemos a partir do interior. É coisa todo objeto de conhecimento que a inteligência não chega a penetrar de forma natural, tudo aquilo de que não podemos ter uma noção adequada por um simples procedimento de análise mental, tudo o que o espírito só consegue compreender com a condição de sair de si próprio, por meio de observações e experimentações, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos. Tratar fatos de uma certa natureza como coisas não significa, portanto, classificá-los nesta ou naquela categoria do real; mas sim considerá-los com uma certa atitude mental. Seu estudo deve ser abordado a partir do princípio de que ignoramos completamente o que são e de que suas propriedades características, assim como as causas desconhecidas das quais estas dependem, não podem ser descobertas nem mesmo pela mais atenta das introspecções.

Émile Durkheim

Ibid., prefácio da 2ª edição

2.1. AS ABDICAÇÕES DO EMPIRISMO

Texto 23

O vetor epistemológico

Ao inverter o projeto da filosofia clássica das ciências que visava fazer entrar à força o trabalho do cientista em um jogo de alternativas pré-formadas, Bachelard impõe ao filósofo “modificar sua linguagem para traduzir o pensamento contemporâneo em sua flexibilidade e mobilidade”. Assim, em vez de ver no “apaziguante eclético” dos cientistas um indício da inconsciência filosófica da ciência, Bachelard toma como objeto de reflexão epistemológica a “impureza metafísica” do procedimento científico e é levado a recusar a pretensão das “metafísicas intuitivas” em explicar o racionalismo científico. O “racionalismo retificado” da ciência dá testemunho de que um “racionalismo que tenha corrigido julgamentos a priori, como foi o caso nos novos ramos da geometria, já não pode ser um racionalismo fechado”.

23. G. Bachelard

Desde William James, tem-se repetido, com frequência, que todo homem culto segue fatalmente uma metafísica. Parece-nos mais exato dizer que todo homem, em seu esforço de cultura científica, se apoia não em uma, mas sim em duas metafísicas e que essas duas metafísicas naturais e convincentes, implícitas e tenazes, são contraditórias. Para lhes dar rapidamente um nome provisório, designemos essas duas atitudes filosóficas fundamentais, tranquilamente associadas no espírito científico moderno, sob as etiquetas clássicas de racionalismo e realismo. Quem pretende uma prova imediata desse apaziguante ecletismo? Basta meditar neste postulado de filosofia científica: “A ciência é um produto do espírito humano, produzido conforme as leis de nosso pensamento e adaptado ao mundo exterior. Ela oferece, portanto, dois aspectos, um subjetivo e outro objetivo, ambos igualmente necessários, porque é impossível mudar alguma coisa tanto nas leis do nosso espírito quanto nas do mundo”. Estranha declaração metafísica que pode levar tanto a uma espécie de racionalismo redobrado que encontraria, nas leis do mundo, as leis do nosso espírito, quanto a um realismo universal que imporá a invariabilidade absoluta “às leis do nosso espírito” concebidas como uma parte das leis do mundo.

De fato, a filosofia científica não se depurou depois dessa declaração de Boutry. Não seria difícil mostrar, por um lado, que, em seus julgamentos científicos, o racionalista mais ferrenho aceita, diariamente, a instrução de uma realidade que ele não conhece a fundo e, por outro, que o mais intransigente realista procede a simplificações imediatas, exatamente como se admitisse os princípios que animam o racionalismo. Vale dizer que, para a filosofia científica, não existe realismo ou racionalismo absolutos e que não se deve partir de uma atitude filosófica geral para julgar o pensamento científico. Mais cedo ou mais tarde, é o pensamento científico que virá a ser o tema fundamental da polêmica filosófica; tal pensamento levará a substituir as metafísicas intuitivas e imediatas pelas metafísicas discursivas, objetivamente retificadas. Seguindo tais retificações, fica-se convencido de que, por exemplo, um realismo que voltou a encontrar a dúvida filosófica já não pode ser da mesma espécie do realismo imediato. Fica-se convencido, igualmente, de que um racionalismo que tenha corrigido julgamentos *a priori*, como foi o caso dos novos ramos da geometria, já não poder ser um racionalismo fechado. Cremos, portanto, que haveria interesse em adotar a

filosofia científica em si mesma, julgá-la sem ideias preconcebidas, até mesmo à margem das obrigações demasiado estritas do vocabulário filosófico tradicional. Com efeito, a ciência cria filosofia. O filósofo deve, portanto, modificar sua linguagem para traduzir o pensamento contemporâneo em sua flexibilidade e mobilidade. Deve, também, respeitar essa estranha ambiguidade que pretende que todo pensamento científico seja interpretado na linguagem realista e, ao mesmo tempo, na linguagem racionalista. Talvez, então, dever-se-ia assumir como uma primeira lição a meditar, como um fato a ser explicado, essa impureza metafísica implicada pelo duplo sentido da prova científica que se afirma tanto na experiência quanto no raciocínio, em um contato com a realidade e, simultaneamente, em uma referência à razão.

Parece, aliás, que se pode dar rapidamente uma razão dessa base dualista de toda filosofia científica: pelo próprio fato de que a filosofia da ciência é uma filosofia que é *aplicada*, não pode conservar a pureza e unidade de uma filosofia especulativa. Seja qual for o ponto de partida da atividade científica, essa atividade não pode ser plenamente convincente senão abandonando o terreno de base: *se procede a experiências, tem necessidade de raciocinar; se raciocina, tem necessidade de fazer experiências*. Toda aplicação é transcendência. No mais simples dos procedimentos científicos, mostraremos que é possível apreender uma dualidade, uma espécie de polarização epistemológica que tende a classificar a fenomenologia sob a dupla rubrica do pitoresco e do compreensível; dito por outras palavras, sob a dupla etiqueta do realismo e racionalismo. Se, a propósito da psicologia do espírito científico, fôssemos capazes de nos colocar precisamente na fronteira do conhecimento científico, veríamos que a ciência contemporânea se tem ocupado de uma verdadeira síntese das contradições metafísicas. Todavia, o sentido do vetor epistemológico parece-nos perfeitamente nítido. Vai, com toda a certeza, do racional ao real e não da realidade ao geral, como o professavam todos os filósofos de Aristóteles a Bacon. Dito por outras palavras, a aplicação do pensamento científico parece-nos essencialmente realizante. Portanto, tentaremos mostrar ao longo desta obra o que designaremos por realização do racional ou, de forma mais geral, realização do matemático.

Gaston Bachelard
O novo espírito científico

2.2. HIPÓTESES OU PRESSUPOSTOS

Texto 24

O instrumento é uma teoria em ato

Tomada ao pé da letra, a comparação das técnicas com ferramentas poderia levar a uma crítica puramente técnica das técnicas. A análise que E. Katz faz da elaboração progressiva da hipótese segundo a qual a transmissão das informações difundidas pelos meios modernos de comunicação se efetua em dois tempos mostra, pelo contrário, que as limitações das técnicas constituem outras tantas incitações clandestinas para orientar a análise em determinado sentido e que as omissões são, ao mesmo tempo, indicações. Assim, na medida em que a amostra ao acaso e a sondagem de opinião apreendem sujeitos extraídos da rede de relações nas quais eles atuam e se comunicam, essas técnicas levam a hipostasiar um artefato obtido por abstração: ao trabalhar sobre indivíduos de alguma forma “dessocializados” já não é possível explicar a autoridade dos leaders a não ser por meio de qualidades psicológicas. Para eliminar as indicações sub-reptícias que são sugeridas pelos pressupostos de uma técnica, não basta o requinte tecnológico: os estudos empreendidos para encontrar, de novo, a rede completa de comunicações a partir das relações que unem os sujeitos dois a dois permanecem prisioneiros da abstração inicial. Somente uma ruptura com os automatismos metodológicos conseguiu levar a estudar em uma comunidade completa o conjunto das relações sociais, de onde se deduzem as redes de influências de tal modo que já não é necessário pedir aos sujeitos para colocá-las em evidência, em lugar do sociólogo.

24. E. Katz

A análise do processo da tomada de decisão no decorrer de uma campanha eleitoral levou os autores de *The People's Choice* à hipótese de que as informações difundidas pelos meios de comunicação de massa se transmitem, talvez, menos diretamente do que se julga comumente. É possível pressupor que a influência dos meios de comunicação de massa atinge, em primeiro lugar, os *leaders* de opinião que, por sua vez, transmitem o que leram e ouviram ao grupo de pessoas que estão à sua volta e sobre o qual exercem uma influência: tal é a hipótese da “comunicação em dois tempos”.

Em relação ao funcionamento da sociedade moderna, a hipótese implicava, em particular, que as trocas cotidianas entre indivíduos permaneciam as mais influentes e que a influência dos meios de comunicação de massa era menos automática e menos forte do que se poderia supor. No que diz respeito à teoria social e à orientação da pesquisa sobre as comunicações, a hipótese sugeria que a imagem da sociedade urbana moderna exigia ser revista. A imagem do público como massa de indivíduos separados, ligados somente aos diversos meios de comunicação e sem relação uns com os outros, era contraditória à ideia de um fluxo de comunicação em dois tempos porque esta implicava que os meios de comunicação de massa difundissem suas informações através das redes de indivíduos ligados entre si.

Se, entre todas as ideias que se encontram no *The People's Choice*, a do fluxo em dois tempos é provavelmente a que é a menos confirmada por fatos experimentais, é porque o estudo não previa a importância que tomariam as relações interpessoais na análise dos dados. O que é surpreendente, quando se sabe o que era a imagem de um público atomizado que inspirava um grande número de pesquisas sobre os meios de comunicação de massa, é que a influência interpessoal tenha conseguido, nem que seja um pouco, chamar a atenção dos sociólogos.

[...] As principais descobertas de *The People's Choice* foram as seguintes: a) “a ação da influência pessoal, [...] que se exerce mais frequentemente e é mais eficaz do que os meios de comunicação de massa na determinação dos comportamentos eleitorais”; b) o fluxo da influência pessoal: “os *leaders* de opinião encontram-se em todos os níveis da sociedade e são, sem sombra de dúvida, muito semelhantes às pessoas sobre as quais exercem influência”; c) os *leaders* de opinião e os meios de comunicação de massa: como *leaders* parecem muito mais expostos ao rádio, jornais, magazines, em suma, aos meios de comunicação.

Desde então, a hipótese que se apresentava era que “as ideias são transmitidas, muitas vezes, pela imprensa escrita e falada aos *leaders* de opinião que as fazem repercutir em direção a grupos menos ativos da população”.

O método adotado para o estudo de *The People's Choice* apresentava várias vantagens para observar através de quais canais as decisões em curso de elaboração sofrem uma influência. De forma mais particular, o método do *panel* permitia localizar as mudanças desde seu aparecimento e colocá-las em correlação com as influências que eram exercidas sobre aquele que tomava as decisões. Por outro lado, o resultado (a decisão) era um indicador tangível de mudança que pode ser

facilmente gravado. No entanto, para estudar os canais de influência que são os contatos individuais, o método revelava-se insuficiente já que incidia sobre uma amostra constituída ao acaso com indivíduos desvinculados de seu meio social: é a razão pela qual foi necessária uma ruptura para passar dos dados disponíveis para a hipótese de uma comunicação em dois tempos.

Na medida em que cada sujeito, em uma amostra constituída ao acaso, só pode falar de si mesmo, os *leaders* de opinião no estudo dos comportamentos eleitorais, efetuado em 1940, deviam se designar a si mesmos, isto é, por suas próprias respostas às duas indagações sobre seus hábitos de dar conselhos, com efeito, era pedido simplesmente aos entrevistados para se declararem a si mesmos como *leaders* de opinião ou não. Além de não estar comprovada, a validade dessa técnica de autodesignação impede a comparação entre *leaders* e respectivos partidários, e permite somente o confronto entre *leaders* e *não leaders* em geral. Por outras palavras, os dados consistem somente em duas categorias estatísticas: indivíduos que declaram dar conselhos e indivíduos que declaram o contrário. Por conseguinte, o interesse mais acentuado que os *leaders* manifestavam pela eleição não prova que a comunicação se transmita dos indivíduos mais interessados para os indivíduos menos interessados já que, com todo o rigor, pode mesmo ocorrer que os *leaders* apenas exerçam influência entre si, sendo que os *não leaders* não interessados se encontram completamente fora do campo de influência. No entanto, a tentação de presumir que os *não leaders* seguem os *leaders* é de tal modo considerável que, apesar de muitas precauções, acabou influenciando o estudo. [...] Os próprios autores observam que teria sido preferível perguntar a cada um junto a quem pedia conselho para estudar, em seguida, as relações entre os que davam conselhos e os que os recebiam. No entanto, essa maneira de proceder apresenta muitas dificuldades, considerando a improbabilidade que *leaders* e “seguidores” estivessem incluídos, ao mesmo tempo, na amostra: tal é o problema essencial para o qual os estudos seguintes tentaram encontrar solução.

[Em seguida, o autor apresenta outros três estudos que permitiram tratar os problemas levantados pela pesquisa de *The People's Choice*. A primeira pesquisa, empreendida em uma cidadezinha, considerava como *leaders* de opinião as pessoas mencionadas várias vezes nas respostas dos sujeitos interrogados, “partindo assim das pessoas influenciadas para chegar às pessoas influentes”, identificando dessa forma – melhor do que o estudo dos comportamentos eleitorais “que considerava

como *leaders* de opinião somente as pessoas definidas pelo fato de darem conselhos – os *leaders* efetivos”.

O segundo estudo incidia precisamente sobre o par *leader*-“seguidor” que não tinha sido considerado pelo estudo precedente já que a amostra inicial de pessoas entrevistadas servia somente para identificar os *leaders*.]

Se o par conselheiro-consultante podia ser reconstituído indo do consultante para seu conselheiro, era possível também começar pelo outro extremo interrogando, em primeiro lugar, uma pessoa que pretendesse ter atuado como conselheiro e, em seguida, situando a pessoa que o conselheiro, pretensamente, teria influenciado. O segundo estudo tentou proceder dessa forma. Como no estudo dos comportamentos eleitorais, pedia-se aos entrevistados para se designarem a si mesmos como *leaders* e perguntava-se às pessoas que se julgavam influentes para indicarem, eventualmente, o nome daqueles que tinham influenciado. Desde então, tornou-se possível não só estudar a interação entre conselheiro e consultante, mas também confrontar a autoridade que os sujeitos pretendiam ter com a autoridade que lhes era reconhecida por aqueles que diziam ter sido influenciados. Dessa forma, os pesquisadores esperavam poder controlar essa técnica de “autodesignação”. Conforme o receio manifestado pelos autores de *The People's Choice*, foi muito difícil perguntar às pessoas junto a quem pediam conselho para estudar, em seguida, a interação entre conselheiros e consultantes. Se, em consequência dos problemas encontrados no terreno, nem todas as pessoas que os *leaders* declaravam ter influenciado chegaram a ser interrogadas e se, na sequência, foi muitas vezes necessário, no decorrer da análise, voltar às comparações globais entre *leaders* e *não leaders* – os grupos que manifestaram uma concentração maior de sujeitos que se declaravam *leaders* foram considerados como mais influentes – ficou demonstrado, pelo menos em princípio, que um método que conseguisse levar em consideração as relações pessoais era, simultaneamente, possível e proveitoso.

Mas no momento em que se tornou evidente que esse objetivo era acessível, o próprio objetivo começou a se transformar. Começou-se a achar preferível levar em consideração cadeias de influência cada vez mais longas do que as que eram implicadas no simples par; e, em seguida, a considerar o par conselheiro-consultante como um componente de um grupo social mais estruturado.

Em primeiro lugar, as descobertas feitas a partir do segundo estudo e, mais tarde, do terceiro, revelaram que, em suas decisões, e segundo seu testemunho,

os próprios *leaders* de opinião eram, por sua vez, influenciados por outras pessoas, sugerindo por isso mesmo a existência de *leaders* de *leaders*. Em seguida, tornou-se claro que ser *leader* de opinião não podia ser considerado como uma “característica” psicológica exclusiva de certos indivíduos, embora o estudo dos comportamentos eleitorais implicasse, muitas vezes, essa hipótese. Pelo contrário, pareceu absolutamente evidente que o *leader* de opinião é influente em determinados momentos e em determinado campo, porque está habilitado a sê-lo por outros membros do seu grupo. As razões da autoridade conferida a certas pessoas devem ser procuradas não somente na referência a dados demográficos (estatuto social, sexo, idade, etc.), mas também na estrutura e valores dos grupos em que o conselheiro e o consultante estão inseridos. Assim, a surpreendente promoção de jovens como *leaders* de opinião nos grupos tradicionais, no momento em que estes tiveram de enfrentar novas situações criadas pela urbanização e industrialização, só pode ser compreendida se fizermos referência aos antigos e novos modelos de relações sociais no âmago do grupo e aos antigos e novos modelos de atitude em relação ao mundo exterior ao grupo.

Por outro lado, ao criticar o segundo estudo, tornou-se claro que, se era possível examinar o peso das diferentes influências sobre as decisões individuais em matéria de moda, o método adotado não era adequado para estudar a evolução da moda no grupo – para seguir a moda como processo de difusão – enquanto tal método não levasse em consideração o conteúdo da decisão ou o fator temporal: as decisões dos “modificadores da moda”, analisadas no segundo estudo, podiam se equilibrar, sendo que a Sra. Y podia passar da moda B para a moda A, enquanto a Sra. X passava de A para B. O que é verdadeiro para a moda é válido para qualquer fenômeno de difusão: para estudá-lo, deve ser retraçada a propagação de uma “característica” específica no tempo. Esse interesse manifestado pela difusão ao mesmo tempo que pelo estudo das redes de comunicação mais complexas deu origem a um novo estudo que se concentrou em uma “característica” específica, ao estudar sua difusão no tempo e através da estrutura social de uma comunidade inteira.

[Esse terceiro estudo, que analisava a partir de índices objetivos (um extrato das prescrições médicas feito a partir das listas conservadas pelos farmacêuticos), a rapidez da adoção de um novo remédio pelos médicos de uma cidadezinha, situava precisamente os sujeitos interrogados no âmago de sua rede de relações...].

De maneira geral, comparado aos estudos precedentes, o estudo da adoção de um medicamento faz da decisão um fenômeno mais objetivo – simultaneamente, psicológico e sociológico. Em primeiro lugar, o que decide não é a única fonte de informação relativa à sua própria decisão. São utilizados, paralelamente, dados objetivos oriundos das receitas. Em seguida, o papel das diferentes influências é avaliado não somente a partir da reconstituição feita pelo sujeito, mas também a partir das correlações objetivas, as quais levam a conclusões em relação aos canais por onde se transmite tal influência. Por exemplo, os médicos que tinham sido os primeiros a adotar o novo medicamento tinham mais possibilidades de participar dos colóquios médicos especializados, longe de seus domicílios, do que aqueles que o tinham adotado mais tarde.

Da mesma forma, pode-se deduzir o papel que desempenham as relações sociais na elaboração da decisão de um médico, não só a partir do testemunho do próprio médico, mas também a partir da posição do médico nas redes interpessoais reveladas pelas respostas às perguntas sociométricas: pode-se, assim, classificar os médicos segundo o grau de sua integração à comunidade médica, ou segundo o grau de sua influência, avaliado pelo número de vezes em que são designados por seus colegas como amigos, como parceiros de discussão e como colegas de deliberação. Podem assim ser classificados conforme fazem parte desta ou daquela rede, desta ou daquela capelinha, segundo a identidade daquele ou daqueles que os citam. O primeiro procedimento permite ver se a rapidez da adoção do medicamento está associada à influência dos médicos. O segundo permite apreender, por exemplo, se o fato de fazer parte do mesmo subgrupo implica uma identidade no modo de utilização dos medicamentos. Torna-se, assim, possível confrontar o testemunho do médico relativo às suas próprias decisões e às influências que sofreu com o registro mais objetivo de suas decisões efetivas e das influências a que esteve exposto.

Observemos que, nesse estudo, as redes de relações sociais são estabelecidas antes da introdução do novo medicamento já que as relações de amizade ou colaboração profissional, etc., são registradas independentemente de qualquer decisão particular tomada pelo médico. O estudo preocupa-se com o papel que podem desempenhar esses diferentes elementos de estruturas sociométricas na transmissão da influência. Por exemplo, pode-se designar os elementos da estrutura “sensíveis” à introdução do novo medicamento e descrever o processo de difusão do medicamento à medida em que é aceito pelos indivíduos e grupos da comunidade. Enquanto a pretensão do segundo estudo era somente examinar a relação face a face entre dois indivíduos

que tinham exercido influência em determinada decisão, o estudo da difusão de um medicamento pode situar essa relação entre a rede das relações nas quais o médico está envolvido, sendo que todas elas podem desempenhar um papel.

[... Essas mudanças sucessivas no método de pesquisa permitiram chegar a resultados que indicam com precisão e completam a hipótese inicial, estabelecendo em particular o seguinte:

- a influência pessoal desempenha um papel mais importante do que a influência direta dos meios de comunicação de massa, sendo que a integração dos médicos à comunidade médica aparece, por exemplo, no terceiro estudo como um fator muito importante;
- os grupos primários apresentam uma grande homogeneidade nas opiniões;
- o papel dos meios de comunicação de massa não é simples, já que pode ir da “informação” à “legitimação” das opiniões;
- os *leaders* não têm uma autoridade global e válida para todos os campos, mas a autoridade que lhes é reconhecida está limitada a determinados campos particulares;
- portanto, não apresentam características substanciais suscetíveis de separá-los dos que recebem sua influência, mas se distinguem pelas qualidades que lhes são reconhecidas (competência, etc.) e pela sua posição social;
- os *leaders* de opinião estão expostos à ação dos meios de comunicação de massa e, simultaneamente, são mais sensíveis à influência desses meios.]

Em cada um dos estudos que analisamos, o problema metodológico central foi saber como levar em consideração as relações interpessoais, ao mesmo tempo preservando a economia e a representatividade que propicia a amostra constituída ao acaso, em determinado momento do tempo. As respostas a esse problema foram diversas, desde um questionário pedindo aos indivíduos da amostra para descreverem as pessoas com as quais mantinham relações de interação (estudo inicial) até uma pesquisa por meio de entrevistas partindo das pessoas influenciadas e chegando até os sujeitos que as tinham influenciado (segundo estudo) e, enfim, por meio de entrevistas junto a uma comunidade inteira (terceiro estudo). Os estudos futuros hão de se situar, provavelmente, entre esses dois extremos. Entretanto, para a maior parte deles, parece que o princípio central deverá ser a construção de moléculas maiores ou menores em volta de cada átomo individual da amostra.

Elihu Katz

*The Two-Step Flow of Communication:
An Up-to-Date Report on an Hypothesis*

Texto 25

O estatístico deve saber o que faz

Não é reivindicando, ciosamente, a originalidade dos métodos sociológicos, mas sim comparando metodicamente os métodos das ciências da natureza com os métodos da sociologia que, ao ver no método estatístico uma forma do método experimental, Simiand procura a especificidade da epistemologia própria da sociologia. Os fatos manipulados pelo sociólogo são, de alguma forma, duplamente abstratos – em primeiro lugar, como fatos estatísticos, abstratos em relação à realidade empírica (como os fatos sobre os quais trabalha o físico); em segundo lugar, como fatos sociológicos, abstratos em relação às manifestações individuais: sendo de natureza coletiva, os fatos sociais não são plenamente realizados em qualquer fenômeno individual de modo que “a não correspondência com uma realidade objetiva [...] não salta aos olhos”. A reflexão sobre a técnica estatística e sobre a elaboração a que são submetidos os fatos pela mesma deverá, portanto, em sociologia, ser retomada desde o começo, no momento de cada pesquisa.*

25. F. Simiand

Apliquemos ao campo estatístico [as] condições da abstração correta ensinadas pela metodologia das ciências positivas; e aperceber-nos-emos de que a primeira precaução a tomar para não enganarmos e não nos enganarmos a nós mesmos com nossas abstrações estatísticas é estarmos vigilantes para que nossas expressões de fatos complexos, nossas médias, índices e coeficientes, não sejam resultados de contagens quaisquer, de combinações arbitrárias entre algarismos e algarismos, mas que se modelem também à complexidade concreta, respeitem as articulações do real, exprimam alguma coisa, simultaneamente, distinta e verdadeira em relação à multiplicidade dos casos individuais à qual elas correspondem. Observemos, pelo contrário, que podemos ser enganados e, de fato, o que nos engana, muitas vezes, no emprego das abstrações estatísticas, não é o fato de serem abstrações, mas serem *más abstrações*.

Não vemos nenhum físico determinar a densidade de um agrupamento qualquer de objetos heteróclitos; com efeito, manifestamente, como esse agrupamento

* Cf. supra, Introdução, p. 11, e infra, E. Wind, texto n. 38, p. 262.

não tem qualquer identidade física, o dado não teria qualquer interesse científico. Não vemos nenhum botânico agrupar suas observações sobre plantas de cinco em cinco meses ou de dez em dez meses, porque manifestamente a vegetação funciona segundo o ciclo do ano ou de doze meses. Ainda mais perto e já no campo estatístico, não vemos biólogos determinarem e estudarem a média de tamanhos de animais diferentes.

Pelo contrário, não será que encontramos exemplos, até mesmo em trabalhos de certa qualificação, de índices de preços estabelecidos entre preços de todas as categorias misturadas e sem qualquer discriminação, dos preços de matérias-primas com preços de produtos fabricados, dos preços de mercadorias com preços de serviços, salários, aluguéis, quando, afinal, os movimentos desses diversos grupos são, muitas vezes, bastante diferentes em relação ao sentido, aspecto, data, para que uma expressão comum, misturando tudo, acabe por ser desprovida de sentido ou enganadora, se não forem levadas em consideração tais diferenças?

Ainda mais, não será que encontramos exemplos de estudos que agrupam médias quinquenais, decenais, ou seja, dados de estatística econômica sobre elementos cujas variações características se apresentam em ciclos mais curtos ou mais longos do que um lustro ou uma década, e, muitas vezes, irregulares? A representação que nos dão de tais médias dissimulará, portanto, a característica essencial do elemento estudado, em vez de colocá-lo em evidência e, assim, nos induzirá em erro. — E quantos exemplos ainda poderiam se acrescentar a essas poucas indicações?

Serão suficientes, porém, para nos levar a perceber, em primeiro lugar, onde deve ser reconhecida a verdadeira diferença, desse ponto de vista, entre a experiência comum das ciências positivas e a experiência estatística, e, em seguida, onde poderemos procurar remédio para a inferioridade desta, nesse mesmo ponto de vista.

A diferença entre as duas espécies de pesquisas não está no fato de que uma delas esteja operando sobre realidades, enquanto a outra opera sobre abstrações, mas no fato de que, na experimentação material das ciências positivas, a má abstração, sem correspondência suficiente com a realidade, sem fundamento objetivo, revela-se, quase sempre, imediatamente como tal por uma evidência física, material; pelo contrário, na pesquisa estatística, os Algarismos como tais nunca recusam ser combinados com outros Algarismos, a correspondência ou não correspondência com alguma realidade objetiva não é neste caso, em geral, um fato que, como se diz, “salte aos olhos”.

Na experiência material, o cientista isola bem, no meio da complexidade apresentada pela natureza, certos elementos em relação reconhecida ou suspeitada com alguns outros; mas, se houver engano na relação, se for esquecido algum elemento essencial, ele é obrigado a aperceber-se disso porque, materialmente, o fenômeno esperado já não se produz. — Aqui, pelo contrário, o estatístico consegue isolar perfeitamente, no dado complexo, certos elementos de outros que suspeita estarem em relação entre si: mas trata-se de uma operação intelectual; não dispõe quase nunca de experiência factícia; não retira nem introduz materialmente nenhum fator. E, por consequência, a realidade ou a não realidade percebida não pode se manifestar de maneira material.

Ainda mais, pode-se ver que, neste caso, corre-se o risco de cair em um círculo vicioso; é que, muitas vezes, a expressão estatística é necessária para colocar em evidência e, pode-se mesmo dizer, para constituir o fato estatístico, e que seria preciso saber de antemão qual é e como se comporta exatamente esse fato estatístico, para escolher convenientemente a base e a natureza da expressão estatística a ser utilizada.

Mas iremos aperceber-nos, ao mesmo tempo, como a pesquisa estatística pode se aproximar das condições pelas quais a experimentação física distingue a boa abstração da má abstração. [...]

Para ter alguma correspondência com a realidade, a primeira condição é que nossas expressões estatísticas sejam estabelecidas a partir de uma base que apresente uma certa homogeneidade, ou ainda a partir de uma base que tenha uma extensão apropriada, *uma extensão oportuna*.

Sem dúvida, é bem claro que os casos individuais abrangidos em um dado estatístico apresentam sempre uma heterogeneidade maior ou menor e mais ou menos complexa (caso contrário, não haveria necessidade de expressão estatística para representá-los em conjunto) e que a homogeneidade só pode, portanto, ser relativa; que a extensão oportuna também há de variar, não somente segundo os dados, mas segundo os problemas e será, igualmente, relativa. No entanto, o exemplo da experimentação das ciências positivas mostra-nos que, se pretende ser fundamentada, a escolha das abstrações estatísticas a serem adotadas não será, por esse motivo, arbitrária.

Neste caso, não podemos contar com as evidências materiais: tentemos, portanto, nos prevenir com precauções intelectuais. Procedamos com toda a cautela,

por meio de tentativas, provas, contraprovas, confrontando dados provenientes de diferentes fontes.

Justamente porque existem médias boas e más, médias que têm um sentido e outras que não têm qualquer sentido, *desconfiemos das médias*, controlemos, confrontemos indicações de médias de um tipo com as médias de outro tipo, com outros índices, com dados complementares; e adotemos simplesmente aquelas que, depois dessas provas, nos parecerem ter uma verdadeira consistência e corresponderem a alguma realidade coletiva.

Devemos proceder da mesma forma em relação aos outros modos da expressão estatística. Hoje, por exemplo, em decorrência do movimento considerável dos preços e de suas consequências, quem não fala, não raciocina, não discute a respeito dos *index numbers*? Quem não se serve disso como prova para as mais diversas teses e, por vezes, as mais opostas? – Mas, antes de tal uso, quantas pessoas se preveniram e ficaram preocupadas em saber como esses *index numbers* são estabelecidos, sobre que bases, por quais métodos, o que significam ou não? Irving Fisher assinalou que, para representar um conjunto de preços ou quantidades, pode ser estabelecido um número indefinido de fórmulas de inúmeros índices, que estão bem longe de ter o mesmo sentido ou as mesmas utilizações; do ponto de vista de seu estudo, limitou-se a colocar em evidência somente *quarenta e quatro* dessas fórmulas possíveis, indicando as características de cada uma em relação a diferentes condições. Stanley Jevons tinha utilizado uma média geométrica por determinadas razões e para um certo problema. Pelo contrário, para o mesmo problema, Wesley C. Mitchell empregou por algumas outras razões e, igualmente, com sucesso, uma mediana, acompanhada de quartis e decis. Os diversos *index numbers* mais frequentemente citados e invocados atualmente são estabelecidos, muitas vezes, em condições e a partir de bases bastante diferentes. – Será que tudo isso é sem importância? Ou, pelo contrário, não terá de ser levado em consideração, segundo as questões estudadas e até mesmo em vista das conclusões que se procura tirar de tais estudos? Ou ainda, justamente por causa dessas diferenças, não deverão ser utilizados como complemento recíproco ou cotejo útil, para diferentes questões, e para revelar os limites de seu valor e de sua legítima utilização?

François Simiand

Statistique et expérience – Remarques de méthode

2.3. A FALSA NEUTRALIDADE DAS TÉCNICAS: OBJETO CONSTRUÍDO OU ARTEFATO

Texto 26

A entrevista e as formas de organização da experiência*

*D. Riesman mostrou alguns vieses que podem afetar a entrevista na medida em que essa técnica pressupõe, na maior parte do tempo sem procurar os meios de controlá-la, a aptidão dos sujeitos para se ajustarem ao que “a opinião entende, convencionalmente, por entrevista”. Como caso particular da troca social, ela não escapa às “convenções relativas ao que se deve dizer e calar”, convenções que “variam segundo as classes sociais, regiões e grupos étnicos”**. À semelhança da situação de interação social, a situação de entrevista tende a ser interpretada a partir do modelo de outras relações (confidência, recriminação, discussão amigável, etc.) cujos modelos podem ser diferentes consoante os grupos. Enfim, a relação com um sociólogo não passa de um caso particular da relação com estranhos diante de quem a honra impõe não deixar aparecer os sentimentos ou opiniões mais íntimas: a situação de entrevista pode, portanto, colocar em jogo toda a moral de um grupo. “É necessário compreender por que razão as pessoas da classe operária não parecem, na maior parte das vezes, muito acolhedoras em relação aos entrevistadores, por que razão se mostram evasivas e dispostas a dar respostas destinadas a afastar, em vez de explicar claramente a situação. Por trás dessas proclamações, da afirmação “reservo meus problemas para mim”, pode haver um orgulho ferido. Com efeito, é difícil acreditar que um visitante que faz parte de outra classe possa ter uma ideia clara de todos os detalhes das dificuldades encontradas: assim, o entrevistador mantém-se atento para “não se expor” a se proteger contra a solicitude protetora”***.*

Considerando que os pesquisadores raramente se interrogam sobre o efeito diferencial das técnicas de pesquisa em função da origem social dos sujeitos, não

*© SCHATZMAN & STRAUSS, AJS 60:4 (1955) 329-338, publicado por The University of Chicago Press.

** RIESMAN, D. “The Sociology of the Interview”. *Abundance for What*. Nova York: Doubleday, 1964, p. 517-539.

*** HOGGART, R. *The Uses of Literacy*. Londres: Chatto and Windus, 1959, p. 68.

é inútil reproduzir aqui uma análise de sociologia da comunicação que visa constituir como objeto de estudo o que é, habitualmente, tratado como instrumento de estudo, e, por vezes, como instrumento absoluto de medida de certas “aptidões” (basta pensar, por exemplo, em Lerner, transformando a aptidão dos sujeitos para controlar a situação de entrevista no indício da aptidão dos mesmos para a inovação). L. Schatzman e A. Strauss mostram que a entrevista faz intervir técnicas de comunicação e formas de organização da experiência que opõem, ponto por ponto, as classes médias às classes populares; tirar todas as consequências dessas análises obrigaria a renunciar à ilusão da neutralidade das técnicas e, neste caso, a adotar os meios de controlar, levando-os em consideração, os efeitos da situação de entrevista.*

26. L. Schatzman e A. Strauss

Admite-se, comumente, que possa existir diferenças importantes entre as classes sociais, no nível do pensamento e da comunicação. Os homens vivem em um meio ambiente que é mediatizado por símbolos. Ao nomeá-los, identificá-los e classificá-los é que se pode perceber e controlar os objetos ou os acontecimentos. A ordem impõe-se na e pela organização conceitual, e essa organização não se exprime somente nas regras individuais, mas também nos códigos gramaticais, lógicas e, de forma mais geral, em todos os sistemas de comunicação próprios de um grupo porque a comunicação deve satisfazer os imperativos sociais da comunicação que se impõem também a essa “conversação interior” que é o pensamento. O raciocínio, assim como o discurso, estão submetidos, através da crítica, julgamento, apreciação e controle, a exigências particulares: existem regras diferenciais em matéria de ordenamento do discurso e do pensamento que – fora das incompreensões puramente linguísticas – ameaçam criar obstáculos à comunicação entre grupos diferentes¹.

Segue-se que deve ser possível observar, de uma classe para outra, diferenças em matéria de comunicação que não consistem simplesmente em uma diferença

* Cf. supra, § 2.3., p. 55-57.

¹ Cf. CASSIRER, E. *An Essay on Man*. New Haven, 1944. • LANGER, S. *Philosophy in a New Key*. Nova York, 1948. • LINDESMITH, A.R. & STRAUSS, A.L. *Social Psychology*. Nova York, 1949, p. 237-252. • MEAD, G. *Mind, Self and Society*. Chicago, 1934. • MILLS, C.W. “Language, Logic and Culture”. *American Sociological Review*, IV, 1939, p. 670-680.

de grau na precisão, procura ou riqueza do vocabulário e as qualidades de estilo, e que devem fazer aparecer os modos de pensamento através dos modos de discurso. [...]

[Essas hipóteses foram comprovadas por meio da análise de entrevistas, realizadas para estudar as respostas a uma situação de catástrofe, com habitantes de aldeias do Arkansas que tinham sido vítimas de um tornado. Foram constituídos dois grupos:

– o grupo “inferior”, formado por sujeitos pertencentes às classes populares, caracterizados por uma educação que não superava a *grammar school* e por uma renda familiar anual inferior a US\$ 2.000;

– o grupo “superior”, composto por sujeitos pertencentes à classe média, que frequentaram um *college*, pelo menos, durante um ano e com uma renda anual superior a US\$ 4.000.]

As diferenças verificadas entre a classe popular e a classe média são impressionantes e, uma vez formulado o princípio dessa diferença, é surpreendente ver com qual facilidade é possível detectar a estrutura de comunicação característica de um grupo, pela simples leitura de alguns parágrafos de uma entrevista. A diferença reside não simplesmente na inaptidão ou aptidão do grupo para dar ao seu discurso uma formulação clara e detalhada ao responder às necessidades do entrevistador. A diferença também não está simplesmente na correção ou requinte da gramática, ou ainda na utilização de um vocabulário mais preciso ou mais rico. A diferença principal consiste em uma disparidade considerável nos seguintes aspectos:

- a) número e natureza das perspectivas adotadas no decorrer da comunicação;
- b) faculdade de se colocar no lugar do interlocutor;
- c) tratamento das classificações;
- d) ossatura do discurso e aparelho estilístico que ordenam a comunicação e a tornam efetiva.

Perspectiva ou ponto de vista

Por perspectiva entendemos o ponto de vista em que um entrevistado se coloca para fazer uma descrição. As perspectivas podem diferir em número e alcance. A agilidade com a qual o narrador irá evoluir de uma perspectiva para outra pode, igualmente, variar.

Uma descrição feita por um membro das classes populares apresenta-se quase sempre como reprodução do que ele viu com seus próprios olhos; propõe ao interlocutor suas próprias percepções e imagens, sem tomar qualquer distância em relação às mesmas. No melhor dos casos, isso dá uma narração direta e sem rodeios dos acontecimentos tal como os viu e sentiu. Chega, frequentemente, a se situar claramente no tempo e no espaço e indicar aproximativamente, por diversos procedimentos associativos, uma progressão dos acontecimentos em ligação com sua participação neles. Mas tal progressão só reproduz o desenrolar dos acontecimentos na medida em que estão em relação com o informador. As outras pessoas e suas ações só intervêm na narração na medida em que interferem com suas próprias ações. [...]

As imagens utilizadas pelo informador variam consideravelmente em clareza, mas são sempre pessoais. Pode, ocasionalmente, repetir as histórias acontecidas a outras pessoas, mas não relata a história como se ele próprio fosse essa pessoa, operando a reconstituição de acontecimentos e sentimentos. Pode descrever os atos de outras pessoas e os motivos que as impeliram a agir na medida em que ele próprio se sente implicado, mas sua faculdade de se colocar no lugar de outrem é bastante limitada. Se chega a assumir o papel de outrem em relação a uma terceira pessoa, isso só acontece ocasionalmente e de forma implícita: "Havia pessoas que ajudavam outras que estavam feridas". Essa incapacidade manifesta-se de maneira muito particular quando tem que descrever o comportamento de mais de duas ou três pessoas. Nesse plano, a descrição torna-se confusa: o informador limita-se a assinalar reações isoladas, sem propor um quadro claro das ações de cada uma das pessoas. A reciprocidade das condutas não é percebida, ou não é sugerida a não ser implicitamente na comunicação (a gente correu lá embaixo para ver o que tinha acontecido, mas eles não tinham nada). Até mesmo questionando, com minúcia, o informador, não é possível obter uma exposição mais clara da situação. Nas respostas menos inteligíveis, o entrevistador perde completamente o fio de uma narração em que as imagens, ações, pessoas e acontecimentos aparecem sem serem anunciados, nem situados, e desaparecem sem dizer água vai!

Os membros das classes médias são tão capazes quanto os membros das classes populares de comunicar de maneira detalhada uma descrição no primeiro grau, mas esta não se situa em uma perspectiva tão limitada. Podem se colocar em vários

pontos de vista e, por exemplo, assumir o ponto de vista de outra pessoa, de uma categoria de pessoas, de uma organização, de uma pessoa moral ou, até mesmo, da cidade inteira.

O informador oriundo das classes médias tem a faculdade, quando descreve o comportamento de outras pessoas, até mesmo de categorias, de se colocar do ponto de vista delas, em vez do seu; tem a possibilidade de incluir em sua narração séries de ações sob a forma em que foram apreendidas por outras pessoas. Até mesmo as descrições do comportamento do próprio informador chegam a ser feitas segundo uma ótica diferente da sua.

O acordo entre as imagens da pessoa que fala e as do interlocutor

Só de forma muito desigual é que os indivíduos conseguem perceber a necessidade de introduzir uma mediação linguística entre suas próprias imagens subjetivas e as de seus interlocutores. [...]

Quando o contexto da discussão está materialmente presente diante dos olhos dos dois interlocutores ou lhes é comum na sequência de uma experiência passada idêntica, ou está implicitamente presente em decorrência de suas relações anteriores, o problema do contexto fica, em grande parte, resolvido. No entanto, quando o contexto não é dado e tampouco é recriado pela pessoa que fala, o interlocutor é obrigado a enfrentar espinhosos problemas de interpretação. As respostas menos inteligíveis apresentavam séries de imagens que se sucediam como em um sonho e se limitavam a recorrer raramente a aproximações, precisões, explicações ou quaisquer outros procedimentos suscetíveis de fornecer um contexto. Assim, o entrevistador tinha de dispender um grande esforço para acompanhar a narração e compreender seu sentido; para não ser deixado, por assim dizer, no meio do caminho pelo informador, tinha necessidade de proceder a verificações diante de cada novo fato relatado. Os informadores aceitavam de bom grado e, até mesmo, com solicitude, relatar suas experiências, mas a vontade de comunicar nem sempre é suficiente para estabelecer uma comunicação clara. Esta implica, entre outras condições, a faculdade de compreender seu próprio discurso como é compreendido pelos outros.

Os sujeitos das classes populares prestam, segundo parece, pouca atenção às diferenças de perspectiva. No máximo, o informador se corrigia a respeito da hora exata em que tinha realizado determinadas ações, ou então, tomando cons-

ciência de que seu interlocutor não tinha assistido à cena, procurava situar para ele os objetos e acontecimentos. Ocasionalmente, acontecia tomar consciência da existência de outras pessoas. “Não é possível fazer uma ideia do que se passou se a pessoa não estava lá”. No entanto, é necessário observar que ele não colocava em dúvida a existência de uma correspondência entre seu universo subjetivo e o de outrem. Utilizava um grande número de apelidos sem que as identidades fossem francamente estabelecidas e empregava, com frequência, os termos “nós” e “eles” sem referências precisas. O entrevistado antecipava raramente as reações que sua comunicação devia suscitar e parecia sentir muito pouco a necessidade de explicitar certas particularidades de sua narração. Só raramente matizava os julgamentos que fazia, sem dúvida, porque para ele era evidente que suas percepções refletiam a realidade e eram compartilhadas por todos aqueles que estavam presentes. Essa tendência para acreditar que todas as coisas são evidentes fazia com que seu relato carecesse de profundidade e riqueza e só contivesse um pequeno número de matizes e poucos exemplos verdadeiros. Muitas vezes, o interlocutor encontrava-se diante de um fragmento descritivo que, supostamente, representava um relato mais completo. O entrevistado acrescentava, então, eventualmente frases do tipo “e outros troços do mesmo gênero” ou “e tudo o mais”. Esses modos de expressão não são verdadeiramente recapitulativos, não passam de sucedâneos de uma relação detalhada e abstrata. Praticamente, não existiam resumos: com efeito, pressupõem que os entrevistados tenham consciência das necessidades dos interlocutores. Certas frases que pareciam constituir resumos – tais como “é tudo o que sei” e “foi assim que isso aconteceu” – indicavam simplesmente que terminavam aí os conhecimentos do entrevistado. Enfim, era possível encontrar certas expressões que pareciam ter um valor recapitulativo, como “fazia dó”: mas revelavam-se ser apartes que traduziam um retorno a si mesmo ou uma emoção, em vez de resumos do que tinha sido dito anteriormente.

O informador das classes médias pressupõe também a correspondência entre as imagens (subjetivas) do outro e suas próprias imagens. Todavia, diferentemente dos membros do grupo “inferior”, admite facilmente a diversidade das visões subjetivas e, por consequência, a necessidade de fornecer um contexto. Empenha-se, então, por diversos procedimentos, em recriar um contexto e clarificar o sentido de seu relato. Suas afirmações são matizadas, apresenta resumos e situa o contexto da ação através de uma introdução bem detalhada; desenvolve amplamente os

temas tratados, ilustra seu relato com exemplos frequentes, previne em relação a uma incredulidade possível e preocupa-se bastante em localizar os lugares citados e estabelecer a identidade das pessoas – tudo isso com uma grande riqueza de detalhes. É menos frequentemente obrigado a recorrer à expressão “como o sr. sabe”; esmera-se em fornecer esclarecimentos se tem o sentimento de que um aspecto do relato corre o risco de não ser crível ou convincente. Só raramente evita localizar no tempo e no espaço as imagens ou séries de imagens. A frequência com a qual introduz matizes e reservas em suas afirmações merece ser anotada. Tal atitude indica não só a multiplicidade de pontos de vista possíveis, mas também uma grande sensibilidade às reações dos interlocutores, presentes ou virtuais (inclusive o próprio entrevistado).

Em suma, o informador membro das classes médias conserva o que se pode chamar “controle da comunicação”, pelo menos, nessa situação semiorganizada que é a situação de entrevista. Por assim dizer, serve de intermediário entre suas próprias imagens e o interlocutor com a preocupação de “apresentar” corretamente, do mesmo modo que se fazem “apresentações”, o que viu e sabe. Encontra-se na situação de um diretor de filme que dispõe de várias câmeras, cada uma focalizada em um aspecto diferente da cena e que, ao rodar o filme, controla cuidadosamente seus efeitos. Inversamente, o relato de um informador membro das classes populares evocaria antes um filme gravado por uma única câmera [...]. Os sujeitos originários das classes médias – em virtude, segundo parece, de sua mais apurada sensibilidade às reações do interlocutor – tomam uma distância maior em relação à própria experiência. Não se limitam a relatar o que viram: compõem um relato. A relação dos fatos será mais ou menos exata, mas, na medida em que se trata de um discurso ordenado, encontrar-se-á nele as qualidades e defeitos dos relatos ensaiados. Não se trata aqui de comparar a exatidão respectiva dos relatos feitos pelos membros das classes médias com os dos membros das classes populares. Na “objetividade” dos primeiros, é necessário ver, antes de tudo, um distanciamento do narrador em relação ao acontecimento.

Pela maneira como ordena seu relato, o informador oriundo das classes médias mostra perfeitamente que tem, ao mesmo tempo, consciência do outro e de si próprio. Tem a possibilidade de interromper o relato ou tomar uma nova orientação; de maneira geral, exerce um controle rigoroso sobre o desenrolar de sua comunicação. O informador das classes populares parece muito menos capaz dessa

visão de conjunto. O controle que chega a exercer só incide sobre a quantidade de informação que aceita ou não comunicar ao entrevistador. Todavia, é permitido supor que ele disponha de procedimentos estilísticos de controle que não sejam imediatamente percebidos por um observador oriundo da classe média.

Classificações e relações classificatórias

Os informadores da classe popular referem-se, em geral, a indivíduos particulares que são designados, muitas vezes, por um nome próprio ou nome de família. Essa maneira de proceder não esclarece a descrição e não facilita a identificação das pessoas colocadas em questão a não ser quando o informador se contenta em relatar as experiências de alguns indivíduos bem definidos. Chega um momento em que o entrevistador deseja coletar informações, não mais sobre pessoas, mas sobre categorias de pessoas, até mesmo sobre organismos, assim como sobre as relações que se estabeleceram entre essas categorias ou organizações e o informador: nesse caso, um sujeito oriundo das classes populares revela-se, na maior parte do tempo, incapaz de fornecer uma resposta. No pior dos casos, seu discurso não consegue apreender as categorias de pessoas ou ações como tais porque, segundo toda a evidência, seu pensamento não domina a lógica das diferentes categorias. As perguntas sobre organismos como a Cruz Vermelha são retraduzidas em termos concretos e ele falará da Cruz Vermelha “que ajuda as pessoas” ou das “pessoas que ajudam as outras pessoas”; com efeito, têm apenas noções bastante imprecisas a respeito dos mecanismos complexos segundo os quais funcionam os organismos e as organizações. Se ocorre que o informador venha a introduzir categorias, será sempre de maneira rudimentar: “Havia pessoas que corriam e outras que olhavam o que se passava nas casas”. O quadro que se tira daí não passa de um esboço impressionista. A confusão que se seguiu ao tornado é muito bem sugerida, mas a descrição não revela qualquer plano. Pode ocorrer que o informador faça intervir categorias de pessoas, sob a forma de oposições (ricos e pobres, pessoas feridas e pessoas indenidas) ou venha a enumerar, sob forma de listas, grupos de ação facilmente identificáveis e de natureza oposta; mas não tentará explicitar melhor as relações que podem existir entre essas categorias de pessoas ou ações. Para descrever uma cena, nunca fará apelo, de maneira sistemática, à noção de categoria e às relações entre categorias: esse procedimento pressuporia que ele fosse capaz de se colocar em pontos de vista diferentes.

Parece que os entrevistados pensam essencialmente em termos particularizantes ou concretos. Não há dúvida de que a maior parte dos informadores, para não dizer todos, dispõem de um sistema de pensamento categorizante; mas, na comunicação que estabelecem explicitamente com o entrevistador, os termos que designam categorias estão ausentes ou aparecem apenas sob uma forma rudimentar, sendo que as relações entre categorias permanecem implícitas: as relações que possam existir entre as coisas e as pessoas, ou não são explicitamente formuladas, ou então são sugeridas apenas de forma imprecisa. O discurso nunca é ilustrado com exemplos verdadeiros, seja porque sua utilização implica o recurso a categorias, seja porque o fato do entrevistador pertencer à classe média o impede de reconhecer, em certos detalhes, alusões conscientes a um esquema categorial.

O discurso dos sujeitos da classe média dedica uma parte ampla à terminologia classificatória, sobretudo quando o narrador fala do que viu, em vez de si próprio. Uma atitude característica do informador membro das classes médias, quando descreve os atos realizados por outros, consiste em classificar as pessoas e suas ações em categorias, e formular explicitamente as relações que existem entre elas. Seu discurso organiza-se, frequentemente, em volta da descrição dos fatos e gestos de diversas categorias de pessoas. Quando o informador cita alguém ou alguma coisa, é claro que o toma como representante de uma categoria geral. Os organismos de assistência e outros organismos públicos são concebidos como conjuntos ou categorias de serviços e ações coordenados; ao longo de seus relatos, alguns sujeitos apenas se referem a pessoas jurídicas, sem terem o cuidado de designar as pessoas por seu nome ou personalizar seu relatório. Em resumo, na comunicação estabelecida pelos membros das classes médias, as imagens concretas são reduzidas e ficam eclipsadas em benefício da terminologia conceitual. O discurso se organiza, muito naturalmente, em volta de classificações e não há dúvida de que o informador mal tem consciência disso. Essa disposição é parte integrante de sua educação tanto escolar quanto informal; não se trata, portanto, de afirmar que os membros das classes médias pensam e se exprimem sempre segundo uma lógica categorizante porque, evidentemente, isso não acontece dessa forma. É bastante provável que a situação de entrevista exija como tal do informador descrições fortemente conceitualizadas. Pode-se dizer, entretanto, que o pensamento e o discurso dos membros das classes médias são menos concretos do que os dos membros das classes populares.

Estruturas de organização do discurso e procedimentos estilísticos

A comunicação exige a organização dos enunciados. Não é necessário que o princípio dessa organização seja explicitamente formulado pela pessoa que fala ou percebido pelo interlocutor. As estruturas que enquadram o discurso podem ser de tipos variados: assim, é muitas vezes a questão formulada pelo entrevistador que determinará o ordenamento da descrição, ou então é o próprio entrevistado que encaixa o discurso em suas próprias estruturas (“Há uma coisa que é necessário que o senhor saiba a esse respeito”). Ou ainda tal estrutura é fornecida tanto pelo entrevistador como pelo informador – por exemplo, quando o primeiro formula uma pergunta “aberta”: no campo bastante vasto que lhe deixa tal pergunta, o informador tem a possibilidade de ordenar sua descrição em volta de elementos que lhe pareçam mais significativos. Em certa medida, com efeito, o informador tem a possibilidade de organizar o discurso como se tratasse de contar uma história ou uma intriga dramática de um tipo um pouco particular, retendo das perguntas do entrevistador apenas indicações gerais sobre os imperativos a serem respeitados. A exposição dos acontecimentos, incidentes e imagens que devem ser transmitidos ao interlocutor podem ser conduzidos com ou sem ordem, seguindo uma progressão dramática ou ordem cronológica; mas se se pretende que a comunicação seja efetiva, é necessário seguir uma ordem, seja ela qual for. Essas estruturas de organização do discurso exprimem-se por meio dos procedimentos estilísticos que são diferentes consoante as classes sociais.

A pergunta pela qual começa a entrevista (“Conte-me, à sua maneira, a história do tornado”) convida o informador a desempenhar um papel ativo na organização de sua apresentação; e é, por vezes, o que ele acaba fazendo. Todavia, com exceção de uma pessoa que se lançou desenfreadamente em um relato pessoal, os informadores da classe popular não chegaram a fazer longas apresentações do que lhes aconteceu durante e depois do tornado. Nas classes populares, contrariamente ao que se passou com as classes médias, as estruturas de organização procuravam ordenar, na maior parte das vezes, parcelas do discurso e não sua totalidade e eram muito mais limitadas. Essas estruturas são de vários tipos, mas é sempre a partir de uma *perspectiva centrada* que se organiza o discurso. Uma das organizações possíveis do relato é a narração sob o modo pessoal, pelo qual os acontecimentos, ações, imagens, pessoas e lugares intervêm segundo a ordem cronológica. Alguns

procedimentos estilísticos favorecem esse tipo de organização, por exemplo, o emprego das partículas de ligação com valor temporal: “e depois”, “e”, “então”; citemos também o fato de mencionar os acontecimentos e as imagens apenas no momento em que o entrevistado se lembra deles, ou à medida em que intervêm na progressão do relato. O recurso ao parêntese pode permitir especificar relações de parentesco ou localizar no espaço os indivíduos em questão. No entanto, a menos que seja arrastado pelo relato, o entrevistado terá tendência a se perder nos detalhes de um incidente particular; nesse caso, determinado incidente é que lhe fornecerá as novas estruturas de seu discurso, permitindo-lhe fazer figurar nele acontecimentos suplementares. Da mesma forma, quando uma pergunta do entrevistador vier a interromper o curso do relato, tal pergunta poderá preparar o terreno para uma resposta constituída por um certo número de imagens ou por um incidente. É frequente que a alusão a um incidente desencadeie a introdução de outro incidente; embora o entrevistado conceba uma relação lógica ou temporal entre eles, essa relação não poderá ser facilmente apreendida pelo entrevistador. Resulta daí que o informador é suscetível de sair muito depressa das estruturas de organização que ele próprio tinha dado ao seu discurso. O perigo ao qual se expõe o entrevistador quando lança, assim, uma sonda ou insiste para obter uma narração mais minuciosa é levar o entrevistado a esquecer a linha diretora de seu relato e, por vezes, até mesmo a pergunta que lhe tinha sido formulada no início. Em compensação, o entrevistador poderá, com toda a facilidade, obter inúmeras informações por meio dessas digressões, ainda que, muitas vezes, tenha necessidade de sondar mais profundamente o informador quando pretender reinserir, em um contexto, o material coletado dessa forma. As perguntas de ordem geral são as que mais ameaçam desviar o informador de seu assunto, na medida em que propõem apenas estruturas mal definidas. [...] Se a pergunta formulada coloca em jogo categorias abstratas ou supera a compreensão do entrevistado (por exemplo, quando incide sobre os organismos de assistência), o informador tende a reagir com respostas muito gerais ou por enumerações concretas, ou ainda por uma enxurrada de imagens. Quando o entrevistador se esforça, por meio de perguntas mais incisivas, em obter o relato detalhado de um acontecimento ou o desenvolvimento de uma ideia, vai encontrar, em geral, repetições ou uma enumeração, espécie de “metralhadora giratória” de imagens que, se presume, vão preencher os espaços em branco do quadro que ele deve desenhar. A falta de precisão real nos

detalhes está provavelmente associada à incapacidade de mudar de perspectiva para relatar os acontecimentos. [...]

Quando o informador pertence às classes populares, o entrevistador sente, regra geral, grandes dificuldades para submeter a entrevista a uma estrutura que incida sobre o conjunto do discurso e se limite a impor “estruturas parciais” ao informador, formulando numerosas perguntas para levar a indicar com precisão a cronologia dos fatos, a situação e a identidade das pessoas, assim como para fazer desenvolver os detalhes mencionados. [...]

É difícil, para nós, identificar os procedimentos estilísticos que tornam a comunicação efetiva, mas isso se deve, talvez, ao fato de nós mesmos fazermos parte das classes médias. Entre os procedimentos mais facilmente identificáveis, pode-se contar com o emprego das anotações cronológicas rudimentares (como “então... e depois”), a justaposição ou a oposição direta de categorias lógicas (por exemplo, ricos e pobres) e a localização no tempo dos acontecimentos. No entanto, os procedimentos complexos que caracterizam as entrevistas dos membros das classes médias não são utilizados.

Todos os informadores da classe média impõem, por si mesmos, à entrevista estruturas que permanecem idênticas do princípio ao fim do relato. Embora muito sensíveis às demandas do entrevistador, consideram que lhes compete a responsabilidade do relato e isso aparece desde o início da entrevista: inúmeros informadores respondem, de saída, ao convite do entrevistador, com uma descrição coerente: “Conte-me sua história”. A estrutura de organização pode suscitar um tipo de relato fluido que envolva o que aconteceu ao informador e a seus vizinhos com determinado volume de detalhes; pode propiciar uma descrição estática, embora minuciosa, da comunidade sinistrada; ou então, pelo emprego de procedimentos dramáticos e anotações cênicas, pode colocar em evidência a existência de uma rede de relações complexas e reinseri-la em uma progressão dramática. A cidade inteira pode ser tomada como quadro de referência e sua história reconstituída no tempo e no espaço.

Ao lado da estrutura de organização principal, o informador membro das classes médias utiliza inúmeras estruturas anexas. À semelhança dos membros das classes populares, pode voltar a responder a uma pergunta do entrevistador, sobretudo quando o caráter geral e abstrato de determinada pergunta propicia-lhe uma grande liberdade; nesse caso, organiza a resposta a partir de uma subestrutura que

determinará a escolha e o reordenamento do conteúdo da digressão. É raro que as imagens utilizadas não estejam associadas à pergunta que as provocou. Também tem tendência a aprofundar, em vez de repetir ou enumerar suas percepções. [...]

Pelo fato de integrar múltiplas perspectivas, o informador pode se permitir longos parênteses, ou discutir as ações simultâneas de outras personagens em relação com ele, ou ainda proceder a diversas comparações que permitem uma grande riqueza de detalhes e favorecem a compreensão para voltar, enfim, ao ponto de partida e recomeçar – muitas vezes, depois de ter prevenido o interlocutor de seus rodeios e concluindo a digressão por uma fórmula recapitulativa ou frase de transição como “bom, seja como for”. [...]

É necessário levar em consideração tudo o que se refere à situação de entrevista para interpretar corretamente as diferenças entre as classes sociais. Os membros das classes médias percebem necessariamente o entrevistador como uma pessoa culta que sabe se exprimir, embora se trate de um desconhecido que não pertence à aldeia. Sabe-se que coleta informações por conta de algum organismo: tal função confere uma legitimidade às suas perguntas e, além disso, incita o informador a se exprimir livremente e dar informações completas. Embora não tendo, provavelmente, conhecido antes a situação de entrevista, o informador teve, muitas vezes, a oportunidade de falar longamente com os representantes de alguns organismos ou, pelo menos, tem a experiência de conversações com membros das classes cultas. Pode-se pressupor, igualmente, que o modo de vida próprio das classes médias lhe impõe prestar a maior atenção às palavras utilizadas para evitar ser mal compreendido: assim, é sensível aos problemas levantados pela própria comunicação e pela comunicação com as pessoas que não têm necessariamente seu ponto de vista e seus quadros de referência.

Uma comunicação dessa natureza exige um espírito sempre vigilante, atento não só às significações de seu próprio discurso, mas também às intenções possíveis do discurso do outro. Os papéis desempenhados podem ser inadequados em muitos casos, mas são sempre o resultado de uma atitude ativa. Acostumado a estimar e antecipar as reações do interlocutor às suas palavras, o entrevistado adquire o controle de procedimentos engenhosos e flexíveis que lhe dão os meios de corrigir, matizar, tornar mais plausível, explicar e reformular seu discurso – em suma, coloca-se em múltiplas perspectivas e estabelece sua comunicação em função de cada uma delas. A possibilidade de escolher entre várias perspectivas implica que se possa escolher

entre diferentes meios de ordenar e estruturar as partes do discurso. Além disso, o entrevistado é capaz de categorizar e ligar entre si as categorias lógicas que utiliza, o mesmo é dizer que sua educação lhe permite adotar múltiplas perspectivas de alcance bastante amplo. Embora os membros das classes médias nem sempre façam um discurso tão sutil, na medida em que a comunicação é, muitas vezes, ritualizada e, em grande parte, feita com subentendidos, como é evidente entre pessoas que se conhecem bem e têm tantas coisas em comum que não sentem necessidade de capricharem para se compreenderem, pode-se dizer que, ao serem solicitados, esses sujeitos são capazes de conduzir um relato complexo e conscientemente organizado. Além de habilidade e perspicácia, essa forma de discurso requer do entrevistado a faculdade de manter sutilmente o interlocutor à distância, ao mesmo tempo que lhe confia uma parcela de informações. Para os membros das classes populares, o entrevistador pertence a uma classe social mais elevada do que o informador, de tal modo que a entrevista constitui uma “conversação entre uma classe social e outra”. Tal conversação exige, sem dúvida, mais esforços e habilidade do que a que se estabelece entre um informador e um entrevistador pertencentes às classes médias, de modo que não deve causar surpresa se o entrevistador fica, muitas vezes, desconcertado, nem se o informador por seu lado responde frequentemente ao lado da pergunta [...]. Um membro das classes populares que, nas cidades do Arkansas, só raramente tem a oportunidade de se encontrar diante de um interlocutor pertencente às classes médias, sobretudo em uma situação do tipo da situação de entrevista, deve aqui falar longamente com um desconhecido de suas experiências pessoais e se lembrar, em atenção ao seu interlocutor, de um número considerável de detalhes. Não tem, provavelmente, o costume de falar desse gênero de assuntos e com tantos detalhes a não ser com interlocutores que têm em comum com ele uma experiência e um material simbólico e diante dos quais não sente qualquer necessidade de se interrogar, conscientemente, sobre as técnicas da comunicação. Se, em geral, pode contar que, sem correr o risco de cometer erros, seus interlocutores atribuem significações aproximativamente semelhantes às palavras, frases e mímicas, o mesmo não ocorre na situação de entrevista nem, de maneira geral, em todas as situações em que um diálogo não habitual se estabelece entre duas classes sociais distintas.

Será que o informador pertencente às classes populares descreve mal o que apreende ou não apreende a não ser o que descreve? Seu discurso reflete exatamente

o modo de pensamento e percepção que lhe é habitual ou percebe efetivamente segundo uma lógica abstrata e categorizante, e se coloca em múltiplas perspectivas, sem ser capaz de transmitir suas percepções?

Sempre que se trata de descrever atividades humanas, é necessário fazer apelo, explícita ou implicitamente, a um vocabulário referente a objetivos e intenções, nem que seja para definir as ações. No discurso daqueles que não concebem que exista uma verdadeira disparidade entre seu universo subjetivo e o de seus interlocutores, os termos que designam explicitamente intenções só aparecem raramente. O recurso frequente dos membros das classes populares à expressão “é claro” seguida de alguma frase do tipo “eles foram à procura de notícias das pessoas da família” implica que não é quase necessário exprimir o que eles iam fazer e ainda menos necessário dar razões desse ato. A razão (“ir à procura de notícias”) é implícita e final, não exige aprofundamento ou explicação. Nas situações em que os motivos são explícitos (“eles tinham necessidade de ajuda, então a gente foi ver o que se passava”), eles são mencionados, de alguma forma, para nada e poderiam ter sido omitidos [...]. Para o entrevistado, não se tratava de saber por que razão as pessoas agiam como estavam agindo: para ele, a coisa era tão evidente que não pensava dever colocar em questão ou aprofundar os motivos dessas ações. Intimidado, pelo entrevistador, a precisar tais afirmações, o informador não chegava a aprofundá-las: se ocorria de recorrer ao vocabulário da intenção, era apenas de forma muito limitada. Os termos mais frequentemente utilizados remetiam à ideia de obrigações relativas à família, às preocupações ocasionadas pela propriedade, aos sentimentos humanitários (“necessidade de ajuda”) e às incitações da curiosidade (“a gente foi ver o que se passava”). [...]

Os membros das classes médias mostram-se muito à vontade quando se trata de encontrar as “razões”, múltiplas e distintas, para a realização de atos determinados. A riqueza das categorias de seu pensamento coloca-os em condições de definir as atividades e descrevê-las com uma grande variedade de meios. Possuem um instrumento que lhes permite distribuir imagens difusas (“as pessoas corriam para todos os lados”) em categorias lógicas de ações e acontecimentos, graças sobretudo ao controle do vocabulário abstrato da vontade. É necessário, igualmente, que o entrevistado, quando pretende fornecer uma descrição racional do comportamento de outrem, garanta por diferentes procedimentos que as distinções introduzidas serão compreendidas pelo interlocutor. Na prática, a necessidade de explicar os

comportamentos pode estar associada à necessidade de estabelecer uma boa comunicação e fornecer um relatório racional, mostrando-se ao mesmo tempo objetivo. Resulta daí que o emprego constante de fórmulas relativizantes ou generalizantes acompanha o recurso à linguagem da vontade. (“Eu não poderia dizer a razão, mas pode ter acontecido que ele julgou que essa era a única solução...”)

Não será surpreendente que os membros das classes médias deem prova de tanta facilidade na análise das estruturas sociais como na análise dos comportamentos individuais: é evidente que a familiaridade deles é devida, em primeiro lugar, aos frequentes contatos com diferentes organismos; em seguida, ainda mais à sua capacidade em perceber e traduzir em palavras determinadas categorias abstratas de ações. O entrevistado pertencente às classes populares parece que, por sua vez, só tem noções rudimentares sobre a estrutura dos organismos – pelo menos, no que diz respeito às instituições de socorro e assistência. Contatos prolongados com os representantes dessas instituições teriam como efeito não só familiarizá-lo com as organizações, mas ainda acostumá-lo a pensar em termos de organização, isto é, no final de contas, em termos abstratos.

A tendência própria dos membros das classes populares para exprimir concretamente as atividades dos organismos de assistência corrobora a observação de Warner segundo a qual esses indivíduos têm um conhecimento ou “sentimento” muito fraco das estruturas sociais das comunidades a que pertencem. Tal tendência faz compreender, igualmente, as dificuldades encontradas quando alguém procura transmitir-lhes informações relativamente abstratas pela mediação de instrumentos institucionais de comunicação.

Leonard Schatzman e Anselme Strauss
Social Class and Modes of Communication

Texto 27

Imagens subjetivas e sistema objetivo de referência

J.H. Goldthorpe e D. Lockwood não se limitam a criticar o procedimento, há muito tempo contestado, que consiste no seguinte: para estudar a distância entre as classes, pedir aos sujeitos para se situarem na hierarquia social. Além disso, a análise destes autores mostra que toda técnica deve ser questionada, simultaneamente, a

*respeito do grau de sua adequação ao problema levantado (o conhecimento das opiniões dos sujeitos não pode passar por uma apreensão objetiva das relações entre os grupos) e a respeito do tipo de abstração, boa ou má, que ela opera: pedir aos sujeitos para definirem a posição que se atribuem na estrutura social sem se preocupar em conhecer essa estrutura e, sobretudo, a representação que os sujeitos têm dela, é tratar uma “Gestalt” como uma “série de respostas separadas umas das outras e sem relação umas com as outras”**.

27. J.H. Goldthorpe e D. Lockwood

Os dados das sondagens de opinião e de atitudes que são considerados como provas pertinentes da tese do aburguesamento podem ser resumidos da seguinte maneira: em um certo número de estudos realizados no decorrer dos últimos anos e incidindo sobre um número bastante grande de trabalhadores braçais, uma proporção apreciável de entrevistados – entre 10 e 40% – declarou fazer parte da classe média; alguns desses estudos fizeram aparecer, igualmente, uma certa correlação entre tais declarações e outros comportamentos característicos da classe “média” – como o voto em favor do partido conservador. Há quem se apoie nessas constatações para defender que, no mundo operário, a consciência de classe está perdendo força e que muitos trabalhadores braçais já não aceitam se identificar aos que, objetivamente, ocupam uma posição fundamentalmente idêntica à deles, mas se percebem antes como fazendo parte – pelo mesmo motivo dos empregados, dos trabalhadores independentes, etc. – de uma camada social superior.

Sem discutir o detalhe dos resultados, é o método da pesquisa que deve ser diretamente incriminado, a saber, a ambição de estabelecer como os indivíduos percebem sua posição na estrutura social e se colocam em determinada classe por meio de uma consulta do tipo eleitoral. [...]

Em primeiro lugar, sabe-se que as respostas a uma pergunta tal como: “De qual classe social você pensa fazer parte?” podem variar, de maneira significativa, conforme é dada à pessoa uma lista de classes preestabelecidas ou, pelo contrário, trata-se de uma pergunta aberta. Em segundo lugar, sabe-se também que, ao serem utilizadas categorias preestabelecidas (e esse é geralmente o caso), ainda são

* Para recolocar essa crítica de técnicas comumente utilizadas nas pesquisas sobre a estratificação social, na discussão geral em que ela se insere, cf. supra, texto n. 6, p. 124.

registradas grandes variações nas respostas segundo os termos escolhidos para designar as classes – por exemplo, conforme é utilizado ou não o termo “classe inferior” para substituir ou completar o de “classe operária”. Em terceiro lugar – e esse, talvez, seja o ponto mais importante – é agora evidente que determinadas respostas a essas perguntas que são literalmente idênticas e, portanto, classificadas no mesmo plano pelo entrevistador podem, com efeito, ter uma significação muito diferente segundo as pessoas que as deram porque tais respostas são influenciadas não só pela forma da pergunta formulada, que pode ser considerada como constante para determinada amostra, mas *também* pela imagem própria que os entrevistados têm de sua sociedade e da respectiva estrutura, imagem suscetível, como se sabe, de variações consideráveis. É assim que, para responder à mesma pergunta, os entrevistados poderão se referir a esquemas diferentes e, até mesmo, bastante diferentes. Por exemplo, no caso do trabalhador braçal que declara fazer parte da classe média, tal afirmação pode significar, entre outras coisas:

a) que o entrevistado, por não se considerar igual aos outros trabalhadores, procura distinguir-se das pessoas que, em seu entender, constituem a camada inferior da sociedade – composta por indivíduos que, por exemplo, só têm empregos intermitentes ou estão à beira da miséria;

b) que se percebe como ocupando uma posição média em uma classe operária, definida de maneira ampla, que constitui, de fato, em grande parte, seu universo social; dito por outras palavras, que se considera como superior a operários menos qualificados ou menos bem pagos, mas inferior aos contramestres, agentes de polícia, chefes de oficina, etc.;

c) que se sente no mesmo nível de um bom número de empregados, pequenos comerciantes, etc., no plano *econômico* – isto é, no plano da remuneração e dos bens materiais;

d) que tem consciência de que o estilo de vida ao qual aspira é, pelo menos, diferente do que é reconhecido, habitualmente, como o estilo de vida da classe operária;

ou, enfim,

e) que faz parte, por sua origem familiar, da classe média.

Se tais considerações forem conservadas na mente, poder-se-á concluir necessariamente que os resultados dos estudos, empreendidos como consultas eleitorais, em que é pedido aos sujeitos para designarem a classe social em que eles se situam

têm muito pouco valor sociológico. Parece praticamente impossível interpretar essas informações de maneira a tirar indicações sérias sobre o significado das classes e a consciência de classe das pessoas interrogadas: o coeficiente pessoal de variação e a ambiguidade das respostas, grandes demais, se opõem. Em todo caso, essas pesquisas não constituem de forma alguma, em nosso entender, a base sólida que permitiria defender que um número importante de trabalhadores braçais procuram se apresentar, atualmente, como membros de grupos que fazem parte, realmente, da classe média ou, até mesmo, que eles aspiram a essa posição.

John H. Goldthorpe e David Lockwood
Affluence and the British Class Structure

Textos 28, 29 e 30

As categorias da língua indígena e a construção dos fatos científicos

Claude Lévi-Strauss sugere que Mauss teve necessidade de recorrer a uma teoria indígena, o "hau", para explicar o mecanismo do dom e do contradom porque foi enganado pelas categorias de seu idioma que estabelece a distinção entre três operações — e, portanto, três obrigações diferentes, "dar, receber, retribuir" — em situações em que existe simplesmente um ato de troca que a análise não consegue desmembrar. Mauss não teria sido obrigado a procurar uma força capaz de explicar a restituição se, em vez de aceitar sem qualquer crítica uma teoria que não passa da explicação consciente de uma "necessidade inconsciente cuja razão se encontra alhures", se tivesse confiado na língua indígena que, como é observado por ele próprio, "tem apenas uma palavra para designar a compra e a venda, o emprestar e o tomar de empréstimo" — operações que, segundo sua própria linguagem, são consideradas como antitéticas.

28. C. Lévi-Strauss

Não nos encontramos aqui diante de um desses casos (que não são assim tão raros) em que o etnólogo deixa mistificar-se pelo indígena? Não tanto pelo indígena em geral, que não existe, mas por determinado grupo indígena, cujos problemas já foram objeto da análise por especialistas que se formularam perguntas

a esse respeito e tentaram encontrar resposta para as mesmas. No caso concreto, e em vez de seguir até o fim a aplicação de seus princípios, Mauss renuncia a eles em favor de uma teoria neozelandesa, que tem imenso valor como documento etnográfico, mas não passa de uma simples teoria. Ora, pelo fato de que os sábios maori foram os primeiros a levantar determinados problemas e os resolveram de maneira infinitamente interessante, mas bem pouco satisfatória, não é uma razão para alguém se inclinar diante dessa interpretação. O *hau* não é a última razão da troca: é a forma consciente pela qual alguns homens de determinada sociedade, onde o problema tinha uma particular importância, apreenderam uma necessidade inconsciente cuja razão se encontra alhures.

No momento mais decisivo, Mauss é, portanto, tomado de hesitação e de escrúpulo. Não sabe exatamente se deve fazer o quadro da teoria indígena, ou a teoria da realidade indígena. Nesse aspecto, tem sobejante razão: a teoria indígena está em relação muito mais direta com a realidade indígena do que estaria uma teoria elaborada a partir de nossas categorias e problemas. No momento em que escrevia, foi, portanto, um grande progresso enfrentar um problema etnográfico tendo como base sua teoria neozelandesa ou melanésia, em vez de servir-se de noções ocidentais como o animismo, o mito ou a participação. No entanto, indígena ou ocidental, a teoria nunca passa de uma teoria. Oferece, quando muito, uma via de acesso; com efeito, o que os interessados, quer sejam fueguinos ou australianos, acreditam está sempre bem afastado do que pensam ou fazem efetivamente. Depois de ter colocado em evidência a concepção indígena, era necessário reduzi-la por meio de uma crítica objetiva que permitisse alcançar a realidade subjacente. Ora, esta tem muito menos possibilidades de ser encontrada em elaborações conscientes do que em estruturas mentais inconscientes que podem ser atingidas através das instituições e, melhor ainda, na linguagem. O *hau* é um produto da reflexão indígena; no entanto, a realidade é mais aparente em certos traços linguísticos que foram salientados por Mauss, sem que este lhes tivesse dado a importância que convinha: “Papua e melanésio, observa ele, têm apenas uma palavra para designar a compra e a venda, o emprestar e o tomar de empréstimo. As operações antitéticas são expressas pela mesma palavra”. A prova está exatamente aí: as operações em questão, longe de serem “antitéticas”, não passam de duas modalidades da mesma realidade. Não há necessidade do *hau* para fazer a síntese porque não existe a antítese. Trata-se de uma ilusão subjetiva dos etnógrafos e, por vezes, também dos

indígenas, que, ao pensarem neles mesmos – o que lhes acontece, frequentemente –, comportam-se como etnógrafos ou, mais exatamente, como sociólogos, isto é, como colegas com quem é possível discutir.

Claude Lévi-Strauss

Introdução: A Obra de Marcel Mauss

No entanto, os princípios metodológicos que essa crítica implica não são suficientes para definir como o etnólogo deve construir seus objetos. Não basta estar precavido contra a teoria indígena e recorrer à língua como espaço privilegiado das estruturas inconscientes. Mauss observava, alhures, que a divisão realizada por esta ou aquela língua não tem qualquer privilégio em relação às construções do sociólogo que não deve necessariamente submeter-se às categorias da língua indígena.

29. M. Mauss

Não é indispensável que um fenômeno social chegue à sua expressão verbal para que ele exista efetivamente. Uma coisa dita, em determinado idioma, com uma palavra, precisa de várias palavras em outros idiomas. Nem chega a ser necessário que eles a expressem: a noção de causa não é explícita no verbo transitivo, embora se encontre nele.

Para que a existência de um certo princípio de operações mentais seja confirmada, é necessário e suficiente que tais operações não possam ser explicadas senão por ele. Não houve coragem para contestar a universalidade da noção de sagrado e, no entanto, seria bem difícil citar em sânscrito ou em grego uma palavra que corresponda ao (*sacer*) dos latinos. Em sânscrito existe puro (*medhya*), sacrificatório (*yajniya*), divino (*devya*), terrível (*ghora*); e, no grego, santo (*ierós* ou *ágios*), venerável (*semnós*), justo (*tésmos*), respeitável (*aidésimos*). No entanto, não será que os gregos e os hindus tiveram uma consciência bem ajustada e bastante forte do sagrado?

Marcel Mauss

Introduction à l'analyse de quelques phénomènes religieux

Foi Malinowski que, ao se perguntar como classificar os diferentes tipos de dons, pagamentos e transações comerciais, observados por ele entre os trobriandeses,

enunciou da forma mais completa possível as regras da construção do objeto científico. Se é necessário evitar essa forma de etnocentrismo metodológico que consiste em introduzir na descrição das “categorias factícias”, ditadas pela nossa própria terminologia e nossos próprios critérios e se a terminologia indígena é um meio de chegar a tal resultado, “convém se lembrar que esta não constitui um atalho miraculoso” porque existe, no nível das instituições e comportamentos, “princípios de classificação” inconscientes que o etnólogo deve colocar em evidência para controlar a classificação que lhe propõe espontaneamente a língua indígena. Assim, contrariamente a uma imagem popular do método etnológico, caracterizada pela fidelidade ao concreto, a análise de Malinowski mostra que a preocupação com a descrição concreta dos comportamentos tem justamente como função permitir que o etnólogo não seja vítima das categorias espontâneas da linguagem, quer se trate da sua ou da linguagem dos sujeitos que estuda.*

30. B. Malinowski

Falei, propositalmente, de troca, presentes e contrapresentes, em vez de troca direta ou comércio porque se existe a troca direta, entre ela e o simples presente intercala-se uma gama completa de combinações intermediárias e transitórias, ao ponto de ser totalmente impossível estabelecer uma nítida separação entre o comércio, por um lado, e, por outro, a troca de presentes. Na verdade, essa classificação que operaríamos segundo nossa própria terminologia e nossos próprios critérios é contrária a um método sadio. Para tratar corretamente desses dados, é indispensável elaborar a lista completa de todos os modos de retribuição e de todos os tipos de presentes. Nessa visão de conjunto, para começar, figurará o caso extremo do dom puro e simples, isto é, o ato de oferecer sem qualquer retribuição. Em seguida, passando pelas múltiplas formas habituais de dons ou pagamentos, restituídos em parte ou sob certas condições, e que acabam algumas vezes por se confundirem, veem determinados tipos de troca em que é respeitada uma paridade mais ou menos estrita, para chegar, enfim, à verdadeira troca direta. Na exposição que se segue, classificarei, de modo geral, cada transação, tomando a equivalência como critério.

Um relatório catalogado não pode fornecer uma visão dos fatos tão clara quanto o faria uma descrição concreta; chega a parecer um pouco artificial, mas – isso

* Cf. supra, § 1.4., p. 31.

deve ser especificado – não introduzirei, em tal classificação, categorias factícias, estranhas ao espírito indígena. Nas resenhas etnográficas, nada é mais enganador do que a descrição dos fatos, das civilizações primitivas, com a ajuda de termos adaptados ao mundo que é o nosso. Em todo caso, evitaremos aqui cometer tal erro. Os princípios de classificação, cuja noção escapa totalmente aos aborígenes, não deixam de se encontrar em sua organização social, seus costumes e, até mesmo, em sua terminologia linguística. Esta oferece sempre o meio de aproximação mais seguro e simples para chegar a apreender as distinções e classificações indígenas. No entanto, convém lembrar também que, por mais válido que seja como chave de seus conceitos, o conhecimento da terminologia não constitui, nesse aspecto, um atalho miraculoso. Na prática, numerosas características salientes e essenciais da sociologia e da psicologia social trobriandesas não são representadas por qualquer termo, enquanto o idioma comporta variedades e matizes que não correspondem a mais nada no presente estado das coisas. Desde então, qualquer estudo terminológico deve sempre ser seguido pela análise dos dados etnográficos e por uma pesquisa sobre a mentalidade indígena, isto é, convém coletar um grande número de opiniões, expressões típicas e frases da linguagem corrente, procedendo ao mesmo tempo a interrogatórios contraditórios. Todavia, para chegar à compreensão profunda e definitiva dos fatos, é necessário sempre recorrer ao estudo do comportamento, à análise etnográfica dos costumes e dos casos concretos em que se refletem as prescrições tradicionais.

Bronislaw Malinowski

Les Argonautes du Pacifique occidental

2.4. A ANALOGIA E A CONSTRUÇÃO DAS HIPÓTESES

Texto 31

A utilização dos tipos ideais em sociologia

A metodologia weberiana do tipo ideal não propõe, como é pressuposto gratuitamente quando é acusada por seu “construtivismo”, um instrumento de prova que deveria tomar o lugar da busca das regularidades empíricas ou do trabalho histórico da atribuição causal. Quando se trata de explicar “cons-

relações históricas singulares” (formações sociais, configurações culturais ou acontecimentos), as construções dos tipos ideais pelo sociólogo podem “prestar o serviço” de conduzir à formulação de hipóteses e sugerir as questões a serem colocadas à realidade; por si mesmas, não seriam capazes de propiciar qualquer conhecimento da realidade. A “adequação significativa” que o tipo ideal deve realizar para poder desempenhar seu papel de revelador das relações ocultas não permite a utilização que é feita comumente da definição weberiana da “sociologia compreensiva” como caução de uma sociologia psicológica que deveria se dedicar a construir seus objetos por referência às “motivações” e ao sentido vivido dos atos: nesse caso, vê-se que o “sentido suposto” nada tem de comum com o “sentido subjetivo” da experiência vivida, sendo que a hipótese da não consciência do sentido cultural dos atos é explicitamente apresentada por Weber como princípio da sociologia compreensiva.

31. M. Weber

Conforme já postulei, várias vezes, como verdade evidente, a sociologia forma conceitos típicos e procura as regras genéricas do acontecimento. Ao contrário da história que aspira à análise e à atribuição causal das ações, constelações e personalidades *individuais* de importância *cultural*, a conceitualização própria da sociologia retira seu material sob forma de paradigmas, principalmente, mas não exclusivamente, dos aspectos da conduta que têm a ver, igualmente, com o ponto de vista da história. Forma seus conceitos e procura suas regras, antes de tudo, sob o seguinte ponto de vista: com a pretensão de prestar serviço, por esse meio, à atribuição causal histórica dos fenômenos que interessam à cultura.

Do mesmo modo que para toda ciência generalizante, a especificidade das abstrações da sociologia implica que seus conceitos sejam relativamente vazios de conteúdo em relação à realidade histórica concreta. O que, em contrapartida, ela propicia é uma acentuada univocidade do conceito. Tal univocidade acentuada é obtida por uma ótima adequação significativa, objetivo para o qual tende a conceitualização sociológica. Esta pode ser alcançada de forma particularmente completa no caso de conceitos e regras racionais. No entanto, a sociologia procura também apreender, em conceitos teóricos e significativamente adequados, fenômenos irracionais (místicos, proféticos, espirituais, afetivos). Em todos os casos, tanto racionais quanto irracionais, ela afasta-se da realidade e contribui para o

conhecimento desta, explicitando o grau de aproximação do fenômeno histórico em relação aos conceitos que permitem situá-lo.

Por exemplo, o mesmo fenômeno histórico pode ser em um de seus elementos “feudal”; em outro, “patrimonial”; e, ainda em outros, carismático. Para que o sentido dessas palavras seja *unívoco*, a sociologia deve, por seu lado, esboçar tipos ideais de complexos de relações dotados de uma coerência e adequação significativa tão completa quanto possível; no entanto, por esse motivo – e à semelhança de uma relação física calculada na hipótese de um espaço absolutamente vazio – não se deixam observar na realidade sob essa forma *pura* absolutamente ideal.

A casuística sociológica só é possível a partir do tipo *puro* (ideal). É evidente que a sociologia utiliza também, ocasionalmente, o tipo médio análogo aos tipos empíricos oriundos da estatística, noção que não exige esclarecimento metodológico particular. Mas quando ela fala de casos “típicos”, invoca constantemente o tipo *ideal* que pode ser racional ou irracional, mais frequentemente racional (sempre, por exemplo, na teoria da economia política), mas em todo caso definido pelo seguinte: é construído em referência à maior adequação significativa possível.

É necessário levar em consideração sem subterfúgios que, no campo sociológico, “médias” e “tipos médios” não se deixam formar com alguma univocidade a não ser nas situações em que se trata somente de diferenças de grau em um certo comportamento significativo de caráter quantitativamente homogêneo. Isso acontece. No entanto, na maior parte dos casos, o ato que tem a ver com a história ou a sociologia é influenciado por motivos qualitativamente *heterogêneos* entre os quais é impossível estabelecer uma “média” no sentido próprio. As construções de tipos ideais do ato social empreendidas, por exemplo, no âmbito da teoria econômica são, portanto, “irreais” no sentido em que pretendem saber como o pesquisador agiria no caso ideal de uma finalidade racional orientada para a economia, a fim de poder compreender o ato real, sempre influenciado por inibições tradicionais, paixões, erros e pela interferência de fins ou considerações não econômicas. [...]

É da mesma maneira que o sociólogo deveria proceder na construção do tipo ideal de uma atitude puramente mística ou acosmística em relação à vida (por exemplo, da política e da economia). Quanto mais nítido e unívoco for o tipo ideal, tanto mais *estranho* será, nesse sentido, ao universo concreto, e maiores serviços prestará à terminologia, à classificação e à heurística. A atribuição causal concreta de acontecimentos singulares praticada pelo historiador não constitui um procedimento muito

diferente: para explicar o desenrolar da campanha de 1866, coloca em evidência, antes de tudo (ficticiamente), do ponto de vista de Mottke e Benedek, como cada um deles, conhecendo plenamente sua própria situação e a do adversário, *teria* tomado posição no caso de uma finalidade racional ideal, a fim de explicar, em seguida, causalmente a diferença observada (por uma informação falsa, um erro de fato ou de raciocínio, o temperamento pessoal ou determinadas considerações extraestratégicas). Aqui também, implicitamente, está sendo utilizada a construção de um tipo ideal.

No entanto, os conceitos construídos da sociologia não são tipos ideais apenas de forma externa, mas também intrinsecamente. Na maior parte dos casos, o ato *real* desenrola-se em uma semiconsciência ou inconsciência completa “do sentido que o anima”. O ator “sente” tal ato de forma mais vaga do que poderia exprimi-lo ou “tirá-lo a limpo”, e age quase sempre movido pelo instinto ou hábito. Só excepcionalmente e quando atos análogos são repetidos é que o sentido (racional ou irracional) do ato tem acesso à consciência, um ato inteiramente significativo, isto é, plena e claramente consciente, é um caso-limite na realidade. Qualquer consideração histórica e sociológica confrontada à análise da realidade deverá constantemente levar em consideração esse estado de fato. No entanto, isso não poderia impedir a sociologia de formar seus conceitos ao classificar os “sentidos supostos” possíveis, portanto, como se o ato se desenrolasse segundo uma orientação conscientemente significativa.

Em matéria de método, só resta a escolha entre termos imediatos, mais obscuros; ou então, claros, mas irreais e tipicamente ideais.

Max Weber

Wirtschaft und Gesellschaft

A teoria abstrata da economia nos oferece justamente um exemplo das espécies de sínteses que são designadas, habitualmente, por “ideias” [*Ideen*] dos fenômenos históricos. Com efeito, apresenta-nos uma moldura ideal [*Idealbild*] dos acontecimentos verificados no mercado dos bens, no caso de uma sociedade organizada segundo o princípio da troca, da livre concorrência e de uma atividade estritamente racional. Essa moldura de pensamento [*Gedankenbild*] reúne relações e acontecimentos determinados da vida histórica em um cosmo não contraditório de

relações *pensadas*. Pelo seu conteúdo, essa construção tem o caráter de uma *utopia* que é obtida ao acentuar pelo pensamento [*gedankliche Steigerung*] determinados elementos da realidade. Sua relação com os fatos dados empiricamente consiste simplesmente no seguinte: nas situações em que é constatado ou há suspeitas de que determinadas relações do gênero daquelas que são apresentadas abstratamente na construção precitada – no caso concreto, as relações dos acontecimentos que dependem do “mercado” – exerceram em um grau qualquer uma ação na realidade, podemos nos representar pragmaticamente, de forma intuitiva e compreensível, a natureza *particular* dessas relações a partir de um tipo ideal [*Idealtypus*]. Essa possibilidade pode ser preciosa, até mesmo indispensável, para a pesquisa, assim como para a apresentação dos fatos. No que diz respeito à pesquisa, o conceito de tipo ideal propõe-se formar o julgamento de atribuição: não é em si mesmo uma “hipótese”, mas procura guiar a elaboração das hipóteses. Por outro lado, não é uma *apresentação* do real, mas propõe-se dotar a apresentação com meios de expressão unívocos. Portanto, ele é a “ideia” da organização moderna, *historicamente* dada, da sociedade em uma economia da troca, sendo que essa ideia se deixa desenvolver para nós exatamente segundo os mesmos princípios lógicos que serviram, por exemplo, para construir a da “economia urbana”, na Idade Média, sob a forma de um conceito genético [*genetischer Begriff*]. Nesse último caso, forma-se o conceito de “economia urbana” não pelo estabelecimento de uma média dos princípios econômicos que existiram efetivamente na totalidade das cidades examinadas, mas justamente pela construção de um tipo *ideal*. Obtém-se um tipo ideal *ao acentuar* unilateralmente *um* ou *vários* pontos de vista e ao encadear uma infinidade de fenômenos, dados *isoladamente*, difusos e discretos, que podem ser encontrados em grande ou pequeno número, e, em determinadas situações, inexistentes, organizados segundo os precedentes pontos de vista escolhidos, unilateralmente, para formar uma *moldura de pensamento* homogênea [*einheitlich*]. Não será possível encontrar em parte alguma, empiricamente, uma semelhante moldura em sua pureza conceitual: *trata-se de uma utopia*. O trabalho histórico terá como tarefa determinar em cada caso particular o quanto a realidade se aproxima ou se afasta dessa moldura ideal, em que medida é necessário, por exemplo, atribuir, no sentido conceitual, a qualidade de “economia urbana” às condições econômicas de determinada cidade. Aplicado com prudência, esse conceito presta o serviço específico que se espera dele em proveito da pesquisa e da clareza. [...]

Em que consiste, agora, a significação desse conceito de tipos ideais para uma ciência *empírica* tal como temos intenção de praticá-la? De antemão, gostaríamos de insistir sobre a necessidade de estabelecer a separação rigorosa entre as molduras de pensamento tratadas aqui, que são “ideais” em um sentido puramente *lógico*, e a noção do dever-ser ou de “modelo”. Com efeito, trata-se apenas de construções de relações que são suficientemente justificadas no tocante à nossa *imaginação*, portanto, “objetivamente possíveis” e que parecem *adequadas* ao nosso saber nomológico.

Todo aquele que estiver convencido de que o conhecimento da realidade histórica deveria ou poderia ser uma cópia [*Abbildung*] “sem pressuposição” de fatos “objetivos”, negará todo valor a essas construções. E mesmo aquele que reconheceu que, no nível da realidade, nada está desprovido de pressuposições no sentido lógico e que o mais simples extrato de um ato ou documento não pode cientificamente adquirir sentido a não ser pela relação a determinadas “significações” e, portanto, em última análise, por uma relação a ideias de valor, será levado, todavia, a observar a construção de qualquer espécie de “utopia” histórica como um meio perigoso de ilustração em relação à objetividade do trabalho científico e ainda, mais frequentemente, como um simples jogo. De fato, nunca será possível decidir *a priori* se se trata de um puro jogo do pensamento ou de uma construção de conceitos fecunda para a ciência. Também nesse caso, o único critério existente é o da eficácia para o conhecimento das relações entre os fenômenos concretos da cultura, para o conhecimento de sua condicionalidade causal e sua *significação*. Por consequência, a construção de tipos ideais abstratos não é considerada como objetivo, mas unicamente como meio do conhecimento. Qualquer exame atento que incida sobre os elementos conceituais de uma apresentação histórica mostra que o historiador, desde que procure elevar-se acima da simples constatação das relações concretas para determinar a *significação* cultural de um acontecimento singular, por mais simples que seja – portanto, para “caracterizá-lo” –, trabalha e deve trabalhar com conceitos que, em geral, não se deixam definir de forma rigorosa e unívoca a não ser sob a forma de tipos ideais.

Com efeito, como se deixa definir o conteúdo de conceitos tais como “individualismo”, “imperialismo”, “feudalidade”, “mercantilismo”, “convencional” e inúmeras outras construções conceituais desse gênero que utilizamos para tentar dominar a realidade pelo pensamento e compreensão? Será pela *descrição* “sem pressuposição” de qualquer manifestação concreta isolada ou, então, pelo contrário, pela

síntese abstrativa [*abstrahierende Zusammenfassung*] do que é comum a vários fenômenos concretos? A linguagem do historiador contém centenas de palavras que comportam semelhantes molduras de pensamento, mas imprecisas porque escolhidas pela necessidade da expressão no vocabulário corrente não elaborado pela reflexão, cuja significação é, no entanto, concretamente percebida, sem que elas sejam pensadas claramente. Em um grande número de casos, sobretudo na história política narrativa, a imprecisão do conteúdo dos conceitos não prejudica, de modo algum, a clareza da apresentação. Basta, então, que *sintamos* nos casos particulares o que o historiador julgou ter visto, ou ainda podemos nos contentar que uma precisão *particular* do conteúdo conceitual de importância *relativa* em um caso particular se apresente ao espírito como tendo sido pensada. Entretanto, no caso em que for necessário tomar claramente consciência, de forma mais rigorosa, da significação de um fenômeno cultural, torna-se mais imperiosa a necessidade de operar com conceitos claros, bem definidos não só sob um, mas sob todos os aspectos particulares. É, evidentemente, absurdo pretender dar dessas sínteses do pensamento histórico uma “definição” segundo o esquema: *genus proximum et differentia specifica*: basta comprová-lo. Esta última maneira de estabelecer a significação das palavras só se encontra nas disciplinas dogmáticas que utilizam o silogismo. Nunca procede, ou somente de forma ilusória, à simples “decomposição descritiva” [*schildernde Auflösung*] desses conceitos em seus elementos; com efeito, nesse caso, o que importa é saber quais são, entre esses elementos, os que devem ser considerados como essenciais. Quando se tem a intenção de dar uma definição genética do conteúdo de um conceito, a única forma que resta é a do tipo ideal, no sentido indicado mais acima. O tipo ideal é uma moldura de pensamento e não a realidade histórica e tampouco a realidade “autêntica”, e serve ainda menos de esquema por meio do qual seria possível organizar a realidade na qualidade de *exemplar*. Sua única significação é a de um *conceito-limite* [*Grenzbegriff*] puramente ideal, pelo qual é *avaliada* [*messen*] a realidade para clarificar o conteúdo empírico de alguns de seus elementos importantes e com o qual ela é *comparada*. Tais conceitos são imagens [*Gebilde*] nas quais, utilizando a categoria de possibilidade objetiva, construímos relações que nossa *imaginação*, formada e orientada a partir da realidade, *julga* como adequadas.

Nessa função, o tipo ideal é, em particular, uma tentativa para apreender as individualidades históricas ou seus diferentes elementos em conceitos genéticos.

Vejamos, por exemplo, as noções de “Igreja” e “seita” que se deixam analisar pela via da pura classificação em um complexo de características, no qual não só a fronteira entre os dois conceitos, mas também seu conteúdo, permanecerão sempre indistintos. Pelo contrário, se eu me proponho apreender geneticamente o conceito de “seita”, isto é, se o concebo relativamente a certas significações importantes para a cultura que o “espírito de seita” tem manifestado na civilização moderna, então, certas características bem determinadas desses dois conceitos tornar-se-ão *essenciais* porque comportam uma relação causal adequada em relação à sua ação significativa. Nesse caso, os conceitos assumem ao mesmo tempo a forma de tipos ideais, o que quer dizer que não se manifestam, ou somente de forma esporádica, em sua *pureza* conceitual. Aqui como alhures, todo conceito que não seja *puramente* classificador nos afasta da realidade.

Max Weber

Essais sur la théorie de la science

2.5. MODELO E TEORIA

Texto 32

A suma e a catedral: as analogias profundas como produto de um hábito mental

O paralelismo entre a evolução da arte gótica e a evolução do pensamento escolástico no período que tem início em 1130-1140 e se prolonga aproximadamente até 1270 só pode aparecer se, “colocando entre parêntese as aparências fenomenais”, dedicarmos às analogias ocultas entre os princípios da organização lógica da escolástica e os princípios da construção da arquitetura gótica. Essa escolha metodológica é ditada pela intenção de procurar mais do que um vago “paralelismo” ou estabelecer “influências” descontínuas e parcelares. Ao renunciar, dessa forma, às aparências de prova, que são suficientes para o intuicionismo, ou às pequenas provas circunstanciadas, inspiradoras de confiança, mas redutoras, que constituem o deleite do positivismo, Panofsky é levado a associar a um princípio oculto, habitus ou “força formadora de hábitos”, a convergência histórica que é o objeto de sua pesquisa.

32. E. Panofsky

Durante a fase “concentrada” desse desenvolvimento extraordinariamente síncrono, isto é, no período que tem início em 1130-1140 e se prolonga aproximadamente até 1270, pode-se observar, em meu parecer, uma conexão entre a arte gótica e a escolástica que é mais concreta do que um simples “paralelismo” e, no entanto, mais geral do que as “influências” individuais (e também muito importantes) que os conselheiros eruditos exercem sobre os pintores, escultores ou arquitetos. Por oposição a um simples paralelismo, essa conexão é uma autêntica relação de causa a efeito; por oposição a uma influência individual, essa relação de causa a efeito se instaura por difusão e não tanto por contato direto. De fato, instaura-se pela difusão do que se pode nomear, por falta de um termo mais apropriado, um hábito mental – reconduzindo esse clichê usado ao seu sentido escolástico mais preciso de “princípio que regula o ato” *principium importans ordinem ad actum*². Esses hábitos mentais estão em ação em qualquer civilização. Assim, não existe documento escrito moderno sobre a história que não esteja impregnado pela ideia de evolução (ideia cuja evolução mereceria ser mais bem estudada do que tem sido até aqui e que, atualmente, parece entrar em uma fase crítica); além disso, sem ter um conhecimento aprofundado da bioquímica ou psicanálise, falamos todos os dias, com a maior descontração, de insuficiência vitamínica, alergias, fixações edípicas à mãe e complexos de inferioridade.

Se, muitas vezes, é difícil, senão impossível, isolar uma força formadora de hábitos (*habit-forming force*) entre várias outras e imaginar os canais de transmissão, o período que vai de 1130-1140 até por volta de 1270 e a área de “cento e cinquenta quilômetros em volta de Paris” constituem uma exceção. Nesta área restrita, a escolástica possuía o monopólio da educação: de modo geral, a formação intelectual tinha passado das escolas monásticas para instituições urbanas e não rurais, cosmopolitas e não regionais, e, por assim dizer, somente semieclesiásticas, isto é, para as escolas catedrais, universidades e *studia* das novas ordens mendicantes (surgidas, quase todas, no século XIII), cujos membros desempenhavam um papel cada vez mais importante no seio das próprias universidades. E, à medida que o movimento escolástico, preparado pelo ensino dos beneditinos e lançado por Lanfranc e Anselmo du Bec, se desenvolvia e desabrochava graças aos dominicanos e

² AQUINO, T. de. *Summa Theologiae* (designada mais abaixo por S. Th.), I-II, qu. 49, art. 3, C.

franciscanos, o estilo gótico, preparado nos mosteiros beneditinos e lançado por Suger de Saint-Denis, atingia seu apogeu nas grandes igrejas urbanas. É significativo que os grandes nomes da história da arquitetura estejam associados, durante o período romano, às abadias beneditinas; durante o período clássico do gótico, às catedrais; e, no período tardio, às igrejas paroquiais.

É muito pouco provável que os construtores dos edifícios góticos tenham lido os textos originais de Gilbert de la Porrée ou Tomás de Aquino. No entanto, estavam sob a influência da doutrina escolástica de outras mil maneiras, independentemente do fato que sua atividade os colocava automaticamente em contato com os que concebiam os programas litúrgicos e iconográficos. Tinham ido à escola; tinham ouvido sermões³; tinham assistido às *disputationes de quodlibet*⁴ que, tratando de todas as questões do momento, tinham-se tornado acontecimentos sociais muito semelhantes às nossas óperas, concertos ou leituras públicas⁵; e tinham mantido contatos frutuozos com os letrados em muitas outras ocasiões. Pelo fato de que as ciências naturais, as humanidades ou, até mesmo, a matemática ainda não tinham desenvolvido seu método e terminologia específicos e esotéricos, a totalidade do saber humano permanecia acessível ao espírito normal e não especializado.

[Por outro lado, a situação social do arquiteto permite compreender como conseguiu ficar em posição favorável para interiorizar o conjunto dos hábitos de pensamento característicos da escolástica. Existe, nessa época, “um profissionalismo urbano que, pelo fato de ainda não se ter esclerosado no rígido sistema das guildas e das *Bauhütten*, fornecia um terreno de encontro no qual o clérigo e o leigo, o poeta e o jurista, o letrado e o artesão podiam entrar em contato quase em pé de igualdade”.

³ Cf. GILSON, E. “Michel Menot et la technique du sermon medieval”. y *Les idées et les lettres*. Paris: Vrin, 1932, p. 93-154 [N. do T.].

⁴ Estabelecia-se a distinção entre as *disputationes ordinariae* e sua redação literária, ou seja, as *quaestiones disputatae*, e as *disputationes quodlibetales* e sua forma escrita, ou seja, as *quaestiones quodlibetales*. Cada *disputatio* ordinária desenrolava-se da seguinte forma: no primeiro dia, competia ao bacharel responder, sob a presidência de seu mestre, aos argumenta e *objectiones* levantados pelos mestres, bacharéis ou estudantes presentes nessa cerimônia universitária que se efetuava com diferentes intervalos. No segundo dia, o mestre ordenava e agrupava os argumentos e as objeções e impunha-lhes como *sed* contra breves argumentos tirados da razão e da autoridade. Em seguida, emprendia livremente resolver a fundo a questão, associando-a às suas origens ou consequências históricas ou especulativas e depois formulando e demonstrando sua resposta definitiva, chamada *determinatio magistralis*. Enfim, apoiando-se nesta, respondia às objeções. Duas vezes por ano, antes do Natal e da Páscoa, efetuavam-se exercícios de discussão sobre diversos assuntos, chamados *disputationes de quodlibet* porque se desenrolavam sobre diferentes temas e não iam tão longe na solução dos problemas (cf. GRABMANN, M. *La Somme Théologique de saint Thomas d'Aquin*. Paris, 1925, p. 11-18) [N. do T.].

⁵ WULE, M. de. *History of Mediaeval Philosophy*. 3. ed. ingl. Londres, II, 1938, p. 9 [Trad. por E.C. Messenger].

O arquiteto profissional é “um homem que já viajou muito, muitas vezes, leu muito e goza de um prestígio social sem igual no passado e nunca superado mais tarde”. Diversos indícios mostram até que “o próprio arquiteto era considerado como uma espécie de escolástico”.]

Quando se empreende estabelecer como o hábito mental produzido pela escolástica primitiva e clássica pode ter afetado a formação da arquitetura gótica primitiva e clássica, é necessário colocar entre parêntese o conteúdo nocional da doutrina e concentrar a atenção em seu *modus operandi*, para utilizar uma expressão peculiar aos próprios escolásticos. As doutrinas sucessivas sobre temas tais como a relação entre a alma e o corpo ou o problema dos universais refletem-se naturalmente, sobretudo, nas artes figurativas e não na arquitetura. Sem dúvida, o arquiteto vivia em contato estreito com os escultores, os mestres-vidraceiros, os escultores de madeira, etc. – cujas obras ia estudando por todo lugar por onde passava (como testemunha o *Album* de Villard de Honnecourt) – que contratava e controlava em seus próprios empreendimentos e aos quais devia transmitir um programa iconográfico que só podia ser elaborado, conforme estamos lembrados, com os conselhos e colaboração estreita de um escolástico. No entanto, procedendo desse modo, assimilava e veiculava a substância do pensamento contemporâneo, em vez de colocá-la, propriamente falando, em aplicação. Na realidade, o que o arquiteto, que “concebia a forma do edifício sem que ele próprio manipulasse a matéria”⁶, podia e devia colocar em aplicação, diretamente e como arquiteto, é sobretudo essa maneira particular de proceder que deveria ser a primeira coisa a causar impressão ao espírito do leigo sempre que entrava em contato com o escolástico.

Erwin Panofsky

Architecture gothique et pensée scolastique

Texto 33

A função heurística da analogia

Ao mostrar interesse pelos modelos mecânicos utilizados pelos físicos ingleses da escola de Lord Kelvin e que reproduziam os efeitos de um certo número de leis graças

⁶ S. Th., I, qu. I, art. 6, C.

a mecanismos que colocavam em jogo uma lógica completamente diferente de funcionamento, Duhem tem a preocupação de estabelecer a distinção entre esse recurso imaginativo às semelhanças superficiais e a tentativa analógica propriamente dita que, passando de relações abstratas para outras relações abstratas, constitui a mola heurística das generalizações e transposições baseadas em uma teoria.

33. P. Duhem

Se pretendemos apreciar com exatidão a fecundidade que pode ter o recurso a modelos, convém não confundir esse emprego com a utilização da *analogia*.

O físico que procura reunir e classificar em uma teoria abstrata as leis de uma certa categoria de fenômenos deixa-se, muitas vezes, guiar pela analogia vislumbrada entre esses fenômenos e os fenômenos de outra categoria; se estes já se encontram ordenados e organizados em uma teoria satisfatória, o físico tentará agrupar os primeiros em um sistema do mesmo tipo e da mesma forma.

A história da Física mostra-nos que a busca das analogias entre duas categorias distintas de fenômenos foi, talvez, o método mais seguro e mais fecundo entre todos os procedimentos utilizados para construir teorias físicas.

Assim, é a analogia vislumbrada entre os fenômenos produzidos pela luz e os que constituem o som que forneceu a noção de onda *luminosa* da qual Huygens conseguiu tirar um maravilhoso partido; mais tarde, foi essa mesma analogia que levou Malebranche e, em seguida, Young, a representar uma luz monocromática por uma fórmula semelhante à que representa um som simples.

Uma similitude vislumbrada entre a propagação do calor e a propagação da eletricidade no seio dos condutores permitiu a Ohm transportar completamente, para a segunda categoria de fenômenos, as equações que Fourier tinha escrito para a primeira.

A história das teorias do magnetismo e da polarização dielétrica não passa do desenvolvimento das analogias, desde muito tempo vislumbradas pelos físicos, entre os ímãs e os corpos que isolam a eletricidade; graças a essa analogia, cada uma das duas teorias se beneficiou dos progressos da outra.

O emprego da analogia física assume, por vezes, uma forma ainda mais precisa.

Duas categorias de fenômenos muito distintas, dessemelhantes, são reduzidas a teorias abstratas; nesse caso, pode ocorrer que as equações que servem à formulação de uma das teorias sejam algebricamente idênticas às que exprimem a outra.

Então, embora essas duas teorias sejam essencialmente heterogêneas pela natureza das leis que coordenam, a álgebra estabelece entre elas uma exata correspondência; toda proposição de uma das teorias tem seu homólogo na outra; todo problema resolvido na primeira coloca e resolve um problema semelhante na segunda. Cada uma dessas teorias pode servir, segundo o termo utilizado pelos ingleses, para *ilustrar* a outra: “Por analogia física, diz Maxwell, entendo essa semelhança parcial entre as leis de uma ciência e as de outra que faz com que uma das ciências possa servir para ilustrar a outra”.

Eis um exemplo, entre muitos outros, dessa *ilustração* mútua entre duas teorias:

A ideia do corpo quente e a ideia do corpo eletrizado são duas noções essencialmente heterogêneas; as leis que regem a distribuição das temperaturas estacionárias sobre um grupo de corpos bons condutores do calor e as leis que fixam o estado de equilíbrio elétrico sobre um conjunto de corpos bons condutores da eletricidade têm objetos físicos absolutamente diferentes; entretanto, as duas teorias que têm como missão classificar essas leis exprimem-se em dois grupos de equações que o algebrista não saberia distinguir um do outro; assim, ao resolver um problema sobre a distribuição das temperaturas estacionárias, resolve ao mesmo tempo um problema de eletrostática, e inversamente.

Ora, tal correspondência algébrica entre duas teorias, essa ilustração de uma pela outra, é coisa infinitamente preciosa; não só comporta uma notável economia intelectual, já que permite transportar, de saída, a uma das teorias todo o aparelho algébrico construído para a outra, mas ainda constitui um procedimento de invenção; com efeito, pode acontecer que, em um desses dois campos aos quais convém o mesmo plano algébrico, a intuição experimental coloque, muito naturalmente, um problema para o qual sugere uma solução, enquanto no outro campo o físico não teria sido levado tão facilmente a formular essa pergunta ou dar-lhe essa resposta. Essas diversas maneiras de fazer apelo à *analogia* entre dois grupos de leis físicas ou entre duas teorias distintas [...] consistem em aproximar dois sistemas abstratos, um do outro, porque um deles, já conhecido, serve para adivinhar a forma do outro que ainda não é conhecido; ou porque, uma vez formulados, esclarecem-se um ao outro.

Pierre Duhem

La théorie physique, son objet, sa structure

Analogia, teoria e hipótese

É, sem dúvida, um lugar-comum da reflexão epistemológica colocar em evidência o papel do recurso à analogia na descoberta científica; no entanto, com a ajuda de uma análise lógica da estrutura das teorias concebidas como a associação de um léxico com uma sintaxe, Norman Campbell pode mostrar que a analogia desempenha não só uma função de assessoria provisória na formulação das hipóteses, mas constitui a própria mola do poder explicativo de um sistema de proposições que funciona como uma teoria. Contra a representação positivista da teoria ou, o que é o mesmo, contra a definição “operacionalista” do sentido das proposições, Campbell defende que o “sentido” teórico de um sistema de proposições não se reduz ao sentido de qualquer sistema de proposições que seria seu equivalente lógico.*

34. N.R. Campbell

Todos aqueles que escreveram sobre os princípios da ciência falaram da relação estreita que une a analogia às teorias ou hipóteses. Parece-me, todavia, que a maior parte deles interpretou falsamente a maneira como o problema se coloca. Apresentam as analogias como “auxiliares” a serviço da formação das hipóteses (termo pelo qual se acostumaram a designar o que eu prefiro chamar teorias) e do progresso das ciências. No entanto, em meu parecer, as analogias não são simples “auxiliares” para o estabelecimento das teorias, mas sim parte integrante destas que, sem elas, estariam completamente desprovidas de valor e seriam indignas desse nome. Diz-se, muitas vezes, que a analogia guia a formulação da teoria; no entanto, uma vez a teoria formulada, tendo a analogia desempenhado seu papel, pode-se, por consequência, deixá-la de lado ou esquecê-la. Semelhante descrição do processo é radicalmente falsa e, muitas vezes, perigosa. Se a física fosse uma ciência puramente lógica, se seu objeto consistisse somente em estabelecer um

* Seria necessário acrescentar que, até mesmo em seu papel de instrumento de invenção das hipóteses, o recurso à analogia só será fecundo se se apoiar no esforço para generalizar ou transpor teorias já estabelecidas: como o observam M. Cohen e E. Nagel, “o sentimento confuso de semelhança” pelo qual, psicologicamente, começa um procedimento científico, só conduzirá à “hipótese de uma analogia explícita de estrutura ou função” quando, ao passar por um procedimento discursivo, a hipótese em questão apresentar “certas analogias estruturais com outras teorias já solidamente constituídas” (COHEN, M.R. & NAGEL, E. *An Introduction to Logic and Scientific Method*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1964, p. 221-222).

sistema de proposições verdadeiras e logicamente ligadas entre si, sem que nenhum outro aspecto viesse caracterizar seu procedimento, poder-se-ia aceitar essa apresentação do problema. Uma vez que tivesse sido estabelecida a teoria e tivesse sido demonstrado que ela conduzia pela via de uma dedução puramente lógica às leis a serem explicadas, poder-se-ia, sem qualquer dúvida, abandonar o suporte de uma analogia que teria perdido toda significação. Mas, se fosse assim, nem teria havido necessidade de utilizar a analogia no decorrer do processo. Qualquer iluminado poderá inventar uma teoria logicamente satisfatória para explicar uma lei qualquer. É bem conhecido que, atualmente, não existe nenhuma teoria física satisfatória que seja suscetível de explicar a variação da resistência de um metal em função da temperatura: ora, bastou-me quinze minutos para elaborar, a esse respeito, a teoria que propus nas páginas precedentes; e, no entanto, ela é, volto a insistir, tão satisfatória *formalmente* quanto qualquer outra teoria física. Se a teoria não tivesse de responder a qualquer outro critério, teríamos sempre à disposição teorias para explicar as leis estabelecidas; um estudante poderia, em um dia de trabalho, resolver os problemas sobre os quais gerações de cientistas sofreram inutilmente, limitados ao procedimento banal dos erros e acertos. O que “não funciona” na minha teoria improvisada mais acima⁷, o que faz com que ela seja absurda e, além disso, indigna de um segundo de atenção, é precisamente porque não coloca em jogo qualquer analogia; é na medida em que a analogia não interveio em sua construção que ela está destituída de todo valor. [...] Não há qualquer dificuldade para encontrar uma teoria que explique logicamente um conjunto de leis existentes; o que é difícil é encontrar uma teoria que, simultaneamente, as explique logicamente e coloque em jogo a analogia desejada. [...] Considerar a analogia como uma ajuda para a invenção das teorias é tão absurdo quanto considerar a melodia como uma ajuda para a composição das sonatas. Se a música exigisse de nós somente a satisfação das leis da harmonia e dos princípios formais do desenvolvimento, seríamos todos grandes compositores; de fato, é a falta do sentido melódico que impede que a simples compra de um manual nos faça ter acesso aos cumes da aptidão musical.

É em uma apresentação falsa da natureza das teorias que, eu creio, está enraizada a opinião perversa segundo a qual as analogias não passariam de uma ajuda

⁷ Nas páginas precedentes, o autor tinha tentado formalizar, à maneira de jogo, um corpo de definições e proposições que explicassem, formalmente, um conjunto de leis experimentalmente estabelecidas.

momentânea para a descoberta das teorias. Eu dizia que se trata de um lugar-comum afirmar a importância das analogias na formulação das hipóteses, e que o termo “hipótese” era habitualmente utilizado nesse estabelecimento de relação para designar proposições (ou sistemas de proposições) que eu prefiro chamar teorias. Assim corrigida, a asserção é verdadeira, mas são raros os autores aptos a reconhecer que as “hipóteses” mencionadas por eles constituem, nesse caso, uma *classe específica* de proposições que, em particular, não se confunde com a classe de proposições chamadas leis; de fato, existe uma grande tentação para considerar que a hipótese não passa de uma lei cuja prova ainda não foi estabelecida.

Nesse caso, poder-se-ia, com toda a razão, tomar a analogia como um simples auxiliar na descoberta das leis, destituído de interesse desde o momento em que a lei foi descoberta. Com efeito, uma vez proposto o conteúdo da lei a ser validado, o método destinado a dar prova de sua veracidade ou falsidade não se apoia, de modo algum, em determinada utilização de qualquer analogia; se a “hipótese” (no sentido teórico em que a entendo) fosse uma lei, poder-se-ia colocar à prova sua veracidade, como a de qualquer lei, examinando se as observações pelas quais se afirma que elas estão unidas por uma relação constante, são confirmadas ou não pela realidade. Conforme a prova for positiva ou negativa, a lei deve ser considerada verdadeira ou falsa e a analogia nada tem a ver com a questão. Se a prova fosse positiva, a lei permaneceria verdadeira ainda que, posteriormente, viesse a ser descoberto que era falsa a analogia que a tinha sugerido; e se a prova fosse negativa, permaneceria falsa, por mais completa e adequada que pudesse parecer a analogia.

Mas justamente *uma teoria não é uma lei*; diferentemente de uma lei, não pode ser verificada diretamente pela experimentação; e o método que sugeriu a construção da teoria não é extrínseco à teoria. Com efeito, acontece muitas vezes que uma teoria seja recebida sem que tenha necessidade de proceder a qualquer experimentação suplementar; na medida em que ela se baseia em experiências, tais experiências já tinham sido feitas, muitas vezes, e eram conhecidas muito antes que a teoria tivesse sido formulada. A lei de Boyle e a lei de Gay-Lussac eram conhecidas antes que a teoria dinâmica dos gases tivesse sido formalizada; e a teoria foi aceita, ou aceita em parte, antes que outras leis experimentais, suscetíveis de serem deduzidas dela, tivessem sido estabelecidas. Nesse caso, a teoria representou um progresso do conhecimento científico que não resultava de um aumento do

capital de conhecimentos experimentais, nem do estabelecimento de novas leis. Foi aceita, independentemente de qualquer razão experimental, porque trazia um conhecimento válido que não estava contido nas leis de Boyle e Gay-Lussac. Esse motivo remetia diretamente à analogia que a tinha sugerido; com a validade da analogia, teriam desaparecido todas as razões para admitir a teoria.

A afirmação de que uma teoria não é uma lei é particularmente evidente quando são consideradas teorias que contêm noções hipotéticas que não são inteiramente determinadas pela experiência, por exemplo, noções como os m, n, x, y, z , da teoria dinâmica dos gases em sua forma mais simples. Com efeito, nesse caso, a teoria estabelece alguma coisa (nomeadamente, determinadas proposições que incidem sobre essas noções consideradas separadamente) que não poderia ser negado ou confirmado pela experiência; ela estabelece *alguma coisa* que não pode ser pensada como uma lei, já que todas as leis são sempre suscetíveis, senão de uma confirmação, pelo menos de uma anulação pela experiência. Poder-se-ia, evidentemente, objetar que a possibilidade de considerar que uma teoria não é uma lei tem a ver com o gênero particular de teoria que foi apresentada como exemplo. No caso-limite em que todas as noções hipotéticas seriam indicadas pelo “dicionário” (que serve de base à teoria) como conceitos suscetíveis de serem medidos, a afirmação é muito menos evidente; nesse caso, poder-se-ia formular, a propósito de cada uma das noções hipotéticas, uma asserção que, ao não ser ainda uma lei estabelecida, pode ser confirmada ou anulada. [...] Portanto, é necessário considerar atentamente o caso em que o dicionário de base coloca em relação as funções de certas noções hipotéticas (e não de todas) com conceitos métricos, e em que tais funções são suficientemente numerosas para determinar todas as noções indicadas por hipótese. Aqui, é verdade que, a propósito de cada uma das noções, não é possível formular proposições suscetíveis de serem submetidas à experiência. Assim, no nosso exemplo, se um litro de gás tem uma massa/volume de 0,09gm quando a pressão é de um milhão de dinas por centímetro quadrado, então, em virtude desse conhecimento experimental, pode-se dizer que v tem como valor $1.8 + 10\text{cm}^5/\text{seg}$; uma asserção precisa pode assim ser formulada, a propósito da noção hipotética v , a partir de dados estritamente experimentais. Se o “dicionário” da teoria mencionasse um número suficiente de funções para as outras noções, tornar-se-iam possíveis a seu respeito asserções experimentais do mesmo tipo. Se uma teoria pode, assim, reduzir-se a séries de asserções precisas que remetem a dados experimentais, não

será necessário considerá-la como uma lei ou, pelo menos, como uma proposição que não difere da lei no tocante à sua significação experimental?

No entanto, insisto que não. O sentido (*meaning*) de uma proposição, ou de um conjunto de proposições, não se reduz pura e simplesmente ao sentido de qualquer formulação que venha a propiciar seu equivalente lógico e possa ser tirada daí por desimplicação. Resta sempre uma diferença de sentido. E por sentido de uma proposição, entendo as noções que são mobilizadas no entendimento quando a proposição é formulada. Assim, uma teoria pode constituir o equivalente lógico de um conjunto de proposições experimentais e, no entanto, significar alguma coisa inteiramente diferente; e, enquanto ela é uma teoria, é sobretudo sua significação que importa e não suas equivalências lógicas. Se a equivalência lógica representasse tudo o que está em jogo, a teoria absurda que improvisei mais acima teria tanto valor quanto qualquer outra; no entanto, ela é absurda porque *não tem qualquer* significação, isto é, não evoca qualquer noção, colocadas à parte as leis que ela explica. O poder de mobilizar outras noções é para uma formulação teórica mais importante do que sua redutibilidade lógica às leis que ela explica e que não contêm tudo o que ela diz. As leis não pretendem significar (*mean*) mais do que eles dizem (*assert*). Na história da ciência, determinadas teorias foram recebidas e estimadas, muitas vezes, com elevado valor; no entanto, segundo o testemunho de todos, não eram inteiramente verdadeiras e não constituíam o estrito equivalente de leis experimentais porque organizavam, intelectualmente, noções consideradas como intrinsecamente válidas.

Norman R. Campbell
Physics: the Elements

O racionalismo aplicado

3.1. A IMPLICAÇÃO DAS OPERAÇÕES E A HIERARQUIA DOS ATOS EPISTEMOLÓGICOS

Texto 35

Teoria e experimentação

Considerando que a significação de um fato científico reenvia à teoria e, até mesmo, a toda a história da teoria, as experimentações apresentadas isoladamente, sem referência à teoria que as tornou possível ou às teorias que elas desmentem, são puros contrassensos epistemológicos. Citando a experiência em que “um músculo isolado, colocado em um frasco cheio de água, contrai-se sob excitação elétrica, sem variação do nível do líquido”, experiência pela qual estabelece-se que uma “contração muscular é uma modificação da forma do músculo sem variação do volume”, G. Canguilhem observa: “Trata-se de um fato epistemológico que um fato experimental ensinado dessa forma não tem qualquer sentido biológico”. Ainda há mais: se a necessidade de um reordenamento teórico é sugerida pelos desmentidos dos fatos em relação às teorias existentes, ou pelo grande número de dados empíricos a serem integrados, as próprias teorias não procedem diretamente desses fatos,*

* CANGUILHEM, G. *La connaissance de la vie*. Op. cit., p. 18. P. Duhem chamava “experiências fictícias” as que um pesquisador é levado a apresentar sem situá-las em relação à teoria, por um artifício pedagógico destinado a justificar proposições que tais experiências não podem, por si só, provar (cf. DUHEM, P. *La théorie physique*. Op. cit., p. 306).

mas de teorias precedentes, em referência às quais elas se constituem. Somente a história da teoria pode, portanto, permitir compreender completamente, tanto as teorias atuais, quanto os fatos empíricos que elas engendram e organizam.

35. G. Canguilhem

A teoria celular é muito bem feita para levar o espírito filosófico a hesitar sobre o caráter da ciência biológica: será que esta é racional ou experimental? São os olhos da razão que veem as ondas luminosas, mas parece que são os olhos, órgãos dos sentidos, que identificam as células de um corte vegetal. A teoria celular seria, então, uma coletânea de protocolos de observação. O olho equipado do microscópio vê o ser vivo macroscópico composto por células como o olho nu vê o ser vivo macroscópico componente da biosfera. E, no entanto, o microscópio é mais o prolongamento da inteligência do que da vista. Além disso, a teoria celular não é a afirmação de que o ser seja composto de células, mas, em primeiro lugar, que a célula é o *único componente de todos* os seres vivos e, em seguida, que toda a célula provém de uma célula preexistente. Ora, não é o microscópio que permite fazer tal afirmação. No máximo, o microscópio é um dos meios de verificá-la depois de ter sido feita. No entanto, de onde veio a ideia de fazer tal afirmação antes de verificá-la? [...]

Desde que se manifestou, na biologia, o interesse pela constituição morfológica dos corpos vivos, o espírito humano oscilou entre as duas representações seguintes: uma substância plástica fundamental contínua ou, então, uma composição de partes, de átomos organizados ou grãos de vida. Aqui como na óptica, enfrentam-se as duas exigências intelectuais de continuidade e descontinuidade.

Em biologia, o termo protoplasma designa um constituinte da célula considerada como elemento atômico de composição do organismo, mas a significação etimológica do termo nos reenvia à concepção do líquido formador inicial. O botânico Hugo von Mohl, um dos primeiros autores que observaram com precisão o nascimento das células por divisão de células preexistentes, propôs em 1843 o termo "protoplasma" em referência à função fisiológica de um fluido que precede as primeiras produções sólidas por toda parte onde as células devem nascer. É a mesma coisa que, em 1835, Dujardin tinha nomeado "sarcodé", entendendo por isso uma geleia viva capaz de se organizar ulteriormente. Até mesmo para Schwann, considerado como o fundador da teoria celular, há interferência entre

as duas imagens teóricas. Segundo este autor, existe uma substância sem estrutura, o citoblastema, na qual nascem os núcleos em torno dos quais se formam as células. Schwann diz que, nos tecidos, as células se formam nos pontos em que o líquido nutritivo penetra nesses mesmos tecidos. A constatação desse fenômeno de ambivalência teórica nos próprios autores que mais contribuíram para estabelecer a teoria celular sugere a Klein a seguinte observação de importância capital para nosso estudo: “Portanto, encontra-se um pequeno número de ideias fundamentais voltando com insistência nos autores que trabalham sobre os mais diversos objetos e se colocam em pontos de vista muito diferentes. Com toda a certeza, esses autores não retomaram tais ideias uns aos outros; essas hipóteses fundamentais parecem representar modos de pensar constantes que fazem parte da explicação nas ciências”¹. Se transpusermos essa constatação de natureza epistemológica para o plano da filosofia do conhecimento, devemos dizer – contra o lugar-comum empirista, muitas vezes adotado sem crítica pelos cientistas quando se elevam até à filosofia de seu saber experimental – que *as teorias nunca procedem dos fatos*. As teorias só procedem de teorias anteriores, muitas vezes, bastante antigas. Os fatos são apenas a via, raramente reta, pela qual as teorias procedem umas das outras. Essa filiação das teorias a partir unicamente das teorias foi muitíssimo bem colocada em evidência por A. Comte quando afirmou o seguinte: como um fato de observação pressupõe uma ideia que orienta a atenção, é logicamente inevitável que teorias falsas tivessem precedido teorias verdadeiras. No entanto, já dissemos em que aspecto a concepção comtiana nos parece insustentável, a saber, em sua identificação da anterioridade cronológica com a inferioridade lógica, identificação que leva Comte a consagrar, sob a influência de um empirismo ainda que temperado pela dedução matemática, o valor teórico, daí em diante definitivo para nós, dessa monstruosidade lógica que é o “fato geral”.

Em resumo, devemos procurar as origens autênticas da teoria celular à margem da descoberta de certas estruturas microscópicas dos seres vivos.

Georges Canguilhem
La connaissance de la vie

¹ KLEIN, M. *Histoire des origines de la théorie cellulaire*. Paris: Hermann, 1936.

Atualmente, deve-se admitir que, segundo a afirmação de Brunshvic, “a modalidade dos juízos físicos não nos parece, de modo algum, diferente da modalidade dos juízos matemáticos”². O empirismo não podia se apresentar como a filosofia da ciência experimental a não ser em oposição à pretensão do racionalismo de se apresentar como a filosofia da ciência matemática. A experiência do físico só poderia pretender identificar-se com a intuição sensível na época em que o raciocínio do matemático pretendia apoiar-se, de forma definitiva, na intuição intelectual.

A epistemologia contemporânea não conhece as ciências indutivas, nem as ciências dedutivas. Não admite a distinção, baseada em caracteres intrínsecos, entre juízos científicos *hipotéticos* e juízos científicos *categóricos*. Conhece apenas ciências *hipotético-dedutivas*. Nesse sentido, não há diferença essencial entre a geometria – ciência da natureza (Comte, Einstein) – e a física matemática. Não há tampouco corte *entre razão e experiência*: a razão é necessária para fazer uma experiência e a experiência é necessária para ter uma razão. A razão aparece não como um decálogo de princípios, mas como uma norma de sistematização, capaz de arrancar o pensamento ao sono dogmático.

Portanto, admitir-se-á:

Contra o empirismo: *que não há, propriamente falando, método indutivo*. O que é *indução*, isto é, invenção de hipóteses na ciência experimental, é o sinal mais nítido da insuficiência do método para explicar o progresso do saber.

Contra o positivismo: *que não há diferença de certeza relativamente às leis e teorias explicativas*. Não existe fato que não seja impregnado pela teoria, não existe lei que não seja uma hipótese momentaneamente estabilizada, portanto, a busca de relações de estrutura é tão legítima quanto a busca das relações de sucessão ou similitude.

Não podemos considerar a hipótese como uma insuficiência do conhecimento, não é um mal menor ao qual a inteligência se confia na falta de princípios categóricos. A hipótese é a antecipação de uma relação capaz, simultaneamente, de definir o conceito implicado na percepção do fenômeno e de explicá-lo (exemplo, a hipótese de Torricelli propõe, para o fenômeno observado, o conceito de pressão e a explicação pelo *equilíbrio dos fluidos*). Se os cientistas fazem hipóteses é com a

² *Expérience humaine et causalité physique*, p. 606.

finalidade de encontrar, através das mesmas, os fatos que hão de permitir controlá-las. *A hipótese é um juízo de valor sobre a realidade*³. Mas quais são as condições lógicas de controle de uma hipótese?

Um fato não pode estabelecer uma relação de conformidade ou desconformidade com uma *ideia* a não ser com uma condição: que exista homogeneidade lógica entre o fato e a ideia. Isso quer dizer que se a ideia é um juízo – um juízo a ser julgado – o fato deve ser também um juízo – um juízo comprovado, provisoriamente. A ideia – hipótese ou lei – é um juízo universal, enquanto o fato é um juízo particular. Um fato só poderá, portanto, confirmar ou anular uma hipótese se os dois juízos ligarem os mesmos conceitos. *Na prática experimental, a maior dificuldade está em estabelecer que a relação é estritamente a mesma, que os conceitos têm a mesma compreensão.* Para que um fato esteja em contradição com uma hipótese é necessário que o mesmo método tenha determinado os elementos do particular (o fato) e do universal (a hipótese). É necessário que os conceitos colocados em relação procedam das mesmas técnicas de detecção e análise. Em biologia, toda ação de uma substância química sobre um tecido só pode ser corretamente interpretada em função da dose. É raro que, em biologia, seja possível estender a uma espécie inteira uma conclusão relativa a uma certa variedade da espécie; na mesma dose, a cafeína tem uma ação sobre o músculo estriado da rã. No entanto, o modo de ação é diferente consoante se trate da rã verde ou da rã ruiva. Por consequência, bem longe que um fato percebido ou observado seja, unicamente em razão de ser percebido ou observado, um argumento em favor ou contra uma hipótese, deve, antes de tudo, ser criticado e reconstruído de maneira que sua tradução conceitual o torne logicamente comparável à hipótese em questão. Um fato não prova nada enquanto os conceitos que o enunciam não forem metodicamente criticados, reificados, reformados. Somente os fatos reformados trazem informações.

Por esse motivo, afasta-se a objeção de pragmatismo que poderia suscitar o fato de definir a hipótese como um juízo de valor. O que faz o valor (valor de realidade) de uma hipótese não é o fato único e bruto da concordância com os fatos. Com efeito, é necessário poder estabelecer que o acordo ou desacordo previsto entre uma suposição e uma constatação, procurada a partir da suposição tomada como

³ Cf. PLANCK: "A questão importante não é saber se tal ideia é verdadeira ou falsa, nem mesmo saber se tem um sentido nitidamente enunciável, mas antes saber se a ideia será a fonte de um trabalho fecundo" (*Initiations à la physique*, p. 272).

princípio, não é devido a uma coincidência, até mesmo repetida, mas que é pelos métodos implicados na hipótese que se chegou ao fato observado.

Compreende-se, assim, que nem sempre é por misoneísmo ou amor-próprio que um teórico recusa admitir a validade de um fato probatório ou não probatório. Michelson morreu acreditando, com toda a firmeza, que sua experiência não era convincente e que devia ser possível colocar em evidência o movimento da Terra pela propagação anisótropa da luz relativamente a um observador terrestre. Foi o mesmo fato que, em 1905, levou Einstein a reordenar os princípios da mecânica clássica. Diante da contradição entre um fato e uma teoria, pode-se duvidar, indiferentemente, do fato ou da teoria. Tal opção dependerá da antiguidade da teoria e do número de fatos que ela “cristalizou” sistematizando-os ou, pelo contrário, de sua juventude e de suas hesitações; dependerá também da audácia intelectual dos cientistas. Em todo caso, não há saber que não seja polêmico; além disso, qualquer fato real, por mais natural que seja, não impede as suspeitas a seu respeito. Confirmemos isso pelo exame mais detalhado dos métodos de verificação.

Quando uma hipótese explica e serve para prever um fato ou um grupo de fatos, não é certo que seja a única a poder fazer tal coisa. Quando duas hipóteses são possíveis, o único meio de decidir a alternativa seria prever, à margem de todos os fatos, que ambas podem pretender explicar indiferentemente um fato ao qual uma das duas somente conferiria a inteligibilidade. Tal experiência é chamada *crucial* (*experimentum crucis*, Bacon) por exemplo, a experiência de Périer no Puy-de-Dôme, por instigação de Pascal (horror do vazio ou pressão atmosférica?). Ninguém acredita mais, atualmente, nas experiências cruciais. P. Duhem mostrou em sua obra *La théorie physique* que, de direito, senão de fato, as hipóteses possíveis são sempre mais numerosas do que os dois ramos de uma alternativa. Por exemplo, Foucault instituiu hipóteses permitindo decidir, segundo seu pensamento, entre a hipótese de emissão e a das ondulações relativas à natureza do fenômeno luminoso (propagação da luz no ar e na água). Mas Duhem mostra que uma terceira hipótese, a do eletromagnetismo, estava presente, de direito, no momento em que se pensava formular a pergunta sob forma de alternativa. Em suma, a exclusão de todas as hipóteses, exceto uma – exclusão que daria uma prova plenamente satisfatória –, é um ideal efetivamente inacessível. Como afirma Edgar Poe (*Eureka*): “Mostrar que certos resultados existentes, que certos fatos reconhecidos podem ser, até mesmo do ponto de vista matemático, explicados por uma certa hipótese,

não é estabelecer a própria hipótese. Por outras palavras, mostrar que certos dados *puderam* e, até mesmo, *tiveram* de engendrar certo resultado existente, não é suficiente para provar que tal resultado é a consequência dos dados em questão; ainda é necessário demonstrar que não existem e *não* podem existir outros dados capazes de dar origem ao mesmo resultado”. Mesmo pressupondo que somente duas teorias estejam em concorrência, os princípios são múltiplos no interior de cada uma. Seria necessário poder calcular à parte as consequências que dependem de cada um dos princípios separadamente. No entanto, sua totalidade é que será confirmada ou anulada em bloco pela experiência.

Concordando em reconhecer que uma confirmação nunca é categórica e definitiva, um certo número de lógicos pensam que a negação é decisiva, que o positivo na experiência é a negação da teoria que está aí implicada. Jean Nicod escreve o seguinte: “A confirmação fornece apenas uma probabilidade; pelo contrário, a anulação cria uma certeza. A confirmação é apenas favorável, enquanto a anulação é fatal”⁴. Parece que essa postura esquece a impossibilidade de dar a um fato um valor teórico independente do momento da cultura científica e do estado da técnica de detecção e medida. Newton teve de confirmar sua teoria por certos cálculos em que entrava o comprimento do raio terrestre, necessariamente inferido da medida do meridiano. Ora, essa medida era, na época, tão grosseiramente aproximada que a experiência – com efeito, tratava-se de uma experiência – contradizia a teoria. Newton abandonou sua teoria até o dia em que conheceu os resultados de uma nova medida do meridiano operada pelo abbé Picard. A teoria foi, então, verificada e Newton decidiu publicá-la.

Embora não seja possível privilegiar a experiência negativa em relação à experiência positiva, é necessário mesmo assim reconhecer que o pensamento tem mais certeza do falso do que do verdadeiro. O verdadeiro é a posição que julgamos poder manter sempre; ora, o grande número de erros de hoje que, ontem, eram verdades deveria tornar-nos circunspectos. Pelo contrário, no reconhecimento de um erro, há o essencial do que chamamos a verdade porque a negação aceita e reconhecida se justifica por uma afirmação mais compreensiva, sendo que a razão só abandona aquilo que julga que deve ser abandonado. Se a experiência do Puy-de-Dôme transformou definitivamente o horror do vazio em um erro é porque na

⁴ *Le problème logique de l'induction*, p. 24.

hipótese de Torricelli o desconhecimento, comum até então, dos efeitos da pressão atmosférica era, simultaneamente, explicado e desculpado.

Voltamos, por esse motivo, à definição proposta: a hipótese é um juízo de valor sobre a realidade. Seu valor reside no seguinte: ela permite prever e construir fatos novos, muitas vezes, aparentemente paradoxais, que a inteligência integra com o saber adquirido, mas cuja significação se renova em um sistema coerente. Ao serem acrescentadas à realidade, as realizações confirmam a causalidade natural por eficácia pragmática, embora seja uma eficácia impregnada pela inteligência, o pragmatismo tem razão em exigir que as ideias válidas sejam ideias criadoras, mas convém não esquecer que os sucessos autênticos são sucessos calculáveis, quando não sempre previamente calculados.

Devemos concluir que não há, propriamente falando, método experimental se pretendemos compreender por isso um procedimento de investigação distinto do método dedutivo. Tudo o que é método é dedução, mas nenhuma dedução, nenhum método é suficiente para constituir uma ciência. Nesse sentido, a relação à experiência é essencial para o progresso do saber e essa relação que é propriamente relação de invenção não poderia ser codificada nas regras de um método. O termo “experimental” é ambíguo. A ciência é experimental por manter relação com a experiência, enquanto problema para o qual a ciência pretende ser a solução; não é verdadeiramente ciência a não ser porque assume o risco de ser solução, isto é, sistema inteligível. A solução dos problemas empíricos só pode ser racional; quanto aos problemas que exigem as soluções racionais, não podem ser levantados pela razão.

Georges Canguilhem
Leçons sur la méthode

Texto 36

Os objetos prediletos do empirismo

O caráter abertamente polêmico das análises que Wright Mills dedicou às ab-dicações científicas da sociologia empirista americana dispensa, frequentemente, levar a sério o problema epistemológico que elas levantam: existe uma ligação funcional entre as técnicas de pesquisa da sociologia burocrática e as problemáti-

cas que ela constrói – ou elude. Aliás, Mills chama “estatísticos de alto nível” aos que fabricam, de maneira inconsciente, fatos “sob medida” e tendem a selecionar como objetos de estudo os que se prestam melhor à aplicação das técnicas não discutidas da pesquisa rotineira: assim, a sociologia da difusão e da comunicação tende a se reduzir a estudos de opinião pública, a sociologia política à análise do comportamento eleitoral e os problemas das classes sociais à análise da estratificação dos habitantes de pequenas cidades. No termo dessa redefinição cega dos objetos de ciência pelas técnicas, “a verdade e a falsidade são moídas em partículas tão finas que se torna impossível distingui-las”**. Ignorando-se como construção e proibindo-se de se interrogar sobre os procedimentos pelos quais ela constrói seus fatos, a pesquisa canônica evita, ao mesmo tempo, inventar outros processos de construção, assim como controlar as construções que ela realiza; desse modo, encontra-se abandonada, entre outros procedimentos, a comparação histórica que seria a única com possibilidades de mostrar se o campo de estudo escolhido permite verdadeiramente apreender o objeto que pretende tratar***.*

36. C.W. Mills

O empirismo abstrato dedica-se a um momento do trabalho e permite que este domine a mente. [...]

A inibição metodológica só é comparável ao fetichismo conceitual. Não vou passar em revista todos os trabalhos dos empiristas; limitar-me-ei a caracterizar o respectivo método e assinalar algumas de suas hipóteses. Todos procedem, praticamente, da mesma forma. Os “elementos de informação” são extraídos de uma entrevista mais ou menos estereotipada com uma série de indivíduos escolhidos por um processo de amostragem. As respostas são classificadas e, para maior comodidade, transferidas para cartões perfurados; em seguida, um tratamento estatístico permite procurar as relações. A facilidade com que esse método pode ser assimilado, sem esforço, por uma pessoa medianamente inteligente, explica seu sucesso. Os resultados são traduzidos em linguagem estatística; no nível mais

* MILLS, W. “I.B.M. plus Reality plus Humanism = Sociology”. *Power, Politics and People*. Nova York: Oxford University Press, 1963, p. 569.

** Ibid.

*** Cf., por exemplo, THEMSTROM, S. “Yankee City Revisited: the Perils of Historical Naivete”. *American Sociological Review*, vol. XXX, 1965, n. 2, p. 234-242.

simples, constituem enunciados de proporções. Nos níveis mais complexos, as respostas são combinadas em classificações entrecruzadas que podem ser múltiplas e são reduzidas, então, a escalas segundo diversos métodos. A utilização dos dados nem sempre é simples, mas deixaremos isso de lado; com efeito, embora seja variável o grau de complicação, é a mesma espécie de dados que são manipulados.

Além da publicidade e das comunicações de massa, é a “opinião pública” que constitui o objeto da maior parte dessas pesquisas; todavia, nunca chegaram a reformular, de forma inteligível, os problemas da opinião pública e das comunicações. Contentam-se em classificar perguntas: quem diz o quê a quem, pelo canal de quais meios de comunicação e com que resultados? As definições de base são as seguintes:

“Por ‘público’ refiro-me ao número, isto é, às reações e sentimentos não privados e não individualizados de um grande número de pessoas. Isso requer um levantamento de amostras. Por ‘opinião’ refiro-me não só à opinião do público sobre questões de atualidade, mas igualmente às atitudes, sentimentos, valores, informação e ações que lhes estão associados. Para fazer uma ideia de tudo isso, é necessário recorrer não só aos questionários e entrevistas, mas também a procedimentos projetivos e escalas”⁵.

Existe aí uma confusão muito acentuada entre o objeto e o método. O autor pretende, sem dúvida, dizer mais ou menos o seguinte: o termo “público” vai designar qualquer agregado ponderável suscetível de amostragem estatística. Considerando que as opiniões são as das pessoas, para descobri-las convém falar com essas mesmas pessoas. Mas acontece que elas recusam ou são incapazes de manifestá-las: nesse caso, podemos tentar utilizar “procedimentos projetivos ou escalas”.

Essas pesquisas limitam-se às estruturas americanas e se efetuaram nos últimos quinze anos. É a razão pela qual não redefinem o conceito de “opinião pública” e não reformulam os principais problemas dessa área. Não podem fazê-lo adequadamente, até mesmo de forma preliminar, nos limites históricos e estruturais em que estão confinadas.

O problema da “coletividade”, ou do “público”, nas sociedades ocidentais, surgiu na sequência das transformações por que passou o consenso tradicional e clássico da sociedade medieval; atinge, atualmente, sua fase aguda: o que se

⁵ BEREISON, B. “The Study of Public Opinion”. *The State of the Social Sciences*. Chicago: University of Chicago Press, 1956, p. 299 [Org. Leonard D. White].

chamava “coletividades” nos séculos XVIII e XIX está em via de se transformar em uma sociedade de “massas”. Além disso, as coletividades estão em via de perder toda pertinência estrutural na medida em que os homens livres se tornam, pouco a pouco, “homens de massa”, sendo que cada um deles está confinado em meios desprovidos de poder. Eis, por exemplo, o que deveria inspirar a seleção e conteúdo das pesquisas sobre as coletividades, opinião pública e comunicação de massa. Seria necessário, igualmente, uma exposição completa das fases históricas das sociedades democráticas, dando lugar, em particular, ao que se chamou a fase do “totalitarismo democrático” ou a da “democracia totalitária”. Em suma, nesse campo, o empirismo abstrato tal como é praticado não está em condições de formular os problemas da ciência social.

Um certo número dos problemas que esses empirismos pretendem abordar (por exemplo, os efeitos provocados pelos meios de comunicação de massa), não podem ser formulados adequadamente fora de um quadro estrutural. Como esperar compreender seus efeitos (e não estamos falando do sentido que tomam em contato uns com os outros para o desenvolvimento de uma sociedade de massa) ao estudar somente, mesmo com a maior precisão possível, uma população que, na última geração, está “saturada” por esses *media*? Talvez a publicidade tenha interesse em classificar os indivíduos segundo o grau de “contaminação mass-mediática”, mas não constituirá a base adequada para uma sociologia dos meios de comunicação de massa.

Nos estudos sobre a vida política é o “comportamento eleitoral” que constitui o principal tema, sem dúvida, por causa da facilidade da investigação estatística. A pobreza dos resultados só é comparável à complicação dos métodos e o cuidado que lhe é reservado. As ciências políticas devem prestar muita atenção a um estudo exaustivo em que não haja qualquer referência aos bastidores das campanhas eleitorais dos grandes partidos, tampouco à menor instituição política... Entretanto, esse é o caso de *People's choice* (A escolha eleitoral), estudo renomado sobre as eleições de 1940 no Condado de Erie (Ohio). Essa obra ensina-nos que as pessoas ricas, os rurais e os protestantes votam nos republicanos; enquanto os eleitores com as referências opostas votam nos democratas e assim por diante. Mas não diz uma palavra a respeito da dinâmica política nos Estados Unidos.

A ideia da legitimação é uma das concepções centrais das ciências políticas, tanto mais que os problemas dessa disciplina incidem sobre perguntas de opinião

e ideologia. As pesquisas sobre a “opinião pública” são tanto mais surpreendentes na medida em que há fortes suspeitas de que a política eleitoral americana seja, não só uma política sem opinião – se emprestarmos o mínimo de seriedade à palavra “opinião”; mas também uma votação que não revestiria qualquer significação política profunda-se levarmos a sério a expressão “significação política”. No entanto, as “pesquisas políticas” não estão em condições de formular tais perguntas (com efeito, essas observações, em meu espírito, são simples perguntas). E como poderia ser de outra forma? Seria necessário que manifestassem uma erudição histórica e um estilo de reflexão psicológica que não são devidamente credenciados pelos empiristas abstratos; na verdade, tampouco estão ao seu alcance. [...]

Também não surgiu qualquer nova concepção nas poucas pesquisas de estratificação empreendidas pela nova escola. Foram utilizados, textualmente, as grandes concepções das outras escolas; em geral, foram surripiados, sem “traduzi-los”, determinados “índices” do “estatuto socioeconômico”. Alguns problemas mais difíceis (a “consciência de classe”, a “falsa consciência”, as relações entre as concepções do estatuto e as da classe, o difícil conceito weberiano de “classe social”) encontram-se sempre na mesma situação. Enfim, e em certo sentido, persiste a escolha das cidadezinhas como amostras, mesmo sabendo perfeitamente que tais estudos, relacionados uns com os outros, não conseguirão exprimir uma visão adequada, na escala nacional, das estruturas de classes, estatutos e poder. [...]

Os empiristas abstratos só formularam suas perguntas e respostas dentro dos limites que, curiosamente, impuseram à sua epistemologia arbitrária. E pesei minhas palavras: são vítimas da Inibição Metodológica. O resultado é que seus estudos acumulam detalhes sem levar em conta qualquer espécie de forma; muitas vezes, a única forma encontrada é a que é dada pelos tipógrafos e encadernadores. Os detalhes, por mais numerosos que sejam, não nos hão de convencer de coisa alguma a respeito da qual valha a pena ter convicções.

Charles W. Mills
A imaginação sociológica

3.2. SISTEMA DE PROPOSIÇÕES E VERIFICAÇÃO SISTEMÁTICA

Texto 37

A teoria como desafio metódico

A propósito da análise saussureana de um problema genético, Hjelmslev mostra que o progresso científico pressupõe desafios metódicos que se baseiam somente na economia de pensamento em relação com a construção dos fatos e que só podem ser validados pelos fatos que são descobertos por seu intermédio. A prova não é dada por uma experiência crucial, mas sim pela coerência dos indícios que a teoria leva a perceber nos fatos, até então, dispersos e insignificantes. Aqui, a decisão de método de tratar como sistema determinadas “fórmulas” que não passam de abstrações que “resumem” correspondências linguísticas, cujo paralelismo era evitado pelos métodos tradicionais, permite dar mais coerência à descrição de um estado hipotético do idioma confirmado, em seguida, pelos fatos fonéticos, descobertos por intermédio dessa hipótese.

37. L. Hjelmslev

[As concepções de F. de Saussure permitiram fazer progredir a análise dos problemas genéticos (história e formação das línguas), instaurando a aplicação do método estrutural a tais problemas]. Sua obra tem como característica, por um lado, considerar as fórmulas⁶ comuns como um sistema e tirar daí todas as consequências, e, por outro, conferir-lhes apenas essa realidade, por conseguinte, não considerá-las como sons pré-históricos, com determinada pronúncia, que se teriam transformado por graus para chegarem aos sons das diversas línguas indo-europeias. [...]

Ao considerar as fórmulas comuns como um sistema e, além disso, como um sistema liberado de determinações fonéticas concretas, em suma, como pura estrutura, Saussure é levado nessa obra a aplicar à própria língua original

⁶ Diz-se que há função constante entre elementos de expressão de diversas línguas quando “a mesma correspondência volta a ser encontrada nas mesmas condições em todas as palavras consideradas”. Assim, existe tal função entre os elementos de expressão m do gótico, celta, latim, grego, lituano, antigo eslavo, armênio e antigo indiano. Temos, por exemplo: latim *māter*, grego *māter*, lituano *mote mote*, antigo eslavo *mati*, armênio *mayr*, antigo indiano *mātā*. Exprime-se essa função por um signo único, chamado “fórmula”, que é, portanto, uma abstração que designa a série de elementos que, em diferentes línguas da mesma família, estão ligados por uma correspondência constante.

indo-europeia – que, no entanto, constitui a cidadela das teorias sobre a transformação da linguagem – os métodos que serão exemplares para a análise de todo estado linguístico e que podem servir de modelo a quem quiser examinar uma estrutura linguística. Saussure coloca à sua frente esse sistema considerado em si mesmo e formula a seguinte pergunta: como analisá-lo de maneira a obter a explicação mais simples e mais elegante? Dito por outras palavras: como reduzir ao mínimo o número de fórmulas ou elementos necessários para explicar todo esse mecanismo?

Por esse motivo, Saussure foi levado a tratar o sistema indo-europeu, o que ninguém tinha conseguido fazer anteriormente, ou, por outras palavras, a introduzir um novo método, um método estrutural, na linguística genética.

Para apresentar um exemplo dessa construção que visa reduzir e simplificar o número de fórmulas que permita explicar uma língua, Hjelmslev mostra como Saussure, diante de duas séries de alternâncias indo-europeias: *e: *o: O por um lado, e, por outro, vogal longa: *A, aventa a hipótese de que, na alternância da vogal longa: *A, a vogal longa é “a combinação de uma vogal breve com oA”, conseguindo dessa forma “assimilar as duas espécies de alternâncias que, até então, tinham aparecido como completamente diferentes”.

*eĩ: oĩ: *i
 # *eũ: *oũ: *u
 # *eA: *oA: *A

Esse procedimento significou uma ruptura decisiva com o método de reconstrução tradicional: uma fórmula como *oA de Saussure não é motivada pelas funções dos elementos que possam existir entre as línguas indo-europeias, mas por uma função interna da língua original: se nos limitássemos às funções dos elementos existentes entre as diferentes línguas indo-europeias, não haveria motivo para estabelecer uma distinção entre ã em *dõnum* e õ em *réthõr*. Se ã de *dõnum*, mas não o de *rhétõr*, se deixa reinterpretar em *oA, isso não se deve a uma função que ligasse línguas diferentes, mas a uma função que liga os elementos do mesmo estado linguístico. Nesse caso, ocorreu que foi estabelecida a igualdade entre uma grandeza algébrica e o produto das duas outras, e essa operação lembra a análise pela qual o químico identifica a água com um produto de oxigênio e hidrogênio. Trata-se de uma operação a ser feita sobre todo estado linguístico em vista de obter sua descrição mais simples.

Para compreender o que há de essencial e interessante do ponto de vista do método nessas reduções é necessário se dar conta de que elas constituem uma espécie de decomposição das grandezas indo-europeias em produtos algébricos ou químicos; e que tal decomposição, longe de ressaltar diretamente de uma comparação entre as diferentes línguas indo-europeias, é obtida operando sobre o próprio resultado de tal comparação, ela vem de uma análise desse resultado. *Mais tarde*, muito tempo depois de ter sido feita essa análise, descobriu-se que existe uma língua indo-europeia – a saber, o hitita – que estabelece a distinção entre um * o que alterna com **Ū* e um *o que alterna com um *A: com efeito, o linguista polonês Kurylowicz conseguiu mostrar que o *h* hit corresponde, por vezes, a i.-e. *A. Além disso, Herman Moller chegou a confirmar sua teoria referindo-se ao camito-semítico: a pedra angular da demonstração, feita por este autor, do parentesco genético entre o indo-europeu e o camito-semítico é, com efeito, que este possui consoantes particulares que correspondem aos diferentes coeficientes indo-europeus. Essas confirmações, obtidas considerando funções dos elementos até então desconhecidas, são muito interessantes, sem dúvida, sobretudo pelo fato de que elas mostram que a análise interna de uma estrutura linguística, como a da língua original indo-europeia, é carregada de realidade. No momento em que poderíamos temer, com tais análises, nos perdermos nas esferas da abstração, foi exatamente o contrário: preparamo-nos para poder reconhecer melhor as funções dos elementos descobertas mais tarde: a análise do estado linguístico permitiu verdadeiramente aprofundar o conhecimento da estrutura. No entanto, por outro lado, essas confirmações provenientes do hitita e do camito-semítico não passam justamente de confirmações e a análise interna do sistema dos elementos da língua original é independente delas.

Louis Hjelmslev

Le langage

Texto 38

A argumentação circular

A preocupação com a dissimilação que se inspira ou toma como pretexto uma representação inexata dos métodos das ciências da natureza leva à cegueira epistemológica que pode se exprimir tanto na afirmação da especificidade de

um método intuicionista quanto na imitação servil e timorata das ciências da natureza. Em oposição total, E. Wind esforça-se em estabelecer, por meio de um confronto metódico, a forma específica que, nas ciências humanas, revestem os problemas epistemológicos das ciências da natureza. Por ser apenas um aspecto da implicação mútua da teoria e das operações de pesquisa, “o círculo metódico” não é um círculo lógico: o progresso da teoria do objeto acarreta um progresso do método, cuja aplicação adequada exige um requinte da teoria, a única capaz de controlar a aplicação do método e explicar em que aspecto e por que motivo o método é bem-sucedido. Assim, instaura-se um movimento que transforma o simples documento em objeto científico e ignora a separação imóvel que o positivismo pretende estabelecer entre os fatos e as interpretações dos mesmos.

38. E. Wind

Examinarei, aqui, somente alguns dos pontos de contato entre a história e a natureza, e, mais precisamente, colocarei em evidência as similitudes nos métodos científicos pelos quais esses dois campos são constituídos como objetos de conhecimento e experiência.

Para muitos, o simples fato de afirmar tais similitudes poderá parecer herético⁷. Há várias dezenas de anos que os cientistas alemães ensinam que a história e as ciências da natureza se encontram nos antípodas, sendo que seu único ponto comum é que aderem às grandes regras da lógica, e que o primeiro dever do historiador é rejeitar, sem a menor complacência, o ideal dos que gostariam de reduzir o mundo a uma simples fórmula matemática. Se, na origem, essa revolta permitiu que, sem dúvida, as ciências históricas se liberassem da tutela das outras ciências, atualmente perdeu toda razão de ser. O próprio conceito da natureza ao qual Dilthey opôs seu *Geisteswissenschaft* foi abandonado, há muito tempo, pelas próprias ciências da natureza, e a noção de um estudo da natureza que trataria dos homens e de seu destino, exatamente da mesma forma como trataria das pedras e rochedos, submetendo-os às mesmas “leis eternas”, não subsiste a não ser sob forma de pesadelo na obra de certos historiadores.

Portanto, não será necessário considerar como sintomáticas de uma recaída nos erros do método de pensamento, tão abundantemente atacado sob o nome de “positivismo”, os poucos exemplos que serão apresentados, escolhidos para

⁷ Este comentário refere-se, em particular, à escola de Dilthey, Windelband e Rickert.

ilustrar o fato de que as ciências da natureza formulam as mesmas questões que os historiadores consideram como próprias; embora possa parecer pouco plausível aos historiadores, habitantes caseiros do *Globus Intellectualis*, que os cientistas dos antípodas não andam com a cabeça...

Documento e instrumento

Sem levar em conta as regras da lógica tradicional, o método normal para obter documentos probatórios pressupõe uma espécie de círculo lógico.

O historiador que consulta seus documentos para interpretar determinado acontecimento político não pode julgar o valor de tais documentos a não ser que conheça a posição que eles ocupam na sequência dos acontecimentos pelos quais, justamente, ele os consulta. Da mesma forma, o historiador de arte que, a partir da observação de determinada obra, chega a uma conclusão sobre a evolução de seu autor, transforma-se em um amador esclarecido que examina as razões que conduzem a atribuir essa obra a tal artista: nessa ótica, deverá apresentar *a priori* a evolução do artista, o que era justamente o que ele procurava *deduzir*.

Semelhante deslocamento do centro de interesse, do objeto da pesquisa para seus meios, e a inversão entre objetivo e meios que o acompanha é característico da maior parte dos trabalhos históricos, e os exemplos podem ser multiplicados. Um estudo sobre o Barroco, que se apoia nos escritos teóricos de Bernin, transforma-se em uma análise do papel da teoria na evolução criadora de Bernin. Um estudo sobre a tomada do poder por César e sobre o proconsulado de Pompeu que utiliza como fonte principal os escritos de Cícero torna-se uma análise do papel de Cícero no conflito entre o Senado e os usurpadores.

De maneira geral, poder-se-ia designar isso como a dialética do documento: a informação que se procura adquirir com a ajuda do documento deve ser apresentada *a priori* se se pretende apreender todo o sentido desse documento.

O cientista das ciências da natureza enfrenta o mesmo paradoxo. O físico tenta deduzir leis naturais gerais com a ajuda de instrumentos que estão submetidos a essas mesmas leis. Emprega-se como padrão de medida do calor um fluido, o mercúrio, e garantem-nos que ele se dilata, regularmente, à medida que a temperatura sobe. Mas como será possível defender semelhante afirmação sem conhecer as leis da termodinâmica? Mas essas mesmas leis, por sua vez, não nos foram reveladas por medidas que utilizam um fluido como padrão e, precisamente, o mercúrio?

A mecânica clássica serve-se de padrões métricos e de relógios que são transferidos de um lugar para outro; parte-se da hipótese de que tais translações não exercem qualquer efeito sobre a constância das medidas fornecidas por tais instrumentos. Hipótese que não deixa de ser uma lei mecânica (isto é, os resultados de uma medida são independentes da posição do objeto medido), lei cuja validade deve ser verificada por instrumentos que, por sua vez, não são dignos de fé a não ser na medida em que a suposta lei é válida.

Como a história, a ciência também não escapa, portanto, a esse círculo lógico. Cada instrumento, cada documento, participa da estrutura que ele deve tornar visível.

A intrusão do observador

É estranho que Dilthey tenha visto nessa participação uma das características distintivas do estudo histórico oposto ao das ciências da natureza. Em *Einleitung in die Geisteswissenschaften* admite que o estudo dos “corpos sociais” é menos preciso do que o estudo dos “corpos naturais”. “E, no entanto”, escreve ele mais adiante, “essa deficiência é compensada e, com vantagem, pelas possibilidades que dá a tal estudo a situação privilegiada em que me encontro, sendo parte integrante desse corpo social e, por outro lado, podendo estudar-me e conhecer-me a partir do meu interior... Com toda a certeza, o indivíduo é um elemento nas interações sociais,... reagindo a seus efeitos, de maneira consciente, pela vontade e pela ação, mas é também a inteligência que observa e estuda as interações sociais, ao mesmo tempo que sua reação pessoal”.

Parece-me uma temeridade afirmar que os homens, formando a substância do que Dilthey chama “a realidade sócio-histórica”, consigam analisar-se e conhecer-se a partir do interior de si mesmos. Transforma o difícil preceito moral “conhece-te a ti mesmo” em uma evidência prosaica que, de fato, é refutada por toda experiência presente e passada. Quaisquer que sejam as objeções que possam ser levantadas contra a psicanálise, não é possível negar que os homens não têm um conhecimento imediato e intuitivo de si mesmos, e vivem e se exprimem segundo vários níveis. Resulta daí que a interpretação dos documentos históricos requer um método complexo diferente da doutrina de Dilthey sobre a percepção imediata com o recurso direto que ela pressupõe a uma espécie de intuição. Peirce escreve em um fragmento sobre a psicologia do desenvolvimento das ideias: “o que devemos estudar são as crenças que os homens nos fornecem inconscientemente e não as que eles exibem”.

Uma vez abandonado o recurso direto a uma experiência intuitiva, as observações de Dilthey comportam apenas o que um físico pode tomar por sua conta: “No momento em que utilizo instrumentos e aparelhos de medição, eu próprio sou parte integrante desse mundo físico; o indivíduo (técnico e observador) participa das interações da natureza, mas é também a inteligência que observa e estuda interações naturais e reações pessoais”.

Não me venham objetar que, sob esse disfarce tirado das ciências da natureza, a afirmação de Dilthey perdeu todo seu sentido. É verdade que a despojei de sua profundidade e que parece bem prosaico o que subsiste dela. No entanto, a afirmação obtida assim não é somente simples, mas é verdadeira: *o pesquisador faz intrusão na estrutura que é o objeto de sua pesquisa*. Tal é a exigência da suprema regra metodológica. Para estudar a física, é necessário estar envolvido do ponto de vista físico; o puro espírito não estuda física. É necessário um corpo (seja qual for a importância da “interpretação” do espírito) para transmitir os sinais que devem ser interpretados. Caso contrário, não haveria qualquer contato com o mundo exterior que temos intenção de analisar. O puro espírito também não estuda história. Para isso, é necessário sentir-se envolvido de um ponto de vista histórico; é necessário sentir-se imerso na massa das experiências passadas que fazem intrusão no presente sob a forma da “tradição”; tradição que nos arrasta, nos extravia, que se contenta, muitas vezes, em relatar os fatos, reproduzi-los, fazer alusão a uma experiência mais antiga que, até então, não tinha sido revelada. Volto a insistir: o pesquisador é, acima de tudo, um receptor de sinais, embora esteja à espreita e em busca desses sinais, sem poder agir sobre sua transmissão. As fórmulas imprecisas das antíteses tradicionais (“corpo-alma”, “interioridade-exterioridade”) não podem explicar como são gravados e elaborados esses sinais, ou o funcionamento de todo esse “aparelho receptor”. A única antítese válida é a antítese “conjunto-parte”. Ao fazer intrusão na estrutura que tem intenção de estudar, o pesquisador torna-se, em parte – a si mesmo, assim como todas as suas ferramentas –, objeto de seu estudo; é necessário atribuir à expressão “em parte, objeto” uma dupla significação: como todo instrumento de pesquisa, é apenas uma *parte* do conjunto estudado; e, da mesma forma, é apenas uma *parte* dele mesmo, exteriorizada sob forma de ferramenta, que penetra no mundo objetual de seu estudo.

Edgar Wind

Some Points of Contact between History and Natural Science

A prova por um sistema de probabilidades convergentes

O raciocínio graças ao qual Darwin estabelece, indiretamente, pelo jogo sutil das verossimilhanças e inverossimilhanças, que todas as raças de pombos descendem de uma única espécie, ilustra os riscos e os recursos de uma discursividade artesanal, talvez mais próxima dos caminhos laboriosos da busca da prova em sociologia do que os programas impecáveis, mas raramente aplicáveis, da metodologia pura. Compondo e opondo sistemas e subsistemas de probabilidades e improbabilidades, Darwin procura confirmar o que a indagação da realidade encontrada o obriga a provar a partir dos materiais que ela o força a levar em consideração. Ele mostra, como é observado por A. Kaplan que cita esse texto*, que a hipótese oposta à que ele propõe só consegue manter-se mediante múltiplas suposições que, se fossem reunidas, seriam improváveis, mas, talvez, mais aceitáveis se fossem propostas de maneira desordenada. Assim, ele compõe com razões positivas e negativas, algumas das quais não valeriam grande coisa em si mesmas, um sistema de provas, “uma cadeia de evidências” que é mais “forte do que seu elo mais fraco, até mesmo mais forte do que seu elo mais forte”*.

39. C. Darwin

Por maiores que sejam as diferenças observadas entre as diversas raças de pombos, estou plenamente convencido da veracidade da opinião consensual dos naturalistas, a saber: todas elas descendem da pomba-das-rochas (*Columba livia*), incluindo nessa denominação diversas raças geográficas ou subespécies que diferem entre si apenas em aspectos insignificantes. Apresentarei, sucintamente, várias razões que me levaram a adotar essa opinião porque, em certa medida, elas são aplicáveis a outros casos. Se nossas diversas raças de pombos não são variedades, se, em poucas palavras, não descendem da pomba-das-rochas, devem descender, pelo menos, de sete ou oito tipos originais porque seria impossível produzir nossas raças domésticas atuais pelos cruzamentos recíprocos de um número menor de tipos de pombos. Por exemplo, como poderia um papo-de-vento ser produzido pelo cruzamento de duas raças, sem que uma das raças ascendentes não estivesse

* KAPLAN, A. *The Conduct of Inquiry*. Op. cit., p. 245.

dotada do seu enorme papo característico? Esses presumíveis tipos originais devem ter sido todos habitantes dos rochedos como a pomba-das-rochas, isto é, espécies que não tinham o hábito de se empoleirarem ou nidificarem, voluntariamente, nas árvores. No entanto, além da *Columba livia* e suas subespécies geográficas, conhecem-se apenas outras duas ou três espécies de pombas-das-rochas que não apresentam qualquer uma das características das raças domésticas. Portanto, as espécies primitivas deveriam existir ainda nos países em que tivessem sido domesticadas originalmente e, nesse caso, teriam escapado à atenção dos ornitologistas, o que parece bastante improvável, levando-se em consideração o tamanho, os hábitos e o notável caráter dessas aves; ou então, teriam sido extintas ainda em estado selvagem. No entanto, é difícil exterminar pássaros que nidificam à beira dos precipícios e dotados de voo possante. Além disso, a pomba-das-rochas comum que tem os mesmos hábitos das raças domésticas não foi exterminada nem mesmo nas ilhotas que rodeiam a Grã-Bretanha ou nas encostas litorâneas do Mediterrâneo. Portanto, seria fazer uma suposição bem arriscada admitir a extinção de um tão grande número de espécies com hábitos semelhantes aos da pomba-das-rochas. Além do mais, as raças domésticas mencionadas mais acima foram transportadas para todas as partes do mundo; por conseguinte, algumas teriam retornado ao seu país de origem; no entanto, nenhuma delas voltou ao estado selvagem, embora o pombo criado em pombal, que não passa de uma pomba-das-rochas com ligeiras modificações, tenha retornado, em diversos lugares, ao seu estado selvagem. Enfim, a experiência nos prova ser extremamente difícil conseguir que um animal selvagem venha a se reproduzir regularmente em estado de cativo; no entanto, se é admitida a hipótese da origem múltipla de nossos pombos, é necessário admitir também que, pelo menos, sete ou oito espécies foram, outrora, completamente domesticadas pelo homem semicivilizado de modo que puderam se reproduzir perfeitamente em estado de cativo.

Existe outro argumento que me parece ter um grande peso e que pode ser aplicado a vários outros casos: as raças mencionadas mais acima, embora se assemelhem bastante à pomba-das-rochas selvagem no que se refere à constituição, hábitos, voz, cor e à maior parte de suas características estruturais, apresentam em relação a essa pomba grandes anomalias em outros aspectos. Em toda a grande família dos columbídeos poder-se-ia procurar, inutilmente, um bico semelhante ao do pombo-correio inglês, do cambalhota-de-cara-curta ou do barbado; plumas

erçadas análogas às do fradinho; um papo semelhante ao do papo-de-vento; plumas caudais comparáveis às do rabo-de-leque. Portanto, seria necessário admitir não só que homens semicivilizados teriam conseguido domesticar completamente várias espécies e que, por acaso ou intencionalmente, teriam escolhido as espécies mais extraordinárias e mais anormais; mas também que todas essas espécies acabaram por se extinguir ou permaneceram desconhecidas de nós. Tal sequência de circunstâncias extraordinárias é improporcionavelmente improvável.

Alguns fatos relativos à cor dos pombos merecem ser assinalados. A pomba-das-rochas é de cor azul-ardósia com o dorso branco; na subespécie indiana, a *Columba intermedia* de Strickland tem o dorso azulado; a cauda apresenta uma faixa terminal escura e as plumas dos lados têm uma orla branca; as asas possuem duas faixas negras. Algumas raças semidomésticas, assim como algumas outras absolutamente selvagens, além das duas faixas negras, ostentam as asas com manchas pretas. Esses diversos sinais não se encontram reunidos em nenhuma outra espécie da família. Ora, todas essas particularidades que acabamos de indicar estão, por vezes, reunidas e, perfeitamente, desenvolvidas até à orelha branca das plumas exteriores da cauda, nos pássaros de raça pura que fazem parte de todas as nossas raças domésticas. Além disso, quando se cruzam pombos, pertencentes a duas ou várias raças distintas que não tenham coloração azul nem possuam nenhuma das características supracitadas, os descendentes desses cruzamentos mostram-se com tendência a adquirir, subitamente, tais caracteres. Limitar-me-ei a citar um exemplo que eu próprio observei entre muitos outros. Cheguei a cruzar alguns rabos-de-leque brancos de raça completamente pura com alguns barbados negros – as variedades azuladas do barbado são tão raras que, na Inglaterra, não conheço um único caso: os pássaros que obtive eram mosqueados de marrom e preto. Da mesma forma, cruzei um barbado com um *pombo-Sport* que é um pássaro branco com a cauda vermelha e mancha vermelha no alto da cabeça e que se reproduz sempre com as mesmas características; obtive mestiços mosqueados de marrom. Então, cruzei um mestiço barbado/rabos-de-leque com um mestiço barbado/pombo-Sport e obtive uma ave com uma tão bela coloração azul não encontrável em qualquer pombo de raça selvagem, com dorso branco, dupla faixa preta das asas e plumas externas da cauda escuras orladas de branco! Se todas as raças de pombos domésticos descendem da pomba-das-rochas, esses fatos explicam-se facilmente pelo princípio bem conhecido do retorno às características dos antepassados; no

entanto, se tal descendência é contestada, é necessário forçosamente aceitar uma das duas suposições seguintes, ambas altamente improváveis: todos os diversos tipos originais seriam coloridos e teriam características idênticas às da pomba-das-rochas, embora nenhuma espécie existente apresente esses mesmos caracteres de tal modo que, em cada raça separada, existe uma tendência ao retorno para essa coloração e características; ou então, cada raça, até mesmo a mais pura, já teria cruzado com a pomba-das-rochas no espaço de uma dúzia ou, no máximo, de uma vintena de gerações – digo *uma vintena* de gerações porque não se conhece qualquer exemplo de produtos de cruzamento que tenham manifestado características de um antepassado afastado deles mais de uma vintena de gerações. Em uma raça que só tenha cruzado uma única vez, a tendência ao retorno a um dos caracteres devidos a esse cruzamento vai diminuindo, naturalmente, na medida em que cada geração sucessiva vai reduzindo a proporção de sangue da outra raça. No entanto, quando não houve cruzamento e existe tendência em uma raça a fazer retorno a uma característica perdida há várias gerações, essa tendência, segundo o que sabemos, poderá ser transmitida sem qualquer enfraquecimento durante um número indefinido de gerações. Os autores que escreveram sobre a hereditariedade confundiram, muitas vezes, esses dois casos distintos do reaparecimento de características do antepassado.

Enfim, como pude verificar pelas observações que fiz, propositalmente, entre espécimes das mais distintas raças, os híbridos ou mestiços oriundos dos cruzamentos de quaisquer raças de pombos domésticos são perfeitamente fecundos. Ora, é difícil, senão impossível, citar algum caso confirmado que prove que os híbridos descendentes de duas espécies de animais nitidamente distintas sejam inteiramente fecundos entre si. Alguns autores acreditam que a prolongada domesticação diminui essa forte tendência à esterilidade. A história do cão e a de outros animais domésticos torna essa opinião muito provável, desde que seja aplicada a espécies bastante afins; no entanto, parecer-me-ia extremamente temerário estender essa hipótese ao ponto de pressupor que espécies primitivamente tão distintas como são, atualmente, os pombos-correios, os cambalhotas, os papos-de-vento e os rabos-de-leque, tenham conseguido produzir descendentes perfeitamente fecundos *inter se*.

Essas diferentes razões que, talvez, fosse bom recapitular, isto é: a improbabilidade de que o homem tenha, outrora, domesticado sete ou oito espécies de pombos e,

sobretudo, tenha conseguido levá-las a se reproduzir livremente em estado doméstico; o fato de que essas supostas espécies sejam inteiramente desconhecidas em estado selvagem e que nenhuma delas tenha voltado a ser selvagem; o fato de que essas espécies apresentem certas características bastante anormais, comparadas a todas as outras espécies de columbídeos, embora se assemelhem à pomba-das-rochas com respeito à maior parte dos aspectos; o fato de que a coloração azulada e as diferentes marcas pretas reapareçam em todas as raças, conservadas puras ou cruzadas; enfim, o fato de que os mestiços sejam perfeitamente fecundos – todas essas razões nos levam a concluir que todas as nossas raças domésticas descendem da pomba-das-rochas ou *Columba livia* e de suas subespécies geográficas.

Charles Darwin

*Origem das espécies por meio da seleção natural
ou a luta pela existência na natureza*

3.3. OS PARES EPISTEMOLÓGICOS

Texto 40

A filosofia dialogada

Bachelard mostrou, muitas vezes, que a atividade da ciência moderna é orientada por uma “bicerteza” explicitada pelo diálogo, mais ou menos tenso, entre as duas filosofias: racionalismo e realismo. A epistemologia distingue-se da filosofia tradicional das ciências no sentido em que aceita como objeto de reflexão essa dupla filosofia que anima todos os atos do cientista, em vez de interrogá-los a partir de uma filosofia do conhecimento. Aparece, então, que “todas as filosofias do conhecimento científico se organizam a partir do racionalismo aplicado e do materialismo técnico”. As filosofias implicadas nas duas perspectivas “enfraquecidas” que levam ao idealismo e ao realismo ingênuos perdem seu poder de explicar o trabalho do cientista, assessorando-o do ponto de vista teórico, na medida em que, precisamente, elas se afastam do “centro filosófico em que se fundamentam, simultaneamente, a experiência refletida e a invenção racional, em suma, [da]*

* Cf. supra, texto n. 1, p. 101, e n. 23, p. 191.

região na qual atua a ciência contemporânea”. Essa análise espectral das posições epistemológicas deveria, aplicada *mutatis mutandis* às ciências sociais, levar a perceber que os diálogos fictícios entre adversários afastados e, por vezes, cúmplices (por exemplo, o formalismo e o intuicionismo), são mais frequentes do que as trocas tensas entre a teoria e a experiência.

40. C. Bachelard

De fato, essa dança de duas filosofias contrárias que se revezam no pensamento científico implica um grande número de filosofias; além disso, seremos levados a apresentar diálogos, sem dúvida, menos tensos, mas que ampliam a psicologia do espírito científico. Por exemplo, a filosofia da ciência seria mutilada se não se fizesse o exame de como se situam o positivismo ou o *formalismo* que, certamente, exercem determinadas funções na física e na química contemporâneas. No entanto, uma das razões que nos leva a acreditar na pertinência de nossa posição central é que todas as filosofias do conhecimento científico se organizam a partir do *racionalismo aplicado*. Basta comentar o seguinte quadro quando é aplicado ao pensamento científico:

Idealismo



Indiquemos apenas as duas perspectivas de pensamento *enfraquecidas* que levam, por um lado, do racionalismo ao idealismo ingênuo e, por outro, do materialismo técnico ao realismo ingênuo.

Assim, quando interpretamos sistematicamente o conhecimento racional como a constituição de certas *formas*, como um simples aparelho de *fórmulas* próprias para *informar* qualquer experiência, acabamos por instituir um *formalismo*. Este pode, a rigor, receber os *resultados* do pensamento racional, mas não fornecer todo o trabalho desse pensamento. Aliás, nem sempre nos atemos a um formalismo. Iniciamos uma filosofia do conhecimento que enfraquece o papel da experiência. Ficamos bem perto de ver na ciência teórica um conjunto de *convenções*, uma sequência de pensamentos mais ou menos *cômodos*, organizados na linguagem clara da matemática que nada mais é do que o *esperanto* da razão. A comodidade das convenções não lhes retira o que têm de arbitrário. Acabaremos, naturalmente, por submeter tais fórmulas, convenções e arbitrariedade a uma atividade do sujeito pensante. Atingimos, assim, o idealismo. Este não é mais confessado pela epistemologia contemporânea, mas desempenhou um papel tão importante nas filosofias da natureza no decorrer do século XIX que ainda deve figurar em um exame geral das filosofias da ciência.

É necessário, além disso, assinalar a impotência do idealismo para reconstituir um racionalismo do tipo moderno, um racionalismo ativo suscetível de informar os conhecimentos das novas regiões da experiência. Dito por outras palavras, não é possível inverter a perspectiva que acabamos de descrever. De fato, quando o idealista estabelece uma filosofia da natureza, contenta-se em organizar as *imagens* que tem da natureza, limitando-se ao que estas têm de imediato. Não supera os limites de um sensualismo etéreo. Não se compromete com uma experiência que exige perseverança. Ficaria surpreso se lhe fosse pedido para acompanhar as pesquisas da ciência na experimentação essencialmente instrumental. Julga que não está obrigado a aceitar as *convenções* das outras cabeças pensantes. Não admite a lenta disciplina que *viria a formar* seu espírito a partir das lições da experiência objetiva. Portanto, o idealismo perde toda possibilidade de explicar o pensamento científico moderno. O pensamento científico não pode achar suas formas rígidas e múltiplas nessa atmosfera de solidão, nesse solipsismo que é o mal congênito de qualquer idealismo. Tal pensamento tem necessidade de uma realidade social, do assentimento da cidadela dos físicos e matemáticos. Portanto, deveremos instalar-nos na posição central do *racionalismo aplicado*, trabalhando na instituição de uma filosofia específica para o pensamento científico.

Na outra perspectiva de nosso quadro, em vez dessa evanescência que leva ao idealismo, encontraremos uma inércia progressiva do pensamento que leva ao realismo, a uma concepção da realidade como sinônimo da irracionalidade.

Com efeito, ao passar do racionalismo da experiência da física, fortemente solidária com a teoria, para o *positivismo*, temos a impressão de perder, imediatamente, todos os princípios da *necessidade*. Desde então, o positivismo puro não pode, de modo algum, justificar a força dedutiva em ação no desenvolvimento das teorias modernas; não pode explicar os *valores de coerência* da física contemporânea. E, no entanto, em comparação com o empirismo puro, o positivismo aparece, pelo menos, como o guardião da hierarquia das leis. Arroga-se o direito de deixar de lado as aproximações sutis, os detalhes, as variedades. Mas essa hierarquia das leis não tem o valor de organização das necessidades claramente compreendidas pelo racionalismo. De resto, apoiando-se em juízos de utilidade, o positivismo fica prestes a decair no *pragmatismo*, nessa poeira de fórmulas que é o *empirismo*. O positivismo nada tem do que é necessário para decidir quanto às ordens de aproximações, para sentir essa estranha sensibilidade de racionalidade fornecida pelas aproximações de segunda ordem, esses conhecimentos mais próximos, mais discutidos, mais coerentes que encontramos no exame atento das experiências sutis e que nos levam a compreender que existe mais racionalidade no complexo do que no simples.

Aliás, basta dar um passo além do empirismo que se absorve no relato de seus sucessos e atingimos esse amontoado de fatos e coisas que, atravancando o *realismo*, dá-lhe a ilusão da plenitude. Na sequência, mostraremos o quanto é contrário ao espírito científico o postulado, tão facilmente aceito por alguns filósofos, que assimila a realidade a um polo de irracionalidade. Quando tivermos reconduzido a atividade filosófica do pensamento científico para seu centro ativo, ficará claro que o materialismo ativo tem precisamente como função jugular tudo o que poderia ser qualificado como irracional em suas matérias e objetos. A química, confiante em seus *a priori* racionais, entrega-nos *substâncias sem acidentes*, libera todas as matérias da irracionalidade das origens. [...]

Se fizermos uma tentativa de determinação filosófica das noções científicas ativas, aperceber-nos-emos imediatamente de que cada uma dessas noções tem sempre dois extremos. Cada noção rigorosa é uma noção que foi tornada rigorosa. E tornou-se rigorosa por um esforço de idoneísmo, no sentido gonsethiano do termo, idoneísmo tanto mais acentuado quanto mais tensas foram as dialéticas. No entanto, estas já estão despertas pelas simetrias distantes do quadro que propomos. Assim, poderíamos esclarecer um grande número de problemas da epistemologia das ciências físicas se instituíssemos a filosofia dialogada do formalismo com o

positivismo. O formalismo coordenaria já com suficiente clareza todos os pontos de vista matemáticos que informam as leis positivas colocadas em evidência pela experiência científica. Sem possuir o caráter apodíctico do racionalismo, o formalismo goza de uma autonomia lógica.

Entre o empirismo e o convencionalismo – sem dúvida, filosofias frouxas demais – ainda seria possível estabelecer correspondências. O diálogo entre elas teria, pelo menos, o atrativo de um duplo ceticismo. Também gozam de prestígio junto a filosofias modernas que olham de certa distância o progresso do pensamento científico.

Quanto às duas filosofias extremas, idealismo e realismo, têm apenas a força do dogmatismo. O realismo é definitivo, enquanto o idealismo é prematuro. Ambos carecem da *atualidade* exigida pelo pensamento científico. Em particular, não se vê claramente como o realismo científico poderia elaborar-se a partir de um realismo vulgar. Se a ciência fosse a descrição de determinada realidade, não se vê com que direito *organizaria* tal descrição.

Portanto, teremos como tarefa mostrar que o racionalismo não é, de modo algum, solidário com o imperialismo do sujeito, e não pode se formar em uma consciência isolada. Também seremos obrigados a provar que o *materialismo técnico* não é, de modo algum, um realismo filosófico. O materialismo técnico corresponde essencialmente a uma realidade transformada, retificada, a uma realidade que, precisamente, recebeu a característica humana por excelência, ou seja, a marca do racionalismo.

Assim, seremos reconduzidos sempre ao centro filosófico em que se fundamentam, simultaneamente, a experiência refletida e a invenção racional, em suma, à região em que trabalha a ciência contemporânea.

Gaston Bachelard
O racionalismo aplicado

Texto 41

O neopositivismo, acasalamento do sensualismo com o formalismo

No caso do neopositivismo da Escola de Viena, vê-se com toda a clareza que, contrariamente à representação comum que atribui automaticamente a qualquer requinte formal as propriedades da construção teórica, o formalismo mais radical

exige a submissão aos “fatos” do senso comum, isto é, à teoria sensualista implicada no senso comum quando este considera o fato como um dado.

41. G. Canguilhem

Muitas vezes foi observado que existe entre o empirismo e o positivismo uma relação de filiação: o intermediário entre Comte e os sensualistas do século XVIII é d’Alembert. O positivismo define-se a si mesmo como a recusa de levar em consideração qualquer proposição cujo conteúdo não tenha direta ou indiretamente alguma correspondência com fatos verificados. “Ao acrescentar [ao termo *filosofia*] a palavra *positiva*, anuncio que considero essa matéria especial de filosofar que consiste em adotar as teorias, seja qual for a ordem de ideias, como tendo por objeto a coordenação dos fatos observados”⁸. Observa-se, imediatamente, como os fatos são, aqui, dissociados da teoria que lhes é, de alguma forma, posterior e exterior: o mesmo acontece no esquema do método positivo segundo o qual o espírito humano se empenha em descobrir, “pela utilização bem conjugada do raciocínio com a observação”, as leis efetivas dos fenômenos, isto é, as relações invariáveis de sucessão e similitude⁹. Em outra obra, Comte desenvolve assim o sentido do termo positivo: real, verificável, útil¹⁰. A relação, já sensível no empirismo, da especulação teórica à utilização pragmática, é inegável no positivismo. Pode ser observada na distinção, do ponto de vista astronômico, entre o *universo* e o *mundo* (o sistema solar), único digno do interesse humano; na hostilidade de Comte contra o emprego de métodos ou instrumentos que permitam determinar a composição dos astros ou complicar e corrigir relações legais de forma simples (tais como a lei de Mariotte); na proscricção do cálculo das probabilidades em física e biologia. Quanto à subordinação geral do conhecimento à ação (saber para prever a fim de poder), já é sobejamente conhecida para que valha a pena insistir no assunto.

As mesmas tendências se encontram no que, comumente, é designado por neopositivismo da Escola de Viena que, paradoxalmente, conjuga uma teoria radicalmente sensualista da exploração do real com uma teoria radicalmente formalista (no sentido que lhe conferiram os trabalhos modernos sobre a axiomática)

⁸ COMTE, A. Avertissement à la 1^{re} édition du *Cours de Philosophie positive*, 1830.

⁹ *Cours phil. pos.*, 1^{re} leçon.

¹⁰ *Discours sur l’ensemble du positivisme*, 1^{re} partie.

do pensamento e do discurso que está associada a duas tradições tão diferentes quanto as simbolizadas pelos nomes de Ernst Mach e Hilbert. Os representantes mais autênticos dessa escola são R. Carnap, M. Schlick e Neurath, aos quais convém associar Ph. Franck e, embora mais distante, H. Reichenbach, que não aceita uma estrita submissão.

Com inúmeras restrições, os neopositivistas de Viena servem-se da ideia fundamental de Wittgenstein (*Tractatus logico-philosophicus*), a saber, que a linguagem é a cópia do mundo: o real é um conjunto de “dados” que são descritos pelo conhecimento. Aos objetos correspondem os substantivos, enquanto às relações efetivas entre objetos correspondem as proposições. A linguagem tem os mesmos limites do mundo, não poderia compreender nada de inteligível que não esteja no mundo (por exemplo, a noção de fronteira do mundo não tem sentido). Indo até o fim – recusado por Carnap – Wittgenstein defende que não poderiam existir “proposições sobre as proposições”. A única finalidade da filosofia é criticar a linguagem, clarificar as proposições (nesse caso, devemos nos perguntar como podemos trabalhar sobre proposições, se não é possível fazer proposições sobre as proposições).

Portanto, tendo sido feitas todas as reservas, a base da ciência é constituída, segundo os vienenses, por proposições que trazem para o plano da linguagem o resultado das observações. Somente as proposições é que podem ter um sentido e não palavras isoladas. Ora, o *sentido de um julgamento da realidade está sempre em relação com um método de verificação*. Um julgamento que não puder ser verificado, isto é, reconduzido a alguma observação efetiva, não tem sentido. Por exemplo, o conceito de *simultaneidade* recebeu na física relativista uma significação porque Einstein definiu as condições de um método de transmissão e recepção de sinais. Fora dessa experiência, a noção de simultaneidade não quer dizer nada.

Segundo Neurath, todas as ciências da natureza ou do espírito constituem as peças de uma “ciência unitária” a ser feita, ou seja, a filosofia. Essa ciência unitária deve ser dotada de uma língua universal, essa língua será a da física. Daí o termo fisicalismo que significa não que toda proposição científica deva ser redutível às teorias físicas, atualmente admitidas porque atualmente verificadas, mas sim que toda proposição com amplitude real deve poder encontrar sua verificação da mesma forma que os *enunciados protocolares ou proposições-constatações (Protokollsätze)* da física. Toda experiência física equivale a constatar que, em tais circunstâncias

definidas, tal fato elementar (deslocamento de uma agulha em um mostrador, aparecimento ou desaparecimento de uma sombra ou estria luminosa sobre uma tela) foi anotado por tal experimentador. Toda teoria física válida deve conduzir a tais constatações: o protocolo fiel da constatação é capaz de transmitir a qualquer homem o conteúdo e o resultado autênticos da observação; e a concordância das proposições-constatações derivadas da teoria (isto é, observações que *devem* ser anotadas) com as proposições-constatações enunciadas diretamente por observadores reais garante a exatidão da teoria.

É somente enquanto *fisicalismo* que o neopositivismo vienense será examinado aqui.

Segundo Neurath e Carnap, é necessário indicar com precisão o sentido do termo *dados* quando se fala do relatório que dá a significação de validade a uma proposição de amplitude real. Estes autores pensam que, em todo enunciado protocolar, deve ser dito alguma coisa relativamente a objetos físicos, por exemplo, que são observados sobre uma tela, em tal lugar, mancha escura ou círculo claro. A consequência dessa afirmação é que a distinção cara a todas as filosofias ontológicas entre o mundo “real” e o mundo “aparente” é destituída de sentido. O real e o aparente diferem um do outro como “dois resultados experimentais obtidos em circunstâncias diferentes” (Franck). Por exemplo, a distinção entre o cristal de Nace aparente e o cristal real (isto é, sua estrutura molecular) equivale à distinção entre dois focos luminosos: à luz do sol ou de uma lâmpada, o corpo é visto pelo olho humano como um corpo compacto, mas sob um feixe de raios de Röntgen, o que se percebe na placa fotográfica é uma estrutura granular¹¹. Desde então, o papel de uma teoria física é somente coordenar dados da experiência segundo um esquema e a fim de orientar uma expectativa de certas constatações futuras. Se é assim que é estabelecida a identidade entre a luz e a eletricidade “não é possível deixar de citar, pelo menos, um fenômeno observável como consequência de uma identidade “real” entre a luz e a eletricidade”¹². Essa *orientação da expectativa* é o único sentido real que se possa dar ao princípio de causalidade: “Se procuramos o que é necessário ouvir quando, na vida prática, falamos do princípio da causalidade, achamos que se trata de uma certa maneira de associar os dados de nossa

¹¹ FRANCK. Op. cit., p. 219.

¹² Ibid., p. 235.

experiência, com o objetivo de adaptação ao mundo que nos rodeia e em vista de responder à preocupação que nos causa o futuro mais imediato”¹³. Portanto, vê-se, aqui, como o neopositivismo faz propriamente um “retorno a Hume”, através de Comte.

No entanto, existe entre o empirismo sensualista e o positivismo do século XIX ou XX essa notável diferença, a saber: segundo os empiristas sensualistas, o caos das “impressões” acaba por encontrar em si mesmo uma ordem, pelo fato das ligações de associação. Pelo contrário, o positivismo insiste sobre a necessidade de *trazer a ordem*, pela teoria do tipo matemático, segundo Comte; pelo esquema formal, segundo os vienenses. Mas trata-se da *justaposição* de duas exigências (naturalismo e racionalismo) e, de modo algum, de sua síntese. A teoria física como o esquema formal permanecem *posteriores e exteriores* aos dados. Portanto, o positivismo admite a suficiência inicial do dado imediato para constituir determinada matéria de conhecimento informável, posteriormente, por uma exigência de coordenação. Foi o que sentiu perfeitamente o Sr. Gonseth quando afirma a respeito da doutrina do Círculo de Viena: “*Trata-se do realismo mais sumário, o menos matizado*”¹⁴. Sem dúvida, o realismo mais sumário, mas também o mais vulgar, aquele mesmo que é postulado pelo senso comum, sob forma de crença absoluta, a identidade entre sensação e conhecimento.

É esse postulado ou crença que devem ser julgados. E iremos fazê-lo resumindo, em primeiro lugar, o que Max Planck, um dos maiores físicos contemporâneos, pensa sobre esse ponto¹⁵.

Se se admite que as percepções sensíveis são, ao mesmo tempo, um dado primitivo e a única realidade imediata, é falso falar de ilusões dos sentidos. Além disso, se não se pode superar a impressão pessoal, é impossível tirar daí um conhecimento objetivo; não há qualquer razão para estabelecer diferenças, escolher entre as impressões pessoais: todas têm o mesmo direito. O positivismo, levado ao extremo, “repele a existência e, até mesmo, a simples possibilidade de uma física independente da individualidade do cientista”¹⁶. A ciência só é possível com a condição de ter como ponto assente que existe um mundo real, mas do

¹³ Ibid., p. 276.

¹⁴ *Qu'est-ce que la logique?*, p. 34.

¹⁵ *Initiations à la physique*, cap. IX, “Le positivisme et la réalité du monde extérieur”, p. 201.

¹⁶ Cf. *ibid.*, p. 210.

qual não podemos ter o conhecimento imediato. Portanto, o trabalho científico é um esforço orientado para um objetivo inacessível, “o objetivo é de natureza metafísica, é inacessível”¹⁷.

O positivismo tem razão ao considerar as *medidas* como a base da ciência, mas desconhece gravemente o fato de que a medida é um fenômeno que inclui o cientista, o instrumento e, até mesmo, uma teoria. Observar-se-á o parentesco entre as críticas de Planck e as que Meyerson dirigiu contra o positivismo: o conceito de realidade, o conceito de “coisa” é, afirma Meyerson, indispensável para a pesquisa científica. O fundo do problema é, afinal de contas, o seguinte: qual é o valor teórico dos *dados* sensíveis?

Em primeiro lugar, são apenas *dados*. Em seguida, a epistemologia sensu-alista ou positivista reconhece que, embora a ciência se faça a partir de dados sensíveis, ela se faz *afastando-se deles*. A despeito de seu matematismo, Comte permanece fiel ao realismo empirista: “Apesar de todas as suposições arbitrárias, os fenômenos luminosos constituirão sempre uma categoria *sui generis* necessariamente irreduzível a qualquer outra: uma luz será eternamente heterogênea a um movimento ou som. Na falta de outros motivos, as próprias considerações fisiológicas opor-se-iam invencivelmente a tal confusão de ideias pelos caracteres inalteráveis que distinguem profundamente a visão da audição, assim como do tato ou da pressão”¹⁸.

Ora, toda evolução do saber constitui um *desmentido* a tal afirmação. O conhecimento unifica o que a sensorialidade especifica e distingue; ele é o esforço para constituir um universo cuja realidade se baseia no fato de que *desacredita* a pretensão da percepção sensível em se apresentar como um saber. Sem dúvida, a teoria explicativa conserva o contato, o mais estreito possível, com a experiência, mas é por esse motivo que a experiência é *o problema a ser resolvido* e não um começo de solução. A relação da teoria com a experiência garante que a teoria não se afaste do problema que a suscitou, mas não implica, de modo algum, que seja sob a forma da experiência do início que a solução será encontrada.

Georges Canguilhem
Leçons sur la méthode

¹⁷ PLANCK. Op. cit., p. 210.

¹⁸ *Cours de Philosophie positive*, 33^e leçon, Schleicher II, p. 338.

O formalismo como intuicionismo

Embora seja conduzida em função dos princípios – e pressupostos – particulares do autor, a crítica feita por Durkheim à tentativa de Simmel para fundar uma sociologia formal mostra o elo que une o projeto formalista ao intuicionismo. A intenção prematura de dar como objeto à sociologia as formas sociais abstraídas de seu “conteúdo” leva necessariamente a associações arriscadas ou aproximações induzidas pelas intuições do senso comum: privando-nos dos conhecimentos e controles que seriam impostos pela construção de objetos mais complexos, abandonamo-nos à “fantasia individual” e condenamo-nos a seguir um método em que o exemplo torna-se o substituto da prova e a acumulação eclética o substituto do sistema.

42. É. Durkheim

[Durkheim lembra a intenção da obra de Simmel: dar à sociologia um objeto próprio, estabelecendo a distinção na sociedade entre “conteúdo” e “continente” – sendo que o continente, ou seja, “a associação no interior da qual os fenômenos são observados”, constitui o objeto da sociologia, “ciência da associação no abstrato”.]

Mas com que meios será realizada essa abstração? Se é verdade que todas as associações humanas se formam em vista de fins particulares, como seria possível isolar a associação em geral dos diversos fins aos quais ela serve, em vista de determinar as respectivas leis? “Aproximando as associações destinadas aos objetivos mais diferenciados e colocando em evidência o que têm em comum. Dessa forma, todas as diferenças apresentadas pelos fins especiais em torno dos quais as sociedades se constituem neutralizam-se mutuamente e a forma social será a única a sobressair. É assim que um fenômeno, como a *formação dos partidos*, observa-se tanto no mundo artístico quanto nos meios políticos, na indústria como na religião. Se, portanto, procurarmos o que se encontra em todos esses casos, a despeito da diversidade dos fins e interesses, obteremos as leis desse modo particular de agrupamento. O mesmo método nos permitiria estudar a *dominação* e a *subordinação*, a formação das *hierarquias*, a *divisão do trabalho*, a *concorrência*, etc.”¹⁹

¹⁹ *Année sociologique*, vol. I, p. 72.

Poderia parecer que, dessa forma, fosse atribuído à Sociologia um objeto nitidamente definido. Na realidade, julgamos que tal concepção só serve para mantê-la no clima de uma ideologia metafísica, da qual sente, pelo contrário, uma irresistível necessidade de se emancipar. Não contestamos à Sociologia o direito de se constituir por meio das ideias abstratas, já que nenhuma ciência poderá se formar de outra forma. No entanto, é necessário que as abstrações sejam metodicamente elaboradas e dividam os fatos segundo suas distinções naturais, caso contrário degeneram forçosamente em construções imaginárias, em uma vã mitologia. A velha Economia Política reclamava o direito de abstrair e, em princípio, não se pode contestar tal direito; no entanto, a maneira como o utilizava estava viciada porque colocava na base de toda dedução uma abstração que não tinha o direito de formular, a saber, a noção de um homem que, em suas ações, seria movido exclusivamente por interesse pessoal. Tal hipótese não pode ser adotada de saída, no início da pesquisa; somente observações repetidas e confrontos metódicos podem permitir apreciar a força impulsiva que tais móbeis são capazes de exercer sobre nós. Não temos o meio de afirmar que, em nós, existam certos elementos suficientemente definidos para que tenhamos o direito de isolá-los dos outros fatores de nossa conduta e considerá-los à parte. Quem poderia dizer se, entre egoísmo e altruísmo, existe essa separação tão nítida que é aceita pelo senso comum sem reflexão?

Para justificar o método forjado por Simmel não basta lembrar o exemplo das ciências que procedem por abstração; é necessário mostrar que a abstração à qual nos referimos é feita segundo os princípios que devem orientar qualquer abstração científica. Ora, com que direito se faz a separação, e de forma tão radical, entre continente e conteúdo da sociedade? Há quem se contente em afirmar que só o continente é de natureza social, enquanto o conteúdo não teria esse caráter a não ser indiretamente. Portanto, não existe qualquer prova para estabelecer que uma proposição, além de não poder passar por um axioma evidente, possa ser considerada pelo cientista como uma asserção gratuita.

Com certeza, nem tudo o que se passa na sociedade é social, mas não se pode dizer o mesmo de tudo o que se desenvolve *na e pela* sociedade. Por conseguinte, para colocar fora da Sociologia os diversos fenômenos que constituem a trama da vida social, seria necessário ter demonstrado que tais fenômenos não são obra da coletividade, mas que têm origens completamente diferentes e se situam simplesmente no quadro geral constituído pela sociedade. Ora, conforme o que

sabemos, tal demonstração não foi tentada, nem foram iniciadas as pesquisas para tal. Todavia, é fácil ver, à primeira vista, que as tradições e práticas coletivas da *religião, direito, moral, economia política* não podem ser fatos menos sociais do que as formas exteriores de sociabilidade; e, se aprofundarmos a análise desses fatos, essa primeira impressão é confirmada: por toda parte, encontra-se presente a obra da sociedade que elabora esses fenômenos e é bem nítida sua repercussão sobre a organização social. Constituem a própria sociedade, viva e atuante. Que estranha ideia seria imaginar o grupo como uma espécie de forma vazia, de molde qualquer que pudesse receber indiferentemente qualquer espécie de matéria! Afirma-se que existem estruturas que se encontram por toda parte, seja qual for a natureza dos fins perseguidos. No entanto, é bem evidente que, entre todas essas finalidades, quaisquer que sejam suas divergências, existem caracteres comuns. Por que motivo estes deveriam ser os únicos a ter um valor social com exclusão dos caracteres específicos?

Não só essa utilização da abstração não tem nada de metódico, já que tem como resultado a separação das coisas que são da mesma natureza, mas a abstração que se obtém dessa forma, e com a qual se pretende fazer o objeto da ciência, carece de qualquer determinação. Com efeito, que significam as expressões utilizadas, tais como *formas sociais, formas de associação em geral*? Se houvesse simplesmente a pretensão de falar da maneira como os indivíduos estabelecem relações uns com os outros no seio da associação das *dimensões* desta, de sua *densidade*, em poucas palavras, de seu aspecto exterior e morfológico, a noção estaria definida, mas seria limitada demais para poder constituir, por si só, o objeto de uma ciência; com efeito, equivaleria a reduzir a Sociologia à única consideração do substrato em que se apoia a vida social. Mas, de fato, nosso autor atribui a esse termo uma significação muito mais ampla. Pretende afirmar não só o modo de agrupamento, a condição estática da associação, mas as formas mais gerais das relações sociais. São as formas mais amplas das relações de toda espécie que podem ser estabelecidas no seio da sociedade; e é a natureza dos fatos que se apresentam a nós como fazendo parte diretamente da Sociologia; tais como a *divisão do trabalho*, a *concorrência*, a *imitação*, o estado de *liberdade* ou *dependência* no qual o indivíduo se encontra em relação ao grupo²⁰. Mas então, entre essas relações e as outras mais especiais,

²⁰ *Revue de Métaphysique et de Morale*, II, p. 499.

só existe uma diferença de grau: e como uma simples diferença desse gênero poderia justificar uma separação tão nítida entre duas ordens de fenômenos? Se os primeiros constituem a matéria da Sociologia, por que motivo os segundos deveriam ser excluídos, se são da mesma espécie? A aparência de fundamento que a abstração proposta tinha quando os dois elementos eram opostos um ao outro como o continente ao conteúdo, dissipa-se desde o momento em que é indicada com maior precisão a significação desses termos e se percebe que não passam de metáforas utilizadas de forma inexata.

O aspecto mais geral da vida social não é o conteúdo ou a forma, tampouco os aspectos especiais que ela pode oferecer. Não existem duas espécies de realidade que, embora solidárias, seriam distintas e dissociáveis, mas fatos da mesma natureza examinados a diversos graus de generalidade. Qual é, por outro lado, o grau de generalidade necessário para que tais fatos possam ser classificados entre os fenômenos sociológicos? Ninguém poderá explicitá-lo; aliás, trata-se de uma pergunta que não poderá obter resposta. Compreende-se o quanto há de arbitrário nesse critério e como ele permite estender ou restringir à vontade os limites da ciência. Sob o pretexto de circunscrever a pesquisa, tal método o abandona, na realidade, à fantasia individual. Já não existe qualquer regra que permita decidir, de maneira impessoal, onde começa e onde deve terminar o círculo dos fatos sociológicos; não só os limites são móveis, o que seria legítimo, mas não se pode compreender o motivo pelo qual deveriam ser colocados em tal ponto em vez de outro. A isso acrescenta-se que, para estudar os tipos mais gerais dos atos sociais e suas leis, é necessário conhecer as leis dos tipos mais particulares, já que os primeiros não podem ser estudados e explicados a não ser por aproximação metódica com os segundos. Nesse aspecto, todo problema sociológico pressupõe o conhecimento aprofundado de todas essas ciências especiais que se pretenderia colocar fora da Sociologia, mas que esta não pode dispensar. E, como essa competência universal é impossível, é forçoso nos contentarmos com conhecimentos sumários, coletados à pressa e que não foram submetidos a qualquer controle. Na verdade, tais são as características dos estudos de Simmel. Apreciamos sua sutileza e engenhosidade, mas julgamos que não será possível traçar, de forma objetiva, as divisões principais de nossa ciência como são compreendidas por esse autor. Entre os temas que ele propõe aos sociólogos não há qualquer elo; são assuntos de meditação que não estão associados a um sistema científico que forme um todo. Além disso, as provas que

utiliza consistem, em geral, em simples exemplificações; são citados fatos, tirados dos mais diversos campos, sem ser precedidos de crítica e, por conseguinte, sem que se possa apreciar o respectivo valor. Para que a sociologia mereça o nome de ciência é necessário que consista em algo completamente diferente das variações filosóficas sobre alguns aspectos da vida social, escolhidos mais ou menos ao acaso, segundo as tendências particulares dos indivíduos; é necessário colocar o problema de maneira a poder tirar dele uma solução lógica.

Émile Durkheim

La sociologie et son domaine scientifique

Conclusão

Sociologia do conhecimento e epistemologia

Texto 43

As mundanidades da ciência

Ao mostrar a interdependência entre a admiração excessiva pela ciência e a complacência dos cientistas em relação ao grande interesse popular pela física que caracteriza a vida mundana e pública do século XVIII, Bachelard coloca em evidência a lógica mais geral segundo a qual uma disciplina científica é incitada à mundanidade enquanto não tiver consumido a ruptura epistemológica com a experiência primeira. A análise das condições sociais da impregnação de uma ciência pela atmosfera intelectual da época mostra que somente uma “cidadela erudita homogênea e bem protegida” pode se defender contra as seduções das “experiências de gala”.

43. G. Bachelard

[“Em nossa época, afirma o autor, a educação científica elementar interpôs, entre a natureza e o observador, livros muito corretos, muito bem apresentados.”] O mesmo não acontecia durante o período pré-científico, no século XVIII. Na ocasião, o livro de ciências podia ser um bom ou mau livro. Não era *controlado* pelo ensino oficial. Quando trazia a marca de controle, era muitas vezes de uma dessas academias de província constituídas por gente confusa e mundana. No caso, o livro tinha como *ponto de partida* a natureza, interessava-se pela vida cotidiana. Era uma obra de divulgação para o conhecimento popular, sem a preocupação que confere, por vezes, aos nossos livros de vulgarização um alto teor. Autor e leitor

pensavam no mesmo nível. A cultura científica parecia abafada pelo volume e variedade de livros de segunda categoria, bem mais numerosos do que as obras de qualidade. Pelo contrário, é impressionante que, em nossa época, os livros de divulgação científica sejam relativamente raros.

Peguem um livro de ensino científico moderno: apresenta a ciência como ligada a uma teoria geral. Seu caráter orgânico é tão evidente que será muito difícil pular algum capítulo. Passadas as primeiras páginas, já não resta lugar para o senso comum; nem se ouvem as perguntas do leitor. *Amigo leitor* será, naturalmente, substituído pela severa advertência: preste atenção, aluno! O livro formula suas próprias perguntas. O livro comanda.

Peguem um livro científico do século XVIII e vejam como está inserido na vida cotidiana. O autor dialoga com o leitor como um conferencista. Adota os interesses e preocupações *naturais*. Por exemplo, quer alguém saber a causa do trovão? Começa-se por falar com o leitor sobre o medo do trovão, tenta-se mostrar que esse medo não tem razão de ser, sente-se a necessidade de repetir a velha observação: quando o trovão reboia, o perigo já passou, visto que só o raio pode matar. Assim, o livro do abbé Poncelet¹ traz na primeira página da Advertência: “Ao escrever sobre o trovão, minha principal intenção foi sempre minorar, quanto possível, as impressões desagradáveis que esse meteoro costuma causar em inúmeras pessoas de qualquer idade, sexo e condição. Quantas não passaram dias de agitação violenta e noites de angústia mortal?” O abbé Poncelet dedica um capítulo inteiro – o mais longo do livro (p. 133 a 155) – a Reflexões sobre o pavor causado pelo trovão. Distingue quatro tipos de medo que descreve minuciosamente. [...]

A posição social dos leitores influencia, por vezes, o tom peculiar do livro pré-científico. A astronomia para as pessoas da alta sociedade deve incluir as piadas dos figurões. Um estudioso muito paciente, Claude Comiers, começa com estas palavras seu livro sobre os cometas, obra bastante citada no século XVII: “Visto que na Corte houve um grande debate para saber se cometa era masculino ou feminino, e que um marechal da França, a fim de resolver a discussão entre os eruditos, declarou que seria necessário levantar a cauda dessa estrela para concluir se devia ser tratada por *a* ou por *o*...”² Com toda a certeza, um cientista moderno não citaria a opinião

¹ PONCELET Abbé. *La Nature dans la formation du Tonnerre et la reproduction des Êtres vivants*, 1769.

² COMIERS, C. *La Nature et présage des Cometes* – Ouvrage mathématique, physique, chimique et historique, enrichi des prophéties des derniers siècles, et de la fabrique des grandes lunettes. Lyon, 1665, p. 7.

do marechal. Não se estenderia, indefinidamente, em gracejos sobre a cauda ou a barba dos cometas: “Como a cauda, de acordo com o provérbio, é sempre a parte do animal mais difícil de esfolar, a dos cometas costuma dar tanto trabalho para explicar quanto o nó górdio para ser desfeito”³.

No século XVII, as dedicatórias dos livros científicos contêm, por incrível que pareça, mais adulação do que as dos livros literários. Em todo caso, são muito chocantes para um espírito científico moderno, indiferente aos figurões políticos. [...]

É costume também haver troca de opiniões entre autor e leitores, entre os *curiosos* e os *sábios*. Por exemplo, foi publicado em 1787 uma correspondência sob o título de: “Experiências feitas sobre as propriedades dos lagartos – seja fisicamente, seja em forma de licor – no tratamento das doenças venéreas e do herpes”. Um viajante, que fixou domicílio em Pontarlier, viu negros da Louisiana curarem doenças venéreas “comendo lagartixas”. Ele preconiza esse tratamento. Uma dieta de três lagartinhos por dia traz resultados maravilhosos que são comunicados a Vicq d’Azyr. Em várias cartas, este agradece a seu correspondente. [...]

A cidadela erudita contemporânea é tão homogênea e tão bem protegida que os textos de pessoas alienadas ou esquisitas dificilmente conseguem um editor. Não era assim, há cento e cinquenta anos. [...]

Essas observações gerais sobre os livros didáticos talvez sejam suficientes para indicar a diferença entre o primeiro contato e o pensamento científico nos dois períodos que desejamos caracterizar. Se nos acusarem de escolher maus autores em detrimento dos bons, responderemos que os bons autores não são necessariamente os que têm mais sucesso e, já que temos necessidade de estudar como surge o espírito científico, de forma livre e quase anárquica – em todo caso, não escolarizada – como aconteceu no século XVIII, sou obrigado a considerar toda a falsa ciência que esmaga a verdadeira, toda a falsa ciência *contra* a qual, exatamente, o verdadeiro espírito científico deve constituir-se. Em resumo, o pensamento pré-científico “faz parte do século”. Não é *regular* como o pensamento científico ensinado nos laboratórios oficiais e codificado nos livros escolares. Veremos que a mesma conclusão se impõe sob um ponto de vista ligeiramente diferente.

Em um livro ágil, Mornet mostrou o aspecto mundano da ciência do século XVIII. Se estamos voltando ao assunto é simplesmente para acrescentar algumas

³ Ibid., p. 74.

observações relativas ao interesse, de certa forma pueril, que, nessa época, era provocado pelas ciências experimentais e para propor uma interpretação particular de tal interesse. Nossa tese é a seguinte: o fato de oferecer uma satisfação imediata à curiosidade e multiplicar as ocasiões de curiosidade, em vez de benefício, pode ser um obstáculo para a cultura científica. Substitui-se o conhecimento pela admiração, as ideias pelas imagens.

Ao tentar reviver a psicologia dos observadores iludidos, vamos constatar a implantação de uma era da facilidade que retira do pensamento científico o *sentido do problema*, logo, a mola do progresso. Vamos considerar inúmeros exemplos da ciência da eletricidade e veremos como foram tardias e excepcionais as tentativas de geometrização nas doutrinas da eletricidade estática, já que foi necessário aguardar a ciência *enfadonha* de Coulomb para encontrar as primeiras leis científicas da eletricidade. Por outras palavras, ao ler vários livros dedicados à ciência da eletricidade no século XVIII, o leitor moderno perceberá, a nosso ver, a dificuldade que seus autores tiveram para deixar o aspecto pitoresco da observação primeira, descolorir o fenômeno elétrico e expurgar da experiência os elementos parasitas e os aspectos irregulares. Ficará claro que a primeira visão empírica não oferece o *desenho* exato dos fenômenos, nem mesmo a descrição bem ordenada e hierarquizada dos mesmos.

Uma vez reconhecido o mistério da eletricidade – e há sempre toda a facilidade em reconhecer um mistério como tal – a eletricidade abria espaço para uma “ciência” fácil, bem próxima da história natural, afastada dos cálculos e teoremas que, desde os Huyghens e Newtons, invadiam, pouco a pouco, a mecânica, a óptica, a astronomia. Em um livro traduzido em 1771, Priestley ainda escreve o seguinte: “As experiências elétricas são as mais claras e mais agradáveis de todas as que a física oferece”. Assim, essas doutrinas primitivas, referentes a fenômenos tão complexos, apresentavam-se como doutrinas fáceis, condição indispensável para que fossem divertidas e interessassem um público mundano. Ou ainda, para falar como filósofo, essas doutrinas apresentavam-se com a marca de um empirismo evidente e básico. É tão agradável para a preguiça intelectual limitar-se ao empirismo, chamar um fato de fato e proibir a busca de leis! Ainda hoje, os maus alunos de física “compreendem” as fórmulas empíricas. Acham que todas as fórmulas, inclusive as que resultam de uma teoria bem organizada, são empíricas. Pensam que uma fórmula não passa de um conjunto de números disponíveis que basta aplicar a cada caso

particular. Como o empirismo dos primórdios da Eletricidade é sedutor! Além de evidente, é um *empirismo colorido*. Não é necessário compreendê-lo, basta vê-lo. Para os fenômenos elétricos, o livro do universo é um livro de figuras. Deve ser folheado sem contar com nenhuma surpresa. No assunto, parece tão seguro que seria impossível prever o que se está vendo! Nesse sentido, Priestley diz: “Aquele que tivesse chegado [a prever o choque elétrico] por meio de algum raciocínio, teria sido considerado como um grande gênio. No entanto, as descobertas sobre a eletricidade resultam tanto do acaso que não se trata do efeito da genialidade e sim das forças da natureza, o que provoca a admiração que por elas sentimos”; é, sem dúvida, uma ideia fixa de Priestley atribuir ao acaso todas as descobertas científicas. Mesmo quando se trata de suas descobertas pessoais, pacientemente empreendidas com notável conhecimento da experimentação em química, Priestley chega ao requinte de desprezar as ligações teóricas que o levaram a preparar experiências fecundas. Seu desejo de filosofia empírica é tão grande que considera o pensamento uma espécie de causa aleatória da experiência. Segundo Priestley, o acaso fez tudo. Para ele, a sorte supera a razão. Sejamos, portanto, espectadores. Não liguemos para o físico que não passa de um diretor da cena. Hoje em dia é bem diferente: a sagacidade do pesquisador ou a grande ideia do teórico suscitam admiração. E, para mostrar que a origem do fenômeno provocado é humana, é o nome do pesquisador que fica ligado – sem dúvida, pela eternidade afora – ao *efeito* que ele construiu. É o caso do efeito Zeeman, do efeito Stark, do efeito Raman, do efeito Compton, ou ainda do efeito Cabannes-Daure que poderia servir de exemplo de efeito de alguma forma *social*, produzido pela colaboração entre cabeças pensantes.

O pensamento pré-científico não se obstina no estudo de um fenômeno bem circunscrito. *Não procura a variação, mas sim a variedade*. E essa é uma característica bem específica: a busca da variedade leva o espírito de um objeto para outro, sem método; nesse caso, o espírito procura apenas ampliar conceitos; a busca da variação liga-se a um fenômeno particular, tenta objetivar-lhe todas as variáveis, testar a sensibilidade das mesmas. Enriquece a compreensão do conceito e prepara a matematização da experiência. Mas, observemos o espírito pré-científico em busca da variedade. Basta percorrer os primeiros livros sobre eletricidade para verificar o caráter heteróclito dos objetos nos quais se procuravam as propriedades elétricas. A eletricidade não era considerada uma propriedade geral: paradoxalmente, era tida

como uma propriedade excepcional, mas ligada às substâncias mais diversas. Em primeiro lugar – é natural – às pedras preciosas; depois, ao enxofre, aos resíduos de calcinação e destilação, aos belemnitas, à fumaça, à chama. Procuravam estabelecer uma relação entre a propriedade elétrica e as propriedades de primeiro aspecto. Depois de ter feito o *catálogo* das substâncias suscetíveis de serem eletrizadas, Bou-langer chega à conclusão de que “as substâncias mais frágeis e mais transparentes são sempre as mais elétricas”⁴. É dada sempre grande atenção ao que é *natural*. Como a eletricidade é um princípio *natural*, chegou-se a esperar que ela fosse um meio de distinguir os diamantes verdadeiros dos falsos. O espírito pré-científico sempre acha que o produto natural é mais rico do que o artificial.

A essa construção científica feita completamente de justaposições, cada qual pode trazer sua pedra. A história aí está para nos mostrar o entusiasmo em relação à eletricidade. Todo mundo se interessa pelo assunto, até o rei. Em uma experiência de *gala*⁵, o abbé Nollet “provocou um choque, na presença do rei, em cento e oitenta guardas; e no convento dos cartuxos de Paris, toda a comunidade formou uma fila de 900 toesas, com um arame ligando uma pessoa à outra... e todo o grupo, quando a garrafa foi descarregada, estremeceu ao mesmo tempo, e todos sentiram o choque”. Nesse caso, a experiência recebe o nome do público que a contempla: “se várias pessoas em círculo recebem o choque, dá-se à experiência o nome de Conjurados” (p. 184). Quando estilhaçaram diamantes, o fato causou surpresa e pareceu dramático a pessoas importantes. Macquer realizou a experiência diante de 17 pessoas. Quando Dercet e Rouelle a repetiram, 150 pessoas estavam presentes (*Encyclopédie*, verbete Diamante).

A garrafa de Leyde causou um verdadeiro fascínio. “Desde o ano em que foi descoberta, houve muitas pessoas, em quase todos os países europeus, que ganharam a vida indo mostrá-la por toda parte. O vulgo de qualquer idade, sexo e condição social considerava esse prodígio da natureza com surpresa e admiração”⁶. “Um imperador ficaria satisfeito se recebesse, como renda, as quantias que foram pagas em xelins e tostões para assistir à experiência de Leyde”⁷. No decorrer do

⁴ PRIESTLEY. *Histoire de l'électricité*. Paris, 1771, 3 vols., v. 1, p. 237.

⁵ Op. cit., v. 1, p. 181.

⁶ Op. cit., v. 1, p. 156.

⁷ Op. cit., v. 3, p. 122.

desenvolvimento científico, algumas descobertas foram, de fato, apresentadas como espetáculo de curiosidades. No entanto, agora já quase não existe esse costume. Os *demonstradores* de raios X que, há trinta anos, se apresentavam aos diretores de escola para propor alguma novidade no ensino não conseguiam recolher muito dinheiro. Em nossos dias, parecem ter desaparecido completamente. Existe um abismo, pelo menos nas ciências físicas, entre o charlatão e o especialista.

No século XVIII, a ciência interessa a todos os homens cultos. A ideia geral é que um gabinete de história natural e um laboratório são montados como uma biblioteca, pouco a pouco; todos confiam: esperam que o acaso estabeleça as ligações entre os achados individuais. A natureza não é coerente e homogênea? Um autor anônimo, provavelmente o abbé de Mangin, apresenta sua *Histoire générale et particulière de l'électricité* com este sintomático subtítulo: “Ou o que sobre ela disseram de curioso e engraçado, de útil e interessante, de alegre e jocoso alguns físicos da Europa”. Ela destaca o interesse mundano da obra porque, ao estudioso de suas teorias, será possível “dizer algo nítido e preciso a respeito das diversas contestações que aparecem cada dia nos salões e sobre as quais até as senhoras são as primeiras a fazer perguntas... Se, outrora, bastava a um cavalheiro ter voz agradável e belo porte para ser apreciado nos salões, hoje vê-se ele obrigado a ter alguma noção sobre Réaumur, Newton, Descartes”⁸.

Em seu *Tableau annuel des progrès de la Physique, de l'Histoire naturelle et des Arts*, de 1772, Dubois afirma a respeito da eletricidade (p. 154 e 170): “Cada físico repetiu as experiências, todos queriam sentir a emoção... O marquês de X tem, como se sabe, um belo gabinete de física, mas a eletricidade é sua paixão e, se o paganismo ainda vigorasse, ele decerto ergueria altares elétricos. Ele sabia quais são minhas preferências e não ignorava que também sou fã da *Eletromania*. Convidou-me, portanto, para um jantar onde estariam presentes, segundo ele, os medalhões da ordem dos e das eletrizantes”. Conviria conhecer essa eletricidade *falada* que, sem dúvida, faria muito mais revelações sobre a psicologia da época do que sobre sua ciência.

Temos informações mais pormenorizadas sobre o *jantar* elétrico de Franklin (ver *Letters*, p. 35) que é relatado por Priestley nos seguintes termos: Em 1748, Franklin e seus amigos “mataram um peru por choque elétrico, assaram-no

⁸ S.n.a., *Histoire générale et particulière de l'électricité*. Paris, 1752 [3 partes, 2ª parte, p. 2 e 3].

em um espeto elétrico, diante de um fogo aceso por meio da garrafa elétrica: em seguida, beberam à saúde de todos os célebres entendidos em eletricidade da Inglaterra, Holanda, França e Alemanha, em copos eletrizados e ao som da descarga de uma bateria elétrica”. O abbé de Mangin conta, como tantos outros, esse famoso jantar. Acrescenta (1ª parte, p. 185): “Acho que, se o Sr. Franklin fizer uma viagem a Paris, vai ver sua deliciosa refeição coroadada por um gostoso café, devidamente eletrizado”. Em 1936, um ministro inaugura uma aldeia *eletrificada*. Ele também ingere um jantar *elétrico* e não passa mal. A imprensa noticia e dá destaque ao fato, com pormenores, o que vem confirmar que a infantilidade é de todas as épocas.

Percebe-se, aliás, que essa ciência difundida na sociedade culta não chega a formar, de fato, uma *cidade de sábios*. O laboratório da marquesa du Châtelet em Cirey-sur-Blaise, elogiado em tantas cartas, nada tem a ver, nem de perto nem de longe, com o laboratório moderno onde trabalha uma equipe sobre determinado programa de pesquisa, tal como os laboratórios de Liebig ou de Ostwald, o laboratório de baixas temperaturas de Kammerling Onnes, ou o laboratório de radioatividade da Sra. Curie. O teatro de Cirey-sur-Blaise é um teatro; o laboratório de Cirey-sur-Blaise não é um laboratório. Não tem nenhuma coerência, nem pelo dono, nem pela experiência. Sua única coesão vem da instalação confortável e da mesa farta ao lado. É pretexto para conversas de salão.

De modo geral, a ciência no século XVIII não é uma vida, nem mesmo um ofício. No fim do século, Condorcet ainda compara, sob esse aspecto, as ocupações do jurista às do matemático. As primeiras são um meio de vida e recebem um reconhecimento que falta às segundas. Por outro lado, a vertente escolar é, para os matemáticos, uma carreira bem hierarquizada que permite, no mínimo, diferenciar o mestre e o aluno, e dá ao aluno uma impressão da tarefa ingrata e longa que tem pela frente. Basta ler as cartas da marquesa du Châtelet para ver como são risíveis suas pretensões à cultura matemática. Em Maupertuis, ela formula, por entre ademanos, perguntas que um aluno de 14 anos responde hoje sem hesitar. Essa matemática afetada é absolutamente o oposto da sábia formação científica.

Gaston Bachelard

*A formação do espírito científico:
contribuição para uma psicanálise do conhecimento*

Texto 44

Da reforma da compreensão sociológica

Os erros de método procedem não tanto da fidelidade a uma teoria constituída, mas de uma “disposição” intelectual que deve sempre algo às características sociais do mundo intelectual. Por exemplo, a compartimentação dos tipos de explicação tem a ver não tanto com uma reflexão teórica que chega à conclusão da autonomia do campo estudado, mas a um apego mecânico às tradições de disciplinas isoladas que constituem outros tantos campos insulares de pesquisa. Na medida em que os erros epistemológicos estão inscritos, como tentações, incitações ou determinações, nas instituições e relações sociais (tradição de uma disciplina, expectativas do público, etc.) e na medida em que nunca se reduzem a simples cegueiras individuais, não podem ser retificados pelo simples retorno reflexivo do pesquisador ao seu procedimento científico; a crítica epistemológica pressupõe a análise sociológica das condições sociais dos diversos erros epistemológicos.

44. M. Maget

À semelhança de qualquer outra, a pesquisa etnográfica não se encontra a salvo das solicitações afetivas. A necessidade de evasão está na origem de algumas vocações; evasão para outros povos, outros meios ou para a zona rural, para os bons velhos tempos em que a estabilidade ilusória de uma era dourada contrasta com a desconcertante turbulência dos tempos modernos. Nota-se, igualmente, o atrativo estético pelo exótico ou rústico, as intenções éticas ou políticas de diversos tradicionalismos e regionalismos, a vertigem metafísica e a obsessão em encontrar de novo ou descobrir a humanidade real em sua essência, o apego filial à memória dos antepassados e aos vestígios do gênero de vida que era a expressão do ser desses antepassados. Enfim, as variadas formas de esnobismo em relação ao que é curioso, raro: em nossos dias, nas reuniões de salão, esse aspecto é pretexto para a competição entre os relatos de exploração e os testes psicanalíticos. [...]

Também se deve temer o recurso exagerado, para não dizer exclusivo, à intuição. A participação em uma cerimônia, o fato de se encontrar na atmosfera de uma partida de pelota basca ou de uma festa religiosa sugerem ao espectador que está irmanado aos praticantes. Viver a vida deles, “sentir-se na pele deles”, dá

a esperança de que essa aclimatação irá restituir automaticamente a organização psíquica do grupo; ora, certos artistas ou inspirados dão a impressão de atingir logo tal estado.

De fato, a intuição pode ser considerada como uma atividade incessante de qualquer indivíduo que se esforce por compreender o mundo e discernir, a partir do perceptível atual, as significações e relações latentes. A função de comunicação faz apelo a essa atividade quando é necessário ler “nas entrelinhas”. O papel da intuição foi colocado em evidência até mesmo no campo da matemática. Nas tentativas de restituição de sistemas culturais não há motivo para nos privarmos radicalmente dos benefícios da imersão no meio ambiente e dos estímulos do mimetismo, do *Einfühlung* ou da empatia. Ainda seria necessário controlar seus produtos, não considerar os dados imediatos como conhecimentos irrevogavelmente adequados, mas como hipóteses a serem verificadas. Aliás, é duvidoso que, em decorrência das diferenças de cultura, o observador possa alcançar uma identificação absoluta. O procedimento intuicionista apresenta os mesmos inconvenientes da introspecção em geral. Sem verificação (no caso, sempre que for possível, crítica pelos pacientes do resultado das investigações), quantos mal-entendidos crônicos na vida corrente, quantos erros antropomórficos, etnocêntricos ou, mais simplesmente, egocêntricos na euforia das comunhões aparentes.

A especialização restrita, fechada a qualquer sugestão exterior, é uma fonte de erros também frequentemente denunciada. Tal ramo da tecnologia, das artes regionais, o traje, a arquitetura são estudados por si mesmos sem consideração pelo conjunto de que fazem parte; o rural o é independentemente de suas relações com o mundo urbano contemporâneo, e inversamente. Isso não é assim tão grave enquanto nos limitamos às descrições morfológicas. Uma pesquisa, mesmo animada das melhores intenções e preocupada em levar em consideração as conexões com os planos vizinhos, poderá ser impedida de cumprir seu programa pelas circunstâncias extracientíficas. Repertórios estabelecidos dessa forma sobre épocas passadas são os únicos documentos disponíveis e contam-se entre as realizações dessas pesquisas confinadas, por mais truncada que seja a imagem que propõem.

Essa compartimentação é muito mais prejudicial às tentativas de explicação que se limitam exclusivamente ao campo escolhido. Com certeza, em cada ordem de fenômenos podem ser definidas organizações, estruturas atuais e processos específicos de transformação. A linguística foi das primeiras a tornar familiar a

noção de solidariedade interna a propósito dos sistemas fonéticos ou semânticos. Mas, ao mesmo tempo, mostrou que sua evolução não pode ser explicada sem referência aos outros planos da cultura e à conjuntura social. Autonomia relativa não quer dizer independência absoluta.

É bastante vigorosa a tendência a monopolizar a explicação, assim como a esperança de encontrar uma característica universal. Certos determinismos exclusivos pretendem deter a hegemonia e ninguém está absolutamente imunizado contra a sedução dos mesmos: geografismo, biologismo, difusionismo, funcionalismo... inclusive etnografismo, assim como as atitudes estritamente antitéticas que se tornam também errôneas e decepcionantes quando, partindo de posições polêmicas temporárias em relação a um exagero, tendem a se estabilizar em uma negação categórica das realidades cujas interpretações defeituosas eram as únicas a estar em questão.

Ao lembrar as generalizações precipitadas para além dos dados adquiridos, as presunções de exclusividade ou universalidade, a hipóstase dos conceitos e sua substantificação metafísica, teremos uma visão geral dos principais perigos a que estão expostas nossas investigações devido às especializações restritas, às lacunas da documentação e à necessidade de verdades absolutas, imediatamente acessíveis.

A desforra da realidade não se faz esperar e, em contato com ela, vão se desfazendo, sucessivamente, explicações esquemáticas, determinismos unilaterais e exclusivos, extrapolações arriscadas, compartimentos estanques. Da mesma forma que se tinha visto aparecer uma físico-química, uma bioquímica, uma biogeografia..., geografia humana, psicossomática, psicologia social, psicologia genética – para nos limitarmos a esses exemplos – instalam-se nas fronteiras que separavam, há pouco tempo, humanidade e meio ambiente, corpo e espírito, indivíduo e sociedade, biológico e cultural. O estudo das culturas progride na medida em que se conhece melhor a biologia e os processos de modelagem formadora dessa “cera maleável”. Tal estudo deixou de ser possível, por exemplo, ignorando os trabalhos de psicologia genética, empreendidos por H. Wallon e J. Piaget, no momento em que estes pesquisadores insistem sobre o fato de que a psicologia tem necessidade de levar em consideração as características do meio. Recém-vinda, a cibernética lança, a partir de modelos mecânicos infinitamente mais complexos do que os autômatos contemporâneos do associacionismo e do sensualismo do século XVIII, nova luz sobre as relações entre funcionamento do sistema nervoso

central, fisiologia interna e comunicação social. É curioso verificar a perseverança de oposições teóricas entre a história e uma antropologia que, supostamente, não teria conhecimento dos fenômenos da evolução. A ciência da espécie humana é inseparável da história dessa espécie a não ser por decretos metodológicos provisórios que definem especializações orgânicas. Tendo-se equipado com noções de biocenose, associação biológica, geotipo, etc., que manifestam seu reconhecimento dos fenômenos de interação entre espécies e meios, a biologia abriu, bem cedo, espaço preferencial para as transformações dessas espécies, o que foi para ela a ocasião de uma renovação total. Por maior força de razão, a antropologia cultural deve levar em consideração a dimensão diacrônica dos fenômenos que estuda, as conjunturas nas quais estes aparecem, se modificam e desaparecem.

Esse retorno a uma concepção mais enriquecedora da complexidade das coisas humanas e essa superabundância de disciplinas de ligação, hipóteses e descobertas são acompanhados, por sua vez, de certa perturbação. Deixemos de lado a tendência, assinalada mais acima, para a esquematização dos conceitos e teorias: fetichismo verbal e simplificações arriscadas já têm ocupado, frequentemente, posição honorífica nas teorias recentes a respeito dos “cérebros” eletrônicos e das comunicações, apesar da circunspeção mantida por seus promotores. Mais prudente, embora inebriado por esse movimento de convergência e por essa multiplicidade de atividades diversas, o pesquisador julgar-se-á obrigado a conhecer tudo, desde as últimas descobertas da eletrônica até às da psicossomática ou fonologia. Se a constatação da interdependência desliza para a afirmação de que tudo está em tudo, uma monadologia confusa está em via de se instalar, tão esterilizante quanto podia ser a compartimentação. Ameaça provocar um assombro inibidor ao contestar não só o direito de proceder por planos e etapas sucessivas no estudo dessa totalidade que é apresentada como devendo ser apreendida toda inteira, mas também o direito de fazer referência às descontinuidades e discriminações mais evidentes com receio de deixar escapar as relações entre planos e fenômenos distintos.

Com toda a certeza, mais do que nunca é necessário resistir a essas vertigens exaltantes ou inibidoras e assumir tarefas bem determinadas em ligação com as outras disciplinas científicas, sendo que a história e a situação atual de cada uma poderá fornecer ensinamentos úteis e pontos de apoio para todas as outras.

A necessidade de reduzir a “equação pessoal”; facilitar indispensáveis sugestões da intuição, embora controlando-as sem complacência; conjugar indução e de-

dução, análise e síntese; a importância da estatística, seja metódica – quer se trate de elétrons e sistemas estacionários ou de indivíduos e conjuntura social – seja implícita na vida cotidiana; a evolução dialética do conhecimento em extensão e em compreensão, da discriminação e assimilação, das classificações e tipologias em função das descobertas; a necessária revisão dos conceitos à luz da experiência..., tais problemas não são novos. As ciências mais aguerridas tiveram de resolvê-los e trabalham, incessantemente, no aperfeiçoamento das respostas a lhes serem dadas. Tiveram, igualmente, de se desfazer da pretensão de ter acesso à verdade absoluta e definitiva, no momento em que, no plano prático, obtinham os resultados menos contestáveis. Da mesma forma, as ciências do homem podem, por sua vez, se liberar da espinhosa missão de dizer o que é, em si, o homem ou a sociedade e se dedicar ao estudo progressivo desses temas. Pelo menos quanto aos problemas fundamentais, a unidade da ciência se consolida, da física à psicologia, das ciências da natureza às do homem.

De uma disciplina para outra, transpõem-se as atitudes fundamentais em relação ao objeto, as noções de base, as tentativas de organização. O behaviorismo – independentemente dos postulados ontológicos que lhe são atribuídos – dá o exemplo da recusa de ceder, sem controle, às sugestões da introspecção e ao prestígio das fulgurações intuitivas. As noções de conjunto solidário e de contexto são, há muito tempo, familiares à psicologia da forma e à linguística; a noção de interdependência organismo-meio, à biologia e à psicologia genética. A linguística contribuiu para explicitar não só as relações entre perspectivas sincrônica e diacrônica, mas também a noção de estrutura que foi promovida com destemor por C. Lévi-Strauss, no campo dos sistemas sociais. Essas transposições não devem, evidentemente, efetuar-se sem uma severa crítica das condições de validação particulares relativas ao campo em que vierem a ser aplicadas. Se admitimos, por exemplo, que a definição dos geotipos pode propor modelos utilizáveis para a definição dos grupos culturais relativamente homogêneos (que, por analogia, podem ser chamados etnotipos), a disponibilidade e a sociabilidade específicas da humanidade impedem que sua aplicação se faça de forma rígida e obrigam – sem desconhecer a permanência de certas sugestões ou exigências do meio – a desatar as relações entre homem e meio ambiente (determinismo geográfico) em benefício do meio social e do rigor da transmissão cultural de geração para geração. Devemos, igualmente, desconfiar de certa química ou energética sociais sem recusar nunca o benefício de analogias

válidas. Não é absolutamente necessário redescobrir, a partir do zero, problemas já conhecidos quando, afinal, existem soluções para os mesmos; por vezes, necessitam apenas de um mínimo de adaptação crítica e de vigilância para se tornarem instrumentos úteis de trabalho em um novo campo.

Da mesma forma que a separação entre ciências da natureza e ciências do homem se torna mais permeável às trocas, vê-se esfumar-se a famosa dicotomia “literários-matemáticos” em virtude da qual estudantes formados, em primeiro lugar, na indiferença, senão desprezo, em relação às atividades científicas se encontravam alguns anos mais tarde em uma situação falsa relativamente a disciplinas que, pelo menos em algum de seus aspectos, se apresentavam como ciência.

Formação epistemológica de base, informação e contatos permanentes só podem facilitar a especialização indispensável em uma convergência de disciplinas tanto mais conscientes de sua solidariedade orgânica pelo fato de terem definido com maior precisão suas tarefas específicas e estarem desembaraçadas da preocupação ou pretensão de conhecer ou explicar tudo, assim como do receio de cometer erros solitariamente.

Marcel Maquet

Guide d'étude directe des comportements culturels

Texto 45

Os controles cruzados e a transitividade da censura

Contra a ilusão da objetividade baseada unicamente no espírito de objetividade, Michael Polanyi mostra que é por mecanismos sociais do controle cruzado e não pelo milagre da boa vontade científica dos cientistas que pode se instaurar, para além das fronteiras das especialidades, a adesão comum a normas comuns; da mesma forma, é por uma espécie de delegação circular do poder de controle que se encontra garantido um consenso geral sobre o valor científico das obras particulares.

45. M. Polanyi

Cada cientista controla uma área que compreende seu próprio campo e algumas faixas limítrofes de território sobre as quais especialistas vizinhos podem também, por si mesmos, fazer julgamentos competentes. Suponhamos que um trabalho

elaborado na especialidade de B possa ser julgado com competência por A e C, o de C por B e D; o de D por C e E, e assim por diante. Se cada um desses grupos de vizinhos está de acordo em adotar as mesmas normas, então as normas que são aceitas por A, B e C serão as mesmas adotadas por B, C e D ou ainda por C, D e E, e assim por diante, através de todos os campos da ciência. Essa adaptação mútua das normas organiza-se, evidentemente, em toda a rede de linhas em que se efetuam um grande número de controles cruzados dos ajustamentos que se produzem ao longo de cada setor particular; a isso veem se ajuntar uma quantidade de julgamentos menos seguros feitos por cientistas a partir de produções mais afastadas, mas gozando de mérito excepcional.

Todavia, o funcionamento do sistema se apoia, essencialmente, na transitividade dos julgamentos de vizinhança – exatamente da mesma forma que um destacamento marcha em ordem pelo fato de cada indivíduo regular seu passo por aqueles que estão perto dele.

Em decorrência desse *consenso*, os cientistas formam uma linha contínua – ou, antes, uma rede contínua – de críticas que mantêm o mesmo nível mínimo de qualidade científica em todas as publicações legitimadas por cientistas. Ainda há mais: é segundo a mesma lógica, isto é, baseando-se em cada vizinho imediato, que eles podem ter a certeza de que um trabalho científico – situado acima do nível mínimo ou elevado, de saída, ao mais alto grau de perfeição – é julgado segundo as mesmas normas nos diversos ramos da ciência. A justeza de tais apreciações comparativas é vital para a ciência porque são elas que orientam a distribuição dos homens e recursos entre as diversas direções de pesquisa e que, em particular, determinam as decisões estratégicas das quais dependem a aceitação ou recusa de assistência ou reconhecimento das novas orientações científicas. Estou de acordo que é possível encontrar, facilmente, exemplos em que essa apreciação revelou-se falsa ou, pelo menos, bastante atrasada; mas devemos reconhecer que só podemos falar de “ciência” no sentido de corpo de conhecimentos bem definido e servindo, no final de contas, de referência, na medida em que acreditamos que esses juízos de valor são, no essencial, corretos.

Michael Polanyi

Personal Knowledge, Towards a Post-Critical Philosophy

Lista dos textos

INTRODUÇÃO: EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA

Texto n. 1 – Sobre uma epistemologia concordatária, p. 101

CANGUILHEM, G. “Sur une épistémologie concordataire”. In: *Hommage à Bachelard, Études de philosophie et d'histoire des sciences*. Paris: PUF, 1957, p. 3-12.

Texto n. 2 – Os três graus da vigilância, p. 108

BACHELARD, G. *Le rationalisme appliqué*. Paris: PUF, 1949, cap. IV, p. 75 e 77-80 [N.T.: Cf. BACHELARD, G. *O racionalismo aplicado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 92-95 – Trad. de Nathanael C. Caixeiro].

Texto n. 3 – Epistemologia e lógica reconstruída, p. 113

KAPLAN, A. *The Conduct of Inquiry – Methodology of Behavioral Science*. San Francisco: Chandler Publishing Company, 1964, p. 10-12 [N.T.: Cf. KAPLAN, A. *A conduta na pesquisa – Metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo: Editora Herder/Editora da Universidade de São Paulo, 1972, p. 12-13. [Trad. de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota].

PRIMEIRA PARTE – A RUPTURA

1.1. Prenoções e técnicas de ruptura

Texto n. 4 – As prenoções como obstáculo epistemológico, p. 117

DURKHEIM, E. *Les règles de la méthode sociologique*. 2. ed. revista e ampliada. Paris: F. Alcan, 1901; citação feita a partir da 15. ed. Paris: PUF, 1963, p. 15-19, 22-24 e 31-32 [N.T.: Cf. DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984, p. 13-16, 19-20, 27 – Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz].

Texto n. 5 – A definição provisória como instrumento de ruptura, p. 121

MAUSS, M. “La prière”. In: *Oeuvres*. T. I, *Les Fonctions sociales du sacré*. Paris: Éd. de Minuit, 1968 [N.T.: Cf. MAUSS, M. “A prece”. In: *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981, p. 250-253, 263-264 – Trad. de Luiz João Gaio e J. Guinsburg].

Texto n. 6 – A análise lógica como auxiliar da vigilância epistemológica, p. 124

GOLDTHORPE, J.H. & LOCKWOOD, D. “Affluence and the British Class Structure”. In: *The Sociological Review*, vol. XI, n. 2, 1963, p. 134-136 e 148-156 [Trad. N. Lallot].

1.2. A ilusão da transparência e o princípio da não consciência

Texto n. 7 – A filosofia artificialista como fundamento da ilusão da reflexividade, p. 135

DURKHEIM, E. *Education et Sociologia*. Paris: F. Alcan/PUF, 1922, p. 40-43 [N.T.: Cf. DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978, p. 36-37 – Trad. do Prof. Lourenço Filho].

Texto n. 8 – A ignorância metódica, p. 137

DURKHEIM, E. *Les règles de la méthode sociologique*. Op. cit. prefácio da 2. ed., p. XII-XV [N.T.: Cf. DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Op. cit., p. XXI-XXIII].

Texto n. 9 – O inconsciente: do substantivo à substância, p. 140

WITTGENSTEIN, L. *Le Cahier bleu et le Cahier brun: Études préliminaires aux investigations philosophiques*. Paris: Gallimard, 1965, p. 57-58 [Trad. G. Durand]. © Éditions Gallimard.

Texto n. 10 – O princípio do determinismo como negação da ilusão da transparência, p. 141

DURKHEIM, E. "Sociologie et Sciences sociales". In *De la méthode dans les sciences*. Paris: F. Alcan (P. U. F.), 1921, p. 260-267.

Texto n. 11 – O código e o documento, p. 146

F. Simiand, "Méthode historique et sciences sociales". In: *Revue de synthèse historique*, 1903, p. 22-23.

1.3. Natureza e cultura: substância e sistema de relações

Texto n. 12 – Natureza e história, p. 148

MARX, K. *Misère de la philosophie*. Paris: Éd. Sociales, 1961, p. 129-130 [N.T.: Cf. MARX, K. *Miséria da filosofia* – Resposta à filosofia da miséria do Senhor Proudhon (1847). Porto: Escorpão, 1974, p. 96] – Trad. de J. Silva Dias e Maria Carvalho Torres].

MARX, K. Introduction générale à la critique de l'économie politique. In: *Oeuvres de Karl Marx*. Paris: Gallimard, 1965, t. 1, p. 235-239 [Trad. M. Rubel e L. Évrard]. © Éditions Gallimard [N.T.: Cf. MARX, K. *Para a crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978, p. 103-106 – Trad. de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi – Col. "Os Pensadores"]].

Texto n. 13 – A natureza como invariante psicológico e o paralogismo da inversão entre efeito e causa, p. 152

DURKHEIM, E. *Les règles de la méthode sociologique*. Op. cit., p. 106-109 [N.T.: Cf. DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Op. cit., p. 93-96].

Texto n. 14 – A esterilidade da explicação das especificidades históricas por meio de tendências universais, p. 156

WEBER, M. *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris: Plon, 1964, p. 15-21 e 56-61 [Trad. J. Chavy. Col. "Recherches en sciences humaines"] [N.T.: Cf. WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1981, p. 4, 35-36, 6-8 – Trad. de M. Irene de Q.F. Szmrecsányi e Tomás J.M.K. Szmrecsányi.

1.4. A sociologia espontânea e os poderes da linguagem

Texto n. 15 – A nosografia da linguagem, p. 161

CHASTAING, M. "Wittgenstein et les problèmes de la connaissance d'autrui". In: *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*. Paris: PUF, T. CL. 1960, p. 297-303.

Texto n. 16 – Os esquemas metafóricos em biologia, p. 167

CANGUILHEM, G. "Le tout et la partie dans la pensée biologique". In: *Les Etudes Philosophiques*, Paris: PUF, 1996. n. 1, p. 13-16 [nova série, 21º ano].

_____. (1996) *La connaissance de la vie*. 2. ed. revista e ampliada. Paris: J. Vrin, 1965, p. 48-49 e 63-64. © Édition Vrin.

1.5. A tentação do profetismo

Textos n. 17 e 18 – O profetismo do professor e do intelectual, p. 172

WEBER, M. *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Plon, 1965, p. 413-415 [Trad. J. Freund – Col. "Recherches en sciences sociales"]].

BERGER, B.M. "Sociology and the Intellectuals: An Analysis of a Stereotype". Vol. XVII, In: *Antioch Review*, 1957, p. 267-290. © Antioch Review.

1.6. Teoria e tradição teórica

Texto n. 19 – Razão arquitetônica e razão polêmica, p. 177

BACHELARD, G. *La philosophie du non*. Paris: PUF, 1940, p. 138-140 [N.T.: Cf. BACHELARD, G. *A filosofia do não: filosofia do novo espírito científico*. São Paulo: Abril, 1979, p. 84-85 – Trad. de Joaquim José Moura Ramos – Col. "Os Pensadores"]].

SEGUNDA PARTE – A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

Texto n. 20 – O método da economia política, p. 179

MARX, K. *Introduction générale à la critique de l'économie politique*. Op. cit., p. 254-256 [N.T.: Cf. MARX, K. *Para a crítica da economia política*. Op. cit., p. 116-117].

Texto n. 21 – A ilusão positivista de uma ciência sem pressupostos, p. 181

WEBER, M. *Essais sur la théorie de la science*. Op. cit., p. 151-163.

Texto n. 22 – “É necessário tratar os fatos sociais como coisas”, p. 188

DURKHEIM, E. *Les Règles de la méthode sociologique*. Op. cit., p. 15-30, e prefácio da 2. ed., p. XII-XIII [N.T.: Cf. DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. Op. cit., p. 13, 24-26 e XX-XXI].

2.1. As abdições do empirismo

Texto n. 23 – O vetor epistemológico, p. 191

BACHELARD, G. *Le nouvel esprit scientifique*. 8. ed. Paris: PUF, 1963 (1ª ed., Paris: F. Alcan, 1934), p. 1-4 [N.T.: Cf. BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. São Paulo: Abril, 1979, p. 91-92 – Trad. de Remberto Francisco Kuhnen – Col. “Os Pensadores”].

2.2. Hipóteses ou pressupostos

Texto n. 24 – O instrumento é uma teoria em ato, p. 194

KATZ, E. “The Two-Step Flow of Communication: An Up-to-Date Report on an Hypothesis”. In: *Public Opinion Quarterly*. Vol. XXI, 1957, p. 61-78 [Trad. Y. Delsaut].

Texto n. 25 – O estatístico deve saber o que faz, p. 201

SIMIAND, F. *Statistique et expérience, remarques de méthode*. Paris: M. Rivière et Cie, 1922, p. 30-37.

2.3. A falsa neutralidade das técnicas: objeto construído ou artefato

Texto n. 26 – A entrevista e as formas de organização da experiência, p. 205

SCHATZMAN, L. & STRAUSS, A. “Social Class and Modes of Communication”. In: *American Journal of Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, vol. LX, n. 4, 1955, p. 329-338 [Trad. F. Boltanski].

Texto n. 27 – Imagens subjetivas e sistema objetivo de referência, p. 220

GOLDTHORPE, J.H. & LOCKWOOD, D. “Affluence and the British Class Structure”. Op. cit., p. 142-144.

Textos n. 28, 29 e 30 – As categorias da linguagem indígena e a construção dos fatos científicos, p. 223

LÉVI-STRAUSS, C. “Introduction à l'oeuvre de Mauss”. In: MAUSS, M. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: P.U.F., 1950, p. XXXVIII-XL [N.T.: Cf. LÉVI-STRAUSS C., “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. Vol. I. São Paulo: Pedagógica e Universitária/Editora da Universidade de São Paulo, 1974, p. 25-26 – Trad. de Lamberto Puccinelli].

MAUSS, M. “Introduction à l'analyse de quelques phénomènes religieux”. In: HUBERT' H. & MAUSS, M. *Mélanges d'histoire des religions*. Paris: Alcan, 1908, t. VIII, p. XXI – apud MAUSS, M. *Oeuvres*. T 1, Les Fonctions sociales du sacré. Paris: Éd. de Minuit, 1968.

MALINOWSKI, B. *Les Argonautes du Pacifique occidental*. Paris: Gallimard, 1965, p. 237-238. [Trad. A. e S. Devyver], © Éditions Gallimard [1ª ed. inglesa, 1922].

2.4. A analogia e a construção das hipóteses

Texto n. 31 – A utilização dos tipos ideais em sociologia, p. 227

WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Tubingen: J.C.B. Mohr, 1922, cap. I, § 1.

WEBER, M. *Essais sur to théorie de la science*. Op. cit.

2.5. Modelo e teoria

Texto n. 32 – A suma e a catedral: as analogias profundas como produto de um hábito mental, p. 234

PANOFSKY, E. *Architecture gothique et pensée scolastique*. Paris: Éd. de Minuit, 1967, p. 83-90 [Trad. P. Bourdieu].

Texto n. 33 – A função heurística da analogia, p. 237

DUHEM, P. *La théorie physique: son objet, sa structure*. Paris: M. Rivière et Cie, 1954, p. 140-143 [2. ed. revista e ampliada].

Texto n. 34 – Analogia, teoria e hipótese, p. 240

CAMPBELL, N.R. *Physics: The Elements*. Cambridge: Cambridge University Press, 1920, p. 123-128.

TERCEIRA PARTE – O RACIONALISMO APLICADO

3.1. A implicação das operações e a hierarquia dos atos epistemológicos

Texto n. 35 – Teoria e experimentação, p. 245

CANGUILHEM, G. *La connaissance de la vie*. Op. cit., p. 47-50.

_____. *Leçons sur la méthode*, dadas na Faculdade de Letras de Estrasburgo, funcionando em Clermont-Ferrand, em 1941-1942 [inédito].

Texto n. 36 – Os objetos prediletos do empirismo, p. 252

MILLS, C.W. *L'imagination sociologique*. Paris F: Maspero, 1967, p. 55-60 [Trad. P. Clinquart]. [N.T.: Cf. MILLS, C.W. *A imaginação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, p. 59-64 – Trad. de Waltencir Dutra].

3.2. Sistema de proposições e verificação sistemática

Texto n. 37 – A teoria como desafio metódico, p. 257

HJELMSLEV, L. *Le langage*. Paris: Éd. de Minuit, 1966, p. 163-167.

Texto n. 38 – A argumentação circular, p. 259

WIND, E. "Some Points of Contact between History and Natural Science". In: *Philosophy and History: Essays Presented to Cassirer*. Oxford: Clarendon Press, 1936, p. 255-264 [Trad. J.C. Garcias – By permission of the Clarendon Press, Oxford].

Texto n. 39 – A prova por um sistema de probabilidades convergentes, p. 264

DARWIN, C. *L'origine des espèces*. Paris: Alfred Costes, 1921, p. 23-27 [1. ed. inglesa, 1859]. [N.T.: Cf. DARWIN, C. *Origem das espécies*. Belo Horizonte: Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1985, p. 57-60 – Trad. de Eugênio Amado].

3.3. Os pares epistemológicos

Texto n. 40 – A filosofia dialogada, p. 268

BACHELARD, G. *Le rationalisme appliqué*. Op. cit., p. 4-8 [N.T.: Cf. BACHELARD, G. *O racionalismo aplicado*. Op. cit., p. 11-15].

Texto n. 41 – O neopositivismo, acasalamento do sensualismo com o formalismo, p. 272

CANGUILHEM, G. *Leçons sur la méthode*. Op. cit.

Texto n. 42 – O formalismo como intuicionismo, p. 278

DURKHEIM, E. "La sociologie et son domaine scientifique". In: CUVILLIER, A. *Où va la sociologie française?* Paris: M. Rivière et Cie, 1953, p. 180-186 [artigo publicado em italiano na *Rivista italiana di sociologia*, t. IV, 1900, p. 127s.].

CONCLUSÃO: SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO E EPISTEMOLOGIA

Texto n. 43 – As mundanidades da ciência, p. 283

BACHELARD, G. *La formation de l'esprit scientifique. Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. Paris: J. Vrin, 1938 [citação feita a partir da 4. ed. Paris: J. Vrin, 1965, p. 24-34. © Éditions Vrin [N.T.: Cf. BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 30-43 – Trad. Estela dos Santos Abreu].

Texto n. 44 – Da reforma da compreensão sociológica, p. 291

MAGET, M. *Guide d'étude directe des comportements culturels*. Paris: CNRS, 1953 [Preâmbulo, p. XXI-XXVI].

Texto n. 45 – Os controles cruzados e a transitividade da censura, p. 296

POLANYI, M. *Personal Knowledge*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1958, p. 217-218.

Leituras complementares

Para a boa utilização pedagógica deste livro, pareceu-nos particularmente útil a leitura das obras que estão assinaladas com um ou dois asteriscos.

ARON, R. * *La sociologie allemande contemporaine*. Paris: F. Alcan, 1935 [Nova edição, Paris: PUF, 1950].

BACHELARD, G. * *Le rationalisme appliqué*. 3. ed. Paris: PUF, 1966 (1ª ed., Paris, 1949) [N.T.: G. BACHELARD, G. *O racionalismo aplicado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977 – Trad. de Nathanael C. Caixeiro].

_____. ** *La formation de l'esprit scientifique, contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. 4. ed. Paris: J. Vrin, 1965 (1ª ed. Paris: J. Vrin, 1938) [N.T.: BACHELARD, G. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 – Trad. Estela dos Santos Abreu].

_____. * *Le nouvel esprit scientifique*. 8. ed. Paris: PUF, 1963 (1. ed. Paris: F. Alcan, 1934) [N.T.: BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. São Paulo: Abril, 1979 – Trad. de Remberto Francisco Kuhnen – Col. “Os Pensadores”].

_____. *Le matérialisme rationnel*. Paris: PUF, 1953.

_____. * *La philosophie du non*. Paris: PUF, 1940 [N.T.: BACHELARD, G. *A filosofia do não: filosofia do novo espírito científico*. São Paulo: Abril, 1979 – Trad. de Joaquim José Moura Ramos – Col. “Os Pensadores”].

_____. *Essai sur la connaissance approchée*. Paris: J. Vrin, 1927.

BERNARD, C. * *Introduction à l'étude de la médecine expérimentale*. Paris: Hachette, 1943 [1. ed., Paris: J.B. Baillièrre et Fils, 1865].

BIERSTEDT, R. “The Limitation of Anthropological Methods in Sociology”. *American Journal of Sociology*, 1948, 54, p. 22-30.

BOREL, E. *Probabilité et certitude*. Paris: PUF, 1950.

BOUDON, R. & LAZARSELD, P.F. * *Le vocabulaire des sciences sociales, Concepts et indices*. Paris/Haia: Mouton, 1965.

_____. * *L'analyse empirique de la causalité*. Paris/Haia: Mouton, 1966.

BRUNSCHVICG, L. *Les étapes de la philosophie mathématique*. Paris: F. Alcan, 1912.

CAMPBELL, N.R. *What is Science?* Nova York: Dover, 1952 (1st publ. 1921).

CANGUILHEM, G. *Le normal et le pathologique*. 2. ed. Paris: PUF, 1966 [1. ed., *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique*. Clermont-Ferrand, 1943].

_____. “Le tout et la partie dans la pensée biologique”. *Les études philosophiques*, 1966, nova série, 21º ano, n. 1, p. 13-16.

_____. * *La connaissance de la vie*. Librairie philosophique. Paris: J. Vrin, 1965. 2. ed. revista e ampliada.

_____. "The Role of Analogies and Models in Biological Discovery". In: CROMBIE A, C. (ed.). *Scientific Change, Historical Studies in the intellectual, Social and Technical Conditions for Scientific Discovery and Technical invention from Antiquity to the Present, Symposium on the History of Science*. Londres: Heinemann, 1963, p. 507-520.

_____. *La formation du concept de réflexe aux XVII^e et XVIII^e siècles*. Paris: PUF, 1955.

_____. "Le problème des régulations dans l'organisme et dans la société". *Les cahiers de l'alliance israélite universelle*, 1955, n. 92, p. 64-81.

CARNAP, R. "Empirism, Semantics and Ontology". *Revue Internationale de Philosophie*, 1950, IV.

_____. "Testability and Meaning". *Philosophy of Science*, 1936, 3 e 1937, 4.

_____. * *Le problème de la logique de la science, science formelle et science du réel*. Paris: Hermann & Cie, 1935 [Trad. Vouillemin].

_____. "Les concepts psychologiques et les concepts physiques sont-ils foncièrement différents?". *Revue de synthèse*, 1935, t. X, n. V, p. 43-53.

CASSIRER, E. * *An Essay on Man*. New Haven Yale. University Press, 1944.

_____. "The Influence of Language upon the Development of Scientific Thought". *The Journal of Philosophy*, vol. 33, 1936, p. 309-327.

_____. "Le langage et la construction du monde des objets". *Journal de Psychologie normale et pathologique*, vol. XXX, 1933, p. 18-44.

_____. *Philosophie der symbolischen Formen*. Berlin: Bruno Cassirer, 1923-1929. 3 vols.

COHEN, M.R. *Studies in Philosophy and Science*. Nova York: Holt, 1949.

COHEN, M.R. & NAGEL, E. *An Introduction to Logic and Scientific Method*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1964.

COHEN, P.S. "Models". *The British Journal of Sociology*, 1966, vol. XVII, n. 1, p. 70-78.

COMTE, A. *Cours de philosophie positive*. Paris: Garnier frères, 1926, t. I e II [1^a ed., t. I. Paris: Rouen frères; t. II, Paris: Bachelier, 1835] [N.T.: COMTE, A. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril, 1978 – Trad. de José Arthur Giannotti – Col. "Os Pensadores"].

COURNOT, A. *Essai sur les fondements de nos connaissances et sur les caracteres de la critique philosophique*. Paris: Hachette, 1912 [1. ed. Paris: Hachette, 1851].

_____. *Considérations sur la marche des idées et des événements dans les temps modernes*. Paris: Hachette, 1872. 2 vols.

DUHEM, P. *La théorie physique: son objet, sa structure*. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1954 [2. ed. revista e ampliada].

DURKHEIM, E. *Leçons de sociologie – Physique des moeurs et du droit*. Paris: PUR, 1950.

_____. *Sociologie et philosophie*. Paris: F. Alcan, 1924 [N.T.: DURKHEIM, E. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Forense, 1970 – Trad. de J.M. de Toledo Camargo].

_____. *Éducation et sociologie*. Paris: F. Alcan, 1922 (nova ed. Paris: PUF, 1966) [N.T.: DURKHEIM, E. *Educação e sociologia*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978 – Trad. do Prof. Lourenço Filho].

_____. "Sociologie et sciences sociales". *De la méthode dans les sciences*. Paris: F. Alcan, 1921.

_____. "La sociologie". *La science française* (Exposition Universelle et Internationale de San Francisco). Paris: Larousse, 1915, vol. 1, p. 39-49.

_____. *Les formes élémentaires de la vie religieuse – Le système totémique en Australie*. Paris: F. Alcan, 1912.

_____. * *Les Règles de la méthode sociologique*. Paris: F. Alcan, 1901. 2. ed. revista e ampliada [N.T.: DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. 11. ed. – Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984].

_____. "La sociologie et son domaine scientifique". *Rivista Italiana di Sociologia*, t. IV, 1900, p. 127-159 [apud CUVILLIER, A. *Où va la sociologie française?* Paris: M. Rivière et Cie, 1953, p. 177-208].

_____. * *Le suicide, étude de sociologie*. Paris: F. Alcan, 1897.

_____. * *De la division du travail social*. Paris: F. Alcan, 1893.

FAUCONNET, P. & MAUSS, M. ** "Sociologie". *La Grande Encyclopédie*. Société anonyme de la Grande Encyclopédie, t. XXX, Paris, p. 165-176.

FEIGL, H. & BRODBECK (orgs.). *Readings in the Philosophy of Science*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, 1961.

FESTINGER, L. & KATZ, D. *Les méthodes de recherche dans les sciences sociales*. Paris: PUF, 1963 [Trad. H. Lesage].

GARDINER, P. *The Nature of Historical Explanation*. Oxford: Oxford University Press, 1952.

GONSETH, B. *Les fondements des mathématiques – De la géométrie d'Euclide à la relativité générale et à l'intuitionnisme*. Paris: Blanchard, 1926.

GROSS, L. (org.). *Symposium on Sociological Theory*. Londres/Nova York: Harper & Row/Evanston, 1959.

HAMMOND, P.E. *Sociologists at Work – Essays on the Craft of Social Research*. Nova York: Basic Books, 1964.

KAHL, R. (org.). *Studies in Explanation – A Reader in the Philosophy of Science*. Englewood Cliffs (N.J.) Prentice-Hall, 1963.

KAPLAN, A. * *The Conduct of Inquiry – Methodology for Behavioral Science*. San Francisco: Chandler Publishing Company, 1964 [N.T.: KAPLAN, A. *A conduta na pesquisa – Metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo: Herder/Editora da Universidade de São Paulo, 1972 – Trad. de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota].

KENDALL, P.L. & LAZARSFELD, P.F. "Problems of Survey Analysis". In: MERTON, R.K. & LAZARSFELD, P.F. (orgs.). *Continuities in Social Research, Studies in the Scope and Method of "The American Soldier"*. Glencoe (Ill): Free Press, 1950, p. 133-167.

KOYRÉ, A. *Études d'histoire de la pensée scientifique*. Paris: PUF, 1966.

LAZARSFELD, P.F. & ROSENBERG, M. * *The Language of Social Research, A Reader in the Methodology of Social Research*. Glencoe (Ill): The Free Press, 1955.

LAZARSFELD, P.F. & MERTON, R.K. (orgs.). * *Continuities in Social Research, Studies in the Scope and Method of "The American Soldier"*. Glencoe (Ill): Free Press, 1950.

LÉVI-STRAUSS, C. * *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958.

_____. * *Race et Histoire*. Paris: Unesco, 1952.

_____. "Introduction à l'oeuvre de Marcel Mauss". In: MAUSS, M. *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1950, p. I-LII [N.T.: LÉVI-STRAUSS, C. "Introdução à obra de Marcel Mauss". In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Pedagógica e Universitária/Editora da Universidade de São Paulo, 1974 [Trad. de Lamberto Puccinelli].

LINTON, R. *De l'homme*. Paris: Éd. de Minuit, 1968 [Trad. Y. Delsaut].

LIPSET, S.M. & SMELSER, N.J. (orgs.). – *Sociology – The Progress of a Decade*. Englewood Cliffs (N.J.), Prentice-Hall, 1961.

MAGET, M. "Remarques sur le village comme cadre de recherches anthropologiques". In: *Bulletin de Psychologie*, t. VIII, 1955, n. 7-8, p. 375-382.

_____. * *Guide d'étude directe des comportements culturels*. Paris: CNRS, 1953.

MALINOWSKI, B. *Les Argonautes du Pacifique occidental*. Paris: Gallimard, 1963 (Trad. A. e S. Devyver), [N.T.: MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. 2. ed. São Paulo: Abril, 1978 [Trad. de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça – Col. "Os Pensadores"]].

- MARX, K. ** *Introduction générale à la critique de l'économie politique. Oeuvres de K. Marx*, Paris: Gallimard, 1965, p. 235-268 [Trad. M. Rubel e L. Évrard]. [N.T.: MARX, K. *Para a crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [Trad. de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi – Col. “Os Pensadores”].
- _____. * *Le Capital*. Paris: Éd. sociales, 1948 a 1950 [Trad. J. Roy].
- MAUSS, M. * *Oeuvres*. Paris: Éd. de Minuit, 1968-1969, 3 vols.
- _____. * *Sociologie et anthropologie*. Paris: PUF, 1950 [N.T.: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Pedagógica e Universitária/Editora da Universidade de São Paulo, 1974 – Vol. 1, trad. de Lamberto Puccinelli, vol. 2, trad. de Mauro W.B. de Almeida e Lamberto Puccinelli].
- MERTON, R.K. * *Éléments de théorie et de méthode sociologique*. Paris: Plon, 1965 [2. ed. ampliada – Trad. H. Mendras].
- MILLS, C.W. *L'Imagination sociologique*. Paris: F. Maspero, 1967 (Trad. P. Clinquart), [N.T.: MILLS, C.W. *A imaginação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969 – Trad. de Waltensir Dutra].
- NAGEL, E. *The Structure of Science: Problems in the Logic of Scientific Explanation*. Nova York: Harcourt, Brace and World, 1961.
- _____. *Logic without Metaphysics*. Nova York: The Free Press, 1956.
- _____. “Verifiability, Truth and Verification”. *Journal of Philosophy*, XXXI, 1934.
- NAGEL, E. & HEMPEL, C.G. “Problems of Concepts and Theory in the Social Sciences”, Simpósio. In: *Language, science and Human Rights, Papers of the American Philosophical Association*. Boston: Eastern Division, I, University of Pens. Press, 1952.
- PIAGET, J. (sob a direção de). – *Logique et connaissance scientifique*. Paris: Gallimard, 1967.
- POINCARÉ, H. *La science et l'hypothèse*. Paris: Flammarion, 1902.
- POLYA, G. *Mathematics and Plausible Reasoning*. Princeton (N.J.): Princeton University Press, 1954 [2 vols.].
- POPPER, K.R. *The Logic of Scientific Discovery*. Nova York: Harper and Row, Harper Torchbooks, 1965 [1st ed., Hutchinson and C, Londres, 1959].
- SAPIR, E. *Anthropologie*. 2 vols. Paris: Éd. de Minuit, 1967 [Trad. C. Baudelot].
- SAUSSURE, F. de. *Cours de Linguistique générale*. 5. ed. Paris: Payot, 1962 [1. ed., Payot, Lausana, 1916].
- SIMIAND, F. *Le salaire, l'évolution sociale et la monnaie*. 2 vols. Paris: F. Alcan, 1932.
- _____. * *Statistique et expérience*. Remarques de méthode. Paris: Rivière et Cie, 1922.
- WEBER, M. ** *Essais sur la théorie de la science*. Paris: Plon, 1965 [Trad. J. Freund].
- _____. *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*. Paris: Plon, 1964 [Trad. J. Chavy] [N.T.: WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1981 – Trad. de M. Irene de Q.F. Szmrecsányi e Tomás J.M.K. Szmrecsányi].
- _____. *Essays in Sociology*. Nova York: Oxford University Press, 1958 [Trad. H.H. Gerth e C.W. Mills].
- _____. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Tübingen: J.C.B. Mohr, 1922.
- WHITEHEAD, A.N. *Science et monde moderne*. Paris: Payot, 1930.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-philosophicus*, seguido de *Investigations philosophiques*. Paris: Gallimard, 1961.
- ZETTERBERG, H.L. *On Theory and Verification in Sociology*. Estocolmo/Nova York: Almqvist and Wiksell/Tressler Press, 1954.

Índices

Índice onomástico¹

- Albert, H. 65 n.36
Aristóteles 40 n.29, 48, 169, 193
- Bachelard 12, 17, 19, 20 n. 18, 22, 26 n. 5, 31, 35 n. 23, 36-38, 39 n. 26, 40s, 48, 63, 66 n.37, 79 n. 13, 80, 83s, 87, 88 n. 1, 96 n. 8, *101*, 109, 117, *177*, *191*, 268, 283
Bacon 9, 48, 66, 118s., 121, 161, 193, 250
Barber, B. 94 n. 6
Barbut, M. 70
Barton, A.H. (e Lazarsfeld, P.F.) 47, 52 n. 15, 59 n. 28, 85 n. 22
Belaval, Y. 34, 35 n. 21
Benedict, R. 85 n. 22
Benveniste, E. 21 n. 22
Berelson, B. (e Steiner, G.A.) 42 n. 32
Berger, B.M. 172
Bergson, H. 15 n. 9, 108
Bernard, 21 n. 21, 26 n. 6, 64, 170-172
Bierstedt, R. 60 n. 29
Boas, F. 69
Bohr, N. 104, 178
Bourdieu, P. 29 n. 12, 49 n. 12, 56 n. 19, 62 n. 32
Braithwaite, R.B. 65 n. 36
Brunschvicg, L. 32, 77 n. 7, 78, 101s., 248
- Campbell, N.R. 20, 78, 240
Canguilhem, G. 10 n. 1, 34 n. 19, 69, 77, *101*, 168, 245s., 273
Cassirer, E. 32 n. 16, 206 n. 1
Cat 68
Chastaing, M. 33 n. 17, 57, 162, 164 n. 14
Chomsky, N. 34 n. 20, 75, 76 n.3
Cohen, M.R. (e Nagel, E.) 240
Colby, K.M. 76 n.4
Comte, A. 9, 10 n.1, 76 n.4, 77 n.7, 144s., 155, 170, 247s., 273, 276s.
Conant, J.B. 78 n. 12
Cook, S.W. (v. Selliz)

¹As indicações em *itálico* remetem aos textos dos autores citados no segundo bloco deste livro, p. 99s.

Copérnico 118
Cournot, A. 69

Darwin, C. 264
Descartes, R. 9, 120, 167, 289
Deutsch, M. (v. Selliz)
Dewey, J. 61
Dilthey, W. 16, 260, 262s.
Dodd, S.C. 48 n. 8
Duhem, P. 35, 68, 81s., 83 n. 18, 94 n.5, 238, 245 n.* , 250
Durkheim, E. 13, 17 n. 14, 24, 26, 27 n. 7, 28 n. 9, 30, 46, 49, 67, 68 n. 40, 97, 100, 117, 136-138, 141 n.* ,
143, 146 n.* , 153, 189, 278

Fauconnet, P. (e Mauss, M.) 24 n.1, 25 n.3
Feyerabend, P. 18
Fisher, L.H. (v. Kerr)
Freud, S. 14, 18, 76

Galileu, G. 46, 50 n.13, 65
Goffmann, E. 67 n.38
Goldthorpe, J.H. (e Lockwood, D.) 125, 220s.
Goussier e Marivetz (barão de) 39 n. 26
Granet, M. 146 n.*
Gurvitch, G. 40

Hamond, P.E. 15 n. 9
Hanson, N.R. 80 n. 14
Hayek, F.A. von 16
Hegel, G.W.F. 175, 179s.
Hempel, C.G. 15 n. 9, 18, 48 n. 8, 77 n. 9
Hjelmslev, L. 166 n. 19, 257s.
Husserl, E. 65

Jahoda, 125 n. *
James, W. 33, 192
Jevons, S. 42, 204

Kant, I. 81, 175
Kaplan, A. 11 n. 4, 18, 64 n. 33, 83 n. 19, 113, 264
Katz, E. 52s., 194s.
Kelvin, L. 68, 237
Kerr, C. (e Fisher, L.H.) 53 n. 17
Keynes, J.M. 43
Komarovskiy, M. 53 n. 17
Koyré, A. 50, 65
Kuhn, T.S. 80 n. 14, 95 n. 7

Labriola, A. 26 n. 4
Lazarsfeld, P.F. 10n. 2 (Barton, A.H. e Lazarsfeld, P.F., v. Barton)
Leibniz, G.W. 70, 170
Lerner, D. 56, 206

Lévi-Strauss, C. 27 n. 8, 30, 31 n. 13, 49, 70, 92 n. 4, 223, 295
 Lockwood, D. (v. Goldthorpe)

Maget, M. 58, 291

Malinowski, B. 225s.

Mannheim, K. 93

Marivetz (barão de) (v. Goussier)

Marx, K. 12s., 26, 28, 29 n.10, 30, 38, 45, 70, 148, 179

Mauss, M. 27 n. 8, 67, 121, 223s. (Durkheim, É. e Mauss, M., v. Durkheim; Fauconnet, P. e Mauss, M., v. Fauconnet)

Mayo, E. 53 n. 17

Merton, R.K. 25, 41, 127

Meyerson, E. 101, 107, 277

Michelson (e Morley) 39

Mill, S. 16, 151s.

Mills, C.W. 37, 89 n. 2, 176, 206 n. 1, 252s.

Mises, L. von 31

Morley (v. Michelson)

Nagel, E. (v. Cohen)

Newton, I. 25, 251, 289

Nietzsche, F. 38, 50, 77

Panofsky, E. 40, 76, 82, 234s.

Pareto, V. 31, 61

Parsons, T. 40s.

Passeron, J.-C. 49 n. 12, 62 n. 32

Planck, M. 52, 76, 77n. 6, 249 n. 3, 277 n. 17

Poincaré, H. 50, 89

Polanyi, M. 43, 44 n. 34, 96, 296s.

Politzer, G. 40 n. 29, 84 n. 20

Polya, G. 67 n. 39

Popper, K.R. 15 n. 9, 48 n. 9, 77 n. 7

Régnier, A. 19 n. 17

Reichenbach, H. 83, 274

Richtie, A.D. 20

Rickert, H. (v. Dilthey)

Riesman, D. 176, 205

Röschmeyer, D. (e Scheuch, E.K.) 19 n. 16

Rousseau, J.-J. 70, 149

Russel, B. 70 n. 46, 78 n. 11

Saint Martin, M. de 62 n. 32

Saussure, F. de 21 n. 22, 45s., 162 n. 5, 257s.

Schatzman, L. e Strauss, A. 205*, 206

Scheuch, E.K. (v. Röschmeyer)

Seignobos, L. 146

Selliz, C. (Selliz, C. Deutsch, M. e Cook, S.W.) 60 n. 28

Simiand, F. 54, 85 n. 21, 146s., 201

Skinner, B.F. 34 n. 20

Sombart, W. 157

Spencer, H. 28 n.9, 153, 155

Steiner, G.A. (v. Berelson)

Strauss, A. (v. Schatzman)

Tomás de Aquino 71, 235 n. 2, 236

Tylor, L. 27 n. 8

Uvarov, K. 79

Vaucanson 68

Villard, de Honnecourt 82, 237

Weber, M. 13, 15, 26, 45, 54, 66, 114, 141, 156s., 172s., 181s., 228

Whitehead, A.N. 40s.

Wind, E. 260

Windelband, W. (v. Dilthey)

Wittgenstein, L. 32s., 141, 162 n. 3, 164 n. 13, 165 n. 15, 166 n. 19, 274

Índice analítico²

- Abstração (v. tb. Construção) 34s., 124s., 256
 – e descoberta de fatos 259
 – científica 278s.
 – do senso comum e – científica 179s.
 metodologia da – 201s., 220s.
 – operada pelas técnicas 220s.
 os fatos sociológicos como dupla – 201s.
- Acaso (v. Invenção)
- Aculturação (v. Empréstimo (tomada de), Etnologia (em sociologia), Ciências da natureza e ciências do homem)
 situação de – e relações entre disciplinas científicas 49s., 96s.
- Ambição
 – e explicação psicológica (v. tb. Psicologia (explicação pela -) e Natureza) 31s.
- Amostra
 – reveladora 66
- Amostragem 53, 252s.
 – ao acaso e neutralização dos grupos 194s.
- Análise
 – de conteúdo 57
 – hierárquica das opiniões 62
 – multivariada 62, 83
 – multivariada e atomização das relações 61s.
 – multivariada e história 62s.
 – estatística (v. Estatística)
quantitative analysis e *qualitative analysis* 59 n. 26
 – secundária como trabalho de retradução 49s. 56 n. 20
 – funcionalista 29s.
 – estrutural 62s., 76, 83
- Analogia 64s., 74, 295
 o raciocínio pela – e o método comparativo 66s.
 – s ocultas 234s.
 – e invenção 66s., 71s., 238
 o bom uso da – 70s., 73s.
 a – controlada pela intenção teórica (v. tb. Ruptura (epistemológica)) 167s.
 – e teoria 237s.
 a – espontânea como forma de explicação profética (v. tb. Esquemas (metafóricos) e Profetismo)
 modelos analógicos (v. Modelo) 38s., 167s.
- Antropologia social
 – como reconciliação da sociologia com a etnologia (v. tb. Ciências do homem e Etnografia (métodos etnográficos)) 60s.
- Anulação (v. tb. Prova e Constatação) 77 n. 7, 249s.
- Aparências (ruptura com as -) (v. tb. Ruptura (epistemológica), Fenômenos, Semelhança, Sociologia espontânea, Analogia e Objeto (pré-construído)) 23s., 70s., 73s.
- Aptidões
 – tratadas como dados naturais 30s., 206s.
- Apuração de pesquisa (v. Pesquisa)

²O tema é tratado nas páginas citadas, mesmo que não apareça a palavra que o designa neste índice.

Aristotelismo

- as formas do - em sociologia: as teorias classificatórias (v. tb. Taxinomia, Teoria (e tradição teórica) e Pais fundadores) 40s.

Arquitetônica

- razão - 177s.

Ars inveniendi (v. tb. Invenção) 14, 67

Ars probandi (v. tb. Prova) 14

Artefato

- como produto de utilização cega das técnicas 63s., 193s.
- verbal (v. tb. Entrevista, Questionário, Objeto (pré-construído) e Técnica) 52, 54s.

Artificialismo

- como filosofia espontânea do social
- interpretações artificialistas 25s. 134s., 144s.

Aspiração

- à mobilidade social como forma sutil da explicação pela natureza (v. tb. Natureza) 31 n. 14

Atitude 62s.

- e opinião 58s., 62s.
- mental (v. *Habitus*)

Atmosfera (ambiente) 93

Atomização

- do objeto 74s.
- das relações (v. Análise (multivariada) e Totalidade)

Audiências

- e profetismo (v. tb. Profetismo e Público) 37s., 94s., 172s.

Auri sacra fames

- e explicação pela psicologia (v. tb. Psicologia (explicação pela -) e Natureza) 156s.

Autômato (v. Modelo (-s mecânicos)) 68s.

- representação popular do - e epistemologia espontânea (v. tb. Epistemologia (espontânea)) 89s.

Autonomia

- da ciência sociológica 93s.

Autonomização

- das operações de pesquisa (v. tb. Operações (dissociação real das -) e Epistemologia (atos epistemológicos)) 73

Biografia

- como técnica etnográfica (v. tb. Etnografia (métodos etnográficos)) 58s., 61 n. 31

Biologia (v. tb. Natureza) 30s., 245s.

- analogias biológicas (v. tb. nota 19) (v. tb. Analogia) 34 n. 19, 167s.

Burocratização

- da pesquisa sociológica e perigos epistemológicos (v. tb. nota 2) (v. tb. *Pump handle research*, Metodologia e Rotina) 75 n. 2, 88s.

divisão burocrática do trabalho de pesquisa e ciclo experimental 73

divisão burocrática do trabalho de pesquisa e hierarquia dos atos epistemológicos 73s.

(v. tb. Epistemologia (atos epistemológicos))

institutos de pesquisa e - 89s.

ethos burocrático v. tb. Sociologia (da -)) 89 n. 2

Campo (trabalho de)

- a reintrodução do preceito do - em sociologia (v. tb. Etnografia (métodos etnográficos)) 75 n. 2

Capitalismo

- explicação do - pela psicologia 31 n. 14, 156s.

Carreira 61 n. 31

Cartografia

- como disciplina etnográfica (v. tb. Etnografia (métodos etnográficos)) 58s.

Categorias

- de análise e teoria (v. tb. Análise)
- da linguagem (v. Linguagem) 60s.
- “- factícias” 226
- de pensamento e entrevista 211s.
- de expressão 212s.
- sociais (divisão das) (v. tb. Divisão) 60s.

Causalidade (v. Determinismo)

- estrutural 61s.

Célula (v. tb. Biologia (analogias biológicas)) 168s.

Censores 104s.

Characteristica generalis (v. tb. Linguagem e Formalização) 162

Ciclo

- experimental 73
- fases do - experimental e divisão burocrática das operações de pesquisa (v. tb. Operações) 73
- experimental e atos epistemológicos (v. tb. Epistemologia (atos epistemológicos)) 80s.

Cidadela erudita 284, 290

- e vigilância epistemológica 93s.
- e sociedade culta 284

Ciência

- e percepção 23, 101s.
- e sensação (v. tb. Fisicalismo) 276
- e metaciência 43s.
- a sociologia como - experimental e não como - reflexiva (v. tb. Consciência (princípio da não-)) 26s.
- história da - 87s.
- sociologia da - 87, 94s., 113

Ciências da natureza

- e ciências do homem (v. Ciências do homem) representação comum das 113s.

Ciências do homem 37s.

- e ciências da natureza (v. tb. Aculturação) 75s., 88s., 100, 114s., 142s., 260s., 294s.
- o estereótipo da irredutibilidade das - às ciências da natureza (v. tb. Dualismo (de Dilthey) e Humanismo) 11, 114s.
- a dissimilação como forma de relação das - com as ciências da natureza 201, 260s.
- a imitação servil das ciências da natureza (v. tb. Positivismo) 260
- a transposição das aquisições da reflexão epistemológica sobre as ciências da natureza para as - 11, 260
- comparação entre os métodos das ciências da natureza e os métodos das - 201, 260

Cientificidade

- as condições sociais da - 94s.
- a inquietação da - em sociologia 88s.
- os sinais exteriores da - nas ciências humanas 88s.

Círculo

- metódico 82s., 203, 260

Circulus methodicus (v. Círculo (metódico))

Classes sociais

- e convenções de expressão 205
- e relação à linguagem 205
- e representação do funcionamento da sociedade 91s.
- efeito diferencial das técnicas segundo as - (v. tb. Técnicas) 205
- estudo das - e estudo da estratificação social 252s.

Classificação

- ões aristotélicas 41s.
- e teoria 41s.
- o espírito científico moderno como ruptura com o espírito de - (v. tb. Teoria (e tradição teórica)) 41s.
- as -ões por campos aparentes como sinal da penetração da sociologia erudita pela sociologia espontânea (v. tb. Sociologia espontânea e Objeto (construído)) 47

- e construção 223s.
- categorias de - 212s.
- Codificação
 - aplicação duma teoria na - 60s.
 - elaboração dum código 78s.
- Coerência
 - do sistema de hipóteses (v. Hipótese) prova pela - (v. Prova e Sistema)
- Coisa (v. Objeto (pré-construído))
 - "É necessário tratar os fatos sociais como -s" (v. tb. Experiência, Objetivo e Subjetivo) 188s.
- Coleta (dos dados) 58s., 75s.
 - técnicas de - (v. Observação e Fato (fatos e dados))
- Começo (situação de) 100
 - e explicitação dos princípios de construção (v. tb. Teoria (e tradição teórica) e Pais fundadores) 46 n. 4
 - "Como se" (pensamento a partir do modelo) (v. tb. variação (imaginária)) 65
- Comparação 70s.
 - entre sociedades diferentes 71s.
 - ões históricas 252s.
 - o método comparativo como característica da ciência sociológica 67s.
 - e abstração (v. Analogia, Aparências e Semelhança)
- Complô
 - explicação pela teoria do - 34s.
- Compreensão (v. Sociologia (compreensiva) e Sentido)
- Computador
 - o - como símbolo de cientificidade 88s.
 - utilização dos -s e procedimento experimental 89s.
- Comunicação
 - técnicas de - e situação de entrevista 206s.
 - sociologia da - 206s., 252s.
 - meios modernos de - 34s., 63s., 194, 253
 - a - na cidadela erudita
- Comunidade
 - erudita (v. Cidadela erudita) 95s.
- Conceito
 - s operatórios e -s sistemáticos (v. tb. Operacionalismo) 47
 - elenco sistemático de -s 80
 - o - e a coerência das observações 169
 - genérico (v. Indução)
 - retificado (v. tb. Razão (polêmica)) 177s.
- Conciliação
 - falsas-ões (v. tb. Teoria (e tradição teórica)) 177s.
 - dos contrários e imperativo de cumulatividade (v. tb. Escolástica) 40s.
- Concreto (v. Abstração)
 - a invocação do - como preocupação humanista (v. Humanismo)
 - a invocação do - como exigência do senso comum 46s.
 - pensado (v. tb. Objeto (construído)) 179s.
- Confirmação (v. Prova)
 - e anulação (v. Anulação)
- Conquista (v. Ruptura (epistemológica))
- Consciência
 - princípio da não - (v. tb. Transparência (ilusão da -)) 25s., 62s., 146s., 227s.
 - social (v. Experiência (comum...)) e Sociologia espontânea)
- Constatação 73s.
 - o lugar da - na hierarquia dos atos epistemológicos (v. tb. Epistemologia (atos epistemológicos)) 21s., 73s.
 - e teoria 76s.

- o empirismo como redução do procedimento científico à – 21s.
- de fracasso e reconstrução do sistema de hipóteses 77s.
- e questionário 74 n.1
- Construção 45s., 124, 146s., 157s., 179s., 189, 225, 252s., 278
- lugar da – na hierarquia dos atos epistemológicos 21s., 73s.
- o empirismo como recusa da – teórica (v. tb. Empirismo) 50s., 252s.
- e ruptura (v. tb. Ruptura (epistemológica)) 73s.
- e teoria (v. Teoria)
- formalismo e – (v. tb. Formalização e Simbolismo) 69s., 74 n. 1
- analogia e – (v. tb. Analogia) 64, 66s., 71s.
- modelo e – (v. tb. Modelo) 71s.
- os princípios da – como fundamento do valor dos modelos 69s.
- a – das hipóteses (v. Hipótese)
- e manipulação de categorias constituídas (v. tb. Metodologia) 61s.
- a definição prévia como – (v. tb. Definição) 23s.
- ões especulativas da filosofia social 65
- e pré-construções da linguagem 57s.
- recusa da – e submissão às pré-construções da linguagem (v. tb. Objeto (– construído e – pré-construído), Linguagem e Esquemas (de interpretação)) 223s.
- Construído (objeto) (v. Objeto)
- Controle
 - epistemológico (v. tb. Vigilância (epistemológica)) 54s., 70s., 78, 93s.
 - epistemológico e – tecnológico 62s.
 - condições sociais do – epistemológico 93s.
 - s cruzados (v. tb. Pares (grupo dos pares) e Cidadela erudita) 95s., 296s.
 - tecnológico (v. tb. Metodologia) 79s., 84s.
 - lógico 249
 - formalização e – (v. tb. Formalização) 70s.
- Convencionalismo 21s., 268s.
- Cópia
 - a – como forma positivista de tomada de empréstimo à epistemologia das ciências da natureza (v. tb. ciências do homem e Ciências da natureza) 16s.
 - a – como representação positivista do modelo teórico (v. tb. Modelo) 68s.
- Corpus
 - a tradição teórica como – (v. tb. Teoria (e tradição teórica)) 39s.
 - mítico 76
- Corte
 - epistemológico (v. Ruptura (epistemológica))
- Crise
 - situação de – e técnicas tradicionais de pesquisa 57s.
- Cristalização de estatuto 60s.
- Crítica (v. Controle)
 - epistemológica e discussão filosófica 54s., 88 n. 1
 - epistemológica e sociologia do conhecimento sociológico (v. tb. Humor (função epistemológica do mau-)) 87
 - lógica 23s., 124s., 177s.
 - da linguagem comum (v. Linguagem)
- Cultura
 - de classe e pesquisa sociológica 91s.
 - relação à – das classes cultas 92s.
 - relação à – das classes populares
 - “– de massa” 92
 - popular 62s.
 - tradicional (v. tb. Teoria (e tradição teórica)) 109
 - comparação entre –s de diferentes sociedades e no interior da mesma sociedade (v. tb. Relativismo cultural e Etnocentrismo) 63s., 92s.

- sociologia da – 93s., 109
natureza e – (v. tb. Natureza) 30s.
- Culturalismo (v. tb. Intuicionismo) 74s., 85 n. 22
- Cumulatividade
– como ideal dos “teóricos em sociologia” (v. tb. Teoria (e tradição teórica)) 40s.
o imperativo da – e a conciliação dos contrários 40s.
– e ruptura 41s.
- Dados (v. tb. Fato (fatos e dados)) 49s., 245s., 250, 275
coleta dos – (v. Coleta)
observação dos – e teoria (v. tb. Observação, Constatação e Teoria) 75s.
– e categorias de apreensão dos – (no caso da codificação) 78s.
– naturais (v. tb. Natureza) 30s.
os critérios de análise tratados como – naturais 30s.
- Data 49 (v. tb. Dados e Fato (fatos e dados))
- Definição
a – prévia como técnica de ruptura 23s., 121s.
– científica e – da linguagem comum (v. Categorias da linguagem)
– social da sociologia (v. tb. Sociologia) 58s.
- Demissão
– diante do dado (v. tb. Empirismo e Dados) 63s.
- Demonstração (v. Lógica (reconstruída) e Prova)
- Descoberta (v. invenção)
- Descrição
– e construção (v. Construção e Etnografia (métodos etnográficos)) 225s.
- Deslocamento
– da vigilância (v. Vigilância)
- Desmentido
poder do – da experiência (v. tb. Constatação, Anulação e Experiência) 80s.
- Determinismo
– metodológico 26s., 143s.
adesão ao – e experiência dos -s sociais 91s.
relação aos -s sociais das classes cultas 92s.
relação aos -s sociais das classes populares 92s.
-s exclusivos 292s.
- Diálogo
– interdisciplinar (v. tb. Polêmica e Empréstimo (tomada de)) 96s.
-s fictícios (v. tb. Epistemologia (pares epistemológicos)) 83s., 269
- Difusão (cultural) 34s., 52, 194, 252s.
os esquemas metafóricos nos estudos de 34s.
- Disposição
– intelectual (v. tb. *Habitus*) 291
- Dissimilação
a – como forma da relação entre ciências do homem e ciências da natureza (v. Ciências do homem)
- Divisão (v. Categorias e Classificação)
– duma população (v. tb. Análise e Codificação) 60s.
- Divisão do trabalho
a – de pesquisa em sociologia (v. tb. Burocratização e Operações (de pesquisa)) 89s.
- Divulgação
lógica da – (v. Moda, Esquemas (metafóricos) e Difusão (cultural))
- Documentação
coleta de – e teoria (v. tb. Observação, Gravação e Fato (fatos e dados)) 75s.
- Documento transformação do – em objeto de estudo (nota *) (v. tb. Círculo (metódico)) 146s., 260s.

- Dogma (v. Teoria)
 – da “imaculada percepção” 49s.
 – da “imaculada concepção” 77s.
- Dom
 – e contradom 67, 223
- Dualismo
 – de Dilthey (v. tb. Subjetivismo, Ciências do homem e ciências da natureza) 15s., 260
- Durkheimismo
 rotinização do – na França 87s., 100
- Ecletismo
 – filosófico dos cientistas (v. tb. Ruptura (com a tradição teórica)) 88 n. 1, 191
 acumulação eclética e intuicionismo 270s., 281s.
- Efeito
 inversão entre – e causa 28 n. 1, 153s.
- Eleitoral
 estudo do comportamento – 252s.
- Empirismo (v. tb. Experiência, Positivismo e Teoria) 11s., 21s., 42s., 48s., 73, 87s., 104s., 179, 245, 252s., 268s.
 – como característica do pensamento pré-científico 285s.
 – como principal perigo epistemológico 87s.
 lugar do – no espectro das posições epistemológicas (v. tb. Pares) 83s., 268s.
 hiper – 50s., 83s.
 a representação empirista das relações entre ciências vizinhas 46
 o ideal empirista da gravação (v. tb. Gravação) 53
- Empréstimo (tomada de)
 – das ciências do homem às ciências da natureza (v. Aculturação e Epistemologia (das ciências da natureza))
 – de conceitos (v. Esquemas (de interpretação) e Analogia)
 – incontrolado de conceitos e métodos etnológicos 60s. (v. tb. sociologia e Etnologia)
- Ensino
 – e pesquisa em sociologia (v. Universitária (organização) e Sociologia (da formação dos sociólogos))
- Entrevista 252s.
 a situação de – como relação social 205s.
 – e formas de organização da experiência 205s.
 – não diretiva e ideal da neutralidade 54s.
 – e gravação (v. Gravação)
- Entrevistador 205s.
 relação – entrevistado como relação de classe (v. tb. Entrevista) 206, 217
- Epistemologia
 ordem das razões epistemológicas 21s.
 reflexão epistemológica 11s., 16s., 60s.
 aquisição epistemológica das ciências da natureza 11s., 16s., 100
 – e metodologia (v. Metodologia)
 – e filosofia tradicional das ciências 269
 – espontânea 61s., 74s., 85s., 90
 – espontânea dos cientistas 247, 286s.
 – espontânea da sociologia burocrática 73s.
 o campo epistemológico 87s.
 o espectro das posições epistemológicas 87s., 269
 as profissões de fé epistemológicas como ideologias profissionais 90s.
 – positivista (nota 7) (v. tb. Positivismo) 77 n. 7, 277
 – fixista 78s.
 atos epistemológicos (v. tb. Ruptura (epistemológica), Construção e Constatação) 21s., 73s.
 hierarquia dos atos epistemológicos 20s., 73s.

- atos epistemológicos e operações (v. tb. Operações) 73s.
 atos epistemológicos e momentos do ciclo experimental (v. tb. Ciclo (experimental)) 73s.
 atos epistemológicos e tarefas em processo burocrático (v. tb. Burocratização) 89s.
 controle epistemológico (v. Controle)
 crítica epistemológica e análise sociológica 87s., 291s.
 vigilância epistemológica (v. Vigilância)
 obstáculos epistemológicos (v. Obstáculos)
 pares epistemológicos 83s., 269s.
 corte epistemológico (v. Ruptura (epistemológica))
 perfil epistemológico (v. Perfil)
 ruptura epistemológica (v. Ruptura (epistemológica))
 vetor epistemológico 48, 191
- Equívoco 56s., 79s.
- Erro 11s., 17s., 73s., 105s.
 primado epistemológico do – (v. tb. Obstáculos (epistemológicos)) 101s.
 análise sociológica das condições do – (v. tb. Sociologia (do conhecimento)) 11s.
- Escala
 -s 253s.
 a mudança de escala como esquema de interpretação (v. tb. Esquemas (de interpretação)) 34s.
- Escatologia (v. tb. Profetismo) 172s.
- Escolas
 os conflitos de – em sociologia (v. tb. Polêmica) 95s.
- Escolástica 40s., 75s.
 - e tradição teórica em sociologia (v. tb. Teoria) 40s.
- Especialistas
 grupo dos – (v. Pares (grupo dos -) e Cidadela erudita)
- Especificidade
 -s históricas e explicação pelo geral 30s., 156s.
 - das ciências do homem e Ciências da natureza)
- Espectro
 - das posições epistemológicas (v. tb. Epistemologia (pares epistemológicos)) 83s., 269s.
- Especulação (v. tb. Filosofia (social)) 66
- Especulativa(o) (v. Teóricos) diversão – 20s.
- Esquecimentos
 - seletivos (v. tb. Questionário) 58s.
- Esquemas (de interpretação) (v. Modelo)
 transferência de – (v. tb. Analogia) 59s., 71s., 295s.
 transferência de –
 e invenção (v. tb. Etnologia e Invenção) 34s.
 transferência de – e ruptura (v. Ruptura (epistemológica)) 167s.
 - metafóricos 31s.,
 - funcionalistas 35s.
 - eruditos e – comuns 34s., 167s.
 utilização metódica dos – (v. tb. Etnologia e Sociologia) 35s., 59s.
- Essencialismo (v. tb. Natureza) 29s., 104s.
- Estatística(o)
 análise – das respostas 78s.
 ligação – e força probatória 82s.
 significatividade – e significação sociológica 72 n. 47
 o método – como método experimental 201s.
 vigilância epistemológica e utilização das -s 20s., 53s.
 a medida – como técnica de ruptura (v. tb. Ruptura (epistemológica)) 23s.
 a – em etnologia 60 n. 27
 “quase-” 59 n. 26
 quadro – (v. Quadros (estatísticos))

- Estratificação 60s., 63s.
 teoria da – e codificação (v. tb. Classes sociais) 60s. Estrutura
 – inconsciente 62s.
- Estrutura social
 percepção da – pelos sujeitos 218s.
- Estrutural
 afinidade – 71s.
 causalidade – (v. Causalidade)
 método – 75s.
- Ethos*
 – de classe 91s.
- Etnocentrismo 91s., 135s.
 – de classe 91s.
 – intelectual 92s.
 – ético 63s.
 – linguístico (v. tb. Linguagem (pré-construções da -)) 57s., 225s.
 – metodológico (v. tb. Etnologia e sociologia) 59 n. 26
- Etnografia
 métodos etnográficos (v. tb. Observação (etnográfica)) 58s.
- Etnologia 225s.
 introdução dos métodos da – em sociologia 59s.
 método etnológico e construção (v. tb. Construção) 225s.
 o perigo do contato humano em – 75 n. 2, 291s.
 vocabulário etnológico e distanciamento fictício 74 n. 1
- Evolucionismo 135s., 156s.
- Expectativas
 – do público (v. Público)
- Experiência (v. tb. Experimentação) 49s.
 razão e – (v. tb. Hierarquia (dos atos epistemológicos) e Constatação) 65, 79s., 83s.
 – crucial 250, 257
 primeira – (v. tb. Obstáculos (epistemológicos)) 283, 285s.
 – comum e conceitualização erudita (v. Profetismo)
 – comum e experimentação (v. Experimentação)
- Experimentação (v. tb. Constatação) 69s., 76s.
 – e experiência comum 65 n. 35
 – fictícia e – social 55s.
 – e modelo (v. tb. Modelo) 69s.
 – e teoria 76s., 79s.
- Explicação
 – pelo simples (v. tb. Profetismo e Natureza) 30s., 38s.
 – pelo geral 30s.
 – e esquemas metafóricos (v. Esquemas (metafóricos))
 – e modelo (v. tb. Modelo (-s miméticos e -s analógicos)) 69s.
 – sociológica e – psicológica (v. Natureza e Psicologia)
 – e compreensão (v. Sociologia (compreensiva), Sentido, ciências do homem e Ciências da natureza)
- Explicar (v. Explicação)
 “– o social pelo social” (v. tb. Construção) 46, 156s.
- “Falsifiabilidade” (v. tb. Anulação) 77 n. 7
- Falso
 “até que nem é -” (v. tb. Profetismo) 81
- Família
 a – como instituição e a explicação pela psicologia (v. tb. Psicologia (explicação pela -)) 153
- Familiaridade

- a -- com o universo social como obstáculo epistemológico (v. tb. Prenações, Sociologia espontânea e Ilusão (da transparência)) 23s., 137, 167s.
- Fato (v. Construção e Objeto)
- s e dados 49s., 75s., 146s., 272s.
 - percebido e - construído 250
 - geral 247
 - s e teoria 49s., 76s., 245s., 257
 - as técnicas e a construção dos -s (v. tb. Técnicas) 77s
 - a aplicação automática das técnicas e a construção de -s sem significação teórica (v. tb. Artefato) 77s.
 - ritualismo técnico e destruição dos -s 79s.
- Fatos sociais
- especificidade dos - 189s.
- Fechamento
- efeito de - prematuro (v. tb. Metodologia) 18s.
- Fenômenos (v. Aparências e Objeto (construído))
- aparências fenomenais 69, 71s.
 - o operacionalismo como submissão aos - (v. tb. operacionalismo) 69
- Ferramentas 12s., 78s.
- e técnicas (v. tb. Técnicas) 194
- Filosofia
- s implícitas das ciências do homem (v. tb. Epistemologia (pares epistemológicos)) 83s.
 - do conhecimento e epistemologia 17s., 268s.
 - clássica das ciências 192, 268
 - ingênua da ação (v. tb. Sociologia espontânea) 27s.
 - do conhecimento do social da sociologia espontânea (v. tb. Ilusão (da transparência)) 24s.
 - essencialista (v. Essencialismo)
 - humanista (v. Humanismo)
 - social 23s., 39s., 83s., 189
 - construção da - social e tipo ideal 65
- Finalismo
- e explicação sociológica (v. tb. Artificialismo) 154s.
 - ingênuo e funcionalismo 35s.
- Fiscalismo (v. tb. Neopositivismo) 274s.
- Fixismo
- semântico 17s.
 - racionalismo fixista (v. tb. Metodologia) 17s.
- Fluxo
- em dois tempos (v. tb. Difusão (cultural)) 52, 194
- Formalismo (v. tb. Formalização, Simbolismo e Crítica (da linguagem comum)) 65, 73, 77s., 268s.
- e dissociação real das operações da pesquisa 73s.
 - e intuicionismo 269, 278
 - e sensualismo (v. tb. Epistemologia (pares epistemológicos)) 272s., 276s.
- Formalização 18s., 69s., 73s.
- e controle epistemológico 18s., 69s.
 - e construção 69s.
 - e invenção 69s.
 - e ruptura 32s.
 - função clarificadora da - 69s.
 - função crítica da - 69s.
 - valor da - e realização das preliminares epistemológicas 73s.
 - e linguagem comum (v. Linguagem (comum))
- Fórmulas 78s., 90s.
- Frustração
- e explicação psicológica (v. tb. Psicologia (explicação pela -)) 31 n. 14

Função

- ões sociais e "razões" dos sujeitos (v. tb. Transparência (ilusão da) e Consciência (princípio da não)) 27s.
- das prenoções (v. Prenocções)

Funcionalismo 29s., 35s.

Genealogia

- como técnica etnográfica 58s.

Generalização (v. tb. Modelo (teórico) e Ruptura (epistemológica)) 71s.

- de médio alcance (v. Teoria ("de médio alcance"))

Geração 61 n. 31

Geral

- explicação pelo - (v. Explicação)

Gramática generativa (v. tb. Construção) 71s.

Gravação (v. Constatação)

- e coleta de documentação 75s.

- e observação (v. tb. Observação) 74s.

técnicas de - e construção (v. tb. Técnicas, Fato e Construção) 53

a ilusão da - sem pressupostos 181s.

a - sem pressupostos como ideal empirista (v. tb. Empirismo e Positivismo) 50s., 55s.

o ideal da - e a entrevista não diretiva (v. tb. Entrevista) 54s.

Grupo

- de transformação (v. tb. Estrutura e Estrutural (método -))

-s restritos 34s.

-s étnicos 205

Hábitos

- intelectuais (v. tb. *Habitus*) 10

Habitus 75s., 234s., 291s.

- do sociólogo 7s., 13s.

Hau (v. tb. Teoria (indígena)) 223

Heurística (v. Invenção)

Hierarquia

- dos atos epistemológicos (v. tb. Obstáculos (epistemológicos)) 73s.

- dos perigos epistemológicos (v. tb. Obstáculos (epistemológicos))

- de prestígio das operações de pesquisa (v. Operações (de pesquisa))

Hiperempirismo (v. tb. Empirismo) 113s.

Hipótese 122s., 227s.

lugar da - no procedimento científico 245s.

-s teóricas 81s.

sistema de -s 52s., 79s.

sistema de -s e prova pela coerência 79s.

a invenção das -s (v. tb. Analogia) 64s.

- e analogia (v. tb. Analogia) 227s.

invenção das -s e tipo ideal (v. tb. Tipo ideal) -

- e indução 64s.

- e observação (v. Observação)

- e experimentação (v. tb. Experimentação) 76s.

a passagem da - para a verificação e as exigências técnicas 90

o procedimento científico como diálogo da - com a experiência 48

a - na teoria positivista (v. tb. Positivismo) 63s.

- parcelar 80s.

História 29s.

- e sociologia (v. Sociologia)

natureza e - (v. Natureza)

- História da vida (v. Biografia)
- Historiadores (v. Sociologia e História)
- Homogeneização
– dos materiais (v. tb. Técnicas) 61s.
- Homologias (estruturais)
apreensão das – e analogia (v. tb. Analogia) 70s.
- Humanas
ciências – (v. Ciências do homem)
- Humanismo 11, 15, 27s., 36
sua forma epistemológica, o subjetivismo 15s.
a filosofia humanista como princípio das resistências a uma sociologia objetiva (v. tb. Subjetivismo e Objetivo) 27s., 29 n. 12, 36s.
a filosofia humanista como obstáculo epistemológico (v. tb. Transparência (ilusão da -)) 27s.
a filosofia humanista, sua forma ingênua (v. tb. Sociologia espontânea) 27s.
a filosofia humanista, suas formas em sociologia (v. tb. Motivação) 27s.
Filosofia humanista e profetismo (v. tb. Profetismo) 36s.
o estereótipo humanista da especificidade das ciências humanas (v. tb. Ciências do homem) 11, 16s.
- Humor
função epistemológica do mau – 93s.
- Idade
tratada como dado natural 30s.
divisão das faixas etárias e teoria (v. tb. Divisão) 61s.
- Idealismo 83s., 268s.
- Ideologia
– e sociologia (v. tb. “Sociodiceia”) 160s.
recusa do controle epistemológico e submissão à – 61s., 65, 70s.
ruptura com a – (v. tb. Ruptura (epistemológica)) 87s., 90s.
as sínteses vazias da – e o hiperempirismo (como par epistemológico) 83s.
método “ideológico” (v. tb. Subjetivismo e Objetivação) 189s.
- Ignorância
– metódica (v. tb. Transparência (ilusão da -) e Prenoções) 137s.
- Ilusão
– da transparência (v. Transparência)
– do imediatismo (v. Imediatismo)
– da reflexividade (v. Reflexividade (ilusão da))
- Imagem
–ns da linguagem (v. Linguagem e Metáforas)
– pública da sociologia (v. Sociologia)
– comum das ciências do homem (v. Ciências do homem)
– comum das ciências da natureza (v. Ciências da natureza)
- Imaginária
variação – (v. Variação)
- Imediatismo
ilusão do – 91s., 103
- Improbabilidades 264
- Inconsciente 26s., 224
– e não consciente (v. tb. Consciência (princípio da não)) 26s., 139s.
- língua e – 223s.
- Indicadores 74s.
– e fragmentação do objeto (v. tb. Totalidade) escolha dos – da posição social e teoria 60s.
- Indução 65, 252s.
ciências indutivas e ciências dedutivas 248s.
–ões espontâneas (v. tb. Esquemas (de interpretação)) 24s.

- Inesperado (v. Descoberta e *Serendipity*)
- Informador (v. tb. Etnografia (métodos etnográficos)) 59s.
- Inibição
 – metodológica (v. tb. Metodologia e Rotina) 256
- Instinto
 – e explicação pela psicologia (v. tb. Psicologia (explicação pela -) e Natureza) 154s.
- Instituição 87, 136
 a – como objeto da sociologia 146s.
 os aspectos institucionais como formas objetivadas da vida social 189, 224
- Instrumento (de estudo) (v. Técnicas)
 o – como teoria em ato (v. tb. Teoria e Círculo (metódico)) 261
 transformação do – em objeto de estudo 205
- Integração
 o conceito de – em biologia 170s.
 – do meio científico (v. tb. Cidadela erudita) 95s.
- Intelectual(is) 37s., 47 n. 6, 172
 meios – 92s.
 público – (v. Público)
 o sociólogo como – (v. tb. Profetismo) 90s., 92s., 172
 o etnocentrismo do – 92s.
- Interdisciplinar
 colaboração – e condições de sua utilidade epistemológica (v. tb. Aculturação) 96s.
- “Interesses”
 – do sociólogo (v. Valores (papel epistemológico dos -))
- Introspecção
 recurso à – e ilusão da transparência (v. tb. Transparência (ilusão da -)) 50s.
 sociologia introspectiva 51 n. 14
- Intuição 73s., 102s.
 – sensível (v. Ruptura)
 –ões do senso comum (v. tb. Senso (comum)) 278s.
 raciocínio por analogia e ruptura com os dados da – sensível (v. tb. Semelhança (e analogia)) 69s.
 o simbolismo como proteção contra a evidência da – 69s.
 a metodologia e o recurso à – (v. tb. Epistemologia (pares epistemológicos)) 84s.
 a – controlada como instrumento de controle epistemológico 73s.
 a – controlada e a invenção das hipóteses 73s., 294
 a – controlada e a apreensão das totalidades construídas (v. tb. Burocratização) 73s.
- Intuicionismo 65, 70s., 73s., 77s., 85s., 113s., 234, 260, 278, 292
 o – como ambição de apreender diretamente a lógica duma cultura em “intuição central” 73s., 85s., 292, 294s.
 – e prova 234
 o – como dissociação das operações da pesquisa 74s.
 – e esquemas de pensamento da sociologia popular ou semierudita (v. tb. Esquemas (de interpretação) e Sociologia espontânea (e sociologia semierudita)) 85s.
 a consagração metodológica do – 85 n. 22
 o perigo de – na utilização da analogia 65
 o culturalismo como – 74s.
 – e positivismo (v. tb. Epistemologia (pares epistemológicos)) 84s.
- Invenção 11s., 13s., 18s.
 lógica da – 113
 – e analogia (v. tb. Analogia) 66s., 237s.
 – e demonstração (v. Prova)
 – e inesperado (v. tb. *Serendipity*) 24s.
 – e ruptura 23s.
 – e ruptura com as conotações comuns dos conceitos (v. tb. Esquemas (metafóricos) e Ruptura (epistemológica)) 167s.

- e tipo ideal (v. tb. Tipo ideal) 65s., 229s.
- de técnicas 64s.
- aprendizagem da – 15s.
- função heurística da formalização (v. Formalização)
- virtualidades heurísticas dos conceitos e rotinização 12s., 100
- Inventário (sistemático)
 - a observação etnográfica como (v. tb. Etnografia (métodos etnográficos)) 54s., 59s.
- Isomorfos
 - casos – (v. tb. Grupo (de transformação)) 67
- Jogo 33s.
- Juízos de valor (v. Neutralidade (ética))
- Laboratório
 - reação ao – (v. tb. Experimentação (fictícia)) 55s.
- Lapsus*
 - na condução de pesquisa 84
- Leaders* de opinião 53
 - e sondagem de opinião 194s.
 - e explicação por meio de qualidades psicológicas 194s.
- Legitimidade
 - e situação de entrevista 217
- Lei 247s.
 - e hipótese 247s.
 - e teoria (v. tb. Teoria) 247s.
- Lexicologia
 - como disciplina etnográfica (v. tb. Etnografia (métodos etnográficos)) 58s.
- Limite
 - raciocínio por passagem dos -s (v. Tipo ideal)
 - e invenção das hipóteses 66
- Língua (v. Linguagem)
 - e palavra 46
- Linguagem
 - categorias da – e construção dos objetos científicos 65, 121s., 223s.
 - categorias da – indígena e categorias da – do etnólogo 223s.
 - pré-construções da – 57
 - poderes da – (v. tb. Esquemas (de interpretação)) 32s.
 - crítica da – 23s., 32s., 161s.
 - doenças da – 161s.
 - comum e prenoções (v. tb. Prenocções) 23s.
 - comum e profetismo 33s., 37s.
 - formalizada e lógica da – comum (v. tb. Formalização) 32s., 161s.
 - comum e – erudita 123s.
 - semierudita 125
 - e questionário 56s.
 - relação à – e situação de entrevista 54s., 205
- Lógica
 - reconstruída 287
 - reconstruída e – em ato 113s.
 - formal 17s.
- Magia 123s., 153
 - pensamento mágico e estudo dos meios modernos de comunicação 34s.
- Manipulações
 - cegas (v. Artefato)

- Massa (v. tb. Sociedade de-) 52
 a noção de – e a escolha das técnicas de pesquisa 53s.
Mass media (v. Comunicação (meios modernos de-))
 Matemática (v. simbolismo (matemático))
 Materialismo técnico (v. tb. racionalismo (aplicado)) 268s.
 Mecânica(o)
 as imagens -as em sociologia 33s.
 os paradigmas-os em física (v. tb. Esquemas (de interpretação)) 35s.
 Medição (v. Medida)
 Medida
 – e teoria 73, 276
 as exigências da – 10, 13s.
 preocupação exclusiva com a – e vigilância epistemológica 19s.
 objeto mensurável e objeto científico (v. tb. Constatação) 64s., 252s.
 Mensagem
 – de imprensa (v. tb. Análise (estrutural)) 62s.
 Metáforas (v. tb. Esquemas (de interpretação)) 33s., 124s., 167s.
 analogia e – (v. Analogia)
 esquemas metafóricos (v. Esquemas (de interpretação))
 Método
 caráter absoluto do – 11s., 109
 autonomização do – 9, 88s.
 dissociação entre o – e as operações da pesquisa 10
 vigilância do método 109
 sumos sacerdotes do – 10
 – experimental (v. tb. Experimentação) 60s.
 – comparativo (v. Comparação)
 -s etnográficos (v. Etnografia)
 círculo metódico (v. Círculo (metódico))
 Metodologia
 a – como lógica reconstruída 113s.
 – e epistemologia 11s.
 – e vigilância epistemológica 17s.
 – e tecnologia 53
 exercícios metodológicos 18s.
 ética do dever metodológico 19s.
 mania metodológica 78s., 88s.
 a moda em – 88s.
 perversão metodológica 20s.
 requinte metodológico e problemas científicos reais 64s., 264s.
 Metodólogos (v. tb. Método (sumos sacerdotes do -)) 11, 17s.
 Mímicas
 – como técnicas de expressão 218
 Moda
 a – em sociologia 12s., 93
 -s intelectuais 92s.
 Modelo 66s.
 definição positivista do – 67s.
 o – como sistema de relações construídas 67s., 71s.
 – e experimentação 69s.
 – teórico 71s., 73s.
 -s miméticos e -s analógicos 68s., 234
 – e tipo ideal 66
 -s mecânicos e -s cibernéticos em biologia 69

Momentos

a representação do procedimento científico como sucessão de – (v. tb. Operações (de pesquisa) e Epistemologia (atos epistemológicos)) 73

Monografia 83s.

Moral

– de grupo e relação ao sociólogo 205

Moralismo 25s.

Morfologia 189

a descrição morfológica como disciplina etnográfica (v. tb. Etnografia (métodos etnográficos)) 58s.

Motivação

o conceito de – e o conceito de natureza humana (v. tb. Natureza) 30s.

o conceito de – e a filosofia humanista (v. tb. Humanismo) 27s.

pesquisas de – 50s.

apreensão das -ões e explicação pela psicologia 227

Mundano (público) (v. Público)

Mutação

o conceito de – como esquema misto (v. Esquemas (de interpretação)) 34s.

Não resposta (v. Artefato)

Natureza

– e história (v. tb. História) 30s., 148

– e cultura (v. tb. Cultura) 30s.

o conceito de – e suas formas dissimuladas

a explicação pela – e suas formas sutis (v. tb. Dados naturais, Sociologia espontânea e Essencialismo) 30s.

– simples (v. tb. Explicação (pelo simples)) 153

Necessidade 29s., 154

– como princípio explicativo não sociologizado (v. tb. Natureza) 31s.

Negativismo (v. tb. Crítica) 11s.

Neopositivismo (v. tb. Positivismo) 272s.

Neutralidade

– epistemológica 55s.

– ética 54s., 62s., 174

– ética e – epistemológica 54s.

Neutralização

– dos conceitos e das operações pelo discurso pedagógico (v. tb. Rotina e Invenção) 11s.

Noções

– comuns (v. Prenações)

Nominalismo (v. Abstração e Objeto (– real e -de ciência))

Norma

-s sociais e situação de pesquisa 58s.

condutas normalizadas e questionário (v. tb. Etnografia (métodos etnográficos)) 59s.

Nosografia

– da linguagem (v. Linguagem (doenças da -))

Objetiva(o)

a sociologia como ciência – 28s., 29 n. 12

relações -s e relação a essas relações (v. tb. Transparência (ilusão da -), Subjetividade e Subjetivismo)) 29 n. 12, 220s.

Objetivação 121s., 188s.

a condição prévia da – 29 n. 12

as técnicas da – como técnicas de ruptura (v. tb. Ruptura (epistemológica)) 23s., 188s.

Objetividade 50s.

a falsa filosofia da – como caução da abdicação empirista (v. tb. Gravação) 50s.

Objetivismo (v. tb. Positivismo) 29 n. 12

Objeto (v. Construção, Fato e Dados)

- construído (v. tb. Construção Fato e Coisa) 45s., 71s., 179
- construído e – percebido 70s.
- construído e – pré-construído 46s., 48 n. 8, 66, 70s.
- linguagem comum e -s pré-construídos (v. tb. Linguagem e Esquemas (de interpretação)) 32s.
- analogia e ruptura com os dados pré-construídos 66s.
- sobre- e sub- (v. tb. Razão (– polêmica e – arquitetônica)) 40s.
- real e – de ciência 45s., 49, 179
- que fala (como – do sociólogo) 50, 87s.
- comum 47
- científico e técnica de conhecimento 94s.
- sociologia sem – científico (v. tb. Artefato) 63s.
- construído e artefato 54s., 63s.

Observação 147, 275

- e definição 123
- e teoria (v. tb. Teoria) 74s., 245
- etnográfica 54s., 58s.
- etnográfica e instrumentos de laboratório 55s.
- o primado epistemológico da – metódica 59s.
- questionário e – direta 58s.
- pesquisa e quase – 59s.
- protocolo de – 246, 274s.

Obstáculos

- epistemológicos 21s., 23s., 101s.
- os – da familiaridade 23

Operacionalismo 69, 122, 240s.

- o – como demissão teórica 47s., 69

Operações (de pesquisa) 73s., 90

- a hierarquia de prestígio das – na divisão burocrática do trabalho 90
- e fases do ciclo experimental 73s.
- e atos epistemológicos 73s.
- implicação recíproca das – 73s.
- a imanência da teoria nas – mais automáticas 53, 60s., 78s.
- a dissociação real das – como princípio dos erros epistemológicos 74s., 84s.
- hierarquia das – e lugar da teoria 79s.
- controle epistemológico das – estatísticas (v. tb. Epistemologia (atos epistemológicos)) 53s.

Operatória(o) (v. Operacionalismo)

- conceitos -os (v. Conceito)
- a formalização – da vigilância epistemológica (v. Vigilância (epistemológica))

Opinião

- comum (v. Preconções e Sociologia espontânea)
- e comportamento 58s.
- análise hierárquica das -ões 61s.
- técnicas de medição das -ões 253
- pública 252

Ordem

- da invenção e – da prova (v. Prova (lógica da – e lógica da invenção))

Organicismo (v. tb. Esquemas (transferência de -)) 66s., 142s.

Pais fundadores

- relação aos – em sociologia (v. tb. Tradição (teórica), Aristotelismo e Começo (situação de)) 39

Paradigma

- utilização pedagógica e heurística dos -s (v. tb. Esquemas (de interpretação)) 35s.

Paradigmático (caso) (v. tb. Tipo ideal, Modelo e Amostra (reveladora)) 65s.

Pares (v. Epistemologia (pares epistemológicos))

- Pares (grupo dos)
 – e controle científico (v. tb. Cidadela erudita, Controle (controles cruzados) e Polêmica) 93s.
- Partenogênese
 – como modo de produção da teoria (v. Dogma (da “imaculada concepção”) e Teoria)
- Pedagogia
 – da invenção (v. Invenção)
 – da pesquisa (v. Ensino (e pesquisa...))
- Percepção
 – e ciência 23
 objeto de – e objetos de ciência (v. tb. Objeto (– construído e – pré-construído)) 45s.
 invenção e ruptura com as configurações da 54s.
- Perfil
 – epistemológico (v. Epistemologia e Vigilância (epistemologica)) 177s.
- Perguntas
 – irreais (v. tb. Artefato) 51s., 55s.
 – que o sociólogo se formula a si mesmo e - formuladas aos sujeitos (v. tb. Empirismo e Transparência (ilusão da -) 51s.
 neutralidade das – 55s.
 univocidade das – 55s.
- Perigos epistemológicos (v. Obstáculos (epistemológicos))
- Pesquisa
 ensino da – 10s.
 instituições de – 88s.
 instituições de – e burocratização (v. Burocratização)
 -s de motivação (v. Motivação)
 técnicas de – (v. Técnicas)
 apuração de – (v. tb. Análise) 82s.
- Polêmica (v. tb. Controle, Crítica e Vigilância (epistemologica)) 95s., 103s.
 – e crítica epistemológica 11s., 87s., 252s.
 razão – (v. Razão)
- Polissemia
 jogos de – e profetismo 37s.
 a – do termo “inconsciente” 26s.
- Posições
 – sociais (v. tb. Relação social)) 28s.
- Positivismo 16s., 39, 64, 105s., 146s., 182s., 234s., 248, 260, 269, 273s.
 o – como dissociação real das operações de pesquisa 74s.
 contradições lógicas do – 182s.
 – e intuicionismo 84s.
 ilusão positivista duma ciência sem pressupostos (v. tb. Pressupostos) 182s., 230s.
 representação positivista da indução (v. Indução)
 representação positivista da observação (v. tb. Observação) 74s.
 reinterpretação positivista da prova (v. tb. Prova) 81s.
 reinterpretação positivista das exigências da construção (v. Construção)
- Post-festum* (reconstrução) (v. Lógica (reconstruída))
- Potlatch* 67
- Pragmatismo 249, 252, 269s., 272s.
- Prática
 – da pesquisa e epistemologia (v. Operações (e atos epistemológicos) e Epistemologia (espontânea))
 – da pesquisa e método (v. Metodologia)
- Preceitos (v. Censores e Metodologia)
- Pré-construído (objeto) (v. Objeto)
- Prenções 23s., 92s., 117s., 121s., 138
 as – como explicação sistemática 168

- funções sociais das – 23s.
 – comuns e – eruditas (v. tb. Teoria (e tradição teórica)) 41
 elaboração erudita das – 32, 37s., 77s.
 linguagem formalizada e – (v. tb. Formalização) 32s.
 formulação das – 68s.
 ruptura com as – (v. tb. Ruptura (epistemológica))
- Pré-requisitos
 – como forma sutil do conceito de natureza humana (v. tb. Natureza) 29s.
- Pressupostos 91s.
 explicitação dos – e controle científico 95s.
 explicitação dos – e contatos entre disciplinas 95s.
 recusa dos – e abandono às prenoções 51s.
 gravação sem – (v. Gravação)
 ciência sem – (v. Positivismo (ilusão positivista duma ciência sem -))
 – das técnicas (v. Técnicas)
- Prestígio
 a busca do – como princípio explicativo não sociologizado (v. tb. Natureza) 31s.
- Princípio de prazer
 – e princípio de realidade (v. tb. Experiência) 77s.
- Princípios
 – e regras técnicas (v. tb. Teoria (do conhecimento sociológico)) 62s.
- Probabilidades 264s.
- Problemas sociais
 – e problemas sociológicos (v. tb. Humanismo e Profetismo) 47
- Problemática 49, 179
 – inconsciente 56s.
 – teórica 48
 falsas -s veiculadas pela linguagem (v. tb. Linguagem) 162s.
- Procedimentos (v. Técnicas)
- Profeta(s) (em sociologia) 10, 37s.
 “pequeno – credenciado pelo Estado” 37s.
 “pequeno – marginal” (v. tb. Profetismo) 37s.
- Profetismo 36s., 172s., 295s.
 – do professor 37s., 172s.
 – do intelectual 37s., 172s.
- Propensões
 – como forma sutil do conceito de natureza humana (v. tb. Natureza) 29s., 31 n. 14
- Protocolo
 – de observação (v. Observação)
- Prova
 – experimental 21s.
 lógica da – e lógica da invenção (v. tb. Invenção) 14s., 114
 sistema de -s e – pela coerência (v. tb. Círculo (metódico)) 82s., 257, 264s.
 concatenações de – 82s.
 a – pela convergência dos indícios 264s.
 a definição intuicionista da – 234s.
 as caricaturas da – experimental 85s.
 – e exemplo 85s., 278s., 281s.
 definição positivista da – 234s.
 rigor aparente das técnicas de – e neutralização do poder de desmentido da experiência 80s.
- Próximo
 conhecimento – 17s.
 – e conhecimento aproximativo 68s.

Psicanálise

- do espírito científico 11s., 105s.
- do espírito sociológico 34s.

Psicologia (v. Sociologia (compreensiva e psicológica))

- explicação pela - 30s., 156s.
- explicação pela - e neutralização das relações sociais pelas técnicas (v. tb. Sondagem (de opinião)) 194s.
- social 27s., 29 n. 11

Psicologismo 25s., 123

Público

- intelectual 94s., 172
- mundano (v. tb. Profetismo e Cidadela erudita) 88s., 97, 278s., 287s.
- relação ao - e formas da produção intelectual (v. tb. Sociologia (do conhecimento)) 36s., 90s., 94s., 172s., 283s.

Pump-handle research (v. tb. Burocratização (da pesquisa sociológica) e Reiteração (de pesquisas)) 15 n. 10

Quadros (estatísticos)

- leitura dos - 80s.

Questionário 55s., 84s.

- o privilégio metodológico do - 58s., 74 n. 1
- teoria do - e utilização do - 55s.
- e neutralidade na gravação 55s., 58s.
- e observação 58s.
- e quase-observação (v. tb. Métodos (etnográficos)) 58s.
- fechado e univocidade das respostas 56s.

Questões (v. Perguntas)

Raça

- tratada como dado natural 30s.

Racionalismo

- aplicado 74s., 83s., 101s., 191s., 268s.
- fixista 17s., 101
- retificado 191s.
- regional 17s., 101

Racionalização

- pesquisas de motivação e -ões 50s.
- e explicação científica 223s.

Razão (v. Racionalismo)

- arquitetônica 40
- polêmica 17s., 40, 101, 103, 158s., 248s.
- e experiência (v. tb. Experiência e Constatação) 79s., 83s., 246s.

Realidade (v. Constatação, Experimentação e Objeto (- real e - construído))

Realismo 83s., 101s., 179s., 268s., 275s.

- do senso comum (v. tb. Sensualismo)

Recensão

- das verdades estabelecidas 42 n. 32

Redução

- histórica (v. Especificidade (-s históricas))

Referendo

- imagem pública da sociologia como - 58s., 220s.

Reflexiva

- análise - 189s.

Reflexividade

- ilusão da - 135

Regras

– e instrumentos para a apreensão das – (v. tb. Etnografia (métodos etnográficos)) 59s.

Regularidades 181s., 227s.

conhecimento das – e explicação das especificidades históricas (v. tb. Psicologia (explicação pela -)) 181s.

apreensão das – e problemática 181s.

– estatísticas (v. Estatística(o))

Reinterpretação

– como forma da relação do sujeito às suas condutas 58s.

Reiteração

– de pesquisas (v. tb. *Pump-handle research*) 49s.

Relação social

a relação com o objeto como – 23s.

a relação de pesquisa como – artificial 54s.

Relações (v. Objeto (construído))

– ocultas 227s.

– entre os fatos 81s.

– entre as – 70s., 82s.

substância e sistema de – 28s.

Relativismo cultural 63s.

a transposição ilegítima do – para as relações entre “culturas” numa sociedade estratificada 63s.

– e etnocentrismo ético 63s.

Relativizações

– e sociologia da sociologia (v. tb. Sociologia (do conhecimento como auxiliar da vigilância epistemológica)) 90s., 93s.

Remuneração

faixas de – (v. tb. Codificação) 57s.

Reprodução (v. Modelo (-s miméticos e -s analógicos))

Respostas completas (v. tb. Profetismo e Público) 172s.

Ressentimento

– como princípio explicativo não sociologizado 31s.

Retificação (v. tb. Próximo (conhecimento -)) 101, 103s., 177s.

Rigor

– específicos 18s.

Rigorismo

– tecnológico (v. tb. Metodologia) 18s.

Ritualismo

– dos procedimentos 20s.

Rotina (v. tb. Burocratização, Metodologia e Vigilância (epistemológica)) 12s.

– tecnológica 13s., 60s., 78s., 252s.

– e invenção das técnicas 64s.

– tecnológica e vigilância epistemológica 62s., 78s.

Rotinização

– dos conceitos e invenção 12s.

– dos conceitos e transferência de esquemas (v. Analogias e Esquemas (de interpretação))

Ruptura (epistemológica) 21s., 23s., 47, 73, 87, 189s., 283

– com a experiência primeira 283, 286

– com a sociologia espontânea 24s.

condições sociais da – com a sociologia espontânea 88s.

análise estatística e – epistemológica 23s.

técnicas de – 23s.

a definição prévia como técnica de – (v. tb. Definição) 23s.

invenção e – 28s.

– com o sistema de imagens da linguagem comum (v. tb. Linguagem (comum)) 167

- a – com a tradição teórica (v. tb. Teoria (e tradição teórica)) 39, 41s.
- com os automatismos metodológicos (v. tb. Rotina) 194s.
- teoria e – 79s.
- poder de – do modelo teórico 71s.
- formalização e – 32s., 70s.

Saber imediato (ilusão do) 23s., 137s., 276s.

- a ilusão do – como característica do espírito pré-científico (v. tb. intuição e Sensualismo) 286s.

Secundária

- análise – (v. Análise)

Segmentos

sondagem por – 53s.

Semelhança

- e analogia (v. tb. Modelo (-s miméticos e -s analógicos), Comparação e Método (comparativo)) 69s., 240s.

Sensualismo 272s.

Sentido

- comum 28s., 278s.

ciência e – comum 179

ruptura com o – comum 70s.

– vivido 228

– subjetivo e – suposto (v. tb. Sociologia (compreensiva) e Consciência (princípio da não)) 230s.

Serendipity (v. tb. Invenção) 25

Série

- a – e o sentido das observações particulares 81s.

Sexo

- tratado como dado natural (v. tb. Natureza) 30s.

Significação (v. Sentido)

- diferencial 56s.

Simbolismo

- o – como proteção contra a intuição 69s.

– matemático e construção 70s.

Simplex

- explicação pelo – (v. tb. Natureza e Sociologia espontânea) 30, 152

Sincrônico (corte)

- análise multivariada, realização de corte – 61s.

Sistema

- de fatores e análise multivariada 61s.

– de proposições 240s.

sub- 74s.

sistemática(o)

- elenco – de conceitos 80s.

inventário – (v. tb. Inventário (sistemático)) 54s., 59s.

verificação – (v. Prova (sistema de -s))

sistematicidade

- como característica da teoria 80s.

Sistêmicos

- conceitos – (v. Conceito)

Sociabilidade

- técnicas de – e técnicas de pesquisa 55s.

Social

- “É necessário explicar o – pelo -” 30

Sociedade de massa (v. tb. Massa) 255

- o conceito de – como esquema misto (v. tb. Esquemas (de interpretação)) 34s.

Socioanálise 93

"Sociodiceia" (v. tb. Ideologia) 31 n. 14

Sociograma

esquemas de interpretação do – 35s.

Sociologia

– e etnologia (v. tb. Etnografia (métodos etnográficos)) 59s.

– e história 29s., 58s., 136, 189s.

– e biologia (v. tb. Organicismo) 167, 170

– e comparação (v. Método (comparativo))

história da – (v. tb. Teoria (e tradição teórica)) 12s.

especificidade da história da – 88s.

– aplicada (v. Solicitadores (de pesquisa))

– do conhecimento 87s., 108s., 283

a – do conhecimento como auxiliar da vigilância epistemológica 11s, 87s., 90s., 93s.

– da – 87s.

– da formação dos sociólogos 90s., 296

– da ciência 87, 94s., 114

– do ensino das ciências 109s.

– política 252s.

– burocrática (v. tb. Burocratização) 252s.

– compreensiva e psicológica 228

– empirista 87s., 252s.

– formal 278

Sociologia espontânea (v. tb. Prenações) 23s., 92s., 135s., 188s.

– e linguagem comum (v. tb. Esquemas (metafóricos)) 32s., 161s.

– e sociologia semierudita (v. tb. Profetismo) 92s.

as ressurgências da – na sociologia erudita 27s., 46, 70s., 84s.

– e tradição teórica 41

recusa da construção teórica e abandono à – 50s.

requisito tecnológico e abandono – (v. tb. Positivismo e Intuicionismo) 84s.

ruptura com a – (v. tb. Ruptura (epistemológica)) 87

teoria e ruptura com a – (v. Teoria)

valor e limites da formalização para a ruptura com a – (v. tb. Formalização) 70s.

Sociologismo 27s., 30s., 93s.

acusação de – como despeito humanista (v. tb. Humanismo) 27s.

pretensão sociologista e decisão metodológica constituindo a sociologia (v. tb. Construção) 30s., 46

Sociólogo

habitus de – (v. *Habitus*)

comunidade dos -s e representações comuns da teoria (v. tb. Tradição (teórica)) 41

comunidade dos -s e vigilância epistemológica 87, 93s.

Sofisma

– do psicólogo 56s.

Solicitadores (de pesquisa)

– e autonomia científica da sociologia 89s., 94s.

Sondagem

– de opinião 194

técnicas de – (v. tb. Amostragem) 78s.

Subentendidos

comunicação e – (v. tb. Comunicação) 218

Subjetividade

direitos da – (v. tb. Humanismo e Objetivacão) 16s.

Subjetivismo (v. tb. Humanismo, Objetivismo e Sociologismo (acusação de -)) 16s., 146s.

Subjetivo

o caráter – dos fatos sociais (v. Subjetivismo)

Substancialismo (v. Essencialismo)

Suma

a – como ideal dos “teóricos” em sociologia (v. tb. Escolástica e Tradição teórica) 39s.

Taxinomia

as -s universais, característica da era aristotélica da ciência social (v. tb. Aristotelismo) 42
– e teoria (v. tb. Divisão) 61s.

Tecido (v. tb. Biologia (analogias biológicas)) 167s.

Técnicas

a absolutização das – 205
a definição dos objetos de ciência pelas – 64, 252s.
teoria e – de verificação 77 n. 9
controle epistemológico das – 62s., 78s.
– e método (v. tb. Tecnologia) 11
crítica das – 194, 220s.
ilusão da neutralidade das – 54s., 206
pressupostos das – 205
pressupostos sociológicos das – de pesquisa 205
crítica dos pressupostos das – e requinte
tecnológico 53, 64s., 194
crítica dos pressupostos das – e diálogo interdisciplinar 96s.
– de pensamento 42s., 66s.
– de prova (v. Prova)

Tecnocrata

ilusão do – (v. tb. Artificialismo) 135s.

Tecnologia

– e metodologia (v. tb. Metodologia) 11s., 53
a – como disciplina etnográfica (v. tb. Etnografia (métodos etnográficos)) 58s.

Tendências (v. tb. Propensões e Natureza) 29s.

Teoria 48s., 84s., 236s., 257s.

as representações comuns da – em sociologia 39s.
a – como compilação 39s.
a – como classificação 41s.
a “– de médio alcance” 41
a – como história da – 42
a – sem ligações experimentais (v. tb. Construção (e teoria) e Dogma (da “imaculada concepção”)) 41s., 76s.
a representação positivista da – como recensão das verdades estabelecidas (v. tb. Positivismo) 42s.
positivismo e – 84s., 240
neopositivismo e – 275
demissão teórica e terrorismo dos teóricos (v. tb. Epistemologia (pares epistemológicos)) 43
-s parciais 68
-s parciais e – universal do sistema social 43s.
-s parciais e modelos teóricos (v. tb. Modelo) 71s.
o modelo teórico como “– em miniatura” (v. tb. Modelo) 71s.
– e tradição teórica 39s., 102s.
ruptura com a tradição teórica 41s., 87, 94s., 177
a sociologia do conhecimento sociológico e a ruptura com a tradição teórica 87
– do conhecimento sociológico e – do sistema social 11s., 24s., 41s., 62s., 100
– do conhecimento do social (v. tb. Ciência) 181s., 189s.
– e história da – 245s.
reorganização teórica 245s.
golpe de estado teórico (v. tb. invenção e Ruptura (epistemológica)) 65
– e analogia (v. tb. Analogia) 237s.
– e lei 240s.

- construção da – e prova da coerência duma – 42 n. 32
 construção teórica e trabalho teórico: construção sistemática dos fatos e produção por partenogênese
 (v. tb. Dogma (da “imaculada concepção”)) 77s.
 – e atos epistemológicos 73s., 75s.
 o lugar da – na hierarquia dos atos epistemológicos 48s., 73s., 79s.
 o racionalismo aplicado e o lugar da – 74s.
 – e ruptura (v. tb. Ruptura (epistemológica)) 73s.
 – e constatação (v. tb. Constatação) 74s.
 – e operações de pesquisa 73s.
 – e experiência 48s., 74s., 80s., 168s., 2456s., 276s.
 – e observação 75s.
 – e verificação 77s., 275
 imanência da – à medida (v. tb. Medida) 276
 – e fatos (v. Fato)
 – e método 260
 – do objeto e técnicas 60s., 64
 a – aplicada inconscientemente na utilização duma técnica 53s., 60s.
 – indígena 223
- Teóricos**
 a corporação dos – em sociologia (v. tb. Teoria (e tradição teórica)) 20s., 39s., 42s.
- Terrorismo**
 – metodológico (v. Metodologia)
 – profético (v. Profetismo)
 – dos teóricos (v. Teóricos)
- Tipo ideal** 227s.
 o – como construção próxima 66, 227
 o – como utopia 230s.
 – e amostra reveladora 66
 – e tipo médio 227s.
 – e hipóteses 227
 – e invenção 228s.
 – e modelo 66
- Tipologia**
 – e classificação aristotélica (v. tb. Taxinomia e Aristotelismo) 42
- Totalidade**
 as -s patentes da intuição (v. Ruptura (epistemológica))
- Totemismo** 49
- Tradição**
 a – na história da sociologia (v. tb. Pais fundadores e Tradicionalismo) 12s.
 – teórica (v. tb. Teoria)
 –ões de disciplinas 96s., 291s.
 o papel da – na definição da metodologia da sociologia e da etnologia 59s.
- Tradicionalismo**
 – como forma da relação à teoria em sociologia (v. tb. Teoria (e tradição teórica), Aristotelismo e Pais fundadores) 39, 41, 94s.
- Transformação** (v. Grupo de -)
- Transparência**
 ilusão da – (v. tb. Consciência (princípio da não)) 25s., 34s., 142, 261
- Universitária** (organização)
 – e produção sociológica (v. tb. Sociologia (- da -)) 88s.
- Validação** (v. Prova)
- Valores**
 relação e referência aos – 62s.
 papel epistemológico dos – 182s.

Variação

- imaginária 65s.

Variáveis (v. tb. Análise (multivariada)) 61s., 72 n. 47
divisão das - (v. Codificação e Homogeneização)

Verbalismo

- mundano (v. Esquemas (metafóricos))

Verificação

- experimental 10, 77 n. 7

- imperativo epistemológico e tecnológico da 77 n. 9

- e anulação (v. Anulação)

- vigilância (epistemológica) 11s., 21s., 49, 87s., 109, 125, 249s.

- e análise sociológica 291s.

- e sociologia do conhecimento (v. Sociologia (do conhecimento))

- metodologia e deslocamento da - 17s.

- raciocínio analógico e - 65

- metódica 109

Vocabulário (v. Linguagem e Metáforas)

- etnológico (v. Etnologia)

Vulnerabilidade

- a - dum sistema de hipóteses: função de sua coerência (v. tb. Sistema) 81s.

Wesenschau (v. Variação (imaginária))

Índice geral

Prefácio da segunda edição, 7

INTRODUÇÃO. EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA, 9

Método e prática da pesquisa – A vigilância epistemológica e a sociologia do conhecimento [texto n. 1, *G. Canguilhem*; texto n. 2, *G. Bachelard*] – A pedagogia da pesquisa – A leitura dos autores: teoria do conhecimento sociológico e teoria do sistema social – A “profissão” do sociólogo, *habitus* epistemológico – Lógica da invenção e lógica da prova – Epistemologia das ciências do homem e epistemologia das ciências da natureza – Filosofia do conhecimento e epistemologia – O fixismo metodológico e o efeito de fechamento – O metodologismo e o deslocamento da vigilância epistemológica – Os abusos de poder da “teoria” [texto n. 3, *A. Kaplan*] – A ordem epistemológica das razões: o fato científico é conquistado, construído, constatado

PRIMEIRA PARTE. A RUPTURA

1. *O fato é conquistado contra a ilusão do saber imediato, 23*

Sociologia e sociologia espontânea: a familiaridade, principal obstáculo epistemológico

1.1. *Prenoções e técnicas de ruptura, 23*

A medida estatística, a definição, a crítica lógica da linguagem, instrumentos para fragmentar as totalidades da intuição [texto n. 4, *É. Durkheim*; texto n. 5, *M. Mauss*; texto n. 6, *J.H. Goldthorpe* e *D. Lockwood*] – A atenção prestada ao inesperado: a invenção, reestruturação das relações

1.2. *A ilusão da transparência e o princípio da não consciência, 25*

O artificialismo, forma erudita da ilusão da transparência. Para romper definitivamente com a filosofia espontânea do social, a sociologia deve adotar e pôr em prática o princípio da não consciência [textos n. 7 e 8, *É. Durkheim*] – A convergência epistemológica dos autores sobre essa condição *sine qua non* da ciência sociológica [texto n. 9, *L. Wittgenstein*; texto n. 10, *É. Durkheim*; texto n. 11, *F. Simiand*] – Não consciente e inconsciente – A busca das motivações e seus pressupostos – O conhecimento do sistema das relações objetivas, condição do conhecimento das atitudes como relações vivenciadas pelos sujeitos em relação à sua verdade objetivada no sistema das relações objetivas

1.3. *Natureza e cultura: substância e sistema de relações, 30*

Os fatos sociais não são naturezas, mas sistemas de relações históricas e sociais. A moeda da natureza humana: “necessidades”, “motivações” ou “pré-requisitos” – “Explicar o social pelo social” [texto n. 12, *K. Marx*; texto n. 13, *É. Durkheim*] – O geral e o banal [texto n. 14, *M. Weber*] – As naturezas simples dissimuladas em invariantes sociológicos

1.4. *A sociologia espontânea e os poderes da linguagem, 31*

A linguagem comum como veículo da filosofia espontânea do social – As doenças da linguagem e a respectiva terapêutica [texto n. 15, *M. Chastaing*] – As armadilhas da metáfora [texto n. 16, *G. Canguilhem*] – Os esquemas mistos e o pseudorrendimento explicativo da dupla origem – O controle das analogias

1.5. *A tentação do profetismo*, 36

O sociólogo e seu público – Sociologia e “humanismo” – As expectativas existenciais do grande público intelectual [texto n. 17, *M. Weber*; texto n. 18, *B.M. Berger*] – Os esquemas mistos e o duplo jogo profético de certa linguagem sociológica – O poder das explicações pelo simples

1.6. *Teoria e tradição teórica*, 38

A renovação teórica nas ciências da natureza e na sociologia – A tradição teórica como senso comum erudito – As “sumas” sociológicas [texto n. 19, *G. Bachelard*] – Sociologia espontânea e teorias classificatórias

1.7. *Teoria do conhecimento sociológico e teoria do sistema social*, 42

Os sucedâneos da teoria – Os “teóricos” e a alternativa do tudo ou nada – A teoria do conhecimento do social, mínimo teórico exigível – Ciência e metaciência

SEGUNDA PARTE. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

2. *O fato é construído: as formas da demissão empirista*, 45

Objetos concretos e objetos construídos [texto n. 20, *K. Marx*; texto n. 21, *M. Weber*] – Objetos cientificamente construídos e objetos pré-construídos [texto n. 22, *É. Durkheim*] – A ruptura com os objetos pré-construídos: conceitos “sistêmicos” e problemática teórica

2.1. *“As abdicações do empirismo”*, 48

“O vetor epistemológico vai do racional ao real” [texto n. 23, *G. Bachelard*] – Dados, fatos e teoria – A análise secundária – Um objeto que fala – A anulação do sociólogo

2.2. *Hipóteses ou pressupostos*, 52

As implicações epistemológicas das técnicas [texto n. 24, *E. Katz*] – Metodologia e tecnologia – Os pressupostos da amostragem ao acaso – O controle do instrumento estatístico [texto n. 25, *F. Simiand*]

2.3. *A falsa neutralidade das técnicas: objeto construído ou artefato*, 54

“Neutralidade ética” e neutralidade epistemológica – A entrevista não diretiva e seus pressupostos [texto n. 26, *L. Schatzmann* e *A. Strauss*] – A vigilância epistemológica, interrogação sobre a interrogação [texto n. 27, *J.H. Goldthorpe* e *D. Lockwood*] – Interrogação sobre a linguagem da interrogação e sobre a linguagem das respostas – A situação de pesquisa: experimentação fictícia e experimentação social – O primado epistemológico da observação etnográfica: o inventário metódico e o questionário [texto n. 28, *C. Lévi-Strauss*; texto n. 29, *M. Mauss*; texto n. 30, *B. Malinowski*] – Etnologia e sociologia – O tratamento dos “dados”: divisão e codificação. A análise multivariada – Princípios ou fórmulas – Ciência sem consciência epistemológica

2.4. *A analogia e a construção das hipóteses*, 64

Hipótese e indução: a lógica da renovação teórica – Hipótese, comparatismo e analogia – O tipo ideal como “construção próxima” [texto n. 31, *M. Weber*] – O caso-limite e o grupo de transformações – Formalização e construção das hipóteses

2.5. *Modelo e teoria*, 68

O modelo e o positivismo – Os modelos sem princípio, bricolagem erudita – Semelhança e analogia: modelos míméticos e modelos analógicos [texto n. 32, *E. Panofsky*] – Os modelos formalizados e o perigo de consagrar os esquemas da sociologia espontânea [texto n. 33, *P. Duhem*; texto n. 34, *N.R. Campbell*] – O poder da analogia é independente da formalização – Modelos teóricos e teorias parciais

TERCEIRA PARTE. O RACIONALISMO APLICADO

3. *O fato é conquistado, construído, constatado: a hierarquia dos atos epistemológicos*, 73

A autonomização das operações da pesquisa, princípio de todos os erros

3.1. *A implicação das operações e a hierarquia dos atos epistemológicos*, 73

A divisão burocrática das tarefas ou da sucessão das fases de um ciclo, representações inadequadas da pesquisa – A hierarquia dos atos epistemológicos: o valor de uma operação depende do grau que alcança na concretização de tal hierarquia – A formalização, alibi da sociologia espontânea ou institucionalização da ruptura epistemológica – A intuição e o intuícionismo – Observação e teoria – A significação teórica dos fatos experimentais [texto n. 35, *G. Canguilhem*] – A teoria sem ligações experimentais: “o dogma da imaculada concepção” – A constatação de fracasso e a teoria – As técnicas, os fatos e a teoria: o paradoxo de Uvarov – Uma sociologia sem objeto [texto n. 36, *C.W. Mills*]

3.2. *Sistema de proposições e verificação sistemática*, 80

O caráter sistemático da teoria, resposta às exigências da teoria e, ao mesmo tempo, aos direitos de experimentação [texto n. 37, *L. Hjelmselev*] – As verificações “caso a caso” [texto n. 38, *E. Wind*] – A prova pela coerência do sistema de provas – O círculo metódico [texto n. 39, *C. Darwin*]

3.3. *Os pares epistemológicos*, 83

O espectro epistemológico [texto n. 40, *G. Bachelard*; texto n. 41, *G. Canguilhem*] – Os pares funcionais em sociologia: sociografia e filosofia social, positivismo e intuícionismo [texto n. 42, *E. Durkheim*] – As oscilações do projeto sociológico – O racionalismo aplicado

CONCLUSÃO. SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO E EPISTEMOLOGIA, 87

A sociologia, uma ciência como as outras; nela, porém, a ruptura com o senso comum é mais difícil do que alhures – As mundanidades da sociologia e o campo social das produções sociológicas [texto n. 43, *G. Bachelard*]

Esboço de uma sociologia da tentação positivista em sociologia, 88

A ilusão do começo absoluto – A busca do reconhecimento e as supervalorizações positivistas – A organização social da profissão – O prestígio dos autômatos – As pressões da demanda – Profissões de fé epistemológicas e ideologias profissionais – A sociologia da sociologia, condição prévia da reflexão epistemológica

O enraizamento social do sociólogo, 91

O etnocentrismo – O etnocentrismo de classe – O etnocentrismo da classe intelectual

Cidadela erudita e vigilância epistemológica, 93

A ilusão de uma salvação científica individual – A cidadela erudita, condição da vigilância epistemológica [texto n. 44, *M. Maget*] – As formas e graus da autonomia da comunidade científica e os instrumentos do controle da pesquisa – As formas da crítica organizada – O sistema de “controles cruzados” [texto n. 45, *M. Polanyi*] – As trocas entre disciplinas – As formas de sociabilidade próprias da cidadela erudita

TEXTOS DE ILUSTRAÇÃO, 99

LISTA DOS TEXTOS, 299

LEITURAS COMPLEMENTARES, 303

ÍNDICES

- *Onomástico*, 307
- *Analítico*, 309
- *Geral*, 337

filosofia & gestão pessoal & profissional

Uma coleção voltada ao executivo, que ao provocar, inspira, nos faz procurar fôlego e nos obriga, nem sempre de modo suave, a ter de reinventar a nossa história pessoal, no interior da qual uma das faces é o profissional.

